

GESTÃO INTEGRADA DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Humanidades, Sociedade,
Saúde e Ambiente

ORGANIZADORES

Luiz Oosterbeek
Ingelore Scheunemann
Francisca Ferreira Michelin
João Fernando Igansi Nunes

Pelotas
Rio Grande do Sul
Brasil
2022



Gestão Integrada do Patrimônio Cultural
Humanidades, Sociedade,
Saúde e Ambiente

Luiz Oosterbeek
Ingelore Scheunemann
Francisca Ferreira Michelin
João Fernando Igansi Nunes
(organizadores)

| Sumário

Introdução	
Relato de uma trajetória recente	6
<i>Luiz Oosterbeek; Inguelore Scheunemann; Francisca Ferreira Michelin; João Fernando Igansi Nunes</i>	
A distância de um ano em um ano à distância: o Polo Morro Redondo nos 12 meses de pandemia de Covid-19	12
<i>Francisca Ferreira Michelin</i>	
Sustentabilidade e compatibilidade para visitantes e habitantes: o auxílio de uma gestão de qualidade do Patrimônio material e imaterial	44
<i>Maurizio Quagliuolo</i>	
Sustentabilidade, Turistificação e Gestão Integrada do Patrimônio Cultural no Médio Tejo – Portugal: a investigação-ação “PRT-Patrimônio Rural e Turismo”	50
<i>Luís Mota Figueira</i>	
Patrimônio cultural da saúde: Centros de Documentação e Memória da Saúde	70
<i>Anny Jackeline Torres Silveira; Rita de Cássia Marques</i>	
Patrimônio Edificado da Saúde: os sanatórios e sua arquitetura	83
<i>Renato da Gama-Rosa Costa</i>	
Patrimônio arqueológico da saúde: registros materiais móveis e imóveis dos espaços e práticas de saúde.	93
<i>Luciana da Silva Peixoto; Fábio Vergara Cerqueira</i>	

Design e sustentabilidade	118
<i>João Fernando Igansi Nunes</i>	
Sustentabilidade no Design do fluxo cíclico	120
<i>Jocelise Jacques de Jacques</i>	
Patrimônio Histórico e Sustentabilidade	125
<i>Aguinaldo dos Santos</i>	
Place Branding e o Patrimônio cultural: a importância da marca cidade para a sustentabilidade de um lugar	130
<i>Antonio Roberto de Oliveira</i>	
Identidade Regional e Gastronomia	138
<i>Santiago Amaya-Corchuelo; Angélica Espinoza-Ortega; Ignacio López Moreno; Víctor del Arco Fernández</i>	
# BA CAPITAL GASTRONÓMICA: turismo, comércio e consumo. Impactos da Pandemia em 2020	144
<i>Sidney Gonçalves Vieira; Rodolfo Bertoncetto</i>	
A ora-pro-nóbis na culinária mineira e na gastronomia da cidade de Tiradentes-Minas Gerais/Brasil.	158
<i>Déborah Coimbra Nuñez Taschetto</i>	
Patrimônio, turismo e saúde: Ambiente e estilo de vida – O papel da cultura e do lazer	172
<i>Inquelore Scheunemann</i>	
O lugar das particularidades e da cultura local no desenvolvimento turístico: Um olhar para os elementos das paisagens rurais e interioranas	176
<i>Maxwell Ponte</i>	

Museus de Território como espaços de proximidade da memória	185
<i>Erika M. Robrahn-González</i>	
Para a história recente da museologia social	199
<i>Mário Moutinho</i>	
Sobre os autores	208

Introdução

Relato de uma trajetória recente

| *Luiz Oosterbeek*
Inquelore Scheunemann
Francisca Ferreira Michelin
João Fernando Igansi Nunes

 Em dezembro de 2020, lançamos a primeira edição do Seminário Gestão Integrada do Patrimônio Cultural, com o tema “Humanidades, Sociedade e Ambiente” que, então, intencionava marcar o início do trabalho de implantação do Polo Morro Redondo da Cátedra Unesco/IPT de Humanidades e Gestão Cultural Integrada do Território. O Polo foi estabelecido por meio do Acordo de Cooperação entre a Cátedra, a Universidade Federal de Pelotas - através do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural - , a Universidade Católica de Pelotas e a Prefeitura Municipal de Morro Redondo. Na ocasião, a pandemia de Covid-19 completava dez meses no Brasil e já havíamos ultrapassado a marca de 100 mil óbitos provocados pela doença. Sem vacinas, em meio a uma crise política e social que se intensificava, a única estratégia para enfrentar o avanço da infecção era o isolamento social, que já cobrava seu preço, de muitos modos. Para nós, o grupo de trabalho do Polo, o preço era não executar o projeto enquanto durasse o fato global que anunciava sombrios horizontes, porque tínhamos como certo que tudo se daria, de fato, quando iniciasse o trabalho de campo. Queríamos estar, desde então, com aquela comunidade e durante os meses que viessem, pretendíamos ser muito presentes na cidade. Sob um prisma diferente do que teria sido feito em situação de normalidade, acabamos por encontrar maneiras de cumprir a função do diálogo, empregando os meios que, no geral, todos empregaram. De lá até o presente em que escrevemos este relato, ainda vivemos assim.

No entanto, a ocorrência da primeira edição do Seminário avançou para além das expectativas que nos animavam. Esperávamos que o evento estabelecesse os marcos conceituais com os quais fundaríamos o projeto. Isso ocorreu porque conseguimos reunir profissionais capazes de, sob diferentes disposições, apresentar ao público modos da Gestão Cultural Integrada do Território aplicada ao Patrimônio. Surpreendentemente, o melhor resultado não estava previsto e veio como um prêmio pela nossa vontade de não postergar

o trabalho. Foi esse: a aproximação do grupo de trabalho com a comunidade local. Hoje, entendemos que a sinergia que marcou os temas propostos promoveu o encontro da comunidade com as ideias que estavam sendo discutidas no âmbito do Polo e relacionadas com os princípios conceituais da Cátedra que se fundamentam em “[...]um novo modelo de governança para a sustentabilidade, que toma por centro a cultura e os indivíduos.”(OOSTERBEEK, 2020, p. 34)¹.

Desejávamos pensar sobre as possíveis convergências disciplinares a serem realizadas em nome do Polo e, para tanto, três temas surgiram como aglutinadores de aspectos destacados na cidade: 1) *Patrimônios Material e Imaterial em Morro Redondo*: reuniu profissionais da área que discutiram, a partir deste município, questões inerentes às relações intrínsecas entre a materialidade e a imaterialidade do patrimônio cultural, colocando em foco a abordagem a partir do território; 2) *Desenvolvimento territorial, cultura e turismo*: partindo do roteiro de turismo rural de Morro Redondo, o núcleo da reflexão centrou-se nas possibilidades e riscos do turismo sustentável no que tange à permanência e incremento da cultura local; 3) *As tradições doceiras de Pelotas e Antiga Pelotas*: foi o conteúdo mais intenso deste primeiro evento e o epicentro das discussões, já que tratou da salvaguarda do PCI aplicada às tradições doceiras da região. Apresentou como principal problema a resolver a identificação dos dispositivos a serem empregados pelos agentes públicos e pelos detentores dos conhecimentos tradicionais, voltados a sustentar a transmissão desses saberes. Buscou-se contemplar, também, os princípios das Humanidades, em uma discussão geral sobre desenvolvimento social e sustentabilidade.

Os aspectos observados na cidade e que definiram o Polo, estavam, portanto, contemplados pelos temas. Cabe dizer que o Polo Morro Redondo é o programa no qual se desenvolvem projetos de Gestão Integrada do Patrimônio Cultural, cujo núcleo é a cidade de Morro Redondo sobre a qual o Acordo de Cooperação estabeleceu-se pelo projeto intitulado “Reconhecimento, Preservação e Salvaguarda do Patrimônio Cultural de Morro Redondo/RS/Brasil”. A partir desse, articulam-se diferentes ações de fomento e proposição de possibilidades de geração de renda, diminuição da evasão de jovens, registro e documentação das manifestações culturais e promoção do turismo. Considerando que a proposta visa desenvolver um modelo para levantamento do patrimônio cultural nos municípios da região Antiga Pelotas, a população dos outros três municípios também constitui público alvo secundário: Capão do Leão (25.382 habitantes), Turuçu (3.596 habitantes) e Arroio do Padre (2.921 habitantes). O amplo campo interdisciplinar da Gestão Cultural Integrada está contemplado

1 OOSTERBEEK, L. A Cátedra Humanidades e Gestão Cultural Integrada do Território: um contributo em rede para um novo paradigma de sustentabilidade. In OOSTERBEEK, L.[et al] (org.). *Gestão integrada do patrimônio cultural: humanidades, sociedade e ambiente*. Pelotas: Ed. da UFPel, 2020, p. 31-55.

no PPG em Memória Social e Patrimônio Cultural por pesquisas vinculadas ao Polo. Assim, há dois projetos de pesquisa do PPG, cujo campo é o Polo Morro Redondo: “Modelos e instrumentos de dinâmicas territoriais aplicadas ao patrimônio industrial: o caso de Pelotas/RS” e “Design e Desenvolvimento Territorial”. Há duas dissertações iniciadas em 2021: “Memória de Mulheres da Comunidade Quilombola Vó Ernestina - Morro Redondo/RS” e “Inventário das Famílias Doceiras das Colônias de Morro Redondo e Identificação dos Depositários da Tradição”. E uma tese de doutorado: “Memórias Gastronômicas- Serviços de Alimentação no Pelotas Rural e Antiga Pelotas”.

A chancela de alguns nomes representativos também validou a primeira edição, sobretudo na presença do escritório da Unesco em Brasília (Dr. Fabio Eon) e do Presidente do CNPQ (Prof. Evaldo Vilela). Ao fim, estava clara a forte repercussão do evento que afirmou o território de Morro Redondo e a parceria interuniversitária como um polo relevante no quadro da ação piloto sobre “territórios de baixa densidade demográfica” integrado no novo programa da Unesco, BRIDGES² (no quadro do programa MOST), coordenado pelo Instituto Terra e Memória³ e que inclui outros territórios na Europa, África e Ásia.

Por fim, marcando aquele intenso início foi lançado o livro **Gestão Integrada do Patrimônio Cultural – Humanidades, Sociedade e Ambiente** que, sem dúvidas, é a inspiração para este que apresentamos agora.

A segunda edição



nos meses seguintes, quando se operou o trabalho diretamente com a municipalidade e com a comunidade, foram emergindo temas relacionados ao ambiente da macro região sul de Pelotas e, de modo geral, associados a conteúdos prementes que são observados no cenário mundial: instabilidade social e econômica reforçadas ou desveladas pela pandemia de Covid-19, que apontam cenários de incerteza e insegurança. Sob tal fato, estão recalcados os valores determinantes do patrimônio: a diversidade da cultura, história e as memórias das comunidades, bem como a natureza, e os diferentes entendimentos culturais sobre ela, elementos essenciais de território pleno de identidade, nos quais estão envoltos patrimônio natural e cultural.

2 BRIDGES é um programa da UNESCO no âmbito programa científico intergovernamental MOST (Gestão de Transformações Sociais) que busca conectar pesquisadores e profissionais das ciências humanas e sociais, necessários para coordenar respostas eficazes para mudanças rápidas em grande escala considerando o conhecimento local e tradicional dos territórios. O programa age em prol da sustentabilidade global por meio do desenvolvimento e coordenação de respostas resilientes às mudanças ambientais e sociais em escalas locais e territoriais.

3 <http://www.pacadnetwork.com/itm/index.php/features/estatutos-itm>

O ambiente, os modos de vidas, os saberes e a cultura formam a trama que define o cenário de uma sociedade e se por um lado o estudo de caso (o patrimônio natural e cultural de Morro Redondo) observa um contexto delimitado e circunscrito a uma pequena área, por outro, as situações ali observadas pertencem a um território maior, cujos conflitos aumentam quanto maiores são as perdas do ambiente natural, porque com elas se instala o decaimento da cultura. Tal território, assim descrito, repete-se no cenário nacional e, igualmente, em outros países. Portanto, Morro Redondo continuava sendo a pequena cidade que nos levava a pensar no contexto global.

Foi desse modo que se agregou mais um aos três grandes temas já tratados anteriormente. Os conflitos que, como já apontado, se intensificaram ou se revelaram durante as crises ocasionadas pela pandemia de Covid-19, pautaram a importância de tratar da saúde como convergência do que se pretendia abordar.

O primeiro, intitulado **Sustentabilidade, Turismo, Saúde e Patrimônio Cultural** retoma a questão apresentada na primeira edição para discutir a necessidade de que as comunidades de baixa densidade demográfica, mas com grande potencial turístico, consigam agir sobre as questões do meio ambiente e da sustentabilidade (econômica, ecológica, social e cultural), sobretudo considerando o evento da pandemia. Buscou-se evidenciar os conflitos da proposta de geração de renda através do patrimônio e turismo, sob os riscos da falta de políticas públicas claras sobre a proteção do patrimônio, incluindo os riscos de turistificação dos residentes. Evidencia como as comunidades precisam e podem ser protagonistas das atrações turísticas culturais pela articulação dos patrimônios material e imaterial, que afirmem seus modos de vida e que incentivem novas atividades vinculadas ao meio familiar rural no âmbito das produções tradicionais e do incremento da pluriatividade sustentável, pensando no contexto e percepções geradas pelo impacto da pandemia no turismo, este tema não deixará de refletir como a nova dinâmica de relações interculturais tende a mudar a natureza dos fluxos turísticos, focando-os nas necessidades agregadas a valores.

O segundo, **Identidade Regional e Gastronomia** pretendia tratar de outro aspecto que caracteriza regiões que vivem da produção local: a relação entre a pluriatividade da produção rural, desenvolvida pelos grupos familiares e o patrimônio material e imaterial, identitário de pequenos grupos. No âmbito de estudo do Polo, o segundo foi recentemente reconhecido pelo IPHAN pela denominação de Região Doceira de Pelotas e antiga Pelotas. Morro Redondo, Turucu, Arroio do Padre e Capão do Leão definem a porção da antiga Pelotas e são, caracteristicamente, municípios de produção agrícola familiar. Muitas famílias desenvolvem, além da agricultura, atividades não agrícolas nas suas propriedades, dentre elas, a produção de doces em pasta, cristalizados e em

conserva. Tais fatores estão alinhados com o reconhecimento da Tradição Doceira de Pelotas e antiga Pelotas pelo Iphan, em 15 de maio de 2018, concedendo ao modo de fazer os doces tradicionais desta região o título de patrimônio imaterial da nação. No entanto, a certificação da tradição doceira dos municípios que se emanciparam de Pelotas deveria estar, igualmente, cumprindo a expectativa de contribuir para o desenvolvimento social da região. Busca-se, entre outras finalidades, incentivar o compartilhamento de resultados de pesquisas e trabalhos que apresentem novas estratégias para a divulgação e fomento ao turismo gastronômico sustentável.

O terceiro, **Ruralidade e Patrimônio Imaterial**, especifica alguns tópicos essenciais do item 2 com o propósito de aprofundar a discussão sobre a salvaguarda do patrimônio imaterial em regiões essencialmente rurais. Temas como as tradições e pleno reconhecimento dessas pelas suas comunidades, saberes tradicionais e práticas sanitárias, evasão de jovens e consequente declínio das atividades relacionadas à produção familiar rural e o avanço das monoculturas e decorrente empobrecimento do ambiente natural, são aspectos a serem tratados. O inventário de memórias e as identidades, que são inerentes aos territórios, e suas dinâmicas de sustentabilidade, bem como o levantamento de acervos familiares com valor memorial nas regiões, que reforçam a diversidade, combinados pela reconstrução histórica global que evidencia as convergências e coesão intercultural, prevenindo a exclusão e a xenofobia, apuram estratégias de políticas de preservação do patrimônio cultural em áreas rurais, assim como o fortalecimento das identidades associado a expectativas de trabalho, diminuição da evasão dos jovens, ações de integração geracional com resultados de melhoria das condições de vida dos idosos, estarão no âmbito do compartilhamento de experiências.

Resultados



princípio, desejávamos que os temas tratados conseguissem promover a discussão conceitual e o compartilhamento de experiências diversas. Era um dos objetivos afirmar a premência de políticas públicas voltadas ao patrimônio cultural em áreas de baixa densidade demográfica, mas com evidentes identidades culturais e tradições relacionadas diretamente ao território. E, era o foco discutir as possibilidades da gestão cultural integrada como metodologia fundamental para a proposição e acompanhamento de ações que articulem processos de reconhecimento, identificação e promoção dos patrimônios, dando luz às tradições que possam se sustentar, como a tradição doceira da produção dos doces coloniais.

O Polo Morro Redondo obteve vários ganhos, nesta segunda edição do Seminário Internacional. O primeiro, é que se firma ainda mais o trabalho com os parceiros. A possibilidade de diálogo e, portanto, parcerias com outras instituições intensificou-se (ver capítulo 1). Entre os parceiros, potencialmente apresentam-se 19 programas de pós-graduação e grupos de pesquisa. Trata-se de uma interlocução ampliada e fortalecida, que se estabelece por meio dos convites para as três atividades que marcaram o evento: conferências, mesas redondas e comunicações.

Além disso, destacamos a presente publicação como um resultado elucidativo dos avanços que se logrou obter. O primeiro capítulo é um relatório dos dez meses iniciais de trabalho do Polo Morro Redondo. Foram meses de muito diálogo e conhecimento do campo onde se desenvolve o trabalho. Os capítulos seguintes são assinados pelos conferencistas e painelistas convidados, e estão organizados conforme a decisão de cada coordenador, proponentes das temáticas.

Não foi possível contar com todas as palestras. O tempo tem sido inclemente com os pesquisadores intensamente envolvidos com seus temas, de tal modo que agendas muito ocupadas tem restringido suas possibilidades de aceite a convites que se seguem a outros já feitos.

Ainda assim, o livro expressa o que aconteceu no evento: a convergência de temas e pontos de vista, o interesse por um diálogo aberto e atento ao momento presente, análises profundas e bem estruturadas, novas ideias, novos caminhos para um mundo vacilante e ameaçado.

E por fim, compartilhamos o nosso ânimo e nossas expectativas com os leitores deste livro.

A distância de um ano em um ano à distância: o Polo Morro Redondo nos 12 meses de pandemia de Covid-19

| *Francisca Ferreira Michelin¹*

Introdução



segunda edição do Seminário Gestão Integrada do Patrimônio Cultural (GIPC) Humanidades, Sociedade, Saúde e Ambiente, do qual se origina este livro, encerrou, na sua ocorrência, dez meses de trabalho do Polo Morro Redondo (Polo MR) da Cátedra Unesco/IPT Humanidades e Gestão Cultural Integrada do Território. Não se conta neste prazo os muitos meses que foram necessários para a construção do projeto inicial e o estabelecimento do Acordo de Cooperação Técnica nº 15/2020 entre o Instituto Politécnico de Tomar-Portugal, Universidade Católica de Pelotas e Município de Morro Redondo. Enquanto escrevo este relato, continua a pandemia na qual realizamos as ações do projeto. Portanto, incluir o tópico da saúde na segunda edição do evento foi consequência do estado de coisas que ainda atinge a todos nós. Tampouco seria razoável dizer que em nada afetaram as muitas restrições impostas pelas medidas de contenção da infecção de Covid-19. Não se realizou com exatidão o inicialmente proposto e, durante a caminhada, outras atividades foram sendo propostas. Se aprendemos alguma coisa com esta pandemia é que a espera é também suspensão. E como já esperávamos há meses, abandonamos o estado de aguardo e iniciamos a caminhada sem rumo certo de possibilidades. Este relato corresponde aos doze primeiros meses de trabalho do Polo MR, neles incluído o que emprego para realizar o texto e não há como iniciar de outro modo. Devo falar sobre a Cátedra e sobre o Polo.

Ao mesmo tempo em que explico e relato o que foi feito no Polo MR, de novembro de 2020 a outubro de 2021, apresento uma análise sobre os êxitos e as expectativas não cumpridas, desenhando através dos resultados o prognóstico do que nos aguarda. Assim, compartilho uma experiência de gestão cultural integrada cujo epicentro e núcleo irradiador é o patrimônio cultural, em um território de baixa densidade demográfica, predominantemente rural e que vem apostando seu desenvolvimento nas suas peculiaridades culturais.

1 Professora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas e Coordenadora das ações locais do Polo MR.

Sobre a Cátedra em pauta, vale destacar o que observa Oosterbeek (2020, p.46):

A metodologia de gestão cultural integrada do território prevê quatro pilares para a governança territorial (Oosterbeek 2012): educação e formação; reconstrução da matriz sociocultural; envolvimento de partes interessadas; e comunicação. Considera a gestão do património como uma componente nuclear da gestão territorial, valorizando a relevância dos resíduos materiais para a compreensão partilhada da paisagem e do património intangível para o autorreconhecimento e a dinâmica das iniciativas de base territorial.

Como líder e proponente dessa Cátedra, Oosterbeek entende que é tanto possível conciliar economia e cultura como “[...] entender a saúde na sua relação com a qualidade de vida” e, dessa forma, “[...] reintegrar a saúde, a economia e os desafios sociais mais amplos à frente, através da cultura, numa estrutura convergente.” (2020, p.46-47). E, ainda sobre a proposição da jovem Cátedra, a Profa. Ingelore Scheunemann informa que:

A realização da Confêrencia Mundial das Humanidades trouxe o momento justo para concretizar a proposta da Cátedra Humanidades e Gestão Integrada do Território - HUM. CILM, tendo em conta a relevância e operacionalização das humanidades no contexto da gestão dos territórios, tomando como fundamento a diversidade cultural. A Cátedra está sediada no Instituto Politécnico de Tomar – IPT, tendo sua inauguração ocorrido no ano de 2018. (2020, p. 65)

Ressalto o caráter humanista da Cátedra que funda seus princípios em uma visão de valores pelos quais se destaca identidade, trabalho e território como elementos anelados de uma condição justa e devida aos sujeitos.

Para apresentar o Polo MR, inicialmente esclareço que se trata de um programa contínuo de ações articuladas entre os parceiros do Acordo de Cooperação já citado e que se organiza a partir de um comitê gestor e de um grupo de trabalho.

No comitê gestor, cada ente está representado por uma pessoa que assume a proposição e possibilidade de determinadas ações². Já o grupo de

2 A composição do Comitê Gestor está descrita no Acordo de Cooperação da seguinte forma: Luiz Miguel Oosterbeek, titular e responsável pela coordenação geral da Cátedra UNESCO-IPT de Humanidades e Gestão Cultural Integrada do Território; Ingelore Scheunemann, coordenadora das ações locais, em representação do IPT no polo; Francisca Ferreira Michelon, coordenadora-adjunta das ações locais, em representação da Universidade Federal de Pelotas; Fábio Guimarães de Castro Neves, em representação da Universidade Católica de Pelotas e Anderson da Rocha Güths, em representação do Município de Morro Redondo.

trabalho³, que reúne uma equipe numerosa da qual participam docentes, técnicos e alunos, vem sendo ampliado pelas possibilidades de parcerias que se consolidam frequentemente através do fluxo dos trabalhos. Também, conforme a ação que esteja sendo desenvolvida, colaboradores e colaboradoras associam-se temporariamente ao grupo. Recentemente, ingressou, por indicação da comunidade de Morro Redondo, um representante desta e a vice-prefeita, reforçando a já expressiva participação da Municipalidade nas decisões e proposições.

Assim, o relato centra-se nas ações desenvolvidas, parcial ou totalmente, apresentadas na cronologia crescente de seu desenvolvimento e conclui-se na avaliação de resultados e expectativas nas quais se projetam outras atividades. O que subsidiou os dados relacionados a seguir foram os relatórios dos professores Daniele Behling Luckow, Diego Lemos Ribeiro e João Fernando Igansi Nunes que coordenaram as ações estruturais do plano de trabalho do Acordo. Um quarto relatório subsidiou o desenvolvimento de uma ação articulada com um projeto da área da saúde, coordenado pela professora Norlai Alves Azevedo.

1. O site Gestão Integrada do Patrimônio Cultural (GIPC)



implantação do site⁴ do Polo foi uma ação importante e prevista no plano de trabalho do Acordo. Foi a primeira ação a ser concluída, antes mesmo da ocorrência da edição inaugural do Seminário Internacional. Foi por meio desta página que se definiu o título do programa: Gestão Integrada do Patrimônio Cultural (GIPC).

Em concordância com o relatório do coordenador da ação Caminhos de Morro Redondo, Prof. João Fernando Igansi Nunes, observa-se que essa, a primeira do Plano de Trabalho do Acordo de Cooperação, que consistiu no

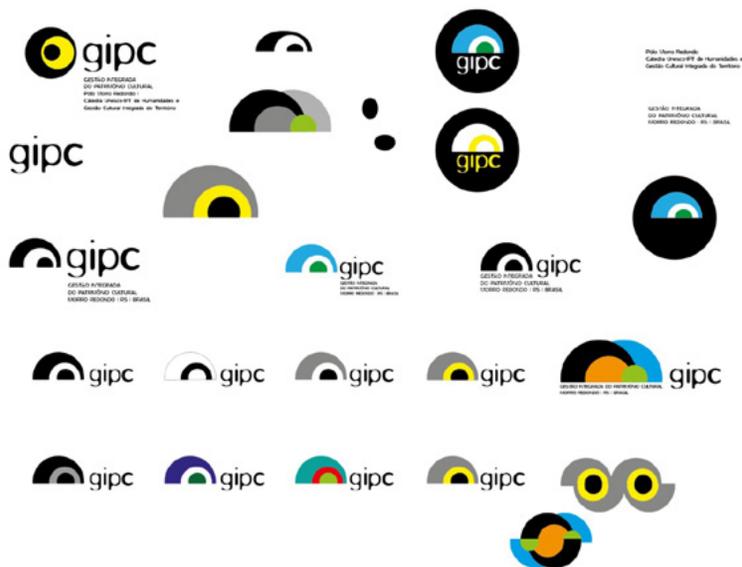
3 Do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (UFPEL), além da autora deste relato, participam os seguintes professores: João Fernando Igansi Nunes, Diego Lemos Ribeiro, Maria Letícia Mazzucchi Ferreira, os doutorandos Wagner Halmenschlager e Amanda Eltz, as mestrandas Andréa Cunha Messias e Giane Trovo Belmonte, os graduandos Lucas Zanusso Morais e Rayza Roveda Ataídes. Da UCPel participam Fábio Guimarães de Castro Neves, Alexandre Romeu Barneche e a Professora Daniele Behling Luckow. Da Universidade de Cádiz, o Professor Santiago Amaya-Corchuelo e do Município de Morro Redondo a Vice-prefeita Angélica Boettge dos Santos e o Secretário Anderson Secretário de Educação, Cultura e Desporto.

4 Como já dito anteriormente, a equipe de trabalho conta com a participação de estudantes de graduação e pós-graduação. O site foi desenvolvido pelo acadêmico Lucas Zanusso Morais, acadêmico do curso de Engenharia da Computação, Bolsista de Iniciação Científica (FAPERGS) e a manutenção está sendo feita por Gianluca Buzô, acadêmico de Ciências da Computação, ambos orientados pelo professor João Fernando Igansi Nunes.

desenvolvimento da marca do Polo e do site, intencionava ser uma estratégia de hospedagem e publicidade de conteúdos relacionados ao programa GIPC. Portanto, o objetivo inicial foi o de apresentar a finalidade do trabalho e registrar as atividades realizadas, de modo a dar visibilidade a elas. Também pretendia dar conta de gerar uma cartografia do território cultural da cidade, especialmente o que estivesse relacionado com a tradição doceira da região. Com a ocorrência do Seminário Internacional GIPC- Humanidades, Sociedade e Ambiente, acrescido agora pela segunda edição, o site ampliou sua configuração e, igualmente, o seu objetivo inicial. Acabou hospedando, além do conteúdo integral das duas edições do Seminário, também a Galeria 3D, da qual falarei mais adiante.

Na meta Estudo e Desenvolvimento da Marca com base em cultura visual, signos gráficos e tradição, desenvolveu-se a marca do site, que se tornou rapidamente a marca do Polo. Criada pelo Prof. João Fernando, cito que a proposta, originada de um estudo de possibilidades (Fig. 1) contém referência ao ambiente natural da Serra dos Tapes, dispondo semi-círculos não concêntricos em um jogo de cores que alude ao luminoso céu da região, à mata nativa ainda existente e ao solo de terra densa e escura. Evidente que a escolha do formato circular diz respeito ao nome da cidade que alude determinada elevação que por seus contornos de inclinação suave, é vista como arredondada. A disposição dessas formas também sugere o movimento de integração, inerente à proposta da Gestão Cultural Integrada (GIT).

Figura 1: Estudos para a marca Gestão Integrada do Patrimônio Cultural (GIPC)



Fonte: Estudo realizado pelo Prof. João Fernando Igansi Nunes. Acervo do pesquisador.

No já citado relatório do coordenador, sabe-se que o site da Gestão Integrada do Patrimônio Cultural - GIPC (Fig. 2) foi desenvolvido em duas etapas: a criação⁵ e a atualização de conteúdos, que se mantém continuamente. Havia necessidades comuns a um meio que se dirige a um público vasto e, portanto, não específico. Pode-se, inclusive dizer, não especializado. Assim, deveria ser um site intuitivo e de fácil navegação⁶ para ser acessível à comunidade de Morro Redondo (MR). A comunidade universitária teria acesso, em qualquer modo. Como toda a ferramenta digital que deseje o acompanhamento dos usuários, o site GIPC exige constante atualização do seu conteúdo. Soma-se a essa qualificação, como proposta de um futuro breve, a de fazê-lo acessível, qualificando-o a partir de interfaces que atendam a autodescrição por meio de ferramentas do tipo *Plugin Hand Talk*, *eSSENTIAL ACCESSIBILITY* e/ou *BrowseAloud*.

Figura 2: Print da página inicial do site Gestão Integrada do Patrimônio Cultural (GIPC)



Fonte: <https://wp.ufpel.edu.br/gipc-morroredondo/o-polo-morro-redondo/>

Desta maneira, ao mesmo tempo em que o site opera como veículo de comunicação com a comunidade, reforça o trabalho do Polo MR pela consequente divulgação e promoção das atividades do projeto. Outro aspecto importante de ser valorizado porque se trata de inclusão, é que o projeto do Site foi feito para torna-lo intuitivo, acessível e responsivo às comunidades com pouco domínio e recursos tecnológicos. Desejou-se que fosse de acesso irrisório e contínuo em uma plataforma operável em condições socioeconômicas

5 Para a etapa de criação utilizou-se a plataforma WordPress Institucional (WPI), com devidas modificações qualitativas desse software de código aberto, com plugins e temas para as edições das “Páginas” e “Posts” através da Linguagem de Marcação de HiperTexto (HTML) e das bibliotecas CSS, sem a necessidade de programação, tais como JavaScript, PHP, Python ou outros frameworks Node.js, React.

6 O que se entende ter atingido por meio de um menu persistente que acompanha a navegação do “interator” (usuário), facilitando a localização do conteúdo no léxico hipertextual entre as telas. O Worcester Polytechnic Institute (WPI) utilizado forneceu uma biblioteca para “guardar” as mídias (textos, áudios, imagens e audiovisual - vídeos) com determinado limite de peso de arquivo, utilizando-se o mínimo peso de imagens por página para não sobrecarregar o carregamento da mesma, tornando o site operacional e auxiliando a sua responsividade.

desfavoráveis (conexão à internet limitada, uso de aparelhos mais antigos e/ou com menor capacidade de processamento). Espera-se conseguir caracterizá-lo de tal modo no próximo ano.

2. Museu como Lugar de Encontros

Esta ação, coordenada pelo Prof. Diego Lemos Ribeiro e pela mestrandanda Andréa Messias, usou todos os recursos digitais disponíveis para manter-se ativa ao longo de 2020 e 21. Assim, como relatam os coordenadores, as redes sociais do Museu Histórico de Morro Redondo (Fig. 3) foram o veículo de postagens realizadas ao longo do ano de 2021.

Figura 3: Parte externa do Museu Histórico de Morro Redondo



Fonte: Fotografia de Francisca Ferreira Michelin, out. 2020.

Além disso, o momento foi propício para o estudo de reestruturação da expografia. Do estudo, resultou a fabricação de expositores⁷ pelo bolsista do Projeto de Extensão Museu Morro Redondense: Espaço de Memórias e

7 Segundo os coordenadores, a verba utilizada para a aquisição de material decorreu da ação denominada “Mocotó no Museu” desenvolvida no inverno de 2018 através do preparo e da comercialização de um mocotó (alimento tipicamente consumido no Rio Grande do Sul durante dias frios).

Identidades. A equipe do Museu participou também da comunicação de conhecimento durante o II Simpósio Internacional Humanidade, Sociedade, Saúde e Ambiente, promovido pela Gestão Integrada do Patrimônio Cultural, a partir da apresentação do trabalho “A salvaguarda do doce colonial em Morro Redondo pela perspectiva da Teoria Ator-Rede” de autoria dos coordenadores e da Profa. Rita Juliani Soares Poloni, na Comissão Temática Museu, Sociedade e Turismo. Ainda, outra atividade que se desenvolveu por esta ação foi a concepção, planejamento e execução de uma programação para a I Semana dos Idosos de Morro Redondo, que ocorreu entre o fim de setembro e início de outubro desse ano. A programação incluiu vídeos sobre a relação dos idosos com os patrimônios afetivos. Tais documentos foram elaborados por crianças das escolas públicas do município, durante entrevistas com os avós e/ou com idosos conhecidos. Esse material está em fase de catalogação a fim de ser disponibilizado aos públicos.

3. Levantamento do acervo edificado



avia três ações para concretizar o levantamento do acervo edificado que foram impossibilitadas de serem realizadas durante o ano de 2021. Tanto a identificação como a busca dos exemplares que permitiriam o inventário são atividades presenciais que demandam o trabalho de equipe em campo. Sem o levantamento, as duas atividades seguintes - seleção dos edifícios para o catálogo e modelagem digital de prédios - que podem ser realizadas de modo remoto, ficaram inviabilizadas. Conforme o relatório da coordenadora da ação, Professora Daniele Behling Luckow, a reorganização das atividades implicou no acréscimo de uma etapa de revisão bibliográfica sobre fontes e estudos da cultura local e patrimônio que devem subsidiar as futuras ações de identificação e levantamento do acervo (Fig. 4).

Este acervo não está concentrado em uma ou poucas das 15 colônias que constituem a área total, junto com o centro, da cidade de Morro Redondo. Portanto, o levantamento implica, primeiramente, em recorrer a extensão total do município. Um primeiro levantamento mapearia a área identificando e localizando os exemplares para que se pudesse proceder um estudo que definiria o acervo edificado. Na Fig. 4, uma das paredes da Galeria 3D, onde está a exposição Morro Redondo: Paisagens, foram reunidas fotografias que, feitas com outra finalidade, constituem um indicador do conjunto que poderá ser encontrado e definido como exemplar do acervo. De imediato, já se notam aspectos de semelhança e diferença entre os exemplares constantes no painel (Fig. 4). Embora a maioria dos registros seja sobre edifícios residenciais, há fotos de fábricas, monumentos religiosos, cemitério e inclusive, de prédios comerciais.

Figura 4: Exemplos da arquitetura colonial na área rural e centro de Morro Redondo



Fonte: Fotografias de Ubirajara Budin Cruz, expostas na exposição da Galeria 3D, Morro Redondo: Paisagens, fev/mar. 2021.

Profa. Daniele atua na UCPel com o programa de Apoio às Práticas Patrimoniais, que contribuiu com o I e II Seminário Internacional GIPC. No I Seminário Internacional com o tema geral Humanidades, Sociedade e Ambiente, a professora atuou como mediadora da mesa Patrimônios Material e Imaterial em Morro Redondo e no II com o tema Humanidades, Sociedade, Saúde e Ambiente propôs e desenvolveu com as professoras Laura Gomes Zambrano e Joseane da Silva Almeida a sessão de Comunicações Temáticas intitulada Patrimônio Cultural, sociedade e ambiente. A proposta reuniu 33 trabalhos, organizados em três salas, que apresentaram reflexões e exemplos sobre o patrimônio cultural e a sua relação com a sociedade, bem como sobre os processos de mediação entre a comunidade e as diversas intuições de salvaguarda. Foi uma oportunidade de aprofundar a discussão do patrimônio cultural como uma construção social que reflete o seu reconhecimento protagonizado pelo detentor destes bens, a comunidade.

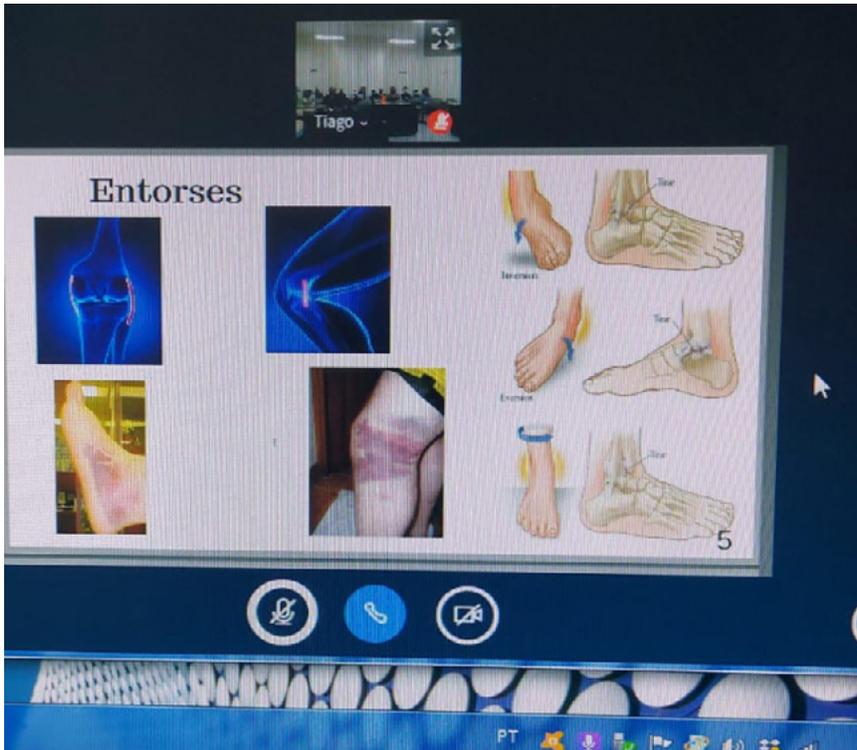
4. Curso de Primeiros Socorros para Cuidadores de Idosos do Município de Morro Redondo/ RS

 m abril de 2021, a municipalidade procurou-me para verificar a possibilidade de ampliarmos as ações do Polo, atendendo uma demanda premente no momento. Socorristas e demais agentes da saúde estavam necessitando de uma atualização para enfrentamento de questões advindas ou acirradas pela pandemia sobre o público de idosos. Procurei a professora Norlai Alves Azevedo, coordenadora de um projeto de extensão longo, criado em 1994 e em atividade contínua até os dias de hoje. Ofereceu diferentes edições que se desdobravam do seu objetivo geral, inclusive voltadas para o atendimento de demandas dos municípios. Sabedora do seu Programa “Treinamento de Primeiros Socorros para a Comunidade”, convidei-a a vincular seu projeto ao Polo MR, para desenvolvimento de uma ação específica. Apresentava-se, então, a prática concreta de gestão integrada, compatível com a proposta da Cátedra, tal como enunciou Oosterbeek (2020, p.47-48) sobre o modo como as dimensões podem, ou devem para os melhores resultados sociais, integrar-se:

[...] importa olhar para as dimensões da saúde/qualidade de vida - ambiente - economia como três componentes que precisamos de integrar melhor, numa lógica que os seres humanos entendam (não antropocêntrica, mas antropocêntrica), tendo a saúde e a qualidade de vida dos seres humanos como núcleo de intervenções estruturantes. As comunidades, maioritariamente, estão agora muito conscientes da importância do conhecimento e valorizam mais o conhecimento científico, o que implica a comunicação científica fora da lógica da “propaganda”, que caracteriza frequentemente o debate público sobre o ambiente e a biodiversidade.

Foram muitas reuniões nas quais o grupo de trabalho da professora Norlai estabeleceu um modo de ação considerando as limitações impostas pela pandemia. Os interesses do município, acordados nas reuniões definiram-se por cursos de atendimento pré-hospitalar e primeiros socorros para profissionais da área da saúde e cuidadores de idosos de Morro Redondo. Em maio foi aprovado o cronograma para desenvolvimento do curso. Na ocasião, devido ao grande número de infectados por COVID-19 na cidade, deslocando quase que a totalidade do contingente de pessoal da área da saúde para atendimento nos postos, realizou-se, primeiramente, o curso para cuidadores de idosos (Fig. 5). O curso dividiu-se em: Módulo I – Remoto (teórico); Módulo II – Presencial (parte prática), previsto para desenvolvimento no ano de 2022.

Figura 5: Print do conteúdo do Curso de Cuidadores de Idosos: primeiros socorros



Fonte: Acervo do Programa de Treinamento em Primeiros Socorros

Com larga experiência em cursos de formação e atualização em primeiros socorros, não foi difícil para a equipe perceber o que se fazia demanda atendível da Secretaria de Saúde do Município. Até então, o Polo conversava com a intendência e muito diretamente com a Secretaria de Educação, Cultura e Desporto. Já havia uma conversa contínua com a Secretaria de Desenvolvimento Rural e Turismo. Então, se fazia a vez da Assistência Social e Saúde. Portanto, em concordância com experiências de Gestão Integrada, anteriores, foi ofertado um curso focado em primeiros socorros tanto na prevenção de acidentes, como para atender casos de acidentes com pessoas idosas e procedimentos para evitar agravos à saúde e até mesmo óbitos.

O curso ocorreu entre agosto e outubro, com conteúdos voltados para o conhecimento sobre a prevenção de acidentes com idosos bem como à prática de primeiros socorros. Oportunamente, foram apresentadas as formas de prevenção contra covid -19.

5. As edições do Seminário Internacional de Gestão Integrada do Patrimônio Cultural



primeira edição do Seminário Internacional GIPC Humanidades, Sociedade e Ambiente (Fig. 6) ocorreu de 9 a 11 de dezembro de 2020, e teve como principal objetivo anunciar a implantação do Polo MR da Cátedra Unesco/IPT de Humanidades e Gestão Cultural Integrada do Território, como já dito no início deste relato.

Figura 6: Cartaz eletrônico do I Seminário Internacional GIPC



Fonte: Acervo do Polo MR

Foi, primeiramente, um evento acadêmico, no entanto, também foi uma estratégia de anúncio do trabalho para a comunidade de Morro Redondo. Os temas que foram desenvolvidos nas mesas, tiveram origem nas conversas entabuladas com a prefeitura e com outros agentes culturais da cidade.

Notadamente, foram temas que convergiram interesses locais com os princípios da Cátedra e pretendiam, inicialmente, dar luz aos modos da Gestão Cultural Integrada do Território aplicada ao Patrimônio. A abertura do evento foi muito importante para reforçar a chancela das instituições envolvidas e da Unesco (Fig. 7).

Figura 7: Mesa de abertura do I Seminário Internacional GIPC com a presença do Comitê Gestor do Polo MR e Fábio Eon, Escritório da Unesco Brasil



Fonte: Acervo do Polo MR

A organização contou com o apoio do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. objetivou-se reunir profissionais que pudessem, sob diferentes disposições, contribuir para a melhor forma de pensar as possíveis convergências disciplinares a serem realizadas no âmbito da Cátedra. Tal expectativa gerou três temas, que surgiram das conversas no grupo de trabalho: 1) Patrimônios Material e Imaterial em Morro Redondo: reuniu profissionais da área que discutiram, a partir deste município, questões inerentes às relações intrínsecas entre a materialidade e a imaterialidade do patrimônio cultural, colocando em foco a abordagem a partir do território; 2) Desenvolvimento territorial, cultura e turismo: partindo do roteiro de turismo rural de Morro Redondo, o núcleo da reflexão centrou-se nas possibilidades e riscos do turismo sustentável no que tange à permanência e incremento da cultura local; 3) As tradições doceras de Pelotas e Antiga Pelotas: foi o conteúdo mais intenso deste primeiro evento e o epicentro das discussões, já que tratou da salvaguarda do PCI aplicada às tradições doceras da região. Apresentou como principal

problema a resolver a identificação dos dispositivos a serem empregados pelos agentes públicos e pelos detentores dos conhecimentos tradicionais, voltados a sustentar a transmissão desses saberes. Buscou-se contemplar, também, os princípios das Humanidades, em uma discussão geral sobre desenvolvimento social e sustentabilidade. O evento, que contou com a presença do escritório da Unesco em Brasília (Dr. Fabio Eon) e do Presidente do CNPQ (Prof. Evaldo Vilela), teve uma forte repercussão e afirmou o território de Morro Redondo e a parceria inter-universitária como um polo relevante no quadro da ação piloto sobre “territórios de baixa densidade demográfica” integrado no novo programa da Unesco, BRIDGES (no quadro do programa MOST), coordenado pelo Instituto Terra e Memória e que inclui outros territórios na Europa, África e Ásia.

A segunda edição manteve o formato de estrutura em grandes temas e foi inevitável que desejando refletir sobre os conflitos da atualidade, não se colocasse em pauta parte de profundas questões que se revelaram durante as crises ocasionadas pela pandemia de Covid-19. Foi assim que a saúde ingressou como tema em 2021. Novamente, os temas definiram as atividades de cada dia e a novidade do ano foram as Comunicações Temáticas, expressivas de abordagens que se pretendia dentro dos temas (Fig. 8).

Figura 8: Cartaz eletrônico com divulgação do II Seminário Internacional GIPC

Início Sobre ▾ Gestão Integrada ▾ **Seminários ▾** Museu GIPC ▾ Publicações Contato

SEMINÁRIOS



A segunda edição do Seminário Internacional Gestão Integrada do Patrimônio Cultural pretende reunir interessados em desenvolver uma ampla discussão conceitual e compartilhar experiências diversas, que versem sobre as possibilidades da gestão cultural integrada como metodologia fundamental para a proposição e acompanhamento de ações que articulem sociedade e ambiente.

Fonte: Print do site do II Seminário Internacional GIPC. Acervo do Polo MR

A segunda edição obteve resultados expressivos no envolvimento da comissão científica com a programação do evento. Formada por membros da equipe e convidados externos, a comissão esteve responsável pela proposição e coordenação dos trabalhos inscritos nas Comunicações Temáticas (CTs), pelos convites feitos aos palestrantes das mesas redondas e aos conferencistas. A comissão organizadora, pouco numerosa, foi notoriamente eficiente na divulgação do evento. O apoio concedido pela Fapergs, na forma de financiamento de rubricas para contratação de serviços digitais, foi outro elemento diferencial na edição desse ano que permitiu que o evento operasse através de uma plataforma com funcionalidades necessárias à recepção de um número maior de participantes. Assim, nesta edição, todas as categorias de participantes foram ampliadas (Tabela 1).

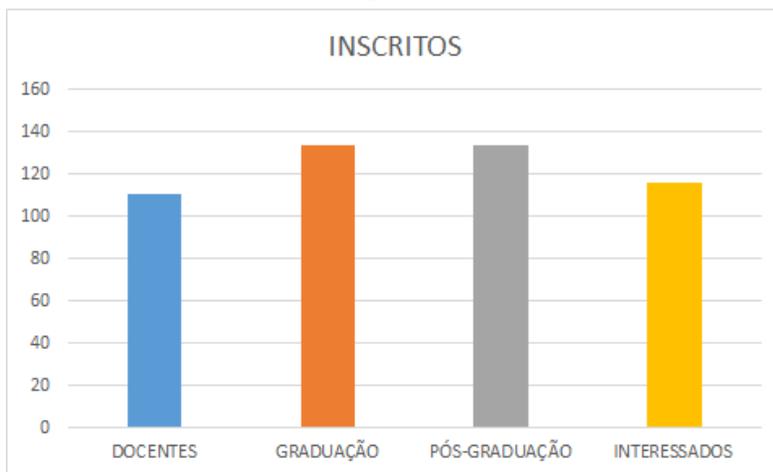
Tabela 1: Quantitativo de participantes e organizadores das atividades do II Seminário Internacional GIPC

Categoria de participantes no II GIPC/ 2021	Quantidade total
1. Participantes	566
2. Inscrições confirmadas	527
3. Autores de submissões nas Comunicações Temáticas	150
4. Trabalhos submetidos	86
5. Texto completo submetido para os Anais	62
6. Coordenadores e Avaliadores das Comunicações Temáticas	15
7. Coordenadores de Mesas Redondas	6
8. Palestrantes convidados para as Mesas Redondas	20
9. Coordenadores de Mesas Redondas	6
10. Conferencistas	3

Fonte: Organizado a partir dos dados da Plataforma do Evento (<https://www.even3.com.br/organizador/people/>)

Ainda sobre as inscrições, dois aspectos são notáveis: o equilíbrio do número de inscritos por categoria (Figura 9) e o atingimento de inscritos de outros estados (Fig. 10). Outro aspecto importante foi a composição das comissões de trabalho. Dos 23 membros da Comissão Científica, 12 eram convidados externos à equipe do Polo MR. Dos seis coordenadores de mesas, dois eram externos e das seis CTs, dos 15 coordenadores, nove eram externos.

Figura 9: Número geral de inscritos por categoria (professores, estudantes de graduação, estudantes de pós-graduação e interessados)



Fonte: Organizado a partir dos dados da Plataforma do Evento (<https://www.even3.com.br/organizador/people/>)

Figura 10: Esquema do número de inscritos por estado



Fonte: Organizado a partir dos dados da Plataforma do Evento (<https://www.even3.com.br/organizador/people/>)

A participação de outros pesquisadores que atuam com temas próximos foi um fator de ampliação dos referenciais teóricos, dos grupos de pesquisa envolvidos, das instituições e programas de pós-graduação que por meio dos convidados, compartilharam com o público do evento suas especificidades. Houve palestrantes de seis países além do Brasil: Argentina, Cabo Verde, Espanha, Itália, México e Portugal. Com os palestrantes brasileiros, 20 instituições estiveram presentes (Tabela 2) nas conferências e mesas redondas que resultaram em 19 entes de pesquisa representados, entre programas de pós-graduação, redes, centros e grupos de pesquisa (Tabela 3).

Tabela 2: Demonstrativo de instituições representadas no II Seminário Internacional GIPC

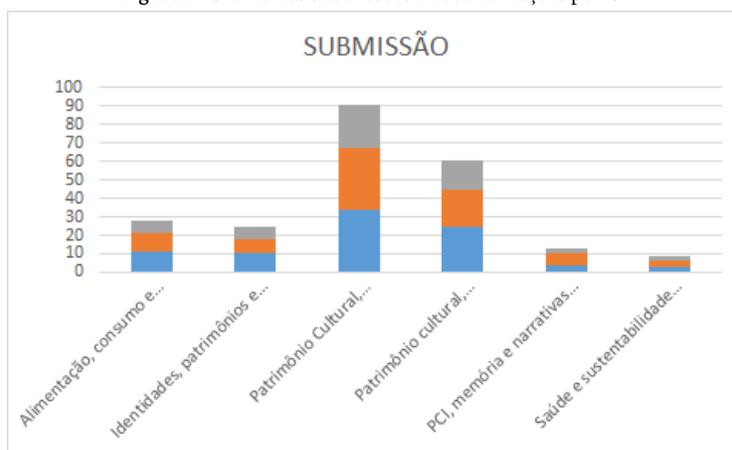
	Instituição	Convidado/a	Atividade
1.	Universidade Federal do Paraná	Aguinaldo dos Santos	Mesa Redonda
2.	UAEM - Universidad Autónoma del Estado de México	Angélica María Espinoza Ortega	Mesa Redonda
3.	Universidade Federal de Ouro Preto	Anny Jackeline Torres Silveira	Mesa Redonda
4.	Managic Office e Academy/SP	Antônio Roberto Oliveira	Mesa Redonda
5.	Universidad de Buenos Aires	Claudia Alejandra Troncoso	Mesa Redonda
6.	Universidade do Rio Grande	Daniel Prado	Mesa Redonda
7.	Doutoranda em Patrimônios Alimentares: Cultura e Identidade, Universidade de Coimbra, Portugal	Déborah Coimbra Nuñez Taschetto	Mesa Redonda
8.	Universidade de Coimbra, Portugal	Erika Marion Robrahn Gonzalez	Mesa Redonda
9.	Sociedade Italiana de Autores e Editores, Itália	Giulio Mogol	Mesa Redonda
10.	Instituto do Patrimônio Cultural de Cabo Verde	Hamilton Jair Moreira Lopes Fernandes	Mesa Redonda
II.	Universidad Autónoma Metropolitana, México	Ignacio López Moreno	Mesa Redonda

	Instituição	Convidado/a	Atividade
12.	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Jocelise Jacques de Jacques	Mesa Redonda
13.	Instituto Politécnico de Tomar, Portugal	Luís Mota Figueira	Conferência
14.	Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Portugal	Mario Caneva de Magalhães Moutinho	Mesa Redonda
15.	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Marta de Azevedo Irving	Conferência
16.	SAPIENZA Università di Roma, Itália	Maurizio Quagliuolo	Conferência
17.	Doutorando no Programa de Pós-Graduação de Ensino e História de Ciências da Terra da UNICAMP	Maxwell Luiz da Ponte	Mesa Redonda
18.	Fundação Oswaldo Cruz,	Renato Gama-Rosa Costa	Mesa Redonda
19.	Universidade Federal de Minas Gerais	Rita de Cássia Marques	Mesa Redonda
20.	I+D del Plan Nacional estatal, Espanha	Víctor del Arco Fernández	Mesa Redonda

Fonte: Organizado a partir dos dados da Plataforma do Evento (<https://www.even3.com.br/organizador/people/>)

Graças às CTs, alguns aspectos muito desejáveis ampliaram-se. Seja no local em que se encontram, seja pelas experiências compartilhadas, a diversidade dos participantes aumentou significativamente. A submissão de trabalhos por CT pode ser vista na Figura 11. Pesquisadores de diferentes níveis estiveram presentes na mesma sala, apresentando e discutindo projetos concluídos ou em andamento.

Figura II: Gráfico das submissões de comunicações por CT



Fonte: Organizado a partir dos dados da Plataforma do Evento (<https://www.even3.com.br/organizador/people/>)

Sobre o potencial dos temas tratados no evento, observa-se que o acesso após disponibilizar a gravação das atividades nas redes sociais, é significativo. Em 30 dias, a mesa redonda Identidade Regional e Gastronomia registrou 403 visualizações e Gastronomia e identidade: paisagens alimentares registrou 472, ambos os registros no Youtube. No mesmo canal, a mesa Sustentabilidade, Turismo, Saúde e Patrimônio Cultural registrou 447 visualizações. As demais atividades registraram entre 240 e 370 visualizações no mesmo canal e período. As transmissões foram feitas pelo Youtube e Instagram. As gravações de mesas redondas e conferências estão disponibilizadas na internet.

A discussão técnica científica dos conteúdos tratados pode, também, ser observada no vínculo dos convidados a programas de pós-graduação do Brasil e dos demais países, indicado na Tabela 3.

Tabela 3: Demonstrativo de programas de pós-graduação e redes de pesquisa representadas pelos convidados no II Seminário Internacional GIPC

Instituição	Programas de Pós-Graduação e Redes de Pesquisa
1. Universidade Federal do Paraná	Programa de Pós-graduação em Design da UFPR
2. UAEM - Universidad Autónoma del Estado de México	<ul style="list-style-type: none"> • Red Sistemas Agroalimentarios Localizados-México (REDSIAL-México) • Red temática del CONACYT • RedSIAL Americana

	Instituição	Programas de Pós-Graduação e Redes de Pesquisa
3.	Universidade Federal de Ouro Preto	Programa de Pós Graduação em História
4.	Universidad de Buenos Aires	Maestria Políticas Ambientales y Territoriales
5.	Universidade do Rio Grande	Mestrado Profissional em História
6.	Universidade de Coimbra, Portugal	<ul style="list-style-type: none"> • Doutorado em Patrimónios Alimentares: Cultura e Identidade • Centro de Geociências
7.	Universidad Autónoma Metropolitana, México	Grupo de Investigación Territorio, Cultura y Desarrollo (TECUDE)
8.	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Programa de Pós-Graduação em Design
9.	Instituto Politécnico de Tomar, Portugal	Centro de Tecnologia, Restauro e Valorização das Artes
10.	Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Portugal	Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento (CeIED)
11.	Universidade Federal do Rio de Janeiro	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS/IP/UFRJ) • Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (PPED/IE/UFRJ)
12.	UNICAMP	Programa de Pós-Graduação de Ensino e História de Ciências da Terra
13.	Fundação Oswaldo Cruz	Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde
14.	Universidade Federal de Minas Gerais	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de Pós Graduação em História • Pós-Graduação em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública

Fonte: Organizado a partir dos dados da Plataforma do Evento
(<https://www.even3.com.br/organizador/people/>)

Ainda destaca-se o fato de que outros programas de pós-graduação da Universidade Federal de Pelotas estiveram igualmente representados pelos convidados para a organização das comunicações temáticas, atividade já relatada que propiciou intensa troca de experiências e divulgação de projetos de pesquisa e extensão de diferentes instituições de ensino e pesquisa do Brasil e de Portugal.

Entende-se que a ampliação do escopo desta segunda edição foi possível em decorrência dos seguintes aspectos:

1. Vinculação com o Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural/ ICH/ UFPEL;
2. O apoio financeiro da FAPERGS;
3. A relação com o projeto CAPES Print/UFPEL Alimentos e Identidade;
4. A qualidade técnica-científica dos coordenadores de mesas redondas e comunicações temáticas;
5. A excelência técnica-científica dos conferencistas e palestrantes convidados;
6. O envolvimento da equipe organizadora;
7. O compromisso assumido e cumprido dentro dos prazos da comissão científica;
8. A divulgação nas redes sociais;
9. O apoio da equipe técnica da UFPEL.

Por fim, concluímos que:

1. O modo de evento virtual permitiu, com baixo custo, a presença de convidados de seis países: Argentina, Cabo Verde, Espanha, Itália, México e Portugal. Destaca-se o fato de que alguns brasileiros convidados que aceitaram participar do evento estão residindo em outro país, no momento.
2. Igualmente, a numerosa participação de comunicadores e ouvintes foi possível, em grande parte, pelo fato de que o evento foi em modo virtual.
3. A operação de todas as atividades por meio de uma plataforma de eventos com funcionalidades de gerenciamento de inscrições e submissões, além da publicação dos Anais, foi recurso imprescindível para o volume de inscritos e autores participantes. Em modo presencial, seria necessário contar com uma equipe numericamente indisponível.
4. A possibilidade de gravação das atividades do evento e disponibilização na internet permitiu um atingimento de público que deverá continuar crescendo nos próximos meses.
5. A integração dos temas propostos deveu-se ao fato de que o núcleo conceitual do evento, qual seja a gestão integrada do patrimônio cultural, foi abordado em temas transversais de grande atualidade.
6. Intensificou-se a discussão sobre o Polo MR.

7. O aspecto negativo do evento online é o fato de que o contato entre as pessoas é, em grande medida, o vetor de desdobramentos possíveis que não se oportunizam no modo virtual.

No entanto, um levantamento dos resultados com o público de participantes poderá fornecer alguns dados importantes para considerarmos novas ações em edições futuras e que resultem decisões qualitativas sobre futuras propostas temáticas. A coleta desses dados será feita após o encerramento total do evento, que será marcado pela publicação das Actas.

6. Relação com outros eventos e publicações

6.1. Eventos

Em concordância com o princípio de trabalho em rede, que orienta as cátedras UNESCO, o Professor Luiz Oosterbeek vem mantendo o grupo informado sobre eventos e publicações que possam intensificar a participação da equipe do Polo MR em instâncias internacionais de discussão sobre conceitos importantes às ações que se desenvolvem. Três convites encaminhados pelo Prof. Oosterbeek geraram participações de presença e divulgação do Polo MR em instâncias internacionais. A saber:

1. Participou-se, a convite do Prof. Oosterbeek, President, do Conselho Internacional de Filosofia e Ciências Humanas (CIPSH), do Dia Mundial da Lógica (WLD). Esta celebração foi proclamada na 40.^a Conferência Geral da UNESCO, em 2019 e o CIPSH foi encarregado de coordenar as celebrações que ocorressem em todo o mundo. Como ação própria, o CIPSH convidou todas as organizações e pessoas de todos os países para contribuir com um ou ambos os modos apresentados, a saber: uma carta de apoio à organização do Dia Mundial da Lógica, contendo a importância dessa para a área de atuação; e um vídeo sintético do pesquisador envolvido, com igual direcionamento. A participação do Polo MR deu-se com o envio de um vídeo gravado pela Professora Ingelore Scheunemann⁸ e uma carta de apoio escrita por mim⁹.

2. Também a convite do Prof. Oosterbeek, feito a entidades e pesquisadores de todo o mundo, participamos do VII APHELEIA (Humanities

8 SCHEUNEMANN, Ingelore. Vídeo para Conseil International de Philosophie et des Sciences Humaines (CIPSH): *World Logic Day 14 January*: Polo MR. Disponível em: <http://wld.cipsh.international/> 2021.

9 MICHELON, Francisca F.. Letter of support to Conseil International de Philosophie et des Sciences Humaines (CIPSH): *World Logic Day 14 January*. Disponível em: <http://wld.cipsh.international/support/FurtherLetter/World%20Logic%20Day%20%20FFMichelson.pdf/> 2021.

European Association for Cultural Integrated Landscape Management) SEMINAR CO-TRANSFORMING LANDSCAPES from environmental constraints to human cultural agency (<http://www.apheleiaproject.org/apheleia/>) com a lecture Pole MR - UNESCO-IPT Humanities Cultural Integrated Landscape Management (HUM.CILM): A Report on Integration during the Pandemic¹⁰. O texto da lecture foi encaminhado para publicação do evento.

3. Também em resposta a um convite enviado para vários pesquisadores, pelos Professores Oosterbeek e Luís Mota, para colaboração na edição de um livro eletrônico sobre o tema “ Turismo Mundial, Crise Sanitária e Futuro - novos tempos; novos ritmos”, que seria editado por ocasião da Conferência Europeia das Humanidades, organizada conjuntamente pela UNESCO, CIP-SH e FCT, enviei um capítulo intitulado Turismo na Pandemia de COVID-19: Sustentabilidade em Roteiros Rurais¹¹. O Livro Foi Publicado em agosto de 2021.

E ainda está em curso uma parceria com o Instituto Terra e Memória, Mação, Portugal (<http://www.pacadnetwork.com/itm/>) para a publicação de dois livros eletrônicos oriundos do trabalho do Polo MR.

6.2. Publicações

Como decorrência da organização do I Seminário Internacional GIPC, foi publicado o livro homônimo¹² com textos que versaram sobre sustentabilidade e patrimônio cultural em ambientes rurais. A apresentação do livro é feita pelos dirigentes das instituições envolvidas e conta com a apresentação de Fábio Soares Eon, Coordenador de Ciências Humanas e Sociais e Ciências Naturais da UNESCO no Brasil e o posfácio de John Crowley, Chefe da Seção de Pesquisa, Política e Prospectiva do Setor de Ciências Sociais e Humanas da UNESCO, entre outros textos que situam a Cátedra em âmbito internacional.

10 MICHELON, Francisca F.; SCHEUNEMANN, Inguelore; NUNES, João F.L. Pole MR - UNESCO-IPT Humanities Cultural Integrated Landscape Management (HUM.CILM): A Report on Integration during the Pandemic. Lecture. VII SEMINAR CO-TRANSFORMING LANDSCAPES from environmental constraints to human cultural agency. APHELEIA (Humanities European Association for Cultural Integrated Landscape Management), 21 may 2021.

11 MICHELON, Francisca F. Turismo na Pandemia de COVID-19: Sustentabilidade em Roteiros Rurais. In FIGUEIRA, Luís Mota; OOSTERBEEK, Luiz. **Turismo Mundial, Crise Sanitária e Futuro: novos tempos, novos ritmos**. Tomar: IPT, 2021, p. 201-218. Acesso: http://www.cda.ipt.pt/download/Livros/novos-tempos-novos-ritmos-ebook_compressed.pdf.

12 OOSTERBEEK, Luiz; SCHEUNEMANN, Inguelore; MICHELON, Francisca Ferreira; NUNES, João Fernando Igansi (org.). **Gestão integrada do patrimônio cultural: humanidades, sociedade e ambiente**. Pelotas: Editora da UFPel, 2020. Acesso: <http://guaiaaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/6668>

Está em curso a produção das Actas do II Seminário Internacional GIPC: humanidades, saúde, sociedade e ambiente a ser publicada pela Even3; o segundo livro da Gestão integrada do patrimônio cultural: humanidades, saúde, sociedade e ambiente, a ser publicado em Mação, Pt, em parceria com o Instituto Terra e Memória.

Durante a 7ª Semana Integrada de Inovação, Ensino, Pesquisa e Extensão - SIIPE/UFPEL, os estudantes envolvidos com o projeto inscreveram seus trabalhos: 1) Laila da Silva Oliveira, orientada por Francisca Ferreira Michelin, apresentou: Um Museu Virtual para o Patrimônio Imaterial: o caso do Museu Polo Morro Redondo; 2) Rayza Roveda Ataídes, orientada por Francisca Ferreira Michelin, apresentou: Dinâmicas Territoriais Aplicadas ao Patrimônio Cultural, uma Experiência na Cidade De Morro Redondo/RS; 3) Amanda Pinheiro Rodrigues, orientada por Francisca Ferreira Michelin, apresentou Curso de Primeiros Socorros para Profissionais da Área da Saúde da Cidade de Morro Redondo, uma Proposta de Parceria entre Projetos de Extensão; 4) Giane Trovo Belmonte, orientada por Francisca Ferreira Michelin, apresentou Salva-guarda da Tradição dos Doces Coloniais da Antiga Pelotas – Morro Redondo/RS; 5) Gianluca Buzô, orientado por João Fernando Igansi Nunes, apresentou Ambiente virtual para a Gestão Integrada do Patrimônio Cultural: por uma comunicação para todos.

7. Outros Resultados

7.1. Participação da Comunidade

A maior reunião acontecida entre o grupo de trabalho e o Polo MR data de 24 de fevereiro de 2021. Reuniram-se em um sala virtual, a convite do Comitê Gestor e com a participação da Municipalidade, diferentes segmentos da comunidade de Morro Redondo (Fig.12).

Figura 12: Print da Sala Virtual com a Reunião do Polo MR com representantes de comunidades



Fonte: Acervo do Polo MR.

Estiveram presentes 17 representantes de 16 grupos ou instituições: Daniel Vaz Lima (GT Salvaguarda da Tradição Doceira); Adriane Lobo (Sistema Agroflorestal Doceiro – SAF Doceiro); Ana Elisiane Borges de Freitas (CTG Cancela Grande e Creche); Silvia Klumb Kuhn (Centro de Referência da Assistência Social e Morro Redondo); Odeane Schug Pereira Simões (Grupo Quilombola Pérolas Negras); Patrícia Hackbard (Associação Amigos da Cultura); Karin Peglow (Emater-RS/Ascar); Sabrina Waltzer (Grupo Stiepen Morro Redondo); Andrea Denise Hildebrandt Noronha (Embrapa); Pedro Vieira (Conselho de Turismo); Guilherme Marten (Centro de Dirigentes Lojistas-Morro Redondo); Pe. Volmar (Sede Paroquial Comunidade Luterana – EICLB); Camilo Luiz Vaz Barbosa e Djandira Nizolli (Associação Agroafetivaecológica); Vivian Thiel Riques (Conselho de Pais e Mestres Bonfim); David Schiavon (Matriz Comunidade Católica); Raquel Müller (Comunidade Espírita Oásis da Luz). O objetivo da reunião foi apresentar os objetivos do Polo e demandar uma representação da comunidade no Comitê Gestor. Desse modo, após todas as apresentações dos membros do grupo e convidados o Prof. Luiz Oosterbeek, do Instituto Politécnico de Tomar, líder da Cátedra, apresentou os objetivos dessa e a Profa. Inguelore Schneumann apresentou o Polo e a escolha de Morro Redondo para sediar-lo.

Além da sua finalidade imediata – ingressar a representação da comunidade no Comitê Gestor, já contemplado pela representação do poder público

municipal – a reunião foi importante em aspectos fundamentais para o momento, quais sejam: 1) informar e esclarecer os princípios da Cátedra, por meio das ações do Polo; 2) escutar as demandas e expectativas da comunidade em relação ao trabalho que poderá ser desenvolvido e 3) posicionar-se, conscientemente, sobre uma agenda de ações construídas com o município, nas suas diferentes conformações.

Essa reunião marcou o início de um segundo trabalho que aconteceria ao longo de todo o mês de abril. Apresentada a proposta da Galeria 3D, seguiu-se o convite para que a comunidade acompanhasse a elaboração do espaço virtual.

Figura 10: Print da Galeria 3D em parede virtual onde estão colocadas as fotos de todos os entrevistados da comunidade de Morro Redondo em trabalho de levantamento para a exposição Morro Redondo: Paisagens.



Fonte: Acervo do Polo MR.

7.2. Edital de vagas remanescentes

Estabeleceu-se junto ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural um edital com as vagas remanescentes do processo de seleção regular, para ingresso de projetos de mestrado que atendessem o desenvolvimento social da microrregião de Pelotas, com vistas a contemplar um

dos três grandes focos temáticos voltados para a intensificar a relevância social e regionalização das pesquisas no âmbito dos municípios da região: 1) Sustentabilidade, Turismo e Patrimônio Cultural; 2) Gastronomia, Desenvolvimento e Identidade Regional e 3) Ruralidade e Patrimônio Imaterial. Necessário dizer que Morro Redondo encontra-se nessa região. Os temas já constituíam focos do Polo MR e depois reapareceriam no II Seminário Internacional GIPC. Das quatro vagas, duas foram ocupadas com projetos de Morro Redondo, em desenvolvimento desde abril.

7.3. Galeria Virtual Gestão Integrada do Patrimônio Cultural

Dentro do site GIPC implantou-se a Galeria Virtual Gestão Integrada do Patrimônio Cultural, nele identificada como Galeria 3D. O trabalho de implantação desse espaço é resultado do vínculo com outro projeto de extensão, Museu Virtual da UFPel. O trabalho de desenvolvimento do ambiente virtual que simula a experiência real do sujeito num espaço expositivo, foi desenvolvido pelos acadêmicos Gianluca Buzô (Bacharelado em Ciência da Computação) e Maurício Montone (Bacharelado em Cinema) com apoio de Edemar Xavier (Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo) e Lucas Zanusso Morais (Bacharelado em Engenharia da Computação). O ambiente foi implementado com a utilização de técnicas comuns aos games buscando atingir, sobretudo, um público mais jovem.

Por ser um ambiente em 3D, foi necessário deixá-lo aparentemente o mais próximo da realidade possível. Como o local físico existe, foram usadas as plantas baixas do prédio da antiga fábrica Laneira S.A. com a mesma escala e dimensão gerada por outro projeto chamado Laneira Casa dos Museus. Trata-se de um projeto de requalificação e reuso da maior parte do espólio industrial que foi realizado em 2014. Para fazê-lo foi necessário realizar o levantamento detalhado do conjunto de edifícios no local. O projeto previa o estabelecimento de três museus, área de ensino para os cursos de Museologia e Conservação e Restauração e uma área de eventos. A parte do projeto que foi modelada corresponde ao local do projeto físico onde seria instalado o Museu Virtual da UFPel. Foram empregados vários recursos digitais para viabilizar a primeira versão, que foi colocada em funcionamento no site https://wp.ufpel.edu.br/gipc-morro-redondo/iframe_galeria. A área modelada do projeto Laneira Casa dos Museus apresentava, no projeto arquitetônico, a manutenção de vários elementos fabris da antiga fábrica, que foram intensificados na modelagem para dar ao visitante a imersão em um patrimônio industrial. Assim, texturas, cores, aparências dos materiais rústicos foram mantidas. Em um segundo momento, será modelado um espaço de apoio para a Galeria cuja finalidade seja dar acesso aos vídeos

que estão sendo feitos a partir das entrevistas com a comunidade. São vídeos curtos e temáticos, que pretendem apresentar os pontos de vista das pessoas que habitam a cidade, sobre o seu patrimônio.

Figura 11: Print da entrada da Galeria 3D com a marca criada para o local.



Fonte: Acervo do Polo MR.

7.4. Morro Redondo: Paisagens

Inicialmente, a proposta da exposição, discutida com os representantes da municipalidade, enfatizaram que a característica de Morro Redondo a ser primeiramente destacada deveria ser a sua ruralidade. Portanto, seria desejável que Morro Redondo viesse a ser apresentado a partir das suas zonas rurais, comumente chamadas de colônias.

O fotógrafo convidado para fazer o registro desses locais foi o bibliotecário de profissão, colega da UFPel, Ubirajara Budin Cruz. Trata-se de um fotógrafo amador com muita afinidade pela região e uma visão mais despojada sobre os cenários.

Foi com essa exposição de fotografias que se inaugurou a Galeria 3D. Trata-se de exposição aberta e continuada que irá incluir vídeos, novas fotos e textos. Pretende-se abordar as muitas paisagens de Morro Redondo: paisagem natural, os modos de vida e trabalho, o empreendedorismo, o patrimônio cultural, o turismo, as tradições e a diversidade da região.

Os vídeos mencionados no item anterior, estão sendo feitos a partir de aspectos que caracterizam os modos de vida na cidade. Ainda, gerou-se um banco de imagens sobre a área rural de Morro Redondo, que ainda carece de detalhamento. Todas as ações foram realizadas em modo virtual.

Figura 12: Print da entrada da exposição Morro Redondo: Paisagens na Galeria 3D.



Fonte: Acervo do Polo MR.

7.5. Relação com o projeto Capes PrInt UFPEL

O Programa Institucional de Internacionalização Capes Print objetiva fomentar a construção de redes de pesquisa internacionais bem como estabelecer estratégias para a internacionalização do pós-graduação das instituições. Para tanto, prevê a mobilidade de docentes e discentes para instituições estrangeiras, bem como a recepção de pesquisadores para fortalecer a formação de redes de pesquisas internacionais.

O Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural participa do Capes Print UFPEL por meio de dois projetos e um deles apresenta-se passível de articulação com as ações do Polo MR. Trata-se do projeto Alimentação, Cultura e Identidade, cujo escopo é tratar dos modos como se estabelecem as relações entre o alimento e as culturas, de modo que delas entendam-se identidades sócio culturais, definidas em determinados contextos.

Desse modo, pelos conteúdos de trabalho do professor visitante Dr. Ignacio López Moreno, pesquisador e docente da Universidad Autónoma Metropolitana / México, foi possível organizar um workshop presencial em Morro Redondo no qual o docente desenvolveu dois temas imbricados: a patrimonialização da alimentação na contemporaneidade e a antropologia do alimento. Na ocasião, a maior parte do público participante era de pessoas da cidade ligadas à prefeitura, à associação dos empreendedores turísticos, dos grupos culturais e dos grupos envolvidos com a salvaguarda da tradição doceira do doce colonial. Sobretudo, nas visitas técnicas espera-se identificar muitas possibilidades de trabalho conjunto com a comunidade.

Figura 13: Cartaz eletrônico de divulgação da ação em Morro Redondo.

Conferência Magistral
"Patrimonialização da Alimentação no Mundo Atual"

Workshop
"Antropologia da Alimentação"

Ministrante:
Prof. Dr. Ignacio Lopez Moreno
Universidad Autonoma Metropolitana do México

Data: 27 de outubro
Horário: das 9h às 17h (com visitas técnicas na parte da tarde)
Local: Salão da Câmara dos Vereadores de Morro Redondo
Avenida dos Pinhais, 63
Vagas: 10
Inscrição: <https://forms.gle/twEBo6XEYJPnm62q9>

Organização

Promoção

Logos de organizações: Prefeitura de Morro Redondo, Programa de Pós-Graduação em História Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pernambuco, GIPC, IGCATOLICA, Prefeitura de Morro Redondo, CAPES PRINT UFPEL.

Fonte: Acervo do Polo MR.

8. Objetivos atingidos e outros para o futuro



o final de doze meses de trabalho, observa-se maior motivação da municipalidade para o reconhecimento do patrimônio cultural material da cidade de Morro Redondo. Entende-se que esse é um passo essencial para que se gerem valores e vontades de preservação e salvaguarda. Portanto, o sentimento que já existe para a tradição doceira pode ser plasmado como um futuro breve para o patrimônio material.

No bojo desta expectativa, articulam-se diferentes discussões sobre as possibilidades de geração de renda, diminuição da evasão de jovens e promoção do turismo.

Em texto recentemente publicado, o Prof. Oosterbeek, líder da Cátedra, citado algumas vezes neste relatório, escreveu que: “Os momentos de transformação, como o que vivemos, devolvem aos cidadãos o poder de reorganizar o futuro, os seus valores e as suas instituições”. Morro Redondo parece estar nesse rumo, questionando as ações isoladas na sua eficácia e apostando em integração de trabalho que reorganize os diferentes territórios implicados pelas representações que se aproximam e compartilhem suas dúvidas sobre o futuro porque, voltando às palavras do Prof. Oosterbeek: “Partir da valorização dessa dúvida para formular interrogações estruturadas sobre o futuro, é a missão e a condição de viabilidade do ensino superior”.

Morro Redondo é uma cidade que reúne diversas características positivas para ser compreendida como um lugar onde importantes investimentos culturais e sociais podem ser feitos com garantia de retorno para sua população. Em um território de modesta amplitude, possui belezas naturais diversas que se renovam a cada estação e que lhe atribuem dinamicidade e variedade. São muitas as culturas que ali se apresentam: diferentes pessoas com memórias que lhes são próprias.

No entanto, questões que implicam na sobrevivência – e, mesmo neste território muito fértil, há muitas – acabam impactando na manutenção ou transformação dos fatos culturais. A produção do doce colonial demanda matéria prima, na sua grande parte, sazonal. As famílias produtoras do doce encontram dificuldades para o cultivo dos pomares que fornecem as frutas. Muitas vezes obrigam-se a compra-las congeladas e mesmo assim, tornam-se dependentes de uma rede de produção instável. A confecção do doce artesanal é lenta e o modo tradicional de produzir é incompatível, sob aspectos, às vezes determinantes, com as exigências da segurança alimentar. Os jovens que querem continuar os estudos no ensino médio deslocam-se para outras cidades e se avançarem, tentarão um curso superior, provavelmente em Pelotas. As famílias do meio rural ainda tiveram que enfrentar a pandemia e agora, a crise econômica que vem como um tsunami depois do sismo. O quadro que se desenha não é

favorável nem economicamente, nem socialmente. A pergunta que se coloca é qual será o nosso papel, como grupo de trabalho, diante desta situação?

Fomos eficazes em estabelecer um diálogo contínuo com a comunidade. Houve êxito na inserção do Polo MR no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Conquistamos a confiança da municipalidade e o respeito de muitos grupos locais. Foram 12 meses de aproximação efetiva. Sob o ponto de vista da integração com outros projetos, também obtivemos avanços. Sobre a salvaguarda, fomos ativos e estamos orientando um levantamento importante junto às famílias.

Agora, diante de um diagnóstico decorrente da proximidade, devemos nos preparar para ações mais efetivas no que tange a uma gestão integrada, cujo epicentro seja o patrimônio cultural. Estaremos atentos às oportunidades de diálogo e parcerias, cuidaremos do local e integraremos com o global, mas, protetivos, para que os caminhos de identidade não se diluam e fortaleçam esse território tão consciente de sua condição memorial.

Referências

OOSTERBEEK, Luiz. A Cátedra Humanidades e Gestão Cultural Integrada do Território: um contributo em rede para um novo paradigma de sustentabilidade. *In* OOSTERBEEK, Luiz et al (org.). **Gestão integrada do patrimônio cultural: humanidades, sociedade e ambiente**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2020.

SHEUNEMANN, Inguelore. Gestão Integrada do Território na Constituição do Polo MR. *In* OOSTERBEEK, Luiz et al (org.). **Gestão integrada do patrimônio cultural: humanidades, sociedade e ambiente**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2020.

Fontes

International Council of Philosophy and Human Sciences (CIPSH). **World Logical Day - WLD**. Disponível em <http://wld.cipsh.international>.

LUCKOW, Daniele Behling. **Relatório parcial da ação Levantamento do acervo edificado**. Plano de Trabalho do Acordo de Cooperação nº 015/2020. Pelotas: out. 2021. [n/p]

NUNES, João Fernando Igansi. **Relatório parcial da ação Caminhos de Morro Redondo**. Plano de Trabalho do Acordo de Cooperação nº 015/2020. Pelotas: out. 2021. [n/p]

RIBEIRO, Diego Lemos; MESSIA, Andréa. **Relatório parcial da ação Museu como Lugar de Encontros**. Plano de Trabalho do Acordo de Cooperação n° 015/2020. Pelotas: out. 2021. [n/p]

Plataforma Even3. II Seminário Internacional Gestão Integrada do Patrimônio Cultural – Humanidades, Sociedade, Saúde e Ambiente. 14/09/2021 – 16/09/2021. Disponível em: <https://www.even3.com.br/gipc2021/>

Projeto **Alimentação, Cultura e Identidade**. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/print/files/2019/02/Food-Culture-and-Identity.pdf>

Projeto **Programa de Treinamento em Primeiros Socorros Para a Comunidade**. Disponível em: <https://cobalto.ufpel.edu.br/projetos/coordenacao/projeto/editar/1450>

Sustentabilidade e compatibilidade para visitantes e habitantes: o auxílio de uma gestão de qualidade do Patrimônio material e imaterial

| Maurizio Quagliuolo



el 1309 la città toscana di Siena, in Italia, pubblicò uno Statuto comunale che si può definire rivoluzionario e moderno. Il testo non era più accessibile solamente a chi conoscesse il latino, lingua colta dei documenti ufficiali, ma anche a chi parlasse il volgare italiano, in qualche modo democratizzando l'accesso alle regole e alle informazioni.

Il documento era scritto a chiare lettere ed esposto in pubblico assicurandolo fermamente con una catena per non essere manomesso, come oggi chiederemmo ad un inventario di oggetti di valore culturale di essere rilegato.

Inoltre, questo Statuto metteva al centro il benessere dei cittadini tutti, colti e non, e della città che se ne giovava in onore e prosperità; per il decoro della «*bellezza della città, per cagione di diletto e allegrezza ai forestieri, per onore, prosperità e accrescimento della città*». ⁴

Una visione molto attuale, già viva 700 anni fa. Oggi, nell'ambito di una sempre crescente attenzione alla salvaguardia dell'ambiente e al miglioramento delle condizioni di vita parliamo, da tempo, di *Smart Cities*,⁵ e da un po' meno tempo di *Smart Villages*.⁶

Ma queste definizioni molto "alla moda" (anche se non sempre espresse in modi coerenti fra loro) non bastano a rafforzare, nell'immaginario collettivo, il senso della necessaria partecipazione all'obiettivo da parte della più ampia collettività, tranne che nel caso di alcuni diretti interessati che lanciano o fanno

4 Cfr. *Il Costituto del Comune di Siena volgarizzato nel MCCCIX-MCCCX*, a cura di M.S. Elsheikh, Volume I; *Il Costituto del Comune di Siena volgarizzato nel MCCCIX-MCCCX*, a cura di M.S. Elsheikh, Volume II; *Il Costituto del Comune di Siena volgarizzato nel MCCCIX-MCCCX*, a cura di M.S. Elsheikh, Volume III (Glossario); *Il Costituto del Comune di Siena volgarizzato nel MCCCIX-MCCCX*, a cura di M.S. Elsheikh, Volume IV (Indice rubriche).

5 Cfr. la definizione dell'EU come "A smart city is a place where traditional networks and services are made more efficient with the use of digital solutions for the benefit of its inhabitants and business" (https://ec.europa.eu/info/eu-regional-and-urban-development/topics/cities-and-urban-development/city-initiatives/smart-cities_en)

6 Cfr. https://enrd.ec.europa.eu/enrd-thematic-work/smart-and-competitive-rural-areas/smart-villages_en

propria l'idea –ad esempio in agricoltura piuttosto che nelle infrastrutture-. Mentre la visione che sta alla base rimane spesso sostanzialmente estranea alle scelte che porterebbero alla vera ed eventualmente globale realizzazione di una realtà (di nuovo) a misura d'uomo, complici anche una consistente parte di mercato che ancora fa della logica del profitto e della concorrenza sul prezzo (spesso abbinato a prodotti e servizi “non smart”) il proprio cavallo di battaglia o infrastrutture insufficienti a fare scelte di vita diverse come nel caso di collegamenti stradali o di mezzi di trasporto inadeguati, piuttosto che una connettività telefonica o di rete insufficiente.

Tutto questo mentre situazioni estreme, come la recente pandemia da COVID-19, hanno portato all'attenzione in maniera repentina, certamente molto più velocemente che i graduali cambiamenti personali o sociali, l'utilità di modelli insediativi e di vita legati a scelte “diffuse”, in cui si possano attuare modelli di vita salutari, soddisfacenti, con maggior tempo libero, di lavoro a distanza dove possibile, con maggiore spazio fisico a disposizione. Molto spesso anche con un evidente risparmio in termini di risorse finanziarie personali e familiari.

In effetti, non basta essere *Smart* cioè astuti, furbi, scaltri, accorti o alla mano, o come si vuole tradurlo, nelle nostre città o villaggi, ma occorre arricchire il termine e fondare le ‘trovate’ e le iniziative sulla base di un profondo senso di appartenenza che la cultura può dare (come ci insegnano i cosiddetti *ecomusei*),⁷ se adeguatamente gestita. Nel nostro caso ci siamo limitati ai piccoli o piccolissimi centri come luogo elettivo per la costruzione di una buona qualità di vita (personale, lavorativa, collettiva) grazie all'eredità storica: la cultura aiuta l'equilibrio dello sviluppo.

Per questo si è volto aggiungere la componente storico culturale definendo queste realtà come *Historic Smart Villages* (e non più solo *Smart Villages*)

7 “La definizione originale sviluppata da Georges-Henri Rivière e Hugues de Varine è stata adottata nel 1971 alla nona conferenza del Consiglio internazionale dei musei in questi termini: “Museo esplosivo, cioè senza muri, interdisciplinare, che mostra l'uomo nel tempo e nello spazio, nel suo ambiente naturale e culturale, invitando l'intera popolazione a partecipare al proprio sviluppo con vari mezzi di espressione, basati essenzialmente sulla realtà dei luoghi, degli edifici, degli oggetti, delle cose reali che esprimono più delle parole o delle immagini che invadono la nostra vita”.

La nuova formula museale dell'Ecomuseo, teorizzata da Hugues de Varine e da George-Henri Rivière, nacque infine in Francia nel 1971 con l'esperienza di Le Creusot Montceau-Les Mines e si concretizzò in un nuovo tipo di museo legato alle comunità locali, condivisibile dalla maggioranza della popolazione e degli addetti ai lavori. E' bene ricordare che all'inizio si parlò di “*musée éclaté*”, ossia di “*museo esplosivo*”, cioè senza limiti di spazio definito da un edificio. L'idea che non tutto il patrimonio culturale materiale e immateriale potesse essere racchiuso in uno spazio definito, sviluppa una nuova consapevolezza di responsabilità sociale degli abitanti del luogo che esprimono la loro identità.(cfr. Dario Angelini, *Ecomusei e la Cultura Materiale e Immateriale*, tesi di Dottorato di Ricerca in Storia della Cultura e della Tecnica, ciclo XXIV, a.a. 2011-2013, Università degli Studi di Palermo.

e fatto ricorso al modello HERITY, che prevede 4 aree sulla base di un processo logico che parte dal riconoscimento del Valore, prosegue con la sua Conservazione, la Comunicazione del messaggio o dei messaggi che può veicolare, fino alla costruzione di economia (chiamati “Servizi” nel modello), possibile solo dopo che le altre aree abbiano avuto una corretta gestione.

Il modello si basa *in primis* sul *consenso sociale*: il valore del Patrimonio Culturale infatti, materiale o immateriale, non è mai assoluto, ma funzione della percezione che collettività locale o globale è in grado di attribuirgli.⁸ Le stesse scelte “colte” di società occidentali attuali, come l’Italia degli anni ’30 del ’900, decisero ad esempio la distruzione di tante ‘superfetazioni’ barocche alla ricerca della ‘purezza’ delle forme romaniche; una cosa che, non sarebbe accaduta in America Latina. Il valore, quindi, è sostanzialmente un *contratto sociale* fra diverse componenti della collettività e i loro diversi, nulli o totali gradi di apprezzamento, un po’ come il filosofo Thomas Hobbes l’avrebbe pensato.

Solo quindi *se* esiste una qualche percezione di valore, più o meno diffusa, qualcuno si (pre)occuperà di conservare determinato patrimonio culturale, attraverso tutte quelle pratiche che vengono raggruppate sotto i nomi di Conservazione preventiva, Conservazione Curativa, Restauro (l’ultima risorsa; come per la medicina, se possibile è meglio agire preventivamente che essere costretti all’intervento chirurgico). Così facendo, consentirà di comunicarne il messaggio o i messaggi.

Anche la Comunicazione (area sotto la quale il modello HERITY raccoglie la Ricerca, necessaria a creare contenuti per la comunicazione; l’Educazione (nella quale vengono ricomprese la didattica, la sensibilizzazione o logiche *Awareness*, la dissezione di strumenti di difesa come nel caso dell’*Advocacy*); l’Accessibilità (cioè le modalità di rendere comprensibile il messaggio al maggior numero di persone possibili, che a sua volta si divide in fisica, culturale ed economica⁹ e che include anche l’Usabilità); e infine la Promozione, cioè la diffusione del messaggio a fini di ampliamento dell’*audience*, anche con risvolti economici (che include i rapporti con la stampa, la pubblicità e altri mezzi usati per lo specifico scopo oltre che per la trasmissione del messaggio principale, come i *Social Media*).

Infine, se tutto questo è vero, avremo i contenuti, le condizioni e gli strumenti per la costruzione di uno sviluppo, come insiste a chiamarlo HERITY, *compatibile* e *sostenibile*, e quindi la creazione di condizioni per uno sviluppo

8 Cfr. M. Quagliuolo, “Quality Management at World Heritage Sites: challenges”, in M. Quagliuolo, D. Delfino (ed.), *Quality Management of Cultural Heritage: Problems and best practices*, “Proceedings of the XVII UISPP World Congress (1–7 September, Burgos, Spain). Volume 8 / Session A13”, Archeopress, Oxford, pp. 79

9 “L’accessibilità come acquisizione di informazioni dai beni culturali e ambientali: aspetti fisici, economici e culturali”, in M. Quagliuolo (ed.), *Cultural Heritage Management, Accessibility to Cultural & Natural Heritage*, DRI, Rome pp. 14-19

di medio-lungo termine che consenta di creare opportunità per attività economiche, anche indirette (si pensi a prodotti e servizi come *merchandising*, editoria, turismo; ma anche ai prodotti tipici ed alle tradizioni che a questi si possono collegare in una unica offerta territoriale), per le quali occorrono professioni ed abilità particolari. In altre parole, uno sviluppo che crei anche occupazione.

E allora, perché andarsene via, o non provare una nuova avventura, da un luogo che tutto questo consente semplificando al tempo stesso la nostra quotidianità e migliorandone la qualità?

Se applichiamo il modello al miglioramento della qualità della vita dei luoghi con una eredità storica, materiale e immateriale, avremo le seguenti priorità:

1. Mantenerne il valore (contratto sociale) = capitale da investire;
2. Usarne gli interessi e i benefici che può produrre = conservare il capitale iniziale;
3. Diffonderne il messaggio/i messaggi = rafforzare il potere evocativo di innovare; partendo dalle proprie radici;
4. Costruire economie con il rispetto delle nostre eredità e peculiarità ma all'avanguardia = sviluppo compatibile e sostenibile.

Partendo da questi presupposti si è proceduto, nel 2020, a realizzare una ricerca universitaria ed a produrre gli esiti della relativa ricerca applicata realizzando un lavoro universitario che ha portato alla proposta di un modello (verificato sul campo con esiti positivi) di valorizzazione dei piccoli o piccolissimi centri per tre categorie di beneficiari:

- il residente;
- il *residente equivalente*;
- il *visitatore/ospite esterno*.

In particolare il primo, abitualmente noto, è definito dalle persone che abitano permanentemente il luogo; il terzo, anch'esso abitualmente noto, da quelle che si recano nel luogo per periodi brevi o brevissimi allo scopo di conoscerlo o gustare le sue proposte; il terzo, meno consueto, definito da tutti coloro che abitano il luogo per periodi lunghi legati alla loro occupazione (operai e professionisti delle grandi opere, docenti annuali, studenti fuori sede, borsisti semestrali etc.). Questi ultimi costituiscono una risorsa interessante per (ri)vitalizzare i nostri villaggi, sia a livello economico (in quanto spendono *in loco* invece che a casa propria quando si recano a fare la spesa, al bar e così via), che a livello socio-culturale, in quanto spesso si tratta di patrimoni di abitudini, conoscenze e tradizioni anche molto diverse.

Si è proceduto quindi ad analizzare i pro e i contro di una simile *avventura*, come l'ho voluta chiamare, per ognuno di queste categorie, riassunti nella tabella® che segue:



Ottenendo, di conseguenza, un elenco di *requisiti minimi* per poter qualificare un piccolo o piccolissimo centro, un villaggio, un paese, una frazione come *Historic Smart Village*:

1. CENTRO DI COMUNE O FRAZIONE STORICI;
2. NUMERO DI ABITANTI RISTRETTO O MOLTO RISTRETTO;
3. COLLOCAZIONE GEOTOPOGRAFICA ISOLATA;
4. ORGOGLIO TERRITORIALE;
5. COOPERAZIONE E CONTROLLO SOCIALE;
6. QUALITA' DEL CONTESTO;
7. RISPETTO DEL TERRITORIO;
8. SERVIZI INFRASTRUTTURALI DI BASE;
9. DIRETTRICI A PORTATA DI MANO;
10. CONNETTIVITA';
11. SERVIZI ESSENZIALI COMUNALI;
12. SERVIZI COMUNI *IN LOCO*;
13. INCENTIVI PUBBLICI;

e stabilendo che almeno il 70% debbano essere posseduti dal candidato (cioè 9 su 13).

Il modello è stato testato sul campo in Italia, da cui il nome specifico di *Italian Historic Smart Villages*. Ecco un esempio di risultato (Collicello, Umbria):

TABELLA REQUISITI PER ITALIA - HISTORIC SMART-VILLAGE®

COLLICELLO di AMELIA

CENTRO STORICO DI PAESE O FRAZIONE STORICA	✓
NUMERO DI ABITANTI RISTRETTO O MOLTO RISTRETTO	✓
COLLOCAZIONE GEOTOPOGRAFICA E TOPOGRAFICA	✓
ORGOGGIO TERRITORIALE	✓
COOPERAZIONE E CONTROLLO SOCIALE	✓
QUALITÀ DEL CONTESTO	✓
RISPETTO DEL TERRITORIO	=
SERVIZI INFRASTRUTTURALI DI BASE	=
DIRETTRICI A PORTATA DI MANO	=/✓
CONNETTIVITÀ	=
SERVIZI ESSENZIALI COMUNALI	✓
SERVIZI COMUNI <i>IN LOCO</i>	✓
INCENTIVI PUBBLICI	X

In presenza di tali requisiti, o di una maggioranza di essi, è possibile costruire azioni e attività che permettano, di comune accordo, di progettare per noi una vita le cui qualità ci consentiranno di mantenere i nostri obiettivi migliorando il nostro quotidiano.

Il programma, in fase di diffusione, sta viene promosso attraverso una campagna che include azioni e slogan (ad esempio l'*hashtag* #ho scelto di [re] stare qui®) per il rafforzamento e l'ampliamento del modello, che si trova alla base del *ranking* dei singoli luoghi, redatto in funzione della volontà, da parte di privati e aziende, di andare a vivere o di impiantare attività in uno piuttosto che in un altro.

Perché rendere beni materiali, tradizione immateriale, prodotti gastronomici, agricoli, artigianali e servizi attuali e all'avanguardia un unico strumento per una vita migliore di *residenti e forestieri*, per dirla con Siena, vuol dire acquisire una *leadership* significativa e fare la differenza per noi e per le future generazioni, cogliendo i vantaggi di una competitività, anche etica.

Sustentabilidade, Turistificação e Gestão Integrada do Património Cultural no Médio Tejo – Portugal: a investigação-ação “PRT-Património Rural e Turismo”

| *Luís Mota Figueira*

Introdução



um qualquer tema de trabalho em prol de um território, apresentar o panorama de articulação entre a Sociedade e o Ambiente pressupõe seguirem-se os enquadramentos globais da Agenda 2030 da ONU e seus 17 Objetivos. As políticas públicas de cada país deverão procurar relacionar a Sustentabilidade com os processos de Turistificação e suscita o conceito de Gestão Integrada. Se atendermos à visão multidisciplinar do turismo temos base de apoio para a Investigação-Ação “Património Rural e Turismo” PRT, sendo a relação de trabalho com diversas Organizações, a linha estruturante desta proposta de intervenção.

Material e métodos



experiência de Projeto Turístico Aplicado e a interação com a envolvente empresarial e associativa, já com cerca de duas décadas e meia rica de conteúdos e o que desenvolvemos no então NUPE- Núcleo de Projetos Experimentais, carreiam valor experimental significativo. A discussão teórica e os casos práticos organizam argumentos segundo uma lógica que, nunca será demais enfatizar, independentemente das questões de estruturas tecnológicas de apoio à operação (com dados e com a realidade da experimentação dos produtos como resultado de projetos) são o fundamento científico, Jafari (2005), Firmino (2007), Goeldner & Ritchie (2012). O nosso método de trabalho escalona-se, invariavelmente, na preparação de uma intervenção sob a adaptação do esquema clássico de Quivy e Campenhoudt (2008), conforme segue:

- **definição** do problema a resolver e sua inserção numa área temática (TEMA)
- **observação** da formulação do objetivo principal e objetivos complementares (OBJETO DE ESTUDO)

- **organização** de leituras e dados quantitativos e qualitativos em exploração de fontes documentais e repositórios (REVISÃO DE LITERATURA)
- **leitura** dos dados e seu tratamento para referências teóricas e práticas atualizadas (ESTADO DA ARTE)
- **sistematização** dos dados, crítica das fontes e formulação de eventuais linhas de investigação e investimento (HIPÓTESES QUE SE FORMULAM)
- **dedução e indução** dos dados hierarquicamente organizados e verificação das potencialidades de cada opção possível (TESTE DAS HIPÓTESES)
- **seleção** da hipótese testada e considerada como mais vantajosa (ESCOLHA DA HIPÓTESE MAIS VIÁVEL)
- **colocação da questão** que irá tornar-se referência constante ao longo do processo de investigação-ação com 3 características incontornáveis; a Clareza do problema que se pretende solucionar; a Pertinência da pesquisa e sua proposição inadiável; a Exequibilidade do processo de trabalho pesados objetivos e meios disponíveis (PERGUNTA DE PARTIDA)

Metodologicamente e no domínio da valorização do património, destaca-se o esforço do escrutínio jurídico e social, Peixoto (2000), onde a Carta Internacional do Turismo Cultural tem lugar obrigatório de estudo e disseminação, Figueira e Baptista (2015). Os enquadramentos da legislação e as políticas públicas validam as dinâmicas territoriais. Se a administração pública é central na regulação e regulamentação das regras, também o ambiente social em que decorrem as apropriações de património para uso turístico-cultural é terreno sensível, Almeida e Abranja (2009), Cravidão (2011).

A atualização constante da dimensão «informação» integrando a sustentabilidade ambiental, social, económica e cultural determina mecanismos de disseminação que, espera-se, beneficiem todos os interessados nos territórios pela inclusão, em sentido lato. Todavia, há que atender com precaução, ao problema das opiniões públicas, Bovone (2001), Choay (2008), porque a questão da patrimonialização envolve não apenas os especialistas mas, concretamente, todos os atores territoriais nos diversos níveis de governança, incluindo a informalidade que, na relação dos decisores da administração pública em meios de cultura popular mais se revela, Monteiro e Horta (2018). O património rural que temos vindo a gerir museologicamente relaciona-se com o turismo numa perspetiva de afirmação dos acervos do MAR.

I. *Museologia, Sustentabilidade, Turistificação, Gestão: relações e ações*



democratização de acesso aos meios não significa tomada de conhecimento apenas através das notícias e da leitura das opiniões dos internautas, apesar dos mais otimistas sustentarem que a democratização do conhecimento está na *web*. Em contrapartida, a falsa sensação de aquisição de conhecimento deverá merecer atenção mais detalhada, Cunha (2017) porque o desenvolvimento do turismo é transversalmente complexo, nomeadamente no aspeto económico. O domínio das linguagens técnicas e o consequente aumento da literacia turística é, neste sentido restrito, estratégico, beneficiando os atores envolvidos, FCT (2019). O planeamento do turismo apresenta diversas frentes de ação, Amorim et al (2015) e, a sua transversalidade é o foco mais importante nas diversas missões tanto a nível da administração pública, quanto da iniciativa privada. Ligar o património rural com o turismo exige a permanente presença da cultura científica. Esta é uma escolha do modelo PRT.

Por isso, a criação e uso de conceitos e sua operacionalização nas comunidades locais revelam a estrutura de pensamento e ação dos Promotores, Lopes (2010). As estruturas de recolha de evidências empíricas, bem como os comportamentos dos Visitados que funcionam na sua relação com os Visitantes de modos interativos mostram aberturas para a gestão partilhada, Barreto (2004), Figueira (2013). A aprendizagem mútua é um valor decorrente dessa relação, Crouch et al (2006), na dimensão das tecnologias mais avançadas e disseminadas, Buhalis & Costa (2006), e numa afirmação em que, no caso da ruralidade, a relevância dos Postos de Turismo é de grande interesse, Figueira et al (2019).

Na atividade cultural e turística o conhecimento atualizado estabelece as diferenças entre destinos maduros e destinos em estruturação, Cunha (2008), territórios resilientes, Ferrão (2014), e rejuvenescimento do sistema turístico, Beni (2020b). Neste enquadramento se inscreve a proposta de reflexão e objetivos que trouxemos a este Seminário e agora melhor detalhamos. Valorizar a gestão integrada nas Comunidades locais de modo holístico sustenta princípios de humanidade, trabalho interdisciplinar contínuo, partilhas de técnicas e de métodos de análise e de decisão, mas, essencialmente, apostas na dimensão da transversalidade e da sua perceção entre os diversos atores.

Nesta área de trabalho o cruzamento das ciências sociais com as ciências naturais, impulsiona o trabalho criativo. O impacto do trabalho de um Escritor que cria a obra “Viagem a Portugal”, Saramago (1985), é um mote que deverá ser sinalizado pelo que o ícone Prémio Nobel da Literatura representa para o turismo português. Este é um exemplo que contribui para reforçar a ligação entre a academia e as populações? Os textos de Saramago elucidam-nos sobre isso e são paradigma de uma narrativa que é construída de forma autêntica e caso singular na cultura contemporânea de viagens.

O território do nosso trabalho de campo inclui a Reserva da Biosfera da Unesco, do Paul do Boquilobo, sítio de ruralidade ancestral, mas onde também tem, na sua estratigrafia histórica de cada camada de tempo, memórias de vida fixadas em livro por Saramago. Ao longo dos últimos anos, a velocidade de transformação das mentalidades e, portanto, das tendências de fruição da cultura e do lazer, beneficia esta parte da oferta turístico-cultural do Médio Tejo.

Porém, se a mudança rápida torna obsoletas certas realidades, a transversalidade do turismo pode contribuir para que a conjugação entre Visitados e Visitantes gere, naturalmente, cocriação de situações sociais e económicas novas. O domínio das tecnologias digitais reforçam o sistema turístico teoricamente estruturado, Leiper (1999) e reavivado através da criatividade dos destinos, nomeadamente, maduros, Landry (2010), renovado segundo reação às mudanças, Beni (2020b). O sucesso das redes sociais demonstra essa incorporação de valor que, sendo partilhado, também fica ao alcance de um maior número de aderentes e de consumidores capazes de disputar o maior bem da atual sociedade: o Conhecimento.

Cada abordagem em matéria turística responde a necessidades de intervenção cujos limites e possibilidades dependem da incorporação de valores científico-culturais, solidamente ancorados na Declaração Universal dos Direitos Humanos tal como a doutrina turística internacional aconselha, OMT (1999), e a envolvimento da patrimonialização no turismo cultural acentua, ICOMOS (2008). Perante as ameaças e reações ao nível global, as tendências das apropriações de património são, numa primeira instância de natureza económica (e o Grand Tour mostrou-nos claramente essa ideia de apropriação por parte das elites viajantes). Porém, a intergeracionalidade dos atores territoriais pode responder capazmente a essas ameaças.

Num mundo em que quase todos os cidadãos têm condições para acederem aos seus 5 minutos de fama (e o hedonismo e narcisismo de muitos aderentes às redes sociais e seus *likes* mostram essa faceta como se fora coisa comum, que é, de facto), os interesses das Comunidades Locais jogam-se, cada vez mais, num campo bem mais complexo. Cada comunidade é um sistema aberto porque uma festa popular de uma comunidade rural, por exemplo, não tem controlo de «entradas».

A plataforma digital que alguém comanda e decide quem permanece a bordo e quem tem de abandonar ou sofrer penalização pelo seu comportamento digital, vai-se posicionando e controlando os sistemas produtivos e de consumo, em função da «pegada digital» de cada cidadão, de cada consumidor. A digitalização da sociedade não conhece fronteiras entre espaço rural, periurbano ou urbano. A *web* capta, dissemina e influencia os consumidores (todos nós) com informação e conhecimento.

Todavia, não será demais, acentuar-se que todas as construções teóricas, muitas delas úteis, mas, igualmente transitórias e frágeis, determinam a diferença entre o conhecimento obtido em ambientes de rigor na observação, normativos de descrição de cada fenómeno, escrutínio entre pares e fundamentalmente, seguimento de regras ditadas por investigações precedentes. Muitas opiniões da *web* são apenas isso, mas interferem nas práticas culturais tradicionais.

Por isso, em ciências sociais, nomeadamente nos processos de natureza quantitativa como métodos do processo de pesquisa e técnicas utilizadas provindo de áreas do saber matemático e estatístico, químico e biológico, arqueológico, económico e histórico, geográfico e sociológico, artístico e industrial, etc., etc., o apetrechamento teórico sobre o turismo exige uma visão transdisciplinar contínua, Simões e Cardoso (2009), quanto em termos epistemológicos, Netto e Nechar (2014).

No envolvimento geográfico do PRT, a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo inscreve-se em 13 municípios, trilhando caminhos comuns. No território, a diversidade une a unidade associativa do Poder Local, Figueira (2019). Nas últimas décadas, a cultura ganhou a centralidade de estratégias de promoção no domínio autárquico. As festividades populares e a reinvenção das tradições partilham o espaço, Peixoto (2000) e com mais forte presença nas designadas indústrias culturais, Richards (2018).

2. A Ligação Conhecimento explícito (académico) - Conhecimento tácito (popular)



a relação teórica das Organizações e suas Pessoas, dando vida a cada Território existe uma razão tão evidente dispensando argumentos. O sentido gregário que nos acompanha enquanto espécie e os aspetos da lógica relacional entre seres humanos. O modelo PRT considera que essa triangulação significa a estabilidade e a sustentabilidade das tradições que venceram a prova do Tempo, Porter (1990), e das frentes de modernidade que as justificam, Landry (2010). De facto.

A Arqueologia e a Geologia explicam em grande medida o que a História revela e o que a Geografia abarca, bem como a Economia clarifica, Santos (2017). As ciências sociais e as ciências naturais encontram-se, gerando relações entre quem está fixado num lugar e os que por lá passam, trocando experiências, conhecimentos, especializações, modos de ver e de estar. Como se tentou mostrar com os diapositivos apresentados anteriormente o encontro entre os campos “Estado-Governo-Autarquias-Ministérios-Empresas-Mercados-Residentes-Viajantes” perfaz um todo que, como conjunto de Organizações, serve de alinhamento á concretização dos objetivos do PRT.

Neste atendimento, o Conhecimento explícito, aqui designado por Mundo das Teorias, regula-se, naturalmente, pelo Mundo das Práticas associado ao Conhecimento tácito. O processo criativo, reajustando-se no tempo e beneficiando a expressão de talentos das “classes criativas” na terminologia de Florida (2002) beneficia, igualmente, das dimensões do planeamento turístico, Hall (2008).

No trabalho que as Comunidades realizam em função do pensamento dos seus líderes e seguidores, a Síntese Integradora de Conhecimento é a que impulsiona o Mundo das Transformações, resultante do encontro entre Teorias e Práticas. Nessa dimensão realizadora, trabalhada entre Cientistas e Habitantes percebemos, em cada Lugar que, na nossa visão, estes dois tipos de Conhecimento são, de facto, inseparáveis.

Nesta lógica de inseparabilidade entre ciência e empírea, a Sustentabilidade, ou seja, a tendência para o equilíbrio (comum a qualquer sistema, desde o imunitário ao dos vasos comunicantes ou ao sistema de marketing) estruturam-se variáveis novas, ultrapassando as clássicas vertentes “Ambiente-Sociedade-Economia”. A Cultura da cocriação obriga-nos a procurarmos outras ferramentas de ação.

Se, concedermos, que o fascínio da procura de “tesouros culturais” e novos modos de os olharmos, Urry (1995) está agregada às tendências de consumo cultural mais recentes, Ramos e Costa (2017) e utilizarmos o conceito de cultura, Reisinger (2009) entenderemos a força de tais tesouros e do uso significativo que os Operadores turístico deles fazem. Nas reconstituições históricas, posicionadas no que se refer á «mercantilização da cultura» goste-se ou não deste jargão, são elaboradas narrativas e assiste-se à globalização de métodos descritivos, na esteira do melhor “*storytelling*”, Benjamim (2016).

Outras iniciativas produtivas são levadas a cabo sob imaginação dos fornecedores de bens e serviços turístico-culturais, McKercher & du Cros (2002), UNWTO (2019). Este parece ser um caminho que está para durar e consolidar-se através da inovação que o turismo de experiências catalisa, Sousa e Simões (2010), Netto e Gaetra (2010), Trigo e Mazaro (2012).

Doutro modo, como a crise sanitária demonstrou, a procura de espaços com densidade demográfica menos densa foi interessante no processo de valorização do «interior», conceito mentalmente ainda vigoroso na mente de muitos consumidores, UNWTO; IPSOS (2019), Weston et al (2019). Se, todavia, atentarmos na transmissão de valores experiências entre atores da cultura científica e atores da cultura popular, também é possível destacar outras demonstrações tais como a realização de «sínteses de conhecimento» ligando os atores sob objetivos comuns. No Mar o processo de trabalho do PRT, tem essa característica e a visibilidade que o diapositivo seguinte apresenta.

Figura 1 – A síntese entre Conhecimento Tácito e Conhecimento Explícito suscita a experimentação contínua de aquisição de dados – Visita Técnica ao Museu Agrícola de Riachos. O Artesão Manuel Carvalho Simões explica a construção de uma Esteira de Bunho.

Luis Mota Figueira - 18.9.2021
 II Seminário Internacional Gestão Integrada do Património Cultural – Humanidades, Sociedade, Saúde e Ambiente - 14 e 16/09/2021 - (www.riachos.pt) - Turfêz/Coelho e Gestão Integrada do Património Cultural no Médio Tejo – Portugal e investigação PRR-Património Rural e Turismo.

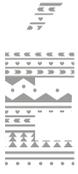


Organizações	<i>Conhecimento explícito</i> (Assumido como formal e académico) Mundo das Teorias	<i>Conhecimento tácito</i> (Assumido como informal e não-académico) Mundo das Práticas	<i>Síntese Integradora de Conhecimento</i> (Resultante da interação entre C.Académico e C. Não-académico) Mundo das Transformações
ESTADO	Estratégia nacional de Imagem institucional e sua internacionalização	Experiências e seus históricos em cada Comunidade	Valorizam-se Tradição e Inovação
GOVERNO	Políticas públicas da Cultura	Procura de sentidos de coesão socioeconómica	Salvaguardam-se e Geram-se sentidos e expressões culturais
AUTARQUIAS	Divisões administrativas	Visão de pertença geográfica política e cultural	Estabelece-se a territorialização da Cultura, da Criatividade, do Património
MINISTÉRIOS	Planeamento cultural	Evidências empíricas em processos & conflitos por razões de: inclusão/exclusão/remediação/rutina/etc.	Promove-se a integração da gestão cultural com a inovação e desenvolvimento sustentável
MERCADOS	Economia da Cultura	Economia e Regulação - Programação de eventos; Academia e Educação; Formação Profissional; Empresas; Movimento Associativo; Autarquias	Sustentam dinâmicas concorrenciais, nomeadamente a da afirmação de um modelo partilhado e partilhável: Gestão Integrada do Património

Fonte: Luís Mota Figueira (2021).

Como se poderá observar através da interação entre Pessoas e segundo o desempenho dos seus papéis a nível Institucional e a nível pessoal, portanto, de modo próprio ou inserido em Organizações, os benefícios gerais para cada Território tornam-se evidentes, Cravidão (2011) e Ferrão (2014). Como mostraremos a seguir, a inclusão “museológico-social” de todos os que por algum motivo se relacionam com os museus e a partir dos museus, do que cada uma destas instituições consegue fazer ao nível de captação de públicos e, ainda, de criação de novos públicos é um desafio permanente. As políticas e medidas públicas para a cultura, quando centradas no empoderamento dos Residentes, seguindo as tendências de evolução do turismo, Ramos e Costa (2017), reúnem condições que podem contrariar as dependências do tal «interior», conceito que não desenvolveremos aqui mas central no domínio dos museus de comunidade, Figueira e Ramos (2019).

3. A triangulação virtuosa e constante no PMI -Projeto Museológico Integrado

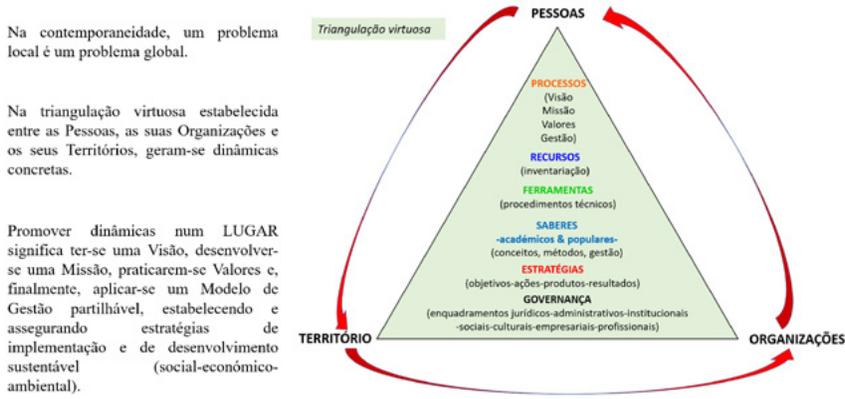


no campo da triangulação “Pessoas-Território-Organizações” que encontramos evidências relacionadas e relacionáveis com o rumo que cada território empreende em cada etapa da sua história, Ferrão (2014). A Arqueologia mostra cenários que a Etnoarqueologia mais acentua. A Antropologia Cultural, Pérez (2009), propõe métodos e técnicas que permitem emitirmos induções e deduções confirmáveis com as hipóteses geradas com o conhecimento sobre o «Estado da Arte» de uma determinada problemática ou experiências, Pine & Gilmore (2011). As dinâmicas relacionais organizam cadeias e níveis de importância que, na esteira de Maslow nos permitem compreender melhor como a Governança incute força às Estratégias que define, face aos Recursos de que dispõe cada Território e aos Processos concretos que materializam as ideias das Pessoas e das Organizações a que pertencem, Lopes (2010). Esta é uma questão importante que revela, entre outras realidades, a Procura de Nicho na Cultura e no Turismo, pela dinâmica das relações entre viajantes e residentes, Pearce (2005) mas, também pela riqueza das interações e suas memórias, Joseph (2010). A triangulação seguinte tenta demonstrar essa realidade tendencialmente procurada pelos atores territoriais, incluindo os visitantes Hanai (2012).

Figura 2 – A triangulação entre Pessoas-Território-Organizações.

Luis Mota Figueira – 14.9.2021

© Seminário Internacional Gestão Integrada do Património Cultural – Humanidades, Sociedade, Saúde e Ambiente 14 a 16/09/2021. Sustentabilidade, Turistificação e Gestão integrada do Património Cultural no Médio Tejo – Portugal e Investigação após FEP Património Rural e Turismo.



Fonte: Luís Mota Figueira (2021)

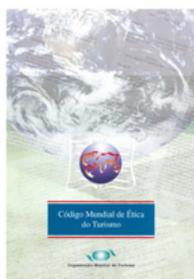
Como se observa pela figura anterior a consideração sobre qualquer Lugar tem tendência a que o seu Observador o julgue enquanto espaço promissor para as atividades que essa personagem entende serem adequadas. Mostra a história do Turismo que os lugares quando são turistificados se transformam de lugares naturais em lugares culturais, Ignarra (2003), Kotler et al (2017), Florida (2019). Cascais, no tempo das vigileaturas das elites lisboetas, desde o tempo do monarca D. Carlos era uma praia de pescadores que se transformou no tempo, para um destino turístico maduro com forte tendência de consumo de turismo cultural e de turismo urbano.

Na atualidade e dentro da sua especificidade, está globalmente comprometido com a Agenda 2030 e os seus 17 objetivos. Nesta matéria, todos os destinos abrangidos pela UNWTO-OMT, Organização Mundial do Turismo se encontram nivelados, neste domínio da sustentabilidade, por uma doutrina global. A nível mundial os países aderentes comprometem-se a cumprirem os desígnios demarcados desde 2015 e encerrados como estratégia gregária de todas as atividades humanas, quer as que utilizam recursos naturais, quer as que utilizam recursos humanos, quer as que se apresentam no mercado global. O Turismo, como atividade transversal tem implicação direta em todos os objetivos, Getz (2007), Monteiro e Horta (2018), Ministério do Planeamento (2021).

Figura 3 – O enquadramento doutrinário, ético e político.

Luís Mota Figueira – 18.9.2021

© Comissão Interministerial Gestão Integrada do Património Cultural – Humanidades, Sociedade, Saúde e Ambiente. ISBN 978-99-75-00000-0. Sustentabilidade, Turismo e Gestão integrada do Património Cultural no Médio Tejo – Portugal e investigação após PEF (Património Rural e Turismo).



https://travels.turismodeportugal.pt/pt/pt/Documents/Sustentabilidade/Ferramentas/codigo_mundial_etica_turismo.pdf

A OMT desenvolve a sua ação em compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento das Nações Unidas.

Valor do conceito *Glocal* (visão global e local)

Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Aprovada na Cimeira da Organização das Nações Unidas a 25 de setembro de 2015, a resolução A/RES/70/1 Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, entrou em vigor em 2016. Constituída por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas a alcançar até 2030 por todos os 193 países, está ancorada numa bateria com mais de 200 indicadores que permitem monitorizar o respetivo progresso e sustentar os relatórios anuais (já disponíveis para 2016, 2017 e 2018). É possível seguir essa monitorização a nível nacional, europeu e internacional.

<https://www.adcoersao.pt/content/agenda-2030-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>

Fonte: Luís Mota Figueira (2021)

Numa perspetiva de incentivo orientada às Redes colaborativas e competitivas, muitos destinos turísticos recorrem a modelos de Revalorização do “Tempo”. Este conceito que me interessa, explica a forte procura de um

presentismo patrimonial, ou seja, de se utilizar o património natural e histórico nas suas diversas características, empreendendo-se a Viagem no Tempo. A digitalização criativa é um recurso que estrutura essa imagética, Florida (2019). Esta forma de agir significa investimento dos promotores públicos e arrasta o espírito de «*genius loci*», o “espírito de lugar”. Ela serve a construção e comercialização de narrativas que geradas em ambiente patrimonial criam também valor económico que, por isso mesmo, exige ética de uso, Choay (2008), Hanai (2012), Benjamim (2016).

No marketing turístico a procura de equilíbrio entre Forma e Conteúdo, mas, essencialmente, sobre o posicionamento em mercado, tem impacte assinalável, Kotler et al (2017). O património comum valorizado socialmente, porque significa a herança que é vivida em Comunidade apresenta, igualmente um significado económico. Ao mesmo tempo que se assiste ao Fortalecimento da Identidade cultural de cada Lugar (sempre em mutação) surgem Discursos e Práticas, desenvolvem-se fixações para o futuro. Mesmo em tempo de digitalização e de inteligência artificial o ritual da festa tradicional mantém-se e, eventualmente, reforça-se com o uso das tecnologias mais avançadas, Comissão Europeia (2014). O exemplo da candidatura da Festa da Bênção do Gado, de Riachos, ao Inventário do Património Imaterial Nacional apresenta um elevado nível de turistificação no seu processo.

4. A Investigação-Ação *Património Rural e Turismo – PRT- (2019-2022)*

 esta linha de Investigação-Ação tenta desenvolver-se em função da concretização do encontro entre o Conhecimento explícito e o Conhecimento tácito. O NESTMAR – Núcleo de Estudos do Museu Agrícola de Riachos levou a cabo as Oficinas da Terra, as Oficinas da Natureza e as Oficinas a Tradição e Modernidade surgidas de um relacionamento de governança entre três atores territoriais. O autor, na qualidade de Professor Coordenador do IPT e Diretor do L-tour.ipt e os outros dois atores, o Coordenador da ADIRN, Jorge Rodrigues e o Presidente do Município de Torres Novas, Pedro Ferreira desenharam cenários e escolheram ações. A ADIRN-Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte, o Instituto Politécnico de Tomar (através do Laboratório de Turismo), a APDPHNRR- Associação para a Defesa do Património Histórico e Natural da Região de Riachos, o MAR, bem como cerca de 10 Empresas, nomeadamente das áreas da Cultura e do Turismo, funcionaram num sistema em que o eixo comum foi o de se ligar, sempre, o Conhecimento científico com o Conhecimento popular.

Se aquelas «Oficinas» desenvolvidas em 2021 foram relevantes, o facto de a Festividade Popular “Festa da Bênção do Gado” estar em processo de candidatura em 2022 ao Inventário do Património Imaterial Nacional acredita-se, geraram potencial de crescimento dos resultados desses eventos pela disseminação e notoriedade que alcançaram. A ligação científica e vernacular é o foco, aliás, na esteira da lição, entre outros investigadores, de MacKercher & du Cros (2002).

Figura 4 – A Festividade Popular como parte do sistema social inclusivo.

Luis Mota Figueira – 18.9.2021

1º Seminário Internacional Gestão Integrada do Património Cultural – Humanidades, Sociedade, Saúde e Ambiente - 14 e 15/09/2021 - Guimarães/Porto. Turisificação e Gestão Integrada do Património Cultural no SMILO Tão – Portugal e investigação apoio PRT-Património Rural e Turismo

Festividade Popular – Festa da Bênção do Gado e suas valências:

1. é Cultura de base comunitária com visão para a internacionalização (*diáspora riachense no mundo & visitantes*);
2. é demonstração de Etnografia e Folclore (*cultura do Rancho Folclórico “Os Camponeses” de Riachos, fundado a 14 de Janeiro de 1958*);
3. é atrativo para o Turismo (*apoio da Entidade Regional de Turismo do Centro*);
4. é factor de Desenvolvimento local, porque liga Tradição & Modernidade (*aplicando visão e prática colaborativa em Rede*)



Fonte: Luís Mota Figueira (2021).

Numa constelação de possibilidades, mas, igualmente, de limites, o PRT, (2019-2022) do NESTMAR – Núcleo de Estudos do Museu Agrícola de Riachos conta, assim, com parcerias diversas, assumindo-se que, sustentar a patrimonialização responsável, Choay (2008) e a apropriação turístico-cultural consequente (incontornável como oportunidade de mercantilização patrimonial), Figueira e Coelho (2017), implica perceber-se o alcance da gestão integrada dos territórios e de se aplicar uma governança intergeracional.

Esta ideia de inclusão sem pré-conceitos ou estatutos rígidos de participação é, a meu ver, a solução mais adequada hoje e num futuro próximo. A Economia da Cultura existe e pode ser, se gerida com ética e rigor, uma fonte de rendimento pela empregabilidade que suscita direta e indiretamente nos territórios, Barreto (2004), FCT (2019). Como se sintetiza no diapositivo seguinte a patrimonialização estando associada à gestão integrada insere-se na ética que a OMT (1999) incute aos países aderentes.

Figura 5 – A patrimonialização e a turistificação.

Luis Mota Figueira – 16.9.2021
II Seminário Internacional Gestão Integrada do Património Cultural – Humanidades, Sociedade, Saúde e Ambiente – 16 e 17/09/2021 – Sustentabilidade, Turistificação e Gestão Integrada do Património Cultural no Médio Tejo – Portugal e Investigação-epd-PRT-Património Rural e Urbano.

7. Sustentar a patrimonialização, articulando-a à gestão integrada dos territórios e sua governança

Patrimonialização assumida como:

- natural consequência do necessário registo histórico da comunidade local, regional, nacional, internacional;
- processo de dupla orientação (1-pública; 2-privada);
- empoderamento cultural das comunidades;
- solução de salvaguarda da Memória das pessoas e dos seus lugares;
- estratégia de cumprimento de requisitos construtores da Identidade individual ou de Grupo;
- linha de geração de valor económico fundado na multiculturalidade patrimonial;
- ação integrável na exploração de recursos tornados em atrativos pela sua turistificação.



http://pantheononline.org/Pub/edocs/pantheon_8/fundo/PS_BFC_2013_3.pdf



Fonte: Luís Mota Figueira (2021).

A Cultura e o Turismo suscitam combinatórias que permitem gerar empoderamento económico e educativo junto das comunidades locais, sem se deixar de atender à concreta mercantilização da cultura, porque a influência social é precedida pelas trocas em mercado, Tribe (2011) e é sensível toda a análise recente, Silva (2013), bem como refunda procedimentos sob linhas antropológicas claramente enunciadas, Talavera (2012). Gerar sínteses operacionais (concretas e transformadoras) entre os planos e as realizações de uma estratégia nacional, Turismo de Portugal (2017), observando as tendências, Ramos e Costa (2017) e articulando institucional, científica, social e economicamente um processo como é o PRT, significa fortalecer a academia, as empresas e as suas envolventes demográficas e sociais.

Num tempo em que os riscos de turistificação defeituosa e mercantilização selvagem exige, das academias, das empresas, dos órgãos de tutela do Estado e do movimento associativo de empreendedores e de consumidores de cultura e de turismo, suficientes e vigorosas respostas, UN (2020), sustentar intervenções alinhadas com essa visão plural e partilhada é um desafio alicianete.

Desenhar e aplicar metodologias de observação, de reflexão e de ação, no processo de renascimento pós-Covid 19 (que estamos presenciando e que bastas indicações nos deu para não deixarmos que o que até agora foi uma conquista da investigação sobre o ambiente, a economia, a sociedade e a cultura, vistas num sentido global soçobre) implica determinação que tal como Florida (2002 e 2019), acentua globalmente o domínio da criatividade, FCT (2019) e coloca a necessidade de novas estratégias para investigação e inovação à escala nacional.

Enquadrando-se o PRT no panorama de uma estratégia política europeia que se tenta reinventar, Comissão Europeia (2014), apostada no quadro das orientações “(...) *para os Intervenientes Locais sobre o Desenvolvimento Local de Base Comunitária*” cuja doutrina se combina com os esforços suscitados pela Agenda 2030, UN (2020), cremos que os resultados já alcançados com as citadas oficinas e os que se esperam na candidatura e no processo de uma museologia comprometida com a comunidade local, são indicadores bastantes. A aposta parece-nos corresponder às necessidades que lhe deram corpo: o património rural e o turismo têm condições de sucesso caso sejam capazes de representar o conhecimento que anima a economia e a sociedade.

Conclusão



Considerando que este texto se segue à apresentação realizada em formato *powerpoint*, quero sublinhar a estrutura conclusiva decorrente do trabalho desta linha de investigação. Assim, anotarei de C1 a C7 cada elemento desta estrutura, visando clarificar e sistematizar os resultados e, assim, realizando economia de texto:

C1 - A sustentabilidade e a turistificação dos territórios exigem um sistema integrado de planeamento, monitorização, controlo e qualificação contínua;

C2 - A articulação entre a Sociedade e o Ambiente não se resolve sem enquadramentos globais de que a Agenda 2030 da ONU e seus 17 Objetivos são exemplo ao nível Global;

C3 - Ligar componentes teorizadores com ações práticas significa organização territorial inclusiva;

C4 - A lógica do interesse público deverá ser determinante observando-se os Direitos Humanos;

C5 - A vitalização de parcerias público-privadas, escrutinadas jurídica e socialmente estruturam processos de sustentabilidade ambiental, social, económica e cultural, sob políticas públicas favoráveis aos ambientes democráticos de discussão e intervenção;

C6 - A cultura é fermento de todas as mudanças. O exemplo da Festa da Bênção do Gado, de Riachos e a museologia dela decorrente demonstram-no;

C7 - Cada situação de interação entre Cultura, Ambiente e Economia nomeadamente turística poder-se-á considerar como:

- a. Fundada nas comunidades locais e seus potenciais turístico-culturais;
- b. Gerida sob princípios de humanidade: o Turismo é indústria da Paz, interdisciplinar, transversal a todas as atividades humanas;
- c. O novo paradigma turístico-cultural pós-Covid 19 incorpora a releitura da Declaração Universal dos Direitos Humanos;

d. O futuro da sustentabilidade passa pelo esforço de entendimento entre o conhecimento explícito para com o conhecimento tácito e a conjugação (no discurso e na prática) da cumplicidade criativa entre as ciências sociais e as ciências naturais.

Deste modo se conclui que, no caso apresentado, a ligação entre o conhecimento popular e a sua valorização científica marca um modo operacional de trabalho museológico e turístico, singular. Reforçando-se a cultura da ruralidade da Sub-região do Médio Tejo como nos propusemos no início deste processo, ainda em curso, contribuímos, esperamos, para que a turistificação da ruralidade não desvalorize os recursos patrimoniais endógenos e, também por essa estratégia de equilíbrio, aumente a fixação de recursos exógenos.

A classificação da Festa da Bênção do Gado é, claramente, um de diversos objetivos a alcançar e representa a absorção de um recurso exógeno valioso: a notoriedade na sua classe de festa popular portuguesa.

Referências

Almeida, I. D.; Abranja, N. A. (2009). Turismo e Sustentabilidade, Revista Cogitur, Lisboa, p.15-31. <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/jts/article/view/506/409> . (28.06.2017)

Amorim, E.; Figueira, L.M.; Soares, C. (2015). Planejamento e organização do turismo. Curitiba: InterSaberes

Barreto, M. (2004). Relações entre Visitantes e Visitados: um retrospecto dos estudos socio antropológicos. Turismo em Análise, S. Paulo, v. 15, n. 2, p. 133-149. <http://www.revistas.usp.br/rta/article/viewFile/62663/65458>. (14.10.2015)

Beni, M. C. (1990). Sistema de Turismo - SISTUR Estudo do Turismo face à Moderna Teoria de Sistemas. Revista Turismo em Análise. S. Paulo. <http://www.revistas.usp.br/rta/article/viewFile/63854/66610>. (14.10.2015)

Beni, M.C. (2020a). Turismo e Covid-19: algumas reflexões. Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade, v. 12, n. 3 - Especial Covid19, p. 1-23, DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v12i3a02>. (11.6.2021)

Beni, M.C. (2020b). Saturação e Rejeição ao Turismo nas Destinações Turísticas. São Paulo: Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo. <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v14i2.1847>. (21.10.2020)

Benjamin, W. (2016). The Storyteller. Londres & Nova Iorque: Verso.

Bovone, L. (2001), Os Novos Intermediários culturais – Considerações sobre a cultura pós-moderna, in Fortuna, Carlos, (Org.), Cidade, Cultura e Globalização, Oeiras: Celta Editora, pp.105-120

Buhalis, D.; Costa, C. (2006). Tourism Business Frontiers - consumers, products and industry. In D. Buhalis & C. Costa (Eds.), Tourism Business frontiers consumers, products and industry. Oxford: Elsevier B.V.

Choay, F. (2008). Alegoria do património. Coimbra: Edições 70.

Cravidão, F. (2011). Turismo, território e cultura: uma trilogia (sempre) em construção. Revista Espaço e Cultura, Rio de Janeiro: Departamento de Geografia Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, v. 29, p.35-42.

Crouch, D.; Jackson, R.; Thompson, F., (2006), Introduction-The media and the tourist imagination, in Contemporary Geographies of Leisure, Tourism and Mobility (Edit. Michael Hall), Routledge, London, 1-13.

Cunha, L. (2017). Turismo e Desenvolvimento – Realidades e Perspetivas. Lisboa: Lidel – Edições Técnicas, Lda.

Comissão Europeia.(2014). Orientações para os Intervenientes Locais sobre o Desenvolvimento Local de Base Comunitária. Bruxelas. http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/informat/2014/guidance_clld_local_actors_pt.pdf. (07.01.2018)

Cunha, L. (2008). Avaliação do Potencial Turístico, COGITUR Journal of Tourism Studies. Lisboa. http://jts.ulusofona.pt/turismo01/pdf01/artigo_liciniocunha.pdf. (07.07.2015)

Ferrão, J. (2014). Políticas territoriais eficazes e participadas. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, in Seminário “Cidadania e Território: Desenvolvimento Local Sustentado”. <https://www.animar-dl.pt/ponto-de-vista/704-politicas-territoriais-eficazes-e-participadas-joao-ferrao>. (15.11.2019)

FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia. (2019). Agenda Temática de Investigação e Inovação – Turismo, Lazer e Hospitalidade. Lisboa. https://www.fct.pt/agendastematicas/docs/Agenda_Turismo_Final.pdf. (10.09.2020)

Figueira, L.M. (2013). Manual para Elaboração de Roteiros de Turismo Cultural, Cespoga – Centro de Estudos Politécnicos de Golegã – Instituto Politécnico de Tomar. <http://centrodocumentacao.turismodeportugal.pt>. (10.7.2019)

- Figueira, L.M.; Baptista, C. (2015). Turismo, Património Cultural, Direito e Sustentabilidade Ambiental na ótica da Carta Internacional do Turismo Cultural: breves considerações. In PATRIMÔNIO CULTURAL, DIREITO E MEIO AMBIENTE: um debate sobre a globalização, cidadania e sustentabilidade, CAMPOS, J.B.; PREVE, D.R.; SOUZA, I.F. (Org.). Curitiba: Ed. Multiideia, v. 1, p. 123-143. http://www.multideiaeditora.com.br/flip/patrimonio_IHTML/files/assets/basic-html/page1.html. (12.09.2019)
- Figueira, L.M., Ferreira, A.M., Carvalho, R. (2016). Cultural and Creative tourism in Portugal. PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural. p.1075-1082. http://www.pasosonline.org/Publicados/14516/PS516_01.pdf. (08.05.2020)
- Figueira, L.M.; Coelho, J.P. (2017). Apresentação - Interpretação Patrimonial em Turismo. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar. <http://www.cda.ipt.pt>. (12.05.2021)
- Figueira, L.M. (2019). Turismo, Municípios, Cultura e Sociedade – Breve reflexão. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar. <http://www.cda.ipt.pt>. (12.05.2021)
- Figueira, L.M.; Baptista, C.; Honrado, G. (2019). Turismo e Cultura Turística: A função promocional dos Postos de Turismo. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar. <http://www.cda.ipt.pt>. (12.05.2021)
- Figueira, L. M.; Ramos, D. (2019). Museus de Comunidade – manual de apoio à gestão. Aveiro: Universidade de Aveiro. https://ria.ua.pt/bitstream/10773/26225/1/Livro_Museus_de_Comunidade.pdf. (14.5.2021)
- Firmino, M. B. (2007). Turismo – Organização e Gestão. Lisboa: Escolar Editora.
- Florida, R. (2002). The Rise of the Creative Class. And how it's transforming work, leisure and everyday life, New York: Basic Books.
- Florida, R. (2019). The Innovations of the Creative Class Affect a Rural Area´s Fortunes. <https://www.bloomberg.com/news/articles/2019-08-15/rural-innovation-links-to-creative-class-presence>. (03.10.2019)
- Getz, D. (2007). Event Studies: Theory, Research and Policy for Planned Events. Oxford: Butterworth-Heinemann
- Goeldner, C.; Ritchie, B. (2012). Tourism. Principles, Practices, Philosophies. New Jersey: John Wiley & Sons

Hall, C.M. (2008). *Tourism Planning Policies, Processes and Relationships*. In *Policies, Processes and Relationships*, 2nd ed. Harlow, Essex, UK: Pearson Prentice Hall.

Hanai, F. I. (2012). Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos, reflexões e perspectivas. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*. G&DR, v. 8, n. 1, p. 198-231, Taubaté, S. Paulo. <http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/download/589/276>. (05.01.2018).

ICOMOS. (2008). Declaração de Québec sobre a preservação do “*Spiritu loci*”. http://www.international.icomos.org/quebec2008/quebec_declaration/pdf/GAI6_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf. (26.08.2015)

Ignarra, L.R. (2003). *Fundamentos do Turismo*, 2ª Ed. Revista e Ampliada, São Paulo: Thomson Learning.

Kotler, P.; Kartajaya, H.; Setiawan, I. (2017). *Marketing 4.0: Mudança do tradicional para o digital*, Coimbra: Conjuntura Actual Editora – Edições Almedina.

Jafari, J. (2005). El turismo como disciplina científica. *Política y Sociedad*, v. 42, n. 1, p. 39–56. <https://doi.org/10.5209/POSO.24139>. (20.07.2019)

Joseph, J. (2010). *The Experience Effect: Engage Your Customers With a Consistent and Memorable Brand Experience*. New York: Amacom.

Landry, C. (2010). *Creativity, Culture & the City: A question of interconnection*. http://www.forum-avignon.org/sites/default/files/editeur/ECCE_report.pdf. (13.07.2020)

Leiper, N. (1990). Partial industrialization of tourism systems. *Annals of Tourism Research*, v. 17, n. 4, p. 600-605.

Lopes, E. R. (2010). *A constelação do Turismo na economia portuguesa-Portugal Desafios nos alvares do século XXI*. Lisboa: Ed. O Sol é Essencial S.A.

McKercher, B. & du Cros, H. (2002). *Cultural Tourism – the partnership between Tourism and Cultural Heritage Management*. New York: Routledge.

Ministério do Planeamento. (2021). *PRR-Recuperar Portugal, Construindo o Futuro*, Lisboa: <http://www.portugal.gov.pt>. (10.6.2021)

Monteiro, S.; Horta, A. (2018). Governança Multinível em Portugal: fundamentos teórico-práticos, Lisboa: Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P., Working paper N° 3 (Coord.) Ramos, António Sampaio; Romão, Nuno. https://www.adcoesao.pt/sites/default/files/desenvolvimento_regional/wp03_governanca_multinivel_em_portugal_-_fundamentos_teoricos_upr-nept_sm_ah_mar2018_vf.pdf. (17.11.2019)

Netto, P. A. & Gaetra, C. (2010) Turismo da Experiência. São Paulo: SENAC.

Netto, A. e Nechar, M. C. (2014). Epistemologia do turismo: escolas teóricas e proposta crítica. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo. São Paulo, v. 8, n. 1, p. 120-144. <http://www.spell.org.br/documentos/download/30514>. (14.11.2015)

OMT - Organização Mundial do Turismo. (1999). O Código Mundial de Ética do Turismo. Santiago do Chile: OMT. <https://ethics.unwto.org/sites/all/files/docpdf/portugal.pdf> (14.12.2018)

Pearce, P. L. (2005). The role of relationships in the tourist experience. In F. T. William (Ed.), Global Tourism (3rd ed., pp. 103-122). Boston: Butterworth-Heinemann.

Peixoto, P. (2000). O património mundial como fundamento de uma comunidade humana e como recurso das indústrias culturais urbanas, Coimbra. <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/155.pdf>. (08.08.2015)

Pérez, X.P. (2009). Turismo Cultural - Uma visão antropológica. Santa Cruz de Tenerife: PASOS. <https://repositorio.utad.pt/bitstream/10348/.../1/livro%20tc%20xerardo.pdf>. (12.5.2017)

Pine, B. J. & Gilmore, J. H. (2011). The experience economy (updated edition). Harvard: Harvard Business Review Press.

Porter, M. (1990). The Competitive Advantage of Nations. Harvard Business Review. <https://hbr.org/1990/03/the-competitive-advantage-of-nations>. (05.07.2020)

Quivy, R.; Campenhoudt, L. (2008). Manual de Investigação em Ciências Sociais. Lisboa: Gradiva Lda.

Ramos, D.; Costa, C. (2017). Turismo: tendências de evolução. PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, v. 10, n. 1, p. 21-33. DOI: <http://dx.doi.org/10.18468/pracs.2017v10n1>. p. 21-33

- Reisinger, Y. (2009). *International tourism, cultures, and behaviour*. Oxford: Butterworth-Heinemann.
- Richards, G. (2011). *Creativity and Tourism: The State of the Art*. http://www.forum-avignon.org/sites/default/files/editeur/ECCE_report.pdf. (10.07.2020).
- Richards, G. (2018). Cultural tourism: A review of recent research and trends. *Journal of Hospitality and Tourism Management*, n. 36, p. 12-21.
- Santos, J.M.F. (2017). *Património e Turismo; O Poder da Narrativa*. Lisboa: Edições Colibri.
- Saramago, J. (1985). *Viagem a Portugal*, Lisboa: Círculo de Leitores, Lda e Editorial Caminho S.A.R.L.
- Silva, S. (2013). *Turismo Interno – Uma visão integrada*. Lisboa: Lidel – Edições Técnicas, Lda.
- Simões, J.; Cardoso, C. (Eds) (2009). *Turismo de Nicho - Motivações, Produtos, Territórios*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos (CEG) -Universidade de Lisboa.
- Sousa, B.; Simões C. (2010). Comportamento e perfil do consumidor de turismo de nichos. *Tékhné Review of Applied Management Studies*, v. VIII, n. 14, p. 137-146, Barcelos, 2010. <http://www.scielo.mec.pt/pdf/tek/n14/n14a10.pdf>. (28.06.2017)
- Talavera, A. S. (2003). *Turismo Cultural, Culturas Turísticas*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 31-57. <http://www.scielo.br/pdf/ha/v9n20/v9n20a02.pdf>. (08.06.2014)
- Tilden, F. (2008). *Interpreting Our Heritage*, 3rd Ed., The University of North Carolina Press, (sob original de 1957). https://is.muni.cz/el/1421/podzim2017/MUI_338/Interpreting_Our_Heritage__Chapel_Hill_Books_.pdf. (12.06.2019)
- Tribe, J. (2011). *The Economics of Recreation, Leisure and Tourism*. Oxford: Elsevier.
- Trigo, L. G. G.; Mazaro, R. (2012). *Movimentos Globais e Cenários em Turismo: uma realidade dinâmica, uma viagem ao futuro*. *Revista Turismo em Análise*, S. Paulo, n. 23. <http://www.spell.org.br/documentos/download/9012>. (14.10.2015)
- Turismo de Portugal. (2017). *Estratégia Turismo 2027*. Lisboa: Turismo de Portugal, I.P.

UNWTO; IPSOS. (2019). Global survey on the perception of residents towards city tourism: impact and measures, Madrid: UNWTO. DOI: <https://doi.org/10.18111/9789284421107>. (12.6.2020)

UNWTO. (2019). The Future of Work and Skills Development in Tourism – Policy Paper, Madrid: UNWTO. DOI: <http://doi.org/10.18111/9789284421213>. (14.3.2021)

UN – United Nations. (2020). The Sustainable Development Agenda. <https://www.un.org/sustainabledevelopment/development-agenda/>. (14.04.2021)

Urry, J. (1995). Consuming places. London and New York: Routledge.

Weston, R.; Guia, J.; Mihalič, T.; Prats, L.; Blasco, D.; Ferrer-Roca, N.; Lawler, M.; Jarratt, D. (2019). Research for TRAN Committee – European tourism: recent developments and future challenges, European Parliament, Policy Department for Structural and Cohesion Policies, Brussels. <https://research4committees.blog/2019/10/29/european-tourism-recent-developments-and-future-challenges/>. (13.12.2019)

Patrimônio cultural da saúde: Centros de Documentação e Memória da Saúde

| Anny Jackeline Torres Silveira
Rita de Cássia Marques

*“O patrimônio é antes de mais nada um fato social.”
(Ulpiano de Menezes, 2012)*



Patrimônio cultural da saúde é uma expressão de circulação relativamente recente no Brasil. O termo, como aponta Juliane Serres, foi definido pelos profissionais envolvidos na fronteira que dialoga saúde, história e patrimônio em 2005, referindo-se a “um conjunto de bens materiais e simbólicos socialmente construídos, que expressam o processo da saúde individual e coletiva nas suas dimensões científica, histórica e cultural” (Serres, 2015, p. 1412). A partir de então, tem sido objeto de artigos, livros, encontros, projetos, portais, redes e ainda, compondo com a ciência, linha de pesquisa do Programa de Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

Neste texto, apresentamos duas iniciativas envolvendo o patrimônio da saúde em Minas Gerais: a organização de acervos do campo da saúde e o desenvolvimento, no âmbito estadual, de um projeto nacional de mapeamento do patrimônio da saúde, com foco dirigido aos exemplares arquitetônicos e aos acervos documentais, bibliográficos e tridimensionais. Para tanto, organizamos o texto em três seções, discorrendo de forma breve sobre: a emergência dos debates sobre patrimônio e o patrimônio da saúde no Brasil; a atuação na organização e promoção de acervos, como o Centro de Memória da Farmácia e o Centro de Memória da Medicina; e, por fim, a coordenação e desenvolvimento do projeto História da Saúde em Minas Gerais: Instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958).

Sobre patrimônio e patrimônio da saúde no Brasil



No Brasil, uma agenda pública em torno do patrimônio cultural emergiu em fins da década de 1930, produto de um contexto que pretendeu identificar e estabelecer uma cultura nacional. Naquele momento, além da restrição quanto ao que se inscrevia sob o

conceito de cultura - marcadamente identificado com bens e valores referidos a uma cultura erudita - também predominava uma percepção bastante limitada sobre o que se enquadrava na definição de patrimônio. Como destacado pelo Decreto-lei n.35, de 30 de novembro de 1937, o patrimônio histórico e artístico brasileiro seria constituído por um “conjunto de bens móveis e imóveis cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.”¹⁰

Além de reduzir os bens culturais candidatos à patrimonialização a certos objetos, móveis ou imóveis, a lei definia que a decisão sobre a adequação ou não desses bens ao título de patrimônio era atributo do estado. Afinal, determinava o parágrafo primeiro do mesmo artigo, que tais objetos/bens somente seriam considerados patrimônio depois de inscritos em um dos livros de tomos estabelecidos no corpo do decreto. Segundo Ulpiano de Menezes (2009), era o estado o agente instituidor do valor que distinguia o que inserir ou não na categoria de patrimônio. É também neste aspecto que o autordemarka a diferença estabelecida pela constituição brasileira de 1988, ao definir no seu Artigo n.216 o patrimônio nacional como integrado por “bens de natureza móvel ou imóvel, (...) portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.¹¹ Mais que ampliar o espectro de manifestações abarcadas no termo patrimônio, Menezes enfatiza que a nova lei promove um “deslocamento de matriz”, que transfere para a sociedade a determinação do que será ou não considerado seu patrimônio, cabendo agora ao estado apenas um “papel declaratório” (Menezes, 2009, p.33-34).

Essa concepção de patrimônio que emerge da Constituição de 1988 é produto de um contexto renovado, pavimentado por um percurso de lutas e debates políticos que trouxeram à cena outros atores, alargando os referenciais de identidade. Foi também nesse contexto de mobilização social em busca de transformações de ordem diversas que emergiu uma noção de saúde como direito e com sentido mais ampliado. Por fim, não há como ignorar as mudanças operadas no próprio fazer histórico, abrindo-se a outros objetos, perspectivas de abordagem e questões de investigação, entre as quais se destaca a emergência da memória - e os direitos à memória nessa sociedade pluralizada - como tema de debate e reflexão. Ainda que referidas à realidade brasileira das décadas de 1970-1980, as transformações aqui elencadas devem ser consideradas como integradas a um cenário internacional.

10 Decreto-Lei n.35, 30/11/1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em 4 jul. 2021.

11 Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 4 jul. 2021.

No amplo arco temático que passou a envolver a definição de patrimônio, focalizamos aqui o patrimônio cultural da saúde. O tema foi objeto de debates durante a 4ª Reunião de Coordenação Regional da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), realizada em parceria com o 7º Congresso Regional de Informação em Ciências da Saúde (CRICS), no ano de 2005 na cidade de Salvador. O evento abrigou na sua programação as atividades de Grupo de Trabalho dedicado à História e Patrimônio Cultural da Saúde que propôs a organização de uma rede tendo por agenda a promoção e reconhecimento entre instituições, profissionais, sociedade civil e o estado, das identidades e elementos materiais e imateriais entendidos como registros de suas memórias (Sanglard e Costa, 2019, p. 7). Essa ação foi resultado de um movimento de convergência de atividades e iniciativas envolvendo a história da saúde, da ciência e o patrimônio e da evidência então alcançada por esses temas.

Muito influente nesse movimento foi a experiência chilena por ocasião da proposta de demolição do Hospital San José, instituição de saúde que remonta ao tempo da colonização. A notícia sobre a demolição gerou uma mobilização social – médicos, funcionários, pacientes e além de outros profissionais – reivindicando à preservação do imóvel e seu entorno no final da década de 1990, e que resultou no tombamento do edifício (Costa, 2010, p.129; Sanglard e Costa, 2019, p. 7).¹² De modo mais específico, o fato serviu para colocar em evidência o tema do patrimônio cultural da saúde, estimulando o reconhecimento e a conexão entre grupos de mesmo perfil em outros países, resultando na criação da Rede-Latino-americana de História e Patrimônio Cultural da Saúde, no evento ocorrido em 2006 em Salvador. O projeto do Rede Brasil: Inventário nacional do Patrimônio Cultural da Saúde do qual falaremos adiante, é um dos frutos dessa parceria (Costa, 2010). Por hora destacamos que esse movimento recente opera dentro de uma percepção alargada de patrimônio, congregando o chamado patrimônio material e imaterial, englobando além das edificações, acervos diversos, práticas, vivências, memórias.

Para além dessas experiências mais recentes, é possível mapear outras iniciativas que congregam saúde e ações de patrimonialização. Exemplo apontado como pioneiro, é a Sociedade Francesa de História dos Hospitais, criada em 1958 tendo como objetivo estudar a história destas instituições públicas e privadas, abarcando desde os aspectos jurídicos, passando pelas práticas

12 Apesar do movimento vitorioso em 1999, o espaço do Hospital San Jose continua sendo objeto de disputa e mobilização, que hoje luta para ampliar a área de tombamento para áreas externas aos edifício - pátios, passarelas e jardins - ameaçadas por um projeto que pretende construir ali novas instalações do Instituto Nacional do Cancer. La Tercera, 26, 08, 2021. Disponível em: <https://www.latercera.com/que-pasa/noticia/el-patrimonio-inmaterial-del-antiguo-hospital-san-jose-posible-demolicion-de-zona-del-recinto-amenaza-historico-legado/I3ZFMZHYDZDA-5D3U6MVMAZALQE/>. Acesso em : 4 jul. 2021.

e doutrinas médicas, pesquisa, ensino, arquivos e bibliotecas.¹³ Um exame dos sumários da revista publicada pela sociedade desde sua fundação sugere que, no período inicial, a preocupação em relação à preservação esteve mais focada nos bens arquitetônicos e nos acervos tridimensionais e documentais.

Em paralelo, é possível identificar outras ações que também contribuíram e contribuem na salvaguarda do patrimônio cultural da saúde. Falamos aqui de espaços como museus e centros de memória, criados com o objetivo de reverenciar personagens, instituições e profissões na maioria das vezes, ferramentas poderosas na afirmação de um “espírito de corpo” e de narrativas laudatórias remetidas a ações/fatos “dignos” de memória. Ressalte-se, porém, que esse surgimento sob o signo da tradição não impede que estes locais assumam em sua trajetória um papel crítico e inclusivo, refletindo concepções e práticas patrimoniais modernas.

O CEMEMOR - preservando a memória médica em Belo Horizonte



Passamos agora a algumas considerações sobre as duas experiências relativas ao patrimônio cultural da saúde assinaladas na apresentação e que se interconectam com questões discutidas até aqui. Começamos pelo Centro de Memória da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais. Criado em 1977 em meio a uma reforma curricular, o CEMEMOR foi pensado como contribuição na formação humanistas dos alunos do curso médico e também como laboratório para a preservação de acervos institucionais e privados ligados à medicina – equipamentos, livros e toda espécie de documentos pertencentes à faculdade, professores, ex-professores, alunos e ex-alunos – incorporando ao longo do tempo outros acervos fora desse âmbito mais restrito à instituição.

A formalização do CEMEMOR se fez através da Resolução 02/79 onde estão elencados dois campos de atuação interconectados: um voltado para a preservação e difusão de acervos e outro de cunho pedagógico, voltada para os estudantes do curso médico. Na primeira ordem de ações estão: a) organização de um museu histórico integrado pelo que se denominou “salas” focalizando temas específicos da áreas médica; b) organização de um museu dedicado à memória tecnológica, explorando os equipamentos recolhidos junto à própria instituição e outros objeto de doações; c) organização de uma galeria de medicina e arte, para abrigar a produção artística de membros da comunidade da Faculdade de Medicina e contribuições de artistas externos: d) um laboratório

13 Société Française d'Histoire des Hôpitaux. Disponível em: <https://www.biusante.parisdescartes.fr/sfhh/statuts.htm>. Acesso em: 4 jul. 2021.

de imagem e som. Conectada a essas iniciativas estava a criação da disciplina de História da Medicina, de caráter eletivo para os estudantes do curso médico, tendo como objetivo funcionar como laboratório para a organização do acervo e das exposições, como também fortalecer uma visão mais ampliada da ciência e da profissão médicas, visitando eventos, personagens, concepções e práticas relacionadas a saúde. Complementando esta estrutura, havia um Colegiado, integrado por professores e colaboradores envolvidos nas atividades do CEMEMOR, núcleo ao qual competia deliberar e promover a preservação e a divulgação da história da medicina e da saúde.

Ao final de duas décadas o acervo recolhido ao CEMEMOR aumentou de forma significativa. No final da década de 1990, ocupava 8 salas, totalizando aproximadamente 580 metros quadrados da ala esquerda do primeiro andar do edifício sede da faculdade. A tipologia do material recolhido era bastante diversificada inserindo: mobiliário; equipamento médico e de laboratório de pequeno a grande porte; vidraria e instrumentos de laboratório; material e mobiliário hospitalar; objetos pessoais de professores, ex-alunos e personagens do campo médico doados em vida ou pelos familiares. Entre os nomes ligados a algumas das coleções pessoais abrigadas no acervo encontram-se: Borges da Costa, Clóvis Salgado, Ezequiel Dias, Guimarães Rosa, Baeta Viana, Samuel Libânio, Adelmo Lodi, Pedro Nava. Também integrava o acervo um vasto acervo bibliográfico –com destaque para a Biblioteca Dermatológica Prof. Oswaldo Costa – ao qual se juntavam documentos institucionais e pessoais e um significativo material fotográfico, cobrindo atividades que iam de visitas ilustres, como a que fez Madame Curie em 1926, aulas, casos clínicos objeto de investigação por professores e alunos, eventos diversos, ocorrências policiais, como a invasão do prédio da Faculdade de Medicina pelas forças policiais durante a ditadura militar. Um acervo que, como se desprende dessa breve e incompleta descrição, remete não apenas à formação e à prática médicas, mas também ao contexto e às vivências históricas de seus protagonistas em um sentido bastante ampliado - quer no que se refere aos atores, professores, alunos, médicos, pacientes, governantes, comerciantes entre outros, como às experiências de vida, ultrapassando a própria medicina.

Figura 1 - CEMEMOR - Salas de exposição no final da década de 1990.



Fonte: Acervo Rita de Cássia Marques.

Em 1997, quando da implantação do primeiro projeto de organização do acervo coordenado pelas autoras deste texto, apenas parte do mesmo encontrava-se em exposição, estando volume considerável dele fora do alcance do olhar público. O circuito percorrido pelo visitante não seguia nenhum projeto expográfico, resultando de escolhas pautadas em critérios e valores individuais, informados pela ideia da excepcionalidade, dos grandes feitos, dos indivíduos geniais. Não havia, a bem dizer, um circuito de visitação e a circulação pelos espaços era bastante dificultada pelo número excessivo de objetos. Agregue a isso o fato de a maior parte do material em exposição não possuir identificação, ficando comprometidas a compreensão e comunicação com os visitantes. O acesso se restringia a professores, ex-alunos e familiares, visitantes da Faculdade de Medicina, não havendo atividades voltadas para públicos específicos ou em geral. O acervo não exposto carecia de qualquer tipo tratamento, acumulando-se em armários, estantes, mesas, caixas e, ainda, espalhados pelo chão, havendo mesmo material incorporado ao conjunto que se presumia àquela altura nunca tivesse sido retirado das caixas nas quais chegaram. Importante dizer que as condições nas quais se encontrava esse acervo não era uma exceção, mas uma realidade partilhada por outros espaços voltados para a memória e a preservação da saúde como de outras áreas do conhecimento e da experiência humana. O quadro aqui descrito certamente trará recordações a pessoas envolvidas no tratamento e preservação de outros acervos similares. Nessa perspectiva, o que havia sido pensado como um laboratório na construção crítica e participativa de uma história da medicina e da saúde havia tomado mais a feição de espaço de “glorificação” da profissão e de curiosidades da história médica (Marques e Silveira, 2005).

Figura 2 - CEMEMOR- Atividades de tratamento do acervo - final da década de 1990.



Fonte: Acervo Rita de Cássia Marques. Última imagem com estantes capturada do site do CEMEMOR (<https://www.medicina.ufmg.br/cememor/> - Centro de Comunicação Social da Faculdade de Medicina da UFMG)

Esse cenário começou a se transformar no final da década de 1990, com a implantação dos primeiros projetos, apoiados por agências como FAPEMIG e CNPq e pela Pró-Reitoria de Extensão da UFMG, visando o tratamento e a divulgação do acervo. Através deles foram elaboradas e implementadas atividades voltadas para a criação de novos circuitos expositivos, tratamento do acervo – envolvendo a higienização, pesquisa, identificação, catalogação e armazenamento mais adequado das peças – organização e disponibilização do material documental e do acervo bibliográfico e fotográfico para pesquisadores externos, organização de atividades de educação patrimonial, atendendo escolas e outros visitantes que demandavam o espaço. Hoje o CEMEMOR conta com equipe que ampliou significativamente o tratamento, pesquisa e divulgação do acervo, investindo em novas exposições, no tratamento e acondicionamento adequados do acervo, e novas atividades de ação educativa. Possui um site que dá ao visitante uma pequena amostra da riqueza do acervo sob sua custódia, das diferentes atividades já desenvolvidas e de abordagens possíveis do mesmo.¹⁴ Além disso, O CEMEMOR integra, junto com outros espaços semelhantes existentes na Universidade Federal de Minas Gerais, a Rede de Museus da UFMG, estrutura organizada no intuito de coordenar ações para contribuir com o apoio e suporte técnico em diferentes frentes de atuação de cada um, fortalecendo a colaboração entre os espaços e a formação de recursos humanos de cada um deles.

Figura 3 - sala de exposição- década 2010.



Fonte: Imagem capturada do site do CEMEMOR. (<https://www.medicina.ufmg.br/cememor/> - Centro de Comunicação Social da Faculdade de Medicina da UFMG)

As mudanças visíveis operadas no CEMEMOR podem, em nossa opinião, ser entendidas como integradas a esse conjunto de mudanças apontadas mais acima. As personalidades, os objetos icônicos, as histórias e memórias exemplares continuam habitando o seu espaço. Mas ele agora é compartilhado com outros atores, outras intenções, outras histórias. Novos olhares informados por indagações diversas perscrutam seu acervo, construindo uma percepção mais rica e diferenciada sobre a história da saúde e da medicina. Essa transformação é

14 Disponível em: <https://www.medicina.ufmg.br/cememor/>. Acesso em: 4 jul. 2021.

fruto do empenho e esforço de um coletivo de pessoas que apoiaram e se ocuparam em fazer aflorar dali memórias e histórias mais diversas, colaborando nesse processo de emergência do que entendemos como patrimônio cultural da saúde.

Projeto Patrimônio Cultural da Saúde em Minas Gerais



segunda experiência focalizada é a pesquisa realizada através do projeto *Patrimônio Cultural da Saúde em Minas Gerais*, no âmbito da REDE BRASIL: *Inventário Nacional do Patrimônio Cultural da Saúde: bens imóveis e acervos 1808-1958*, coordenado nacionalmente por Renato Costa e Gisele Sanglard da Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz. A criação da Rede Brasil foi um desdobramento da agenda estabelecida pelo Grupo de Trabalho História e Patrimônio Cultural da Saúde, reunido no evento simultâneo ocorrido em Salvador em 2005, mencionado anteriormente. O primeiro movimento na sua concretização se deu com edição do livro *História da saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico*, organizado por um time de pesquisadores da Casa de Oswaldo Cruz – Ângela Pôrto, Gisele Sanglard, Maria Rachel Fróes e Renato Gama-Rosa Costa. Publicado em 2008, ano de comemoração do bicentenário da chegada da corte portuguesa ao Brasil, a obra reunia cinco capítulos abordando a saúde pública e um conjunto de instituições de saúde instaladas no Rio de Janeiro desde o período imperial. Encartado na edição em papel, um CD trazia, a modo de verbetes, uma conjunto de instituições das quais se oferecia um relato histórico e, sempre que possível, a descrição arquitetônica e dos acervos mantidos pela instituição, além de um conjunto de imagens sobre as mesmas.

Foi como decorrência da realização desse projeto que surgiu a iniciativa de se desenvolver atividade semelhante envolvendo o patrimônio da saúde em outros estados brasileiros. Encamparam a iniciativa equipes de pesquisadores no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Goiás, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Pará e Amazonas. De modo geral a pesquisa se concentrou nas capitais estaduais que, sendo sede do governo, habitualmente centralizavam as instituições e ações de saúde pública regionalmente. O período abordado no projeto como um todo cobriu da chegada da corte em 1808 até o ano de 1958. Resultaram do projeto, até o momento, outros seis livros, acompanhados do inventário de instituições locais, nos mesmos moldes daquele descrito para o volume do Rio de Janeiro. Os levantamentos e reflexões feitos durante a pesquisa também viabilizaram a realização de trabalhos de pós-graduação, artigos e capítulos de livro abrangendo os diferentes campos disciplinares mobilizados na investigação¹⁵.

15 Por questão de espaço, optamos por listar na bibliografia apenas os livros publicados pelas equipes integrantes do projeto.

Em Minas Gerais, a parceria da Fiocruz se deu com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A equipe responsável local reunia professores envolvidos com a pesquisa em História da Saúde, além de alunos de cursos de graduação e pós-graduação em história, arquitetura e da área da saúde. Um diferencial do levantamento realizado pela equipe mineira foi a inclusão, no inventário que acompanha o volume impresso, das duas antigas capitais do estado, Ouro Preto e Mariana. A decisão foi tomada uma vez Belo Horizonte ter e tornado capital em 1897, cinco anos depois de a primeira constituição estadual republicana determinar a mudança da sede do governo, localizada na cidade de Ouro Preto à época¹⁶. Em 1720 Ouro Preto havia sido escolhida para ser a sede do governo da capitania das Minas Gerais, recém criada pelo governo português. Antes dela, a cidade de Mariana, localizada cerca de 14 quilômetros de distância daquela, havia ocupado o lugar de sede do território da então capitania de São Paulo e das Minas de Ouro (1709). Como se vê, durante parte do período coberto pelo arco temporal privilegiado pelo projeto – especialmente, todo o período imperial, quando alguns órgãos voltados para a saúde pública começam a se organizar no país, a capital de Minas era Ouro Preto. Outro fator relevante foi o fato de Ouro Preto e Mariana terem sido objeto de outras pesquisas voltadas para as instituições e a história da saúde em Minas, desenvolvidas por membros da equipe. A inclusão de Mariana acabou definida por esse critério.

A pesquisa realizada conseguiu identificar 56 instituições de saúde nas três capitais, englobando desde os órgãos da administração pública, passando pelos hospitais, institutos de pesquisa e escolas associadas à formação de profissionais da área da saúde. O levantamento de dados focalizou os elementos privilegiados pela coordenação geral do projeto, sendo criada uma ficha padrão para inserção das informações. Seguindo os termos que davam título ao projeto, além do histórico sobre a instituição, havia uma preocupação com sua descrição arquitetônica e com a determinação de existência ou não de acervo documental que potencialmente oferecesse subsídios para informar sobre agentes e práticas de saúde na instituição. Desse modo, além de identificar os bens e um pouco da história, o inventário também oferece um diagnóstico do patrimônio arquitetônico e dos acervos documentais mantidos pelas instituições

Dos itens propostos, o que apresentou maior dificuldade foi a identificação do autor/construtor dos edifícios, visto a ausência das plantas originais. Em alguns casos a instituição possuía apenas um levantamento físico, feito posteriormente à construção do prédio, sem qualquer registro de autoria. Duas situações comuns, associadas as demandas tecnológicas e de abordagens terapêuticas, que contribuíram nessa ausência de informação foram: as diversas reformas sofridas em algumas sedes, descaracterizando completamente o desenho original; de outro as mudanças para outras regiões do espaço urbano

16 Situação semelhante é observada em Goiás, com duas capitais distintas durante o período coberto pelo projeto (Souza; Moraes; Freitas, 2017).

e o desaparecimento dos edifícios anteriores. O caso de Belo Horizonte, por ser uma cidade planejada para ser capital há pouco mais de cem anos, muitos edifícios foram preservados. Porém, o fato de ter nascido sob a égide da modernidade, também impôs a perda de muitos exemplares originais.

Figura 4 - À esquerda, capa do volume da História do Patrimônio da Saúde em Minas Gerais (2011). À direita, imagem da Santa Casa de Belo Horizonte, 1912 inserida no verbete Santa Casa de BH



Fonte: Foto original: Álbum Médico de 1912 (Acervo Fundação Ezequiel Dias)

Figura 5 - Montagem de imagens do verbete Santa Casa de BH.



Fonte: História do Patrimônio da Saúde em Minas Gerais (2011)

O levantamento efetuado para a cidade colocou em destaque o nome do arquiteto Raffaello Berti, italiano radicado em Belo Horizonte, responsável pelo desenho de vários prédios públicos e hospitais em estilo moderno e *art déco*. Berti foi a principal referência da arquitetura hospitalar no período estudado, sendo autor de sete edifícios. Foi professor da Escola de Arquitetura e, além de formar discípulos, ocupou-se da memória do seu trabalho, doado pela família ao Museu Histórico Abílio Barreto. Além dos projetos, seu acervo guarda objetos pessoais, como caixa de trabalho, vidros de tinta, livros, documentos, retratos, diplomas e outros.

Se de modo mais geral é possível dizer que a situação dos acervos institucionais públicos ou privados no país é ainda bastante precária, no caso dos acervos da saúde o problema é ainda mais complexo. O interessado nesse tipo de documentação enfrenta vários obstáculos para encontrar documentos e, quando consegue, outros mais para consultá-los. O acesso é muitas vezes dificultado pela informação sensível preservada ou ainda o temor de algum interesse fiscalizador ou de denúncia. Esse temor pode também contribuir para explicar a freqüência de acervos desorganizados. São raros os casos nos quais existem instrumentos de pesquisa que permitam o acesso rápido e seguro aos documentos desejados. Também preocupante é a ausência de series integrais de registros. Muitos documentos desapareceram ou foram destruídos. Não existe uma tradição de guarda dos acervos agravado pelo eterno problema da falta de espaço. Sem alternativas para expandir fisicamente, acaba-se sacrificando o espaço dos arquivos e com isso perde-se sua memória.

Atualmente os sítios eletrônicos são a porta de entrada do público interessado em diversas dessas instituições, e nos surpreendemos com o pouco destaque atribuído à história institucional nessas páginas. Dados que permitam traçar o percurso trilhado pela instituição são na maioria das vezes muito reduzidos e, quando existem, muito superficiais. Este tipo de constatação reforça a importância do levantamento e da publicação dos resultados dessa pesquisa. Algumas informações foram conseguidas junto às assessorias de comunicação das instituições, ma, de maneira geral, o material de divulgação pouco contribuiu para a elaboração dos históricos nos verbetes, que foram efetivamente elaborados com material levantado em pesquisas em livros, jornais, arquivos públicos e entrevistas realizadas com o intuito de esclarecer dados imprecisos. Outra situação comum foi constatar o quão pouco institucional é o tratamento da memória pelos hospitais, muitas vezes, a cargo de poucos funcionários ou de uma única pessoa. E por se tratar de acervo “privado”, ficamos dependentes da boa vontade desses guardiões para ter acesso à documentação.

Pelo exposto aqui podemos afirmar que certamente muito tem sido feito nesse percurso de valorização do patrimônio cultural da saúde. Mas acreditamos que revisitar a precariedade e apontar as ausências ao público é uma forma de reafirmar a necessidade e a urgência de reforçar e aprofundar o trabalho e a luta pela preservação dessa herança histórica.

A lista de problemas identificados na execução do inventário tratado na seção acima é bastante ampla, e não caberia estendê-la para a proposta desta publicação. Salientamos, porém, que lacunas como as apontadas aqui mostram as dificuldades enfrentadas no levantamento desse patrimônio arquitetônico e documental. Mesmo quando se trata do que poderíamos classificar como abordagens mais aproximadas de uma percepção elitista do patrimônio, as dificuldades são de toda ordem, que dizer sobre os obstáculos às memórias negadas ou em disputa? Se é possível dizer que já nos pusemos no caminho dessa noção mais ampla sobre o que pode e deve ter direito a ser valorizado, muito ainda temos que caminhar para incorporar a esses espaços – objetos e agentes de patrimonialização – uma memória da saúde mais inclusiva e diversa.

Referências

AMORA, Ana Albano. **História da saúde em Santa Catarina: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)**. São Paulo: Manole, 2012.

CRUZ DE SOUZA, Christiane Maria; BARRETO, Maria Renilda Nery (org.). **História da saúde na Bahia: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)**. São Paulo: Manole. 2011.

COSTA, Renato Gama-Rosa. Arquitetura para a saúde e a Rede Brasil de Patrimônio Cultural da Saúde. *Gazeta Médica da Bahia*, v. 80, n. 1, p. 129-133, jan.-abr. 2010.

MARQUES, Rita de Cássia e SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. Por trás das coleções: uma experiência com acervos de história da saúde. *Episteme*, n.20, p. 49-54, 2005.

MARQUES, Rita de Cássia; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres; FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves (org.). **História da saúde em Minas Gerais: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)**. São Paulo: Manole. 2011.

MOTT, Maria Lucia; SANGLARD, Gisele (org.). **História da saúde em São Paulo: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)**. São Paulo: Manole. 2011.

PORTO, Ângela, SANGLARD, Gisele, FRÓES, Maria Rachel e COSTA, Renato Gama-Rosa. (org.). **História da saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2008.

WEBER, Beatriz T.; SERRES, Juliane C. Primon (org.). **Patrimônio cultural da saúde: inventário das instituições de Porto Alegre (1808-1958)**. Porto Alegre: Ideograf. 2008.

SANGLARD, Gisele; COSTA, Renato Gama-Rosa. Patrimônio cultural da saúde: uma década de reflexão e atuação sobre o campo. **Memória em Rede**, Pelotas, v.II, n.20, p. 5-24, 2019.

SERRES, Juliane Conceição Primon. Preservação do patrimônio cultural da saúde no Brasil: uma questão emergente. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, v. 22, n. 4, p. 1411-1426, 2015

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas (Conferência Magna). *In*: SUTTI, Weber (coord.). FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL: SISTEMA NACIONAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL : DESAFIOS, ESTRATÉGIAS E EXPERIÊNCIAS PARA UMA NOVA GESTÃO, 1, 2009, Ouro Preto. **Anais [...]**. Brasília, DF: Iphan, p.25-39, 2012.

SOUZA, Rildo Bento de, MORAES, Cristina de Cássia Pereira, FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. **Patrimônio cultural da saúde em Goiás: instituições hospitalares, assistenciais, de ensino e de pesquisa.**

Patrimônio Edificado da Saúde: os sanatórios e sua arquitetura

| Renato da Gama-Rosa Costa

 Este artigo procurará contribuir para pensarmos a situação patrimonial de edifícios construídos para servirem ao combate de uma das mais terríveis doenças a atingir o século XX, antes do flagelo contemporâneo proporcionado pela COVID: a tuberculose. As ações empreendidas para seu combate, entre finais do século XIX e meados do século XX, nos traz muitos aprendizados na atual situação em que o mundo se encontra. Mesmo com a doença controlada, de certa forma, a tuberculose se mantém como uma doença preocupante, ainda mais no âmbito da pandemia atual, cuja infecção também se dá pelas vias respiratórias.

A tuberculose é uma doença antiga para a humanidade, mas as duas primeiras guerras mundiais acarretaram um aumento bastante expressivo em todo o mundo. Enquanto não se descobria seu tratamento, era recomendável higiene, uma boa alimentação e isolamento social. Alguma semelhança com os dias atuais? Naquela época, as ações de isolamento foram até mais radicais, obrigando a internação de pacientes mesmo contra a sua vontade. Tais locais, os sanatórios, foram então a solução encontrada para se evitar, se não a cura, ao menos sua disseminação. O isolamento era também mandatório para os acometidos por lepra ou doença mental. Muitos não tinham escolhas e eram recolhidos a esses locais, sendo separados das suas famílias. Entretanto, quem podia pagar, escolhia melhores instalações, e muitos desses locais foram sendo construídos a semelhança de hotéis, muitos deles situados em localidades muito privilegiadas e distantes dos centros urbanos. Muitos desses locais, ao menos no Brasil, foram transformados em hospitais de tratamento generalizado ou abandonados à própria sorte, após a descoberta de tratamento à base de vacinas.

Mas, mundo afora, tais locais tiveram diferentes destinos, o que vem gerando preocupações quanto a sua conservação. O que fazer com eles? Devem continuar a servir enquanto espaços de saúde, e estarem dispostos a sofrerem adaptações, colocando em risco sua originalidade arquitetônica? Ou devem mudar de uso, na tentativa de conservarem as linhas estéticas que valorizam seu papel na produção arquitetônica, abandonando a razão de sua construção, e apagando, assim, uma parte da história e memória da saúde pública?

Procuraremos verificar, a partir de exemplos nacionais e internacionais, como alguns desses espaços lutam por encontrar uma solução para perpetuarem sua existência, de uma forma ou de outra. Paralelo a isso, algumas iniciativas referentes a preservação de espaços relacionados a outros flagelos, como a lepra ou a doença de Hansen, por exemplo, estão sendo feitas recentemente no Brasil e em Portugal.

Tuberculose: uma doença atual?



ntes do aparecimento explosivo da COVID, nos primeiros meses de 2020, a Tuberculose era uma doença sempre a preocupar a Organização Mundial da Saúde, desde finais da segunda guerra mundial, especialmente na Europa, mas que logo se espalharia para os países emergentes: “(...) Embora esta decisão tenha sido influenciada pelo surto de tuberculose na Europa Central e de Leste, depois da guerra, não demorou muito para que a OMS percebesse que o problema global da tuberculose tinha mudado o seu centro gravitacional. O verdadeiro desafio [passou a residir] nos países em vias de desenvolvimento da Ásia, de África e da América Latina” (BRIMNES, 2013: 22).

Tal preocupação ensejou em 2016 e 2017, o estabelecimento, pela Organização Mundial da Saúde (OMS) da campanha *Unidos para Acabar com a Tuberculose* (*United to End TB*, em inglês). Até então, a TB representava uma das dez maiores causas de morte em todo o mundo, com 10 milhões de novos casos notificados por ano, levando mais de um milhão de pessoas a óbito (Agência Fiocruz de Notícias). Segundo ainda a Agências de Notícias da Fiocruz “Nos últimos anos, a preocupação com esses números elevados fez com que a OMS redefinisse a classificação de países prioritários para o período de 2016 a 2020. Três são as listas prioritárias, definidas segundo os critérios epidemiológicos: carga de tuberculose; tuberculose multidrogarresistente; e coinfeção TB/HIV. O Brasil, que ainda permanece entre os 20 países que apresentam mais casos da doença, encontra-se em duas dessas listas, ocupando a 20ª posição na classificação de carga da doença e a 19ª quanto à coinfeção TB/HIV”.

Se por um lado, identifica-se que a doença ainda é uma realidade extremamente preocupante, o que dizer dos espaços construídos para seu tratamento, entre finais do século XIX e meados do século seguinte, quando se acreditava que o controle da doença se assentava em “(...) tratamentos institucionais prolongados em sanatórios e hospitais, limpeza dos bairros degradados, educação para a saúde e algumas formas de cirurgia pulmonar” (BRIMNES, 2013: 21). Nos anos 40, estes instrumentos anteriores à guerra foram reavaliados e, depois, substituídos pelos antibióticos e a vacina BCG (idem). A partir de então, se iniciou uma longa e dolorosa obsolescência de tais espaços, indicando seu esvaziamento ou mudança de uso.

Os sanatórios e os desafios para a sua preservação: alguns exemplos



Muitos sanatórios seriam construídos nos anos de 1920-1930 sob a premissa da transitoriedade, pois se acreditava que a tuberculose seria plenamente curável nos próximos trinta anos. De fato, após a descoberta da vacina BCG e dos antibióticos, muitos desses sanatórios se tornariam obsoletos, como o de Zonnestral, Holanda, transformado em hospital geral em 1957. O lento processo de abandono ou mesmo reconversão passaria a ameaçar a integridade desses espaços. A função original, integrada à sua arquitetura, uma das maiores experiências do movimento moderno, não havia mais razão de ser mantida.

O caso de Zonnestraal é emblemático, pois a ameaça de sua destruição levou à organização da entidade do Docomomo Internacional, uma organização não-governamental dedicada à documentação e conservação de edifícios, sítios e entorno do Movimento Moderno, em 1988, na Holanda, por iniciativa de Hubert-Jan Henket e Wessel de Jonge, autores do projeto de restauração do sanatório, cujo nome quer dizer raio de sol, na língua natal. Esse foi concebido entre 1925 e 1927 pelo arquiteto holandês Johannes Duiker (ou Jan Duiker), e inaugurado em 1928. Segundo Wessel de Jonge, Zonnestraal é: “provavelmente, o mais canônico e internacionalmente celebrado exemplo de arquitetura do Movimento Moderno na Holanda” (DE JONGE, 2004: 12).

Com sua transformação em hospital geral, em 1957, o Zonnestraal passou a sofrer adaptações que o descaracterizariam, como o fechamento das varandas de cura, construção de anexos, alteração de acessos verticais, mudança de materiais de revestimento e de fechamento, como janelas e portas. Em 1973 o pavilhão para crianças (*Dresselhuijs pavilion*) foi abandonado. Em 1993 o antigo sanatório foi totalmente desativado. Os últimos anos de funcionamento do sanatório exigia uma intervenção urgente. Entretanto, essa intervenção demandaria tantos esforços, que se discutiu à época que o sanatório não deveria ser restaurado, mas mantido enquanto ruína, segundo o arquiteto e historiador de arte Wessel Reinink. Entre os principais motivos para tal, segundo Reinink, estava a possibilidade de não se poder manter mais o uso original. A restauração, de alto custo - outro ponto limitador -, devolveria a plenitude de sua arquitetura, mas sua autenticidade seria *oca*: “um edifício só tem significado enquanto abriga uma função. Quando esta desaparece, o invólucro perde sentido” (*apud* SILVA, 2011: 22-23). Os arquitetos holandeses Henket e De Jonge não concordavam com esse pensamento e a partir, então, de seus apelos, a restauração foi realizada. Essa levaria em conta a adaptação a novas formas de tratamento da tuberculose ou a transformação do local em um centro de saúde, bem como a utilização de materiais e soluções arquitetônicas mais contemporâneas, em especial, revestimentos e vedações, mesmo arriscando incorrer a intervenção

na criação de uma réplica. A proposta visava mais o salvamento da arquitetura moderna, que virou símbolo da criação do Docomomo, do que propriamente do seu programa de saúde.

Figura 1 - Sanatório de Zonnestraal.



Fonte: <https://www.hetschip.nl/en/visitors/activities/zonnestraal-ship-on-the-heath>.

Outro sanatório emblemático, o de Paimio, na Finlândia, obra-prima de Alvar Aalto, enfrenta problemas na sua preservação. Construído entre 1929 e 1930, seu projeto certamente recebeu influências de Zonnestraal, quando Aalto visitou alguns exemplares na França e na Holanda antes de participar do concurso para sua construção. Manteve sua função original até 1968, quando foi passado à Universidade de Turku. De 1968 a 2015, sofreu uma série de intervenções, que levaram ao fechamento das galerias de cura, a introdução de toldos coloridos para proteção solar, além de outras alterações internas para adaptação ao uso hospitalar. Mais recentemente, passou a pertencer ao Hospital Distrital do Sudoeste da Finlândia. Mesmo reconhecido enquanto um Monumento à Arquitetura da Saúde, não se sabe o destino do sanatório, pois o hospital distrital não precisa mais do edifício e planeja se desvencilhar de todo o complexo. Sob a atenção da Fundação Alvar Aalto e de diversas entidades internacionais, inclusive o próprio Docomomo, e objeto de um Plano de Conservação Programada financiado pela Fundação Getty, com apoio dos ministérios da Educação e Cultura e do Meio-Ambiente finlandeses, o que abre possibilidades de um futuro melhor para Paimio, o sanatório resiste (MALMBERG, 2020). Mas, até quando?

Figura 2 - Sanatório de Paimio. Visão geral.



Fonte: Foto de Renato da Gama-Rosa Costa, 2014.

De Portugal¹⁷, temos três exemplos que mostram destinos diferentes para os sanatórios e os espaços de isolamento. Um foi transformado em hotel, depois de anos de abandono; o segundo abriga um espaço museológico, que enfrenta dificuldades de funcionamento, apesar de seu tombamento; e um terceiro, se encontra preservado, e em uso, mas que ainda não foi reconhecido enquanto patrimônio.

O Sanatório de Penhas da Saúde, localizado na Serra da Estrela, foi construído para os empregados da Companhia dos Caminhos-de-Ferro do Estado. Seu projeto, a cargo do arquiteto Vasco Regaleira, foi realizado entre os anos de 1927 e 1930. Sua construção se arrastaria por mais de uma década e meia, sendo inaugurado em 1944. Sua localização, seu programa (boa alimentação e repouso) e suas linhas construtivas indicavam um grande apelo à tipologia hoteleira, o que facilitaria sua reconversão décadas depois. Mas até sua transformação, o edifício do sanatório amargou um período de duas décadas de abandono: “o reforço das medidas de vigilância e prevenção, a generalização da

17 Reflexões surgidas após pesquisa de pós-doutoramento realizada entre 2013 e 2014, no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal, com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

vacina antituberculose e, sobretudo, os resultados de cura alcançados com os novos tratamentos por quimioterapia (descobertos a partir de 1944), em breve tornariam obsoleta a ‘cura natural’ da tuberculose, substituída pelo tratamento ambulatorial” (MARTINS, 2009: 94). Após um demorado trabalho de transformação, o edifício foi reaberto em 2014, como hotel, a cargo do arquiteto Eduardo Souto Moura. Seria esse o destino de todos os sanatórios?

Figura 3 - Fachada principal do antigo Sanatório Penhas da Saúde, atual Pousada da Serra da Estrela.



Fonte: Foto de Renato da Gama-Rosa Costa, 2015.

O Pavilhão de Segurança do Hospital Miguel Bombarda, antigo Hospital de Alienados de Rilhafoles, datado de 1892, é um dos mais significativos exemplares de construções panópticas ainda existentes pelo mundo. Integrado ao antigo conjunto hospitalar, seu destino enquanto espaço museológico, apesar de protegido pelo Instituto Português do Patrimônio Arquitetônico (IPPA), desde 2000, é incerto. A solução museológica, segundo Vitor Albuquerque Freire proporcionaria menos riscos para a preservação do edifício: “assegurando, ainda, a fruição e a compreensão do espaço pelo público” (2009: 73). Continua Freire: “Não é um edifício onde se instalou um museu, o próprio edifício constitui um componente mais valiosa e emblemática do museu, enquanto surpreendente peça de arquitetura-arte” (IDEM). Apesar de todo esse reconhecimento, o espaço se encontra atualmente fechado para a visitação.

Figura 4 - Vista geral do interior do antigo Pavilhão de Segurança.



Fonte: Foto de Renato da Gama-Rosa Costa, 2015.

O terceiro exemplar está situado na parte insular de Portugal, mais precisamente na cidade de Funchal, capital da Ilha da Madeira, tradicional local de instalação de sanatórios para o tratamento da tuberculose, desde meados do século XIX (COSTA, 2014). O Sanatório da Quinta de Sant’Ana, ou Sanatório João Almada, foi construído seguindo um ambicioso plano de se erguer sanatórios marítimos, de altitude e de planície por todo o território português nos primeiros anos do Estado Novo português (1926-1974). O plano, concebido em 1931 pelo médico Fausto Lopo de Carvalho, acabou por realizar a construção de poucos sanatórios, sendo o da Ilha da Madeira um deles, que foi concluído nos anos de 1940. Ainda em funcionamento, o sanatório, transformado em hospital geral em determinado momento de sua trajetória, ainda mantém as características de sua arquitetura original bem preservadas, em especial as varandas de cura, se tornando um exemplo de conservação arquitetônica, apesar das alterações de uso.

Figura 5 - Sanatório João Almada e as galerias de cura.



Fonte: Foto de Renato da Gama-Rosa Costa, 2013.

Por fim, gostaria de trazer algumas reflexões a partir de exemplos brasileiros. Construído entre 1949 e 1952, o Sanatório de Curicica, de autoria do arquiteto Sérgio Bernardes, é um marco importante para a história da tuberculose no Brasil. Seu projeto procurou aliar o tratamento terapêutico aos preceitos da racionalização projetual e construtiva oriundos das vanguardas artísticas do início do século XX (AMORA, COSTA, MALAQUIAS e MOROUÇO, 2018). Movimentos conscientes tentam, desde 2003, reconhecer tal sanatório enquanto bem patrimonial. Depois de ameaças de demolição, fechamento e frequentes perda de área para a construção de obras viárias em seu entorno ou instalação de unidade educacional em seu terreno, uma última tentativa foi feita em 2017 para a conclusão do processo de sua salvaguarda, por meio de um dossiê elaborado por grupo de estudos da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, entregue ao Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH)¹⁸.

Figura 6 - Vista do pátio interno.



Fonte: Foto de Renato da Gama-Rosa Costa. 2011.

18 Dossiê elaborado por Ana M. G. Albano Amora, Thaysa Malaquias e Michael Morouço, do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Renato Gama-Rosa Costa, da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, em 2017, e depois publicado em parte no artigo *Complejo Sanatorial de Curicica: un hospital pabellonario moderno* (2018).

Enquanto isso, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados do Brasil iniciou debates, em setembro deste ano, sobre ações em relação a possíveis processos de tombamento dos espaços e edificações relacionados à história e memória das pessoas acometidas pela hanseníase. Segundo as deputadas envolvidas na ação, “há um interesse crescente nos chamados ‘patrimônio da dor’ e ‘patrimônio sensível’ de populações e grupos sociais que tiveram suas narrativas invisibilizadas e sufocadas. Com a ampliação do conceito de patrimônio cultural e com lutas de movimentos sociais, amplia-se no mundo a proteção a sítios ligados a esses aspectos da história” (Fonte: Agência Câmara de Notícias).

Certamente essa iniciativa confirma os anos de luta do grupo MORHAN (Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase), que atua desde 1981, na tentativa de garantir o respeito aos Direitos Humanos das pessoas atingidas pela hanseníase e seus familiares¹⁹, o que inclui ações de preservação patrimonial, uma vez que muitas famílias ainda habitam antigas instalações dos leprosários.

Sanatórios, manicômios e leprosarias merecem um olhar mais atento para a questão patrimonial. Para concluir, deve-se ressaltar a recente inauguração na Tocha, norte de Portugal, de um núcleo museológico no antigo Hospital Colônia Rovisco Pais, a única leprosaria erguida em solo lusitano²⁰, que funcionou entre 1947 e 1996. O museu, segundo relatos da imprensa, “revela ao público, pela primeira vez, um conjunto significativo de património cultural e científico do antigo hospital”.²¹ Certamente o texto aqui apresentado busca, também, contribuir para uma maior divulgação pública do patrimônio das ciências e da saúde.

Referências

AMORA, Ana M. G. A.; COSTA, Renato da Gama-Rosa; MALAQUIAS, T.; MOROUCO, Michael. Complejo Sanatorial de Curicica: un hospital pabellonario moderno. In: Maria Lilia González de Servin. (Org.). Registro del Sistema Arquitectónico de Pabellones en Hospitales de América Latina. 1ed. Cidade de Mexico: Universidad Nacional Autónoma de Mexico, 2018, v. 1, p. 69-91.

19 Ver <http://www.morhan.org.br/institucional>. Acessado em 01 de outubro de 2021.

20 Centro Rovisco Pais abre museu do antigo hospital da Tocha IN <https://www.pportodosmuseus.pt/2021/09/06/centro-rovisco-pais-abre-museu-do-antigo-hospital-da-tocha/>. Acesso em 01 de outubro de 2021.

21 Ver <https://www.publico.pt/2021/09/06/local/noticia/nucleo-museologico-unica-leprosaria-portuguesa-abre-cantanhede-1976455>.

AMORA, Ana M. G. A.; COSTA, Renato da Gama-Rosa; MALAQUIAS, T.; MOROUCO, Michael. *Contribuição do LabLugares - PROARQ/FAU/UFRJ ao processo de preservação do Sanatório de Curicica, atual Hospital Municipal Raphael de Paula Souza*. Mimeo. 2018.

BRIMNES, Neil. In *Tuberculosis, a short history/Tuberculose, uma breve história*. Centre for Global Health Histories, The University of York, United Kingdom, 2013. PP, 21-22.

Comissão debate tombamento de espaços históricos ligados à hanseníase. 24/09/2021 - 08:26. Fonte: Agência Câmara de Notícias IN <https://www.camara.leg.br/noticias/807466-comissao-debate-tombamento-de-espacos-historicos-ligados-a-hanseníase>. Acesso em 01 de outubro de 2021.

COSTA, Renato Gama-Rosa. O Sanatório João de Almada e o Armamento Anti-tuberculoso em Portugal (1934). *Revista Islenha*, v. 54, p. 135-148, 2014.

MALMBERG, Jonas. Paimio Sanatorium as a Monument f Healthcare Architecture. IN TOSTÕES, Ana; ARNAUT, Daniela; PROVIDENCIAA, Paulo. *Cure & Care. Architecture and Health*. Técnico. Lisboa: 2020.

MARTINS, João Paulo. O Sanatório da Covilhã. IN *Revista Monumentos*. N° 29. Julho, 2009. Instituto da Habilitação e da Reabilitação Urbana, Lisboa.

TUBERCULOSE. Agência Fiocruz de Notícias. <https://agencia.fiocruz.br/>. Acesso em 22/09/2021.

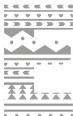
<https://www.pportodosmuseus.pt/2021/09/06/centro-rovisco-pais-abre-museu-do-antigo-hospital-da-tocha/>

<https://www.publico.pt/2021/09/06/local/noticia/nucleo-museologico-unica-le-prosaria-portuguesa-abre-cantanhede-1976455>

Patrimônio arqueológico da saúde: registros materiais móveis e imóveis dos espaços e práticas de saúde.

| *Luciana da Silva Peixoto*
Fábio Vergara Cerqueira

I. Patrimônio arqueológico da saúde

 stamos usando a denominação patrimônio arqueológico da saúde para fazer referência a toda e qualquer evidência material que tenha ligação com os cuidados com a saúde, com a prevenção ou com o combate de doenças, e ainda com hábitos de higiene e cuidados de si que indiretamente contribuem com a promoção da saúde.

O patrimônio arqueológico da saúde, assim como toda e qualquer materialidade representante das atividades relacionadas ao dia a dia dos indivíduos e das sociedades, se dá a evidenciar a partir dos testemunhos imóveis – estruturas edificadas ou depósitos arqueológicos – e móveis. Os testemunhos móveis podemos dividir em dois grupos a partir de sua natureza: vestígios de entes animados e de objetos inanimados.

I.1. Testemunhos imóveis: Estruturas edificadas ou depósitos arqueológicos

No que tange os testemunhos imóveis, são de dois tipos. Primeiro, estruturas edificadas, tais como hospitais, casas de saúde, sanatórios, leprosários, manicômios, mas também poderiam entrar nesta categoria farmácias, boticas, enfim toda sorte de estabelecimento comercial ou manufatureiro, que venda ou produza medicamentos ou afins. Trata-se aqui de evidências de natureza arquitetônica, as quais podem ser objeto de intervenções e leituras arqueológicas, e podem se apresentar em cota positiva (prédios conservados, muitas vezes alvo de restaurações) ou em cota negativa (vestígios conservados sob o solo).

Quanto ao segundo tipo de estrutura fixa, falamos aqui de estruturas conservadas nos sítios arqueológicos, as chamadas lixeiras. Estas podem ser de natureza diversa. Contamos com um tipo bem específico, que são as lixeiras hospitalares, geradas por instituições de saúde, as quais possuem um volume fantástico de evidências relativas à cultura material da saúde, apesar de que estas comumente se encontrem em estado muito fragmentário. Vale ressaltar,

porém, que também lixeiras não geradas em espaços hospitalares, como lixeiras domésticas e coletivas – como é o caso do “lixão” encontrado sob a atual Praça Cel. Pedro Osório – podem conter sim um volume não desprezível de objetos relativos aos cuidados da saúde da população, como veremos logo a seguir.

1.2. Testemunhos móveis de objetos inanimados:

Trata-se aqui de artefatos, coisas, o que os museólogos classificam como objetos tridimensionais, que se subdividem em objetos relativos aos cuidados de si e os contenedores de remédios.

Aqui temos toda uma gama de objetos ligados aos cuidados de si, ou seja, o viés preventivo da saúde, mas que envolve tanto a higiene quanto a cosmética, a busca da beleza. Quanto à higiene, podemos encontrar vestígios de urinóis ou de escarradeiras; quanto à beleza, frascos de perfumes, como o frasquinho antropomórfico de vidro em formato de uma dama (?), exumado na Praça Cel. Pedro Osório, em Pelotas (Figura 1). Sobre medicamentos, mesmo as lixeiras domésticas permitem trazer à luz frascos de remédios, boa parte em vidro, mas também em outros materiais, sendo comum, no séc. XIX, os recipientes feitos de louça (faiança fina), como o pote da pomadinha do Dr. Holloways, fabricada em Londres, de que falaremos adiante, que estava na lixeira escavada junto à Residência Conselheiro Maciel, em Pelotas.

Figura 1 – Frasco de perfume



Fonte: Acervo LEPAARQ/UFPel. - Sítio Praça Coronel Pedro Osório.

1.3. Testemunhos móveis de natureza animada:

São os biofatos, nomeadamente evidências ósseas de remanescentes humanos, que são reveladoras de aspectos da saúde, tais como doenças, desgastes ósseos decorrentes de rotina de trabalho, causa mortis natural ou por violência, e mesmo epidemias.

Não trataremos desta tipologia aqui, mas há todo um rol de disciplinas que se desenvolvem, que olham particularidades distintas destas evidências. Poderíamos listar: a bioarqueologia; a antropologia forense, área que tem avançado muito, em parceria com outros profissionais, por exemplo nos estudos do passado recente das ditaduras militares do Cone Sul; arqueologia médica, como o caso das múmias egípcias submetidas a exames radiológicos e mais recentemente de tomografia; e, uma disciplina mais nova que tem trazido contribuições muito significativas, a arqueogenética. Hoje compreendemos, por meio da análise de múmias, que ocorriam surtos periódicos de malária no Egito no período pós-cheias do Nilo, sendo uma das possíveis causas da morte de Tutancâmon.

Gostaríamos de passar a um rápido apanhado de contribuições da pesquisa arqueológica brasileira para o desenvolvimento da arqueologia da saúde, sobretudo com relação às coleções de arqueologia histórica do século XIX e início do século XX. Não podemos deixar de mencionar aqui o texto “Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX”, de Tânia Andrade de Lima, de 1996, sem sombra de dúvida um texto seminal na literatura arqueológica nacional em termos de interpretação da saúde, que exerce influência sobre boa parte dos textos posteriores, que dão conta de contextos muitos variados, do Sul ao Nordeste do país. A autora identifica a permanência de certas concepções médicas herdadas da medicina humoral da Antiguidade grega, em que algumas práticas ainda se baseavam na medicina hipocrática e na medicina galênica²², e nesta perspectiva analisa a funcionalidade do excretar – tido como um regulador do equilíbrio dos humores – associado a objetos tais como as escarradeiras (Figura 2) ou ao uso do rapé, para espirrar. Ademais, do ponto de vista metodológico, este texto sinaliza como a interpretação arqueológica pode – e deve – integrar achados arqueológicos exumados em escavações, muitas vezes fragmentários, e peças de coleções museológicas não oriundas do substrato arqueológico, com exemplares muitas vezes mais integrais.

22 Galeno de Pérgamo (129-217 d.C.) foi um médico grego da corte do imperador Marco Aurélio, do séc. II d.C.

Figura 2 – Imagem ilustrativa de uma escarradeira em faiança fina com decoração policromada pintada à mão.



Fonte: ES Leiloeira – Eucília Soares. Leilão realizado em 23/03/2015.
Disponível em: <https://www.lilileiloeira.com.br/peca.asp?ID=1314951>. Acesso 02/09/21.

Dez anos após a publicação do texto da Tânia Andrade de Lima, que consideramos a primeira arqueóloga a trabalhar o tema da saúde sob a ótica da arqueologia, outros pesquisadores retomam esse tema de pesquisa, porém de forma mais específica, ou seja, o tema da saúde ou dos cuidados pessoais é abordado para dar conta da análise de coleções e interpretação de tipologias materiais em contextos arqueológicos. Nesse sentido temos em 2006 a dissertação de Zeli Terezinha Company, intitulada “Os Salvadores das garras da morte: medicamentos populares, medicina humoral em Bom Jesus/RS (1898-1927). Nesse trabalho a autora analisa uma coleção de frascos de remédios provenientes da escavação arqueológica realizada no sítio RS-NA-03 em 2002 na cidade de Bom Jesus, no Rio Grande do Sul e, a partir deles investiga *a permanência de uma antiga teoria médica: a Teoria dos Humores, durante o período alcunhado de República Velha, ou seja, entre 1889 a 1928* (Company, 2004)

Em 2011, Company participou da equipe coordenada pelo arqueólogo Alberto Tavares que desenvolveu as pesquisas arqueológicas para a implantação do Centro Histórico-Cultural Santa Casa de Porto Alegre. A partir desse trabalho, que resultou numa coleção significativa de fragmentos e frascos inteiros

de remédios, a autora retomou o tema sobre a saúde e a doença sob o olhar da arqueologia. Ela desenvolveu sua tese de doutorado intitulada “Procurando bem todo mundo tem pereba: práticas e recursos de cura a partir da cultura material na Porto Alegre do século XIX (1815-1898)”, onde incluiu, além do material exumado no sítio Santa Casa de Misericórdia e Centro Histórico-Cultural Santa Casa (RS-JA-29), outros quatro sítios históricos: Casa da Riachuelo (RS-JA-17), Solar da Travessa Paraíso (RS-JA-03), Paço Municipal (RS-JA-20) e Mercado Público Central (RS-JA-05).

Ainda em 2011, temos mais um trabalho voltado para a análise de frascos de medicamentos e por consequência voltado à saúde. Diego Antônio Gheno, em sua monografia de conclusão do curso de História, “escava” um “sítio arqueológico superficial” resgatando do porão da Casa Comercial de Arnaldo Fensterseifer, localizada em Roca Sales/RS, uma coleção de recipientes de vidro, a maioria ainda com rótulos. Em sua pesquisa, através da análise arqueológica desses recipientes o autor identificou que a maioria era de medicamentos e por isso *“foi possível elucidar sobre algumas práticas de saúde peculiares em Fazenda Lohmann, Roca Sales/RS. Nesse âmbito, destacam-se as continuidades das práticas de saúde do século XIX”* (Gheno, 2011; Gheno, dos Santos, & Machado, 2016).

Outra arqueóloga que aborda o tema é Naira Lorena de Oliveira Veras. Em sua dissertação de mestrado com o título “Práticas de Saúde e Modernidade na Cidade de Parnaíba, Piauí (1850 a 1930): um estudo arqueológico” a autora tenta compreender

“práticas de consumo voltadas para a saúde na cidade de Parnaíba, percebendo sua inserção no sistema capitalista, a adoção do modo burguês e o desenvolvimento de concepções modernas, calcadas no pensamento positivista, que consolidará o discurso científico dos farmacêuticos na transição para o século XX, em oposição aos curandeiros e boticários” (Veras, 2014).

O estudo de Veras é realizado sob a ótica da Arqueologia Interpretativa a partir da coleção de frascos de medicamentos da Pharmacia do Povo, atual Museu Pharmacia do Povo, localizada na cidade de Parnaíba, no estado do Piauí.

Como vemos, o tema da saúde explorado a partir de coleções arqueológicas, principalmente de recipientes de vidro, teve algumas poucas, mas importantes contribuições ao longo dos últimos anos. Em contextos arqueológicos históricos é raro não resgatarmos objetos relacionados à saúde e aos cuidados de si (higiene e beleza). No entanto, esses fragmentos em raras ocasiões alavancam pesquisas focadas no tema da saúde, com raras exceções como as citadas acima.

Os sítios arqueológicos denominados “lixeiros coletivos” são bons exemplos dessa possibilidade de identificação de materiais relacionados diretamente ao tema da saúde, tanto que alguns desses sítios foram objeto das pesquisas apresentadas aqui.

Gostaríamos de destacar, como exemplo da potencialidade desses contextos arqueológicos, os trabalhos realizados nos sítios “Praça Coronel Pedro Osório” e “Residência Conselheiro Maciel – Casa 8 - em Pelotas/RS. O primeiro sítio foi alvo de três campanhas de escavação ao longo da década de 2000 (2004, 2005, 2006/2007). O segundo foi escavado em 2002, durante a realização das obras de restauro. Estes trabalhos foram realizados pela equipe do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas – LEPAARQ/ICH/UFPel – sob coordenação do arqueólogo Fábio Vergara Cerqueira.

Trazemos aqui alguns exemplos da cultura material relacionada à saúde que evidenciamos nas lixeiras escavadas em Pelotas, na Praça Cel. Pedro Osório e na Residência Conselheiro Antunes Maciel, exemplos que suscitam algumas considerações.

Antes disso, é necessário esclarecer que o sítio arqueológico “Residência Conselheiro Maciel” apresentou dois contextos de deposição: o primeiro relacionado à lixeira coletiva, formada antes da construção da casa, ou seja, no mesmo período da formação da lixeira da Praça; o outro contexto é relativo à lixeira doméstica formada durante o primeiro período de uso da Casa.

A primeira consideração é que a lixeira da praça nos possibilitou conhecer uma quantidade fabulosa de vidros usados como frascos de líquidos ou óleos – e essa é por sinal uma regra geral, em se tratando vestígios arqueológicos farmacêuticos, de longe predominam os vidros, como é regra nas lixeiras hospitalares (Figura 3).

Agora, uma singularidade dessa lixeira coletiva de Pelotas é a grande quantidade de vidros muito bem conservados – o que é bem incomum em lixeiras, por serem usadas e reusadas por muito tempo, sendo remexidas com frequência.

Figura 3 - Conjunto de frascos de remédio do sítio Praça Coronel Pedro Osório



Fonte: Acervo LEPAARQ/UFPel.

Outro aspecto a se observar é o quanto esses vidros constituem um testemunho de extrema relevância para a história da indústria farmacêutica, inclusive indústria local. Podemos aqui destacar dois frascos de vidro que exemplificam a pujante produção farmacêutica pelotense entre fins do século XIX e início do século XX, com projeção nacional, tema que ainda não foi objeto de estudos históricos ou arqueológicos detalhados.

O primeiro que analisaremos é um frasco do “Peitoral Cambará” (Figura 4) encontrado na lixeira da Praça Cel. Pedro Osório. Vale observar que relatórios e artigos relacionados a sítios históricos de diferentes regiões do país informam a presença deste medicamento, que era produzido por uma indústria local, a *Souza Soares*.

Figura 4 - Frasco de “Peitoral Cambará” com a inscrição: Peitoral de Cambara. Soares. Homeopatha.



Fonte: Acervo LEPAARQ/UFPel – Sítio Praça Coronel Pedro Osório.

O “Peitoral de Cambará” era anunciado em jornais de várias partes do país, como é o caso de um reclame de 1908, publicado no *Diário de Santos* (Fig. 5), cujo conteúdo transcrevemos a seguir (Fig. 6):

Figura 5 - Propaganda do Peitoral de Cambará veiculada no jornal em 1908.

Peitoral de Cambará
DESCOBERTA E PREPARAÇÃO DE
José Alvares de Souza Soares
(DE PELOTAS)

Esta utilíssima e conhecida preparação medicinal, que se acha aprovada pela Exma. Junta Central de Higiene Pública, autorizada pelo Governo Geral e premiada com duas medalhas de ouro de 1.ª classe pela Academia Nacional de Paris e Jury da Exposição Brasileira Allemã, é altamente recommendado por um grande numero de medicos para a cura radical das enfermidades do peito e vias respiratorias.

O PEITORAL DE CAMBARA', pela sua efficacia provada em milhares de experiencias que hão surtido os mais satisfactorios e duradouros resultados, é hoje grandemente usado em todos os Estados do Brazil e em alguns dos mais paizes da America do Sul.

Vende-se, a 2\$500 o frasco, 13\$000 meia duzia e 24\$000 a duzia, em todas as boas pharmacias e drogarias.

São unicos agentes e depositarios no estado,
Lebre, Irmão & Mello
3 - BUA 15 DE NOVEEMBRO - 3
S. PAULO

Fonte: Santos nos Documentos (blog), por Waldir Rueda. Disponível em: <http://santosnosdocumentos.blogspot.com/2011/03/peitoral-de-cambara-1908.html>

Figura 6 - Transcrição do texto da propaganda do Peitoral de Cambará veiculada no jornal em 1908.

<p>Peitoral de Cambará DESCOBERTA E PREPARAÇÃO DE José Álvares de Souza Soares (DE PELOTAS)</p>
<p>Esta utilíssima e conhecida preparação medicinal, que se acha aprovada pela Exma. Junta Central de Hygiene Publica, auctorizada pelo Governo Geral e premiada com duas medalhas de ouro de 1ª classe pela Academia Nacional de Pariz e Jury da Exposição Brasileira Allemã, é altamente recomendado por um grande numero de médicos para a cura radical das enfermidades do peito e vias respiratórias.</p> <p>O PEITORAL DE CAMBARÁ, pela sua eficácia provada em milhares de experiências que hão surtido os mais satisfactorios e duradouros resultados, é hoje grandemente usado em todos os Estados do Brazil e em alguns dos mais paizes da América do Sul.</p> <p>Vende-se, a 2\$500 o frasco, 13\$000 meia dúzia e 24\$000 a dúzia, em todas as boas pharmacias e drogarias.</p> <p>São únicos agentes e depositantes no estado.</p> <p style="text-align: center;">Lebre, Irmão & Mello 3- Rua 15 de NOVEMBRO-3 S. PAULO</p>

Fonte: Elaborado pelos autores.

O reclame no jornal paulista evidencia a credibilidade nacional desta indústria farmacêutica pelotense, também com boa circulação no continente da América do Sul, e com premiações internacionais que testemunham sua eficácia.

O segundo exemplo de remédio comercializado em frasco de vidro é o *Peitoral Angico Pelotense* (Figura 7), que se orgulhava de ser o “xarope mais usado nos lares do Brasil” para combater “imediatamente resfriados, gripes, rouquidão, asma, bronquite e as tosse mais rebeldes”. Era fabricado também em Pelotas, na “Drogaria e Farmácia de Eduardo C. Sequeira”, que iniciou a produção do remédio em 1870. Outrora foi exportado e atingiu a marca de cerca de 30.000 vidros anuais. A farmácia localizava-se na rua Andrade Neves, entre Floriano e Lobo da Costa. A neta Vera Vilas Bôas testemunha que o nome mudou para “Drogaria Umicum”, em uma postagem do Facebook de 2017²³, na qual lemos também vários depoimentos de pessoas que ainda na infância usaram o medicamento, fabricado até aproximadamente 1970, e que relatam bons resultados.

²³ Disponível em: <https://www.facebook.com/projetoceama/posts/1406755666079365/> Acesso em: 3 nov. 2021.

Figura 7 - Frasco de “Peitoral Angico Pelotense” com a inscrição: Pelotas.



Fonte: Página do Projeto CEAMA - O Centro de Educação Ambiental da Mata Atlântica (CEAMA), Facebook, publicado em 29 de junho de 2017.

A propaganda vinculada ao remédio na época (Fig. 8) dizia: “Para a tosse e suas funestas consequencias, uzar sómente Peitoral de Angico Pelotense. É tiro e queda. Depósito: Laboratorio Peitoral de Angico Pelotense. Pelotas” (Jornal do Comércio, 1957²⁴).

Figura 8 - Propaganda do Peitoral de Angico Pelotense veiculada no Jornal do Comércio em 24 de julho de 1957, p. 20

agora em nova embalagem

PEITORAL DE ANGICO PELOTENSE

bom como sempre...

Puramente à base de plantas medicinais, o xarope **Peitoral de Angico Pelotense**, usado há 51 anos em todos os lares brasileiros, combate imediatamente resfriados, gripes, rouquidão, asma, bronquite e as tosses mais rebeldes. **Preferido em todas as famílias... Praticado em todas as idades!**

PEITORAL DE ANGICO PELOTENSE o xarope mais usado nas lares do Brasil

Fonte: http://memoria.bn.br/pdf/170054/per170054_1957_10453.pdf

24 Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/170054/per170054_1957_10453.pdf. Acesso em: 1 set. 2021.

Os achados arqueológicos do centro de Pelotas revelaram também uma quantidade bastante interessante de frascos feitos não de vidro, mas de louça, produzidos em faiança, decorados com a técnica de *transfer printing* e datados da segunda metade do século XIX. Houve um momento específico, no final deste século até a segunda década do século XX, em que as taxas sobre o vidro aumentaram, resultando em uma opção pelo uso da louça para potes de medicamentos, em especial para pomadas (Figura 9), mas também potes com cremes dentífricos ou de barbear. Porém, achamos também frascos de louça usados para medicamentos a serem aplicados a conta-gotas (Figura 10). Aqui apresentamos alguns exemplos encontrados na Praça Cel. Pedro Osório e todos importados da Inglaterra.

Figura 9 - Pote de pomada do sítio Casa 8 - Residência Conselheiro Antunes Maciel.



Fonte: Acervo LEPAARQ/UFPel.

Figura 10 - Tampas de potes conta-gotas para medicamentos, do sítio Praça Coronel Pedro Osório



Fonte: Acervo LEPAARQ/UFPel.

Hoje o estudo destes achados está muito facilitado pela internet, e encontramos sem dificuldade informações, as quais não localizávamos à época dessas escavações, na primeira década do século atual. Tomemos como exemplo um potezinho de louça com inscrições, encontrado na lixeira da Residência Conselheiro Antunes Maciel, hoje Casa 8, atual Museu do Doce (Fig. 11). Essa lixeira, mesmo que sua escavação tenha se dado no pátio e porões desta edificação, provavelmente se trate de uma lixeira anterior à construção da casa – de sorte que na média essa lixeira encerra sua atividade com a edificação desta residência, que se deu em 1878. Portanto, é presumível que seja uma lixeira de uso comum, semelhantemente à da praça. Portanto, são descartes de famílias em geral que habitavam a região central da cidade entre cerca de 1840 e 1878 (quando a casa é construída e o terreno não mais usado como depósito de lixo de uso geral).

Figura 11 - Pote da “Pomada do Dr. Holloway” resgatado no Sítio Casa 8 – Residência Conselheiro Antunes Maciel.

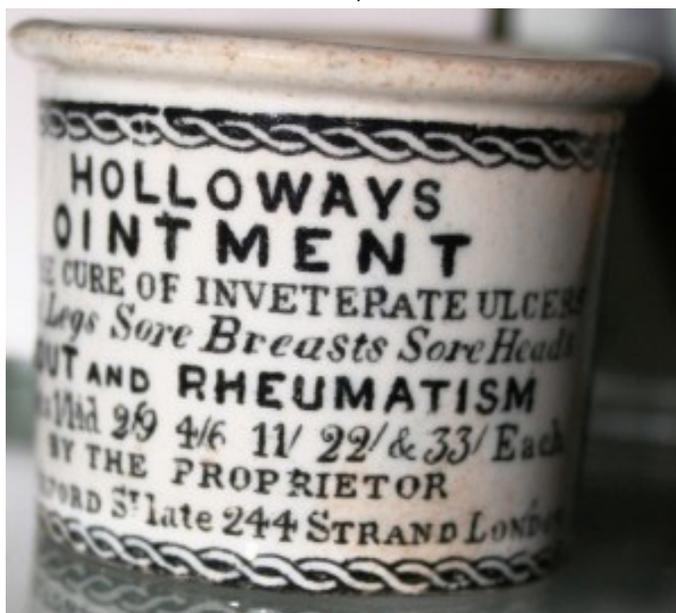


Fonte: Acervo LEPAARQ/UFPeL.

Esse recipiente é um pote de pomada, conhecida como *Holloways Ointment*, ou seja, “Pomada do Dr. Holloway”. Esse Dr. Holloway – “Professor” Thomas Holloway - vendeu muito bem esse medicamento, tanto que encontramos exemplares deste frasquinho em museus ou no mercado de antiguidades de países de diferentes continentes, como nos Estados Unidos, na Nova Zelândia e na Austrália, além da própria Inglaterra, ao passo que em Pelotas as escavações

arqueológicas revelaram exemplares no contexto da Praça Cel. Pedro Osório e da Residência Conselheiro Antunes Maciel (Casa 8). Os exemplares museológicos nos ajudam muito a compreender os fragmentos achados em Pelotas, visto que estão integrais, como o pote idêntico do Chertsey Museum, em Londres (Fig. 12)

Figura 12 - Imagem do pote “Pomada do Dr. Holloway” da coleção do Chertsey Museum, Londres, Od.176



Fonte: https://chertseymuseum.org/search_collection?offset=20175&item=20333 Acesso em 03/11/2021

Conseguimos assim ler a totalidade do texto que consta no pote: “Holloway’s Ointment. For the cure of Gout and Rheumatism, inveterate ulcers, sore breasts, sore heads, bad legs”, que ficaria “Pomada do Dr. Holloway. Para a cura da gota, do reumatismo, úlceras inveteradas, dores no peito, dores de cabeça e ‘pernas ruins.’” Trata-se de um excelente exemplo para o estágio de desenvolvimento da medicina e da farmácia da época – que para nosso olhar moderno pode parecer charlatanismo – mostrando um medicamento que teve muita aceitação e sucesso comercial – afinal, era remédio para quase tudo que se possa imaginar²⁵, conquistando credibilidade de que atendia a uma terapêutica muito variada!

²⁵ Disponível em: <https://www.antiquesboutique.com/misc/holloway-s-ointment-cure-all-medicine-pot-1880/itm36561#.YUAr51KjdM>. Acesso em: 1 nov. 2021.

No site de antiguidades “Antiques - Boutique”, encontramos a mesma pomada comercializada em um outro tipo de pote (Fig. 13), composto de tampa e base, então à venda no *AestheticAntiques*, de Massachussets. A tampa, além do texto, indicando o nome do produto, dosagem e local de fabricação, apresenta também uma iconografia associada, que corresponderia à *trademark*, a qual está na lateral dos potes do outro tipo, e que infelizmente não está conservada nos dois exemplares encontrados em Pelotas. Assim, a fotografia publicada pelo site do mercado de antiguidades nos permite compreender porque a pomada era conhecida também como “óleo da cobra”: a marca comercial, representada por meio dessa iconografia, compõe-se de uma mulher, sentada e vestindo uma túnica de tipo grego, e uma serpente, enrolada em um pilar com uma pira incandescente, a qual bebe de uma taça segurada pela mulher; completa a cena uma criancinha seminua, tipo um *putto* ou *amorino* romano, que segura a placa em que constam alguns dados sobre a pomada. Enquanto o laboratório do “Professor” Holloway se situava na Oxford Street em Londres, o pote em si foi fabricado no condado de Staffordshire, usando para sua decoração a técnica de *transfer printing* de coloração preta, datando de cerca de 1880.

Figura 13 - Pote de Pomada Holloway's, fabricado no condado de Staffordshire, na técnica de *transfer printing* com decoração em preto. c. 1880.



Fonte: Disponível em: https://www.antiquesboutique.com/misc/holloway-s-ointment-cure-all-medicine-pot-1880/itm36561#.YXdV_Xpv_al Acesso em: 1 nov. 2021.

Note-se que a base que contém a pomada é completamente branca, sem receber qualquer decoração, assemelhando-se assim a algumas bases encontradas em Pelotas (Fig. 14). Daí pensamos na possibilidade desta base ser

usada também para a Pomada Holloway's. Mas seria uma conclusão apressada, pois existem exemplares arqueológicos, assim como de coleções musealizadas e de antiguidades, que exemplificam o uso da mesma base para pastas dentífricas e para cremes de barbear (Fig. 15). Daí concluímos que uma mesma fabricante de faiança pode produzir potes que tenham a mesma forma mas usos variados. A aplicação de decoração em *transfer printing*, com texto e logotipia, vai diferenciar estes produtos, se uma pomada ou um creme dental ou de barbear.

Figura 14 - Base de pote em faiança fina, branca, para algum creme de uso na saúde ou higiene - Sítio Residência Conselheiro Antunes Maciel (lixeira)



Fonte: Acervo LEPAARQ/UFPel.

Figura 15 - Fragmentos de tampas de potes para creme de barbear francês, encontrado no Sítio Casa Riachuelo – RS,JA-17



Fonte: Baretta, 2009.

Como exposto acima, o registro arqueológico guarda vestígios da cultura material da saúde não somente por meio de potes e frascos de medicamentos, mas também por meio de objetos ligados aos cuidados de si, para a higiene e beleza. Trazemos aqui alguns exemplos da Praça Cel. Pedro Osório e da Casa 8: em vidro, o frasco de perfume (Ver Figura 1) da Praça Cel. Pedro Osório, e, de faiança, um fragmento de uma escarradeira (Fig. 17), da mesma praça, e um urinol razoavelmente bem conservado (Fig. 18), da Casa 8.

Figura 16: Fragmento de escarradeira. Sítio Praça Cel. Pedro Osório.



Fonte: Acervo do LEPAARQ/UFPeL.

Figura 17: Urinol em faiança fina com decoração pintada à mão com motivo floral - Sítio Casa 8.



Fonte: Acervo do LEPAARQ/UFPeL.

Por sorte, o fragmento exumado de escarradeira, por menor que seja, conserva um pedaço inconfundível, que se repete em várias escarradeiras: o elemento felino, que podemos verificar aqui em uma escarradeira disponível no mercado de antiguidades do Rio de Janeiro em 2015 (Ver Fig. 2), decorada com flores, com três pés com garras felinas e cabeças de leão – as bocas de leão formam três aberturas laterais, úteis para a limpeza do interior da peça.

Em princípio, não localizamos muitos vestígios de escarradeiras nas escavações realizadas em Pelotas, mas é possível que não tenhamos identificado os fragmentos, quando em branco e não pertencentes às partes mais características (pés e cabeças de leão e curvatura da parte superior).

Tânia Andrade de Lima (1996) analisa com propriedade o quanto o uso das escarradeiras, assim como dos rapés, diz de uma permanência da medicina humoral hipocrática e galênica, materializada em sua adaptação aos usos e cultura material do século XIX, revelando ainda o quanto havia todo um protocolo de etiqueta social, sendo “chique” a demonstração e mesmo encenação em público, cheia de maneirismos, destes gestos do escarrar e do espirrar.

O urinol é pintado à mão no estilo floral, produzido entre anos 1840 e 1880, em uma época em que os lares ainda não dispunham de banheiros, de modo que estava presente nos lares, normalmente nos quartos, fazendo parte de um conjunto de três peças: além do urinol, o jarro e a bacia, para lavar o rosto com água fresca pela manhã. Famílias de poder aquisitivo mais elevado poderiam possuir, entre seu mobiliário, o retrete (Fig. 19), que possibilitava fazer uso do penico de modo mais confortável.

Figura 19 - Retrete, com urinol no seu interior. Segundo Império, Acervo Museu Imperial, Petrópolis.



Fonte: Lima, Tânia Andrade de. Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX. 1996

2. Sítios arqueológicos hospitalares



combinação de testemunhos imóveis e móveis pode ser vista em dois sítios arqueológicos escavados no Rio Grande do Sul, a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre e a Enfermaria Militar de Jaguarão. Estes dois sítios, a princípio, são os dois únicos exemplares do que poderíamos classificar como sítio arqueológico hospitalar até então escavados no país.

2.1. Santa Casa de Misericórdia

A quadra onde está localizada a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre foi objeto de estudos arqueológicos entre 2005 e 2006, realizados em consequência das obras destinadas à instalação do Centro Histórico-Cultural daquela instituição. O projeto foi coordenado pelo arqueólogo Alberto Tavares Duarte de Oliveira com colaboração do arqueólogo João Felipe Garcia da Costa. As escavações foram realizadas junto às edificações localizadas na Avenida Independência, no Centro Histórico de Porto Alegre.

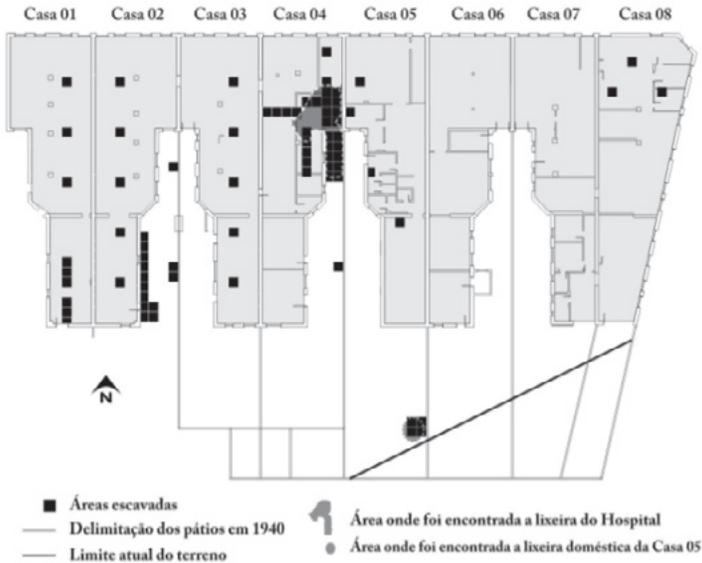
O trabalho teve como objetivo o salvamento de possíveis recursos arqueológicos impactados pela obra de engenharia que está revitalizando os prédios. Isso ocorreu devido ao grande potencial arqueológico que possui todo o Centro Histórico da cidade e, em especial, a quadra onde está localizada a Santa Casa. A potencialidade da área está principalmente relacionada à possibilidade de existência de vestígios da fortificação que limitava a cidade no Período Farroupilha e também pela existência de um cemitério (OLIVEIRA, 2009).

Este trabalho é considerado, até então, a primeira escavação de um contexto hospitalar, a partir da qual várias pesquisas foram realizadas e muitas informações sobre as práticas médicas do século XIX em Porto Alegre foram coletadas. A escavação ocorreu nas áreas internas e externas de oito edificações geminadas, de um pavimento e com porão alto, construídas no início do século XX (Fig. 20). As oito casas são as últimas remanescentes dos prédios de aluguel construídos no quarteirão do Hospital e que serviam de fonte de rendimentos para a instituição (OLIVEIRA, 2009).

O trabalho teve como resultado a exumação de uma grande quantidade de objetos e da caracterização de uma “lixeria hospitalar”. Segundo Oliveira, a análise desse material poderá contribuir com inúmeras informações, tais como:

o cotidiano do Hospital, a alimentação dos pacientes, os remédios utilizados e as práticas médicas, a comparação disso com o ensino de medicina que estava iniciando na cidade, o comércio dos produtos farmacêuticos, entre outros tantos olhares que este material recuperado provoca (2009, p. 52).

Figura 20 - Croqui da área com localização das quadrículas escavadas.



Fonte: Oliveira *et al.*, 2009, p. 51

Na escavação foi coletada uma grande quantidade de materiais arqueológicos, sendo boa parte de vidros (Fig. 21).

Figura 21 - Conjunto de vidros coletados nas escavações da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.



Fonte: Oliveira *et al.*, 2009

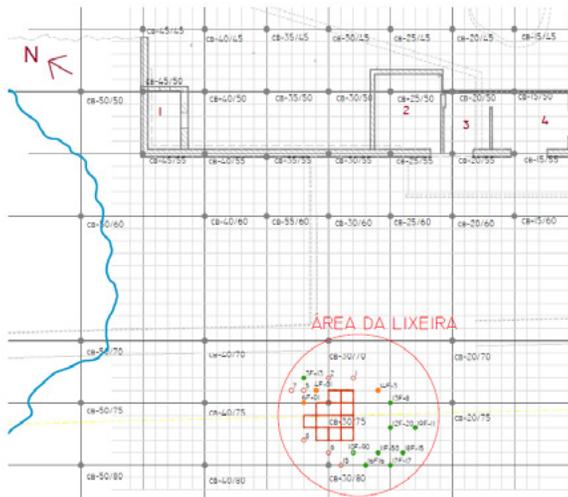
2.2. Enfermaria Militar de Jaguarão

A Enfermaria Militar foi construída no local denominado “Cerro da Pólvora” em 1880. Tinha como finalidade atender oficiais e praças do exército local e da região (FRANCO, 2001). No entanto, as informações orais atestam que pelo menos nos últimos anos de funcionamento a Enfermaria atendia à população em geral, principalmente a de baixa renda. No momento de sua construção o prédio ficava distante do núcleo urbano localizado próximo ao rio Jaguarão. Sua localização provavelmente foi pensada para diminuir os riscos de contágio de doenças ao mesmo tempo em que oferecia um ambiente arejado e tranquilo (CERQUEIRA; PEIXOTO; ZORZI, 2013).

O salvamento arqueológico na Enfermaria Militar de Jaguarão foi a primeira etapa do projeto de implantação do Centro de Interpretação do Pampa, que previa o restauro das ruínas da Enfermaria Militar e a criação de equipamentos culturais com financiamento do Programa Brasil Patrimônio Cultural (PEIXOTO; CERQUEIRA, 2011).

Um dos resultados da etapa de pesquisa arqueológica e “salvamento” da cultura material foi a identificação de uma grande concentração de materiais caracterizada como “lixeira”. Esta caracterização foi feita a partir da análise estratigráfica que evidencia o padrão de descarte. Esta lixeira ocupa uma área de aproximadamente 40 m² e está localizada no limite sul (atual Rua Maurity) do terreno, sendo que destes apenas 12m² foram escavados (Fig. 22) (PEIXOTO; CERQUEIRA, 2011).

Figura 22 - Croqui de localização da área da lixeira.



Fonte: Peixoto; Cerqueira, 2011.

Apesar de a lixeira estar diretamente relacionada à Enfermaria Militar, a totalidade dos achados não se resume à categoria hospitalar, uma vez que no prédio eram desenvolvidas diversas atividades relacionadas aos cuidados com os enfermos, como preparação e distribuição de refeições e produção de medicamentos. Além disso, em diferentes momentos o prédio foi usado como escola, residência de militares, além de informações orais indicarem o funcionamento de uma prisão durante o período da ditadura. Sendo assim, a lixeira é representativa de uma variedade de atividades, a maioria delas representada na cultura material (PEIXOTO; CERQUEIRA, 2011).

No conjunto material da Enfermaria podemos encontrar vestígios que nos remetem aos cuidados específicos com a saúde, à produção de medicamentos manipulados, assim como à presença de cachimbos e louças, que nos reportam a hábitos da vida diária, e mesmo materiais de escritórios, relativos à administração do local.

Figura 23 - Tapa de frasco conta-gotas.



Fonte: Acervo Enfermaria Militar de Jaguarão. LEPAARQ/UFPel.

Figura 24 - Frasco de remédio injetável.



Fonte: Acervo Enfermaria Militar de Jaguarão. LEPAARQ/UFPel.

Figura 25 - Ampola de remédio com inscrição.



Fonte: Acervo Enfermaria Militar de Jaguarão. LEPAARQ/UFPel.

Figura 26 - Cálice graduado com inscrição.



Fonte: Acervo Enfermaria Militar de Jaguarão. LEPAARQ/UFPel.

Figura 27 - Fragmento de vidro com inscrição - “Militar” - indicando procedência.



Fonte: Acervo Enfermaria Militar de Jaguarão. LEPAARQ/UFPel.

Figura 28 - Tinteiro de vidro.



Fonte: Acervo Enfermaria Militar de Jaguarão. LEPAARQ/UFPel.

Figura 28 - Prato em faiança fina com selo do fabricante.



Fonte: Acervo Enfermaria Militar de Jaguarão. LEPAARQ/UFPeL.

Figura 29 - Fornilho de cachimbo de cerâmica com decoração plástica; fornilho de caolim com representação iconográfica (águia?).



Fonte: Acervo Enfermaria Militar de Jaguarão. LEPAARQ/UFPeL.

3. Conclusão



conjunto de evidências analisadas aponta a relevância dos estudos do que chamamos aqui “arqueologia da saúde”, área que tem muito a avançar em nosso país, quer no estudo das estruturas de lixeiras, quer da cultura material associada, cuja investigação se beneficia de uma quantidade razoável de exemplares análogos – de recipientes de medicamentos em vidro ou faiança – presentes em coleções musealizadas e no mercado de antiguidades.

Gostaríamos de ressaltar alguns aspectos. A pesquisa arqueológica feita em Pelotas e em outras regiões do país, e mesmo em outros países da América Latina e Caribe, aponta a importância da indústria farmacêutica sediada em Pelotas entre finais do século XIX e primeiras décadas do século XX (incluindo-se aqui a produção de remédios destinados à medicina veterinária). A análise da cultura material presente nas lixeiras domésticas e hospitalares indica um significativo grau de globalização do mercado de medicamentos, capitaneado em vários casos pela Inglaterra, ao passo que a França, em um mercado igualmente globalizado, lidera a produção de produtos destinados aos cuidados de si, nomeadamente perfumes e cremes de barbear.

Ao mesmo tempo, o estudo das lixeiras – hospitalares e domésticas – pode contribuir para a compreensão de como evoluiu o sistema de descarte de frascos de medicamentos e de produtos químicos tóxicos, ao passo que as evidências da cultura material agregam para a compreensão da transformação por que passou a medicina na virada de século e primeiras décadas do século XX. Pesquisar, conservar e divulgar esses materiais trata-se assim de um desafio significativo do ponto de vista da gestão do patrimônio arqueológico.

4. Referências

Baretta, J. (2009). Beleza, vaidade e estética por meio da cultura material na Porto Alegre oitocentista. *Métis: história & cultura*, 8(16), 157-185, jul./dez.

Cerqueira, F. V., Peixoto, L. da S., & Zorzi, M. (2013). Arqueologia em campo: usos e significados atribuídos à antiga Enfermaria Militar de Jaguarão - RS. In F. F. Michelon, C. de S. M. Júnior, & A. M. S. (Orgs) González (Eds.), *Políticas públicas do patrimônio cultural: ensaios, trajetórias e contextos* (1a, pp. 246–264). Pelotas: Editora e Gráfica da UFPel. Retrieved from <http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/6444>

Gheno, D. A. (2011). Arqueologia histórica no Vale do Taquari/RS: análise dos recipientes de vidro da casa comercial de Arnaldo Fensterseifer – Roca Sales/RS, 0–115.

Gheno, D. A., dos Santos, P. D., & Machado, N. T. G. (2016). Vestígios do cotidiano: remédios e coleções arqueológicas. *Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, 10(2), 132–156. Retrieved from <https://doi.org/10.31239/vtg.v10i2.10560>

Oliveira, A. T. D. de. (2009). A Pesquisa Arqueológica para Implantação do Centro Histórico-Cultural da Santa Casa. In *Centro Histórico-Cultural Santa*

Casa (Ed.), Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre: Histórias Reveladas. Porto Alegre: Ed. da ISCMPA.

Oliveira, A. T. D. de, Tochetto, F. B., Barroso, V. L. M., & Company, Z. T. (2009). A arqueologia vai ao Hospital: Pesquisa Arqueológica para a implantação do Centro Histórico-Cultural Santa Casa. Porto Alegre: Faculdade Porto-Alegrense; ISCMPA.

Peixoto, L. da S., & Cerqueira, F. V. (2011). Salvamento Arqueológico para a Enfermaria Militar de Jaguarão. (Instituto de Memória e Partimônio,Ed.). Pelotas: Processo IPHAN No 01512.003063/2009-57.

Veras, N. L. de O. (2014). Práticas de saúde e modernidade na cidade de Parnaíba , Piauí (1850 a 1930): um estudo arqueológico. Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras.

Design e sustentabilidade

| João Fernando Igansi Nunes



Design, enquanto área do conhecimento científico no Brasil, tanto pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) quanto pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), encontra-se contemplado pelas subáreas da Comunicação Visual e do Desenho Industrial, ambas das Ciências Sociais Aplicadas. Considerando seu estatuto de Comunicação, considera-se o Design uma relevante ferramenta ao desenvolvimento sustentável do território e, dessa maneira, conseqüentemente, impulsiona a preservação do patrimônio cultural.

Os princípios do design orientado para sustentabilidade, a exemplo da dimensão cultural, contemplam a tríade de ações comprometidas com o social, cultural e ambiental. Impactos sócio/cultural/ambientais da atividade projetual em design podem ser aferidos pelas tendências e projetos de artefatos sustentáveis, como no caso do *Place Branding* da cidade de Eindhoven²⁶, cidade holandesa, industrial, reunida e regida pelo valor ENERGIA: o que motiva, o que move, o que ilumina.

Experiências e estratégias do Design na economia criativa, processo circular operado como possibilidade de minimizar as perdas físicas/materiais pelo reaproveitamento da matéria prima, devem dialogar de maneira comprometida com a tríade complementar **natureza, cultura e sociedade**, dimensões intrínsecas da sustentabilidade.

A economia criativa [circular e de inovação], a partir da transferência de conhecimento circunscrito nas experiências e conhecimentos acumulados dos seus sujeitos, *stakeholders*, residentes e/ou visitantes, “atores” (sujeitos) do processo, na escala da tradição, está diretamente relacionada com a identificação das origens dos sujeitos do lugar, das técnicas de produção e das diretrizes para “um bom consumo”, para a ampliação e a manutenção de público ao patrimônio tangível e intangível da cultura de um território. Conforme explicitamente se reporta o 11º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas, Cidades e comunidades sustentáveis, suas metas²⁷ abrangem, entre tantas, a “Meta 11.4: Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo. (Nações Unidas); Fortalecer as iniciativas para proteger e salvaguardar o patrimônio natural e cultural do Brasil, incluindo seu patrimônio material e imaterial. (Brasil).”

26 <https://www.rundesign.it/place-branding-eindhoven/>

27 <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/11>

O formato da indústria familiar, pelos seus processos, relações de trabalho e desempenho que são próprios de qualquer indústria, é um valor possível de se identificar. Nesse cenário, dimensões sociais, ecológicas e econômicas [inseparáveis, complementares e interdependentes] devem estar em equação voltada a garantir na íntegra seus princípios na irrefutável desmaterialização do objeto, estado de coautoria, polivalência do autor (interdisciplinaridade), valor do reuso (redução e reutilização). - *Revival your self*.

Como dimensão social, em especial, compreende-se aqui a cultura, os modos de vida dos seus atores; e a economia, os cenários de produção, as demandas de mercado e o fortalecimento de marcas e de produtos tradicionais. Tão importante quanto contemplar a cultura e a economia é contemplar a dimensão ecológica, como processo destinado ao desenvolvimento comprometido com o ecossistema.

A comunicação visual, formação de público a partir da metodologia da educomunicação²⁸ (educação que explora os recursos potenciais da comunicação como método de ensino, na sua diversidade técnica e econômica dos seus meios), projeta imagens visando garantir as percepções sobre o território, atuando diretamente na preservação e na promoção do patrimônio cultural daquilo que esse lugar “território”, espaço com significado, possui de singular, presentificados pelos seus valores simbólicos tangíveis e intangíveis, patrimônio *material* e *imaterial*.

Na esteira conceitual e prática do *Place Branding*, diferentes estratégias são utilizadas para a comunicação do lugar. Gerar marcas e gerenciar ativos de valor cultural, econômico e de patrimônio corrobora com o estatuto de governança para projetar imagens e garantir percepções sobre **lugares: espaços com significados**. Não esqueçamos: a diferença produz significado.

Conseqüentemente, como resultado da interação coautoral entre *stakeholders*, residentes e visitantes, há uma unificação da apresentação dos valores pela maneira como que se reapresenta seus signos, pelo aprimoramento das funcionalidades, eficácia do processo de conhecer para reconhecer sua cultura, construir seus produtos, integrando e elevando a mensagem ao nível simbólico de representação dos seus significados.

Observações e análises empíricas demonstram que a comunicação da marca de um território, prática legítima do Design, potencializada tanto nos pontos de contato indiretos (websites, redes sociais) quanto naqueles diretamente relacionados à interação física dos sujeitos (o “boca-a-boca”) é mediada pela imagem MARCA, tratada com os próprios códigos da sua cultura, singularidades do lugar, espectro de identidade entre **o que ele “É”** e a sua imagem, **o que “SE PERCEBE” dele**.

Prática interdisciplinar, Design e Sustentabilidade são órgãos de um mesmo corpo: o patrimônio cultural.

²⁸ Educomunicação é tanto uma prática quanto um conceito na interface entre Educação e Comunicação. <https://docplayer.com.br/169752345-Erica-daiane-da-costa-silva.html>.

Sustentabilidade no Design do fluxo cíclico

| *Jocelise Jacques de Jacques*



preocupação em atender às necessidades do presente, garantindo que futuras gerações possam também satisfazer as suas necessidades (W.C.E.D., 1987) no Design envolve questões fundamentais para alcançar soluções efetivas. Mesmo dividido em diferentes campos de atuação (ambiental, social, econômico, político e cultural), uma visão fiel deste conceito deve ser abrangente, buscando envolver as várias faces de problemas como o desperdício e a escassez de recursos, a geração e acumulação de resíduos, os resultados dos eventos associados às mudanças climáticas e às pressões econômicas, além de definir como é possível melhorar a situação atual. Neste sentido, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos em 2015, guiam para demandas específicas e visam nortear ações concretas nas mais diversas áreas.

No Design os projetistas trabalham para atender às necessidades dos usuários da melhor maneira possível, quando entendemos que as demandas dos indivíduos devem estar comprometidas com as demandas da sociedade de forma regional, e também considerando as condições globais nos aproximamos de um projeto que visa à sustentabilidade. Afinal, para alcançarmos a sustentabilidade, é preciso melhorar as condições de vida dos países menos desenvolvidos e ao mesmo tempo reduzir a pegada ecológica total da humanidade (Meadows, Randers *et al.*, 2004). Todas as populações almejam e merecem boas condições de vida, e não apenas atendimento das necessidades básicas. Por isto, construir um modelo de produção/consumo que permita disseminar conforto, sem agredir o meio ambiente, é o desafio tanto para países desenvolvidos, os quais desejam manter a qualidade de vida de sua população; quanto para países em desenvolvimento, os quais precisam e desejam alcançar esta mesma qualidade há muitos anos.

Há décadas estamos consolidando a compreensão de que não é viável manter o crescimento da produção industrial, simplesmente desconsiderando a extinção de recursos naturais ou a geração de resíduos não degradáveis, dentro do fluxo linear de produção, em que os recursos são transformados, utilizados e descartados e em que a poluição é amenizada com procedimentos de final de tubo. Esta complexidade no julgamento do uso de recursos naturais é um importante item a ser enfrentado atualmente, na busca de novas formas de adequar às necessidades da sociedade à capacidade do planeta, bem como às necessidades

das futuras gerações. E pode-se observar que as decisões tecnológicas têm sido feitas para solucionar o presente e não o futuro. Vivemos cercados de objetos ou de serviços projetados para prover os mais diversos benefícios. Como observa Harari (2017) “dificilmente há uma atividade, uma crença ou mesmo uma emoção que não seja mediada por objetos concebidos por nós mesmos”. Isto acarreta um custo ambiental cada vez mais evidente (IPCC, 2021).

Neste contexto o Design, como processo de projeto, ou processo de encontrar e resolver de problemas (Lawson, 2005), traz a necessidade inicial de identificar demandas e desafios (Dorst, 2006). Estas demandas ou ditos problemas de projeto são em parte bem definidos, pelas necessidades, requisitos e intenções, mas em parte são indeterminados e dependem da interpretação do projetista, da criação e seleção de possíveis soluções (Dorst, 2006). Lembrando que um produto ou serviço é apenas uma das formas acabadas de solução de uma demanda, entre várias soluções possíveis para um determinado problema.

Os problemas de projeto não têm limites naturais ou óbvios, sendo necessário que os designers utilizem a criatividade para identificar e absorver questões não expressas (Lawson, 2005). Por isto é tão importante explorar a capacidade de ver, entender o contexto em que estamos inseridos. É preciso também encontrar soluções em contextos diferentes, porque as pessoas que usufruem as soluções de projeto – os usuários - são diferentes.

Os contextos, as pessoas e as soluções de projeto são distintos, em parte porque estão ligados aos elementos culturais locais dentro de uma rede interconectada. Neste caso, as especificidades da região e os seus elementos devem fazer parte da solução. Ao mesmo tempo em que as nossas experiências individuais ligadas aos espaços em que vivemos também moldam os cenários e as possíveis soluções propostas, bem como compõem os elementos imateriais da cultura. Por outro lado, novas experiências nos inspiram, nos fazem imaginar como as coisas poderiam ou deveriam ser, e por isto são indispensáveis. As influências de outros contextos e outras culturas são bem vindos na atividade projetual e fazem parte do repertório necessário à proposição de soluções inovadoras. Todos estes elementos fazem parte do mosaico de experiências que compõem o repertório de projetistas e usuários, figura 1, e influenciam no projeto e na fruição de lugares, serviços e produtos. Então, no Design é importante observar e entender os usuários e como os elementos culturais marcam os comportamentos mais simples, esta compreensão é uma característica do processo de projeto, e este comportamento habitual dos designers vem sendo disseminado em outras áreas de atuação (Brown, 2009).

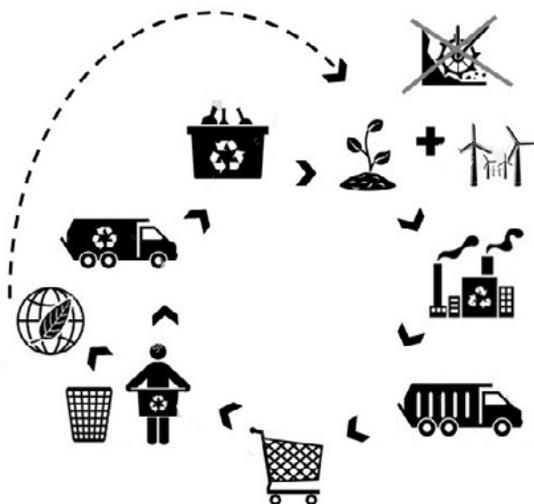
Figura 1 – Repertório no processo projetual.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Na atividade de projetar temos a possibilidade de transformar nosso futuro, explorar a capacidade de prever, entendida como capacidade de antecipação crítica da realidade. Por isto precisamos projetar e implementar soluções que sejam positivas em termos de sustentabilidade, unindo os elementos que nos marcam e identificam localmente e nos inspirando globalmente. Precisamos de esforço em diferentes frentes no sentido de reconhecermos e atuarmos sobre os desafios da transformação de como projetamos, produzimos e utilizamos produtos e serviços no sentido de alcançarmos impactos ambientais e sociais positivos, além de reduzir impactos negativos (Hawken, Lovins et al., 1999; McDonough e Braungart, 2002, Fundação Ellen Macarthur, 2015, 2021). As soluções positivas podem ser alcançadas quando projetamos escolhendo componentes e processos atóxicos, cuidando o emprego de recursos como água e energia e pensamos em solucionar o final de ciclo de vida do produto, transformando-o em nutriente tecnológico ou biológico, de acordo com a lógica da economia circular (McDonough e Braungart, 2002; Fundação Ellen Macarthur, 2021). O princípio do fluxo cíclico do conceito Berço ao Berço, conforme representado na figura 2, é o cerne do conceito de Economia Circular popularizado na última década pela Fundação Ellen Macarthur (2015). Desta forma, devemos buscar atender nossas demandas atuais de maneira a fechar o fluxo de produção/consumo, seguindo objetivos de circularidade.

Figura 2 -Representação esquemática do fluxo cíclico.



Fonte: Adaptado McDonough e Braungart, 2002.

Em 2002, o conceito berço ao berço no livro *Cradle to Cradle* (McDonough e Braungart, 2002) foi definido para que produtos e seus componentes fossem projetados para, ao final de seu uso, serem reutilizados com suas propriedades não desgastadas, como nutrientes tecnológicos no chamado metabolismo tecnológico, ou então voltarem à natureza como nutrientes biológicos e não como poluentes, através do metabolismo biológico. Atualmente o conceito de circularidade é bastante discutido em pesquisas acadêmicas e iniciativas na indústria, buscando unir conhecimentos alcançados nestas duas décadas.

Somado ao conceito de circularidade, no Design ou pensamento projetual é prevista a necessidade de empatia, pensamento integrado, otimismo, experimentalismo e colaboração (Dorst, 2007; Brown, 2009), no projeto de soluções nas mais variadas escalas que vão tanto na proposição de produtos e serviços como no planejamento urbano e regional, encarado em esferas do poder público ou dentro de movimentos sociais independentes.

Neste sentido, primeiro é preciso enxergar e enunciar de maneira clara qual o desafio a ser encarado, qual a realidade em que se está trabalhando, as características que identificam minha comunidade e quais as transformações necessárias para que sejam alcançados objetivos ambiciosos como o próprio conceito de sustentabilidade sugere, só então começaremos a consolidar o legado às futuras gerações.

Referências

- ELLEN MACARTHUR FOUNDATION. **Growth Within**: a circular economy vision for a competitive Europe. 25. jun. 2015. Disponível em: https://www.ellenmacarthurfoundation.org/assets/downloads/publications/EllenMacArthurFoundation_Growth-Within_July15.pdf. Acesso em: 24 out. 2018.
- ELLEN MACARTHUR FOUNDATION. **Universal circular economy policy goals**, 2021. Disponível em: <https://policy.ellenmacarthurfoundation.org/universal-policy-goals#resources>. Acesso em: 15 out. 2021.
- BROWN, T. **Change by design**: how design thinking transforms organizations and inspires innovation. New York: Harper Business, 2009.
- DORST, K. **Understanding design**. Gingko Press, 2007
- HARARI, Y.N. **Sapiens**: uma breve história da humanidade. 22. ed. Porto Alegre: L&PM, 2017.
- IPCC. **AR6 Climate Change 2021**: the physical science basis. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/>. Acesso em: 15 out. 2021
- LAWSON, Bryan. **How designers think**: the design process demystified. 3. ed. Oxford: Elsevier, 2005.
- MEADOWS, D. H., J. RANDERS, et al. **The limits to growth**: the 30-year update. White River Junction, Vt: Chelsea Green Publishing Company. 2004.
- W.C.E.D. **Our common future**. Oxford; New York: Oxford University Press, 1987.

Patrimônio Histórico e Sustentabilidade

| *Aguinaldo dos Santos*



necessário que o patrimônio histórico seja plenamente integrado no debate sobre o desenvolvimento sustentável no âmbito das cidades, tendo em vista sua inerente importância social, ambiental e econômica. No sentido de mudar este quadro a Agenda 2030, estabelecida pela Assembleia Geral da ONU integrou, pela primeira vez, o papel da cultura, por meio do patrimônio cultural e da criatividade, como um facilitador do desenvolvimento sustentável. No ODS II (Objetivo para o Desenvolvimento Sustentável) que trata de Cidades e Comunidades Sustentáveis, tem-se como objetivo “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”. O item II.4 estabelece como meta “fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo”. De maneira específica, o Brasil estabeleceu como objetivo “fortalecer as iniciativas para proteger e salvaguardar o patrimônio natural e cultural do Brasil, incluindo seu patrimônio material e imaterial.

Em 2015, a 20ª Assembleia Geral dos Estados Parte na Convenção do Patrimônio Mundial adotou uma política sobre a integração de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável. O objetivo geral da política é o de aproveitar o potencial dos bens e patrimônios do Patrimônio Mundial em geral, a contribuir para o desenvolvimento sustentável. De fato, o patrimônio histórico necessita ser compreendido como um ativo que pode se converter em instrumento em prol da sustentabilidade. Afinal, lugares são construídos relacional e socialmente e, neste sentido, o patrimônio histórico constitui-se em efetivo ponto de contato com as memórias, possibilitando a reflexão crítica sobre as práticas sociais e de consumo do presente e futuro.

Na verdade, o patrimônio histórico já realiza relevante contribuição ambiental, particularmente em se tratando do ambiente construído, através da extensão do ciclo de vida dos materiais e do armazenamento de carbono. A própria Política de Patrimônio Cultural Material (IPHAN, 2018) já inclui entre suas diretrizes a normatização através de procedimentos, parâmetros e sistemas de gestão que garantam a preservação do patrimônio cultural material. A tabela 1, a seguir apresenta princípios da dimensão ambiental da sustentabilidade no âmbito do patrimônio histórico e respectivos exemplos de práticas associadas a estes princípios:

Tabela 1: Dimensão ambiental da sustentabilidade e Patrimônio Histórico

Dimensão ambiental	Exemplos de Práticas
Operar o patrimônio histórico com sistemas de baixo impacto ambiental	Integração de soluções de conforto térmico e lumínico passivos; captação de energia solar; captação de água da chuva
Otimização da vida útil do patrimônio histórico	Conversão do patrimônio histórico em espaços multiusuários, com soluções de rápida reconfiguração
Extensão da vida útil e revalorização dos recursos do patrimônio histórico	Reintegração de resíduos locais na operação do patrimônio histórico; implantação de sistema de gestão de resíduos
Promover através do patrimônio histórico a educação voltada a dimensão ambiental	Posicionamento do patrimônio histórico como um “show-case” de práticas mais sustentáveis, com vistas a apoiar atividades de educação ambiental
Minimizar o uso de recursos no uso e manutenção do patrimônio histórico	Sistemas inteligentes para acionamento/desligamento de sistemas hidráulicos/elétricos

Fonte: Dados do autor.

A conexão histórica e social de uma comunidade ou cidade com seu patrimônio histórico resulta em ampliação do pertencimento das pessoas ao lugar e, desta forma, contribui-se para a ampliação da coesão social. Constitui-se em instrumento para o compartilhamento de visões comuns sobre o passado e o presente, incluindo o reconhecimento da dinâmica das inequidades sociais ao longo da história. Note-se que no escopo da Política de Patrimônio Cultural Material (IPHAN, 2018) já inclui entre suas diretrizes o reconhecimento (via tombamento) dos valores e a significação cultural atribuídos aos bens materiais.

Outras repercussões do Patrimônio Histórico na dimensão social da sustentabilidade são ilustradas na tabela 2 a seguir:

Tabela 2 - Dimensão social da sustentabilidade e o patrimônio histórico.

Dimensão Social	Exemplos de Práticas
Proporcionar através do patrimônio histórico melhores condições de trabalho e emprego	Implementar programa de qualidade de vida no trabalho associado ao patrimônio histórico
Melhorar a coesão social através do patrimônio histórico	Utilização do patrimônio histórico como vetor de aproximação das diferenças (ex: étnicas, religiosas) e de desenvolvimento de tolerâncias
Valorizar através da operação e manutenção do patrimônio histórico os recursos e competências locais	Empregar serviços e produtos locais na operação do Patrimônio Histórico
Promover através do patrimônio histórico a educação em sustentabilidade acessível a todos, a fim de instrumentalizar um consumo responsável	Integrar elementos de educação acerca da dimensão social da sustentabilidade ao longo da jornada de usuários do patrimônio histórico
Fomentar através do patrimônio histórico a inclusão de todos	Incluir na gestão e operação do patrimônio pessoas marginalizadas ou vulneráveis; ampliar a acessibilidade dos espaços para todos.

Fonte: Dados do autor.

O patrimônio histórico é natural vetor para o desenvolvimento econômico mais sustentável. Sob a perspectiva da sustentabilidade apresenta intrínseco potencial para o desenvolvimento de formas mais desmaterializadas de geração de valor econômico, através da ênfase em serviços. Desta forma, oferece o potencial de contribuir para a migração de uma economia pautada na racionalidade econômica ortodoxa, onde se busca o crescimento econômico através do consumerismo, para uma economia baseada na racionalidade ecológica, pautada pelo desenvolvimento econômico e pela ampliação do bem-estar sem o correspondente aumento do consumo material. Além da geração de emprego viabilizada através da atração de turistas (LILLEVOLD; HAARSTAD, 2019), o patrimônio histórico pode realizar direta contribuição econômica aos moradores de baixa renda através da ampliação do valor das propriedades no seu entorno. A tabela 3 a seguir apresenta exemplos de repercussões dos princípios da dimensão econômica da sustentabilidade na operação do patrimônio histórico:

Tabela 3 - Dimensão econômica da sustentabilidade e o patrimônio histórico

Dimensão Econômica	Exemplos de práticas
Promover a economia local através do patrimônio histórico	Programa de estímulo a jovens empreendedores locais em negócios vinculados ao patrimônio
Converter os recursos e cultura local associadas ao patrimônio histórico em ativo econômico	Ofertas de produtos e serviços que integram recursos e elementos da cultura local
Promover através do patrimônio histórico a educação para economia sustentável	Integrar educação para a green economy vinculada às atividades turísticas associadas ao patrimônio histórico
Promover através do patrimônio histórico as organizações em rede, estimulando a cooperação/parceria	Priorização de contratação de serviços realizados por cooperativas ou associações
Valorizar a reintegração de resíduos na operação do patrimônio histórico	Integração de resíduos nos insumos utilizados na operação do patrimônio histórico

Fonte: Dados do autor.

Conforme Lillevold & Haarstad (2019) o patrimônio histórico é efetivamente a “paisagem da memória” das cidades, configurando-se em artefatos estáveis que registram o contexto e evolução histórica do meio urbano. A história de uma dada localidade está ligada à materialidade destes espaços e à capacidade de registro e preservação da memória conectada a seu patrimônio local. Os lugares são construídos relacional e socialmente, e as pessoas são ligadas a eles por meio de memórias. Portanto, a presença do patrimônio histórico no espaço urbano provê pistas essenciais para compreender as perturbações sociais, ambientais do passado, revertendo em contribuições para a revisão das práticas de produção e consumo presentes e futuras (CLARKE et al., 2019). Dado estas características, o patrimônio histórico pode instrumentalizar a revisão de valores morais e estéticos, com repercussão direta na busca por uma sociedade efetivamente mais sustentável.

Referências

CLARKE, N. J.; KUIPERS, M. C.; ROOS, J. Cultural resilience and the Smart and Sustainable City. *Smart and Sustainable Built Environment*, v. 9, n. 2, p. 144-155, 2019.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Política de Patrimônio Cultural Material. **Documental Legal Nº 375, DE 17 DE AGOSTO DE 2018**. Brasília: Ministério da Cultura. Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização, 2018.

LILLEVOLD, Karin; HAARSTAD, Håvard. The deep city: cultural heritage as a resource for sustainable local transformation. **Local Environment**, v. 24, n. 4, p. 329-341, 2019.

Place Branding e o Patrimônio cultural

A importância da marca cidade para a sustentabilidade de um lugar

| *Antonio Roberto de Oliveira*



a última década muito se falou de branding corporativo e sua importância para a criação de valor e potencialização da reputação das marcas das empresas. Durante a pandemia da Covid-19, esse assunto acabou tendo maior relevância e popularidade ainda devido às questões ligadas à economia mundial e as dificuldades que as empresas enfrentaram durante o isolamento social. O turismo foi uma das indústrias mais afetadas pela pandemia. Segundo cálculos da Federação Nacional das Empresas de Bens, Serviços e Turismo, só no Brasil, de março de 2020 até o início deste ano, as perdas totais ultrapassaram os 300 bilhões de reais.

Neste contexto o Place Branding, abordagem que identifica vocações, potencializa identidades e fortalece lugares, a partir do envolvimento das pessoas que vivem e utilizam os lugares, em um processo bottom-up (Esteves, 2016), tem se tornado essencial para driblar a crise e potencializar os diferenciais e atratividades das cidades.

O setor vem se reinventando e o costume de viajar, agora para lugares não tradicionais, vem crescendo por todo o mundo. As alterações causadas pela pandemia deram um novo rumo para as coisas, inclusive ao ato de viajar.

O ato de projetar uma marca para um lugar, cidade ou país tem particularidades que diferenciam, e muito, de um projeto de marca corporativa e para entender essas diferenças é importante entender o conceito de marca e a estrutura básica de um projeto branding.

Marca

A marca é muito mais do que uma identidade visual e um slogan. Marca é um sentimento visceral que uma pessoa tem sobre um produto, serviço ou organização (Neumeier, 2005). Segundo Marty Neumeier “Marca não é o que você diz que é mas o que eles dizem que é.” Em outras palavras, marca está na mente das pessoas e tem conexão direta com a imagem e a reputação construída no imaginário das pessoas.

Branding

Para os negócios, Branding é um modelo de gestão que prioriza a marca como o maior ativo estratégico de uma empresa. É também um processo metodológico, com etapas definidas, para identificar valores, diferenciais e criar processos para construir e potencializar marcas.

O Branding é uma atividade estratégica no mundo dos negócios, mas o seu significado nasceu na Idade Média com os criadores e comerciantes de gado. A origem do termo Branding vem do inglês *To Brand (marcar)* que era o ato de marcar o gado para diferenciar um rebanho de um criador do rebanho de outro criador, foi uma técnica desenvolvida para acabar com a confusão caso o gado resolvesse pastar em outros territórios e se misturasse aos demais.

Apesar do seu significado ampliado, o branding continua a ser uma metodologia usada para valorizar e diferenciar empresas, produtos, serviços, pessoas e lugares dos seus concorrentes.

Place branding?

No livro “Marketing Places” publicado em 1993, Philip Kotler introduziu o conceito de place branding. Desde então, muitos países e cidades escolheram essa estratégia. Mas não se trata apenas de atrair turistas por meio de ações promocionais. Devemos ir mais longe, usando uma perspectiva de longo prazo e uma perspectiva global. O objetivo de uma *place brand* é fortalecer o lugar identificando suas vocações, comprometendo-se com sua identidade cultural e fazendo com que os stakeholders e as partes interessadas se engajem com uma ideia comum, poderosa e transformadora.

Processo do place branding

São vários os processos usados por consultorias para desenvolver um projeto de Place Branding, mas a base dessa metodologia segue as seguintes etapas figura 1:

Figura 1 - Processo de projeto da Branding desenvolvido pela consultoria de São Paulo Managic Brnd.



Fonte: Autor.

1. Definição dos objetivos do projetos



Antes de iniciar o projeto é fundamental que seja criado um *comitê da marca lugar* para definição dos objetivos do projeto e tomada de decisões. O comitê deve ser composto por designers thinkers, estrategistas, profissionais do setor econômico, turismo e pessoas da comunidade para as reuniões de co-criação.

Apesar do place branding ter como objetivo a construção de uma imagem sólida e consistente de um lugar para compartilhar com os seus públicos de interesse, alguns produtores e comerciantes locais escolhem por iniciativas distintas para construir suas próprias marcas.

O importante é construir uma marca única abrangente e unificadora, que então é posicionada para atender às necessidades de todos os segmentos, como turismo, negócios ou economia criativa. Dessa forma, o esforço de branding potencializa sinergias.

Os objetivos devem compor um conjunto de metas individuais. Cada meta deve conter os resultados específicos a serem alcançados para cada público estratégico: turistas, moradores e empresas. Os resultados podem ser especificados em relação à posição de mercado, inovação, nível de produtividade, questões econômicas e padrão de vida.

2. Investigação e diagnóstico



A investigação tem como objetivo levantar os problemas que impedem a construção de uma imagem positiva e poderosa no imaginário dos públicos estratégicos. A imagem é um conjunto total de impressões que os públicos têm de um determinado lugar que reflete na sua reputação. Essa imagem é baseada em características funcionais e emocionais baseadas em atributos positivos ou negativos que são associados à cidade.

A imagem percebida cria uma atitude em relação ao lugar (por exemplo, percepção de qualidade, medo, sentimento de satisfação ou repulsa) e, conseqüentemente, a intenção ou não de visitar.

Para medir a imagem do lugar utilizamos uma combinação de métodos qualitativos e quantitativos com moradores e visitantes.

- **PEOPLE CENTRIC** - é um processo de pesquisa colaborativa desenvolvido e pensado para que os usuários dos lugares sejam os primeiros a serem ouvidos e tornem-se os maiores beneficiados dos processos e resultados.

Números, dados estruturados e resultados sistematizados são extremamente importantes, mas as sensações individuais são prioridade.

- **PLACE SOUL** - A alma do lugar é o que faz nos identificarmos com ele está conectado ao propósito de um lugar. Em geral é a alma que nos faz optar por um lugar ao invés de outro. Um lugar só é vibrante na medida em que as pessoas se apropriam, reconhecem e o utilizam. Para que isso aconteça, é fundamental que o espaço público faça um convite a essa ocupação e convivência. O Place Soul é um processo para identificarmos qual é a alma deste lugar.

- **APPRISE** - É um processo de pesquisa de observação contínua, é uma ferramenta de tradução das ideias do place branding no tecido urbano.

O Apprise, orienta a “construção” de lugares com a ideia central da cidade e reforça o senso de pertencimento e as características de diferenciação desta cidade.

- **PLACE PICTURE** - A análise da imagem projetada do lugar trata de compreender o que as pessoas estão realmente “dizendo” sobre o seu lugar, seja por meio do boca a boca ou da mídia, em texto ou em imagens.

3. Estratégia



Estratégia de marca lugar é o momento em que trazemos os aprendizados da fase de investigação e diagnóstico e criamos a plataforma da marca com os elementos estratégicos compostos pelo alma / propósito compartilhado, atributos de marca, visão de futuro e o posicionamento que tem o objetivo de identificar e potencializar o que existe de único na cidade.

Estabelecer uma visão inspiradora

O projeto de place branding deve começar com uma visão de futuro realista, mas inspiradora, que é co-criada pelo *comitê da marca lugar*.

A visão deve criar um cenário que eleve a competitividade de uma cidade de forma sustentável. Normalmente são identificadas pelos recursos naturais, clima, paisagem e pela história, religião ou outras expressões culturais, como artes, gastronomia, arquitetura e design. Os diferenciais de uma cidade também podem ser identificados com base nas características e comportamento das comunidades locais. Ela deve indicar as aspirações de mercado atribuídas às expressões da identidade que serão desenvolvidas, levando em conta tanto as aspirações locais como também as internacionais.

Construir um posicionamento claro

Para construir um posicionamento claro e poderoso deve-se iniciar com a criação de um propósito inspirador, identificar os diferenciais e compreender as entregas para os públicos.

- **Propósito:** o propósito de uma marca é o que a torna relevante e útil para os seus moradores e visitantes. É o que move e inspira as pessoas.
- **Diferenciais competitivos e auto imagem:** ativos tangíveis e intangíveis, vocações, senso de lugar;
- **Entrega para os públicos:** turistas, investidores, comerciantes, migrantes, estudantes - internacional x lugar;
- **Benefícios locais:** desenvolvimento regional, revitalização, valores ambientais culturais e sociais;
- **Essência:** O design da essência da marca da cidade é alicerçado na identidade da marca, que incorpora o nome da marca, os valores, a narrativa e a identidade visual.



Processo de projeto da Marca Poa realizado pelo o grupo da ABEDESIGN/RS (Associação Brasileira de Empresas de Design · Regional RS), formado por 13 empresas de design que se propôs a desenvolver um projeto de place branding para Porto Alegre.

Identidade de marca

A identidade do lugar refere-se às características e significados distintos únicos que existem em um lugar e sua cultura em um determinado momento. As características são construídas por meio de discursos históricos, econômicos, políticos, religiosos, sociais e culturais. Portanto, o place branding começa pelo estudo dos elementos que compõem a identidade do lugar e estruturar essa identidade de forma organizada.

4. Expressão e experiências projetadas



Os valores da marca são traduzidos em diretrizes da marca, que devem abranger orientações sobre o uso de imagens, cores, formas / símbolos, linguagem / slogans, ícones, som, cheiro, serviço, tradições e rituais.

As experiências vivenciadas pelas pessoas muitas vezes levam a percepções inesperadas, pois as imagens construídas no imaginário de um visitante que ainda não conhece o lugar, na maioria das vezes são adquiridas em filmes, artigos, ou mesmo por histórias narradas por outras pessoas.

Como turistas, muitas vezes as pessoas mudam suas percepções dos lugares, por isso é importante vincular as marcas locais ao conceito de experiência. Ao fazer isso, deve-se levar em conta que, ao interagir com memórias e fantasias de experiências passadas além da imaginação, a experiência envolve a interação entre o indivíduo e o ambiente físico por meio de participação sensorial, emocional e ativa ou observação passiva e interação com os residentes locais ...



Interação social.



As três opções de expressão de marca desenvolvidas pelos finalistas da marca para a cidade de Porto Alegre. <https://www.marcapoa.com.br/>

5. Divulgação para o mundo

Para as pessoas que já decidiram por um destino entre as diversas opções existentes e estão procurando por informações detalhadas, o conteúdo do site das empresas de turismo local é muito útil.

No entanto, as cidades devem objetivar a criação de uma marca forte e consistente, independentemente da fase do processo de tomada de decisão em que a pessoa se encontra, mas as redes sociais, comunidades de viagens virtuais, sites de resenhas e blogs terão uma grande influência nesse processo.

Os *walking tours* em que visitantes ou moradores locais gravam um longo trajeto com uma *steadcam* (estabilizador de câmera para deixar as imagens estáveis quando em movimento) com a linguagem de câmera subjetiva (que assume o ponto de vista da pessoa que está gravando) e compartilham com os outros em seus canais de Youtube passam para essas pessoas a sensação de que elas estão andando naquele lugar. Além de outras tecnologias, como inteligência artificial, realidade aumentada e ambientes virtuais, que permitiriam uma alimentação de conteúdo e a comunicação com os internautas totalmente customizada, são formas de potencializar as experiências antes que as pessoas escolham o lugar que vão visitar

Isso permite que os fornecedores de serviços ou produtos do lugar respondam às expectativas dos visitantes e forneçam acesso exclusivo a fontes de informação facilitando a comunicações e criando experiências personalizadas.

Referências

ESTEVES, C. *et al.* **Place branding**: identificando vocações, potencializando identidades, fortalecendo lugares. São Paulo: Simonsen, 2016.

NEUMEIER, M. **The brand gap**: o abismo da marca. Porto Alegre: Bookman, 2008

PORTAL DE SUSTENTABILIDADE DO SEBRAE. **Cidades resilientes sustentáveis**. Cuiabá, MT: Sebrae, 2019. Disponível em: http://sustentabilidade.sebrae.com.br/Sustentabilidade/Para%20sua%20empresa/Publica%C3%A7%C3%B5es/CAR_Cidades_port_digital.pdf.

Identidade Regional e Gastronomia

| Santiago Amaya-Corchuelo

Angélica Espinoza-Ortega

Ignacio López Moreno

Víctor del Arco Fernández

Presentación

 a alimentación constituye un potentísimo referente a la hora de definir e identificar a cada ser humano y a cada grupo social, nos arraiga a un determinado lugar, nos vincula a una cultura. La gastronomía constituye una parte esencial del patrimonio cultural de las sociedades, herencia viva, dinámica y cambiante, que se refleja a través de las relaciones de producción con nuestro entorno y con las prácticas sociales cotidianas relacionadas con el consumo.

De ese modo, no fue casualidad que Lord Northcliffe, un magnate inglés del periodismo, encontrara en la alimentación un tema de interés. Afirmó que “es legítimo considerar la comida como el tema más importante del mundo: es lo que más preocupa a la mayoría de la gente durante la mayor parte de su tiempo”²⁹. Por eso, junto al amor, el dinero y la delincuencia, recomendó a sus periodistas que escribieran sobre alimentación para garantizar la fidelidad de sus lectores. Esta aseveración nos posiciona, una vez más, ante la relevancia del *hecho alimentario*, abre debates actuales como el de la sobrealimentación o la malnutrición, la justicia alimentaria, las formas de explotación y manejo de producciones agrícolas o pesqueras, el denominado eufemísticamente “acaparamiento de tierras” (White et al, 2012), o los movimientos políticos a nivel internacional vinculados con la alimentación como hecho determinante en el devenir del planeta tierra y del futuro de nuestra propia especie.

Del vasto contexto alimentario, en nuestra mesa redonda abordamos la alimentación como poderoso símbolo cultural, como herencia de nuestros antepasados, la gastronomía como una manifestación cultural en torno a la que se identifican territorios y sociedades. El eje central de la mesa analizó la gastronomía y la identidad territorial, en la necesaria imbricación contemporánea de lo local y lo global, de lo tradicional y la innovación. Dicho abordaje lo realizamos no solo mediante argumentos teóricos correspondientes a algunas de

29 Citado por Fernández en 2004 pág.11:

las principales líneas científicas para su estudio, sino, sobre todo, valiéndonos de tres representativos casos con dimensiones muy específicas y diferentes, en los que la combinación de identidad y alimentación son referentes de estudio. Se trata de los quesos de México, el jamón curado en España y el caso de la barbacoa de Capulhuac, también en México.

Desarrollo

 En el análisis de las identidades o configuraciones identitarias alimentarias podemos centrarnos en multitud de variables. En los casos empíricos que nos facilitaron profundizar sobre la identidad de determinados territorios y su vinculación con la alimentación, nos centramos en el papel de la documentación histórica existente, en las repercusiones de determinados sellos de calidad alimentaria y en el significado de la reciente transición productiva e identitaria.

El conocimiento del agitado contexto alimentario contemporáneo en la mayor parte de nuestros países, viene determinado por las migraciones y el colonialismo característicos de los últimos siglos. Por ello se requiere de una lectura diacrónica sobre la hibridación que comporta el ámbito alimentario que encontramos hoy. Así, la alimentación en México, Brasil o Argentina, no se entendería sin documentarnos sobre la llegada del primer ganado vacuno que se introdujo, la falta de competencia por los pastos que permitió el crecimiento de la actividad ganadera y la expansión de sus productos que se convirtieron en una parte esencial de su gastronomía. Los recetarios durante el periodo colonial, como los mexicanos, mencionan como fruto de ese imparable y fructífero hibridar, a los productos lácteos mezclados con algunos frutos o ingredientes prehispánicos: jitomate, chocolate y guanabana entre otros. Ya en el siglo XIX los documentos históricos citan a los quesos vinculados a las regiones donde se producen, tales como los quesos de La Barca o los de Ixtapan (Anónimo, 2010). La identidad quesera se había configurado.

Si bien en el caso de México, como en otros tantos países de América Latina, la ganadería desde su introducción estuvo ligada a los grupos de poder, fue posteriormente incorporándose a los grupos domésticos más desfavorecidos. En la actualidad la actividad ganadera mexicana está muy especializada tanto por productos como por las regiones productoras, así encontramos quesos con nombre que los identifican directamente a territorios como Queso Chihuahua, Queso Cotija, Quesillo en Oaxaca o Queso Bola de Ocoingo (Cervantes et al, 2013). Subsisten queserías y regiones específicas productoras de carácter artesanal ubicadas en regiones reconocidas a nivel nacional o regional, donde encontramos más de treinta quesos tradicionales como los mencionados antes.

Es un caso, el de los quesos mexicanos, que ilustra cómo la riqueza alimentaria existente antes de la llegada de los españoles se incrementó con la incorporación de productos europeos y asiáticos. Es así como los quesos hoy constituyen no solo una parte fundamental de la cultura culinaria mexicana, sino en muchos de sus territorios, el emblema de su identidad alimentaria y cultural.

En otros casos, la identidad alimentaria de los territorios y sociedades, se vincula de manera determinante a una de las tendencias agroalimentarias contemporáneas. Se trata de los sellos de calidad alimentaria, las denominadas Indicaciones Geográficas de Calidad, que surgieron hace más de un siglo en Europa para proteger la originalidad de algunos productos y que hoy se han generalizado como garantía certificada de la calidad de los alimentos. Entre estos sellos han obtenido especial prestigio las certificaciones que garantizan la vinculación de un producto con un territorio, una materia prima, un saber-hacer y/o unas técnicas de elaboración concretas; son las *Denominaciones de Origen Protegidas* (DOP) y las *Indicaciones Geográficas Protegidas* (IGP). El anclaje territorial se convierte en el elemento distintivo porque, es a partir de esta relación original, como el producto agroalimentario incorpora las características específicas del lugar, tanto las que provienen de factores naturales, y que derivan de la peculiaridad de su ecología o de su clima, como de factores humanos, determinados por unas técnicas, un *saber-hacer* y unos conocimientos tradicionalmente ligados a la zona y sus habitantes (Fernández et al, 2021). Asimismo, estos sellos de calidad operan como una herramienta de patrimonialización y movilización identitaria, pero también de gobernanza neoliberal desde el hecho alimentario (Arco, 2020). El caso del jamón curado en el Estado Español y sus DOP es paradigmático.

En España, la paella, el aceite de oliva, el vino tinto o el propio jamón curado (particularmente el ibérico) son algunos de los alimentos más reconocidos gastronómicamente. Presentan una fuerte vinculación con sus lugares de origen y acervos identitarios. Todos ellos, a su vez, han sido frecuentemente patrimonializados a través del modelo de indicaciones geográficas. A todos ellos les une una singularidad simbólica que se define e instrumentaliza como marcador identitario y étnico, pero también como reclamo turístico contemporáneo. Se convirtieron históricamente en un instrumento de disputa y legitimación política, religiosa y étnica trascendental. Recordemos cómo el consumo de cerdo, tabú para ciertas comunidades religiosas residentes en este país desde hacia siglos como judíos o musulmanes, fue utilizado recurrentemente como un marcador de definición étnica. Como planteamos en la presentación que da pie al presente texto, la comida nunca es neutral ni inocente (Cusack, 2000). Es capaz de desvelarnos con claridad las ideologías y estructuras de poder siendo a su vez foco de pensamiento taxonómico y moral (Appadurai, 1988). La gestión política y económica de casos como este, por ejemplo mediante actividades

turísticas, implica hoy la proliferación de procesos no sólo de identidades culinarias sino de gentrificación alimentaria o “gourmetización”, lo que en determinadas situaciones convierte a barrios y poblaciones enteras en parques temáticos gastronómicos.

De este modo, como afirmamos en varias ocasiones en la mesa redonda, uno de los vectores de construcción de identidad o etnogénesis son las configuraciones productivas localizadas (Bueno, 2016), especialmente cuando la centralidad es ocupada por una especialidad culinaria o plato claramente identificable y relacionado con un espacio físico y cultural concreto. Un caso que ejemplificó estos procesos y que nos sitúa, no en una trayectoria histórica documentada o recogida en sus fuentes secundarias, sino formada en las siete últimas décadas, constituye una configuración productiva agroalimentaria con una clara vinculación a un territorio bien definido: el desarrollo y crecimiento de la barbacoa³⁰ como elemento generador de identidad en Capulhuac de Mirafuentes, en el Estado de México.

Este municipio tiene una población de 36.921 habitantes y una superficie de 21.6 km² (INEGI, 2021), se ubica en una zona lacustre desecada en los años 40 y 50 del siglo pasado. Las familias que iniciaron la producción de barbacoa en Capulhuac fueron rupturistas en su momento, ya que este pueblo inicialmente poseía una fuerte tradición hojalatera. La desecación de las lagunas hizo que pueblos cercanos introdujeran animales para pastoreo. El saber hacer de este platillo lo tenían algunas familias que elaboraban la barbacoa de manera tradicional (en un hoyo con las paredes de piedra y con leña, tapada con hojas de maguey). Pero la venta de la barbacoa se fue ampliando, ya que la Ciudad de México seguía creciendo y no había competencia. A partir de los años 80 del siglo pasado, la proliferación de familias dedicadas a producir barbacoa fue incesante, llegando a lo que podemos denominar, tal como se describió en la mesa redonda, una “transición productiva generadora de identidad”.

Se debe a que el municipio en los últimos 70 años pasó a tener 7.000 familias que todos los fines de semana comercializan barbacoa en el Estado de México y la Ciudad de México. Estamos hablando de una población plenamente dedicada hoy a esta especialidad culinaria, un sistema agroalimentario que procesa unas 800.000 cabezas de ganado al año, genera aproximadamente 2.000 millones de Reales y da de comer cada fin de semana a unos tres millones y medio de personas. Esta transición está relacionada con la dinámica que la ciudad impone sobre el campo para la obtención de alimentos y recursos

³⁰ La barbacoa, otrora un platillo ceremonial y tradicional, que se elaboraba en contadas ocasiones y a base de carne de ovino cocinada mediante un procedimiento que conlleva aplicar calor a la carne en un agujero en la tierra, pasó a relacionarse con un desayuno copioso y fuerte en los fines de semana para los habitantes de la ciudad de México. Su producción generalizada, supone cambiar el proceso de trabajo y realizarlo en grandes ollas metálicas.

(Steel, 2013), como parte de la nueva ruralidad mexicana (Delgado-Campos, 1999). Este cambio paulatino de actividad es un proceso que con cada generación fue transformando la comunidad, las familias y las relaciones sociales. La configuración de su identidad conlleva flujos y movibilidades que los vinculan a las familias productoras con proveedores de todo el país y consumidores ubicados mayoritariamente en la Ciudad de México y el Estado de México.

Conclusiones

 En nuestra mesa redonda transitamos desde amplias identidades alimentarias que incluyen a un país entero (jamón curado en España), pasando por regiones queseras concretas en México, hasta recalar en una localidad del mismo país cuya economía e identidad viene determinada por la producción y venta de plato conocido como barbacoa. Si bien en este caso estamos ante la emergencia de una reciente identidad al socaire del boom productivo, se trata de una identidad en transición, en la medida que la comunidad, Capulhuac, era conocida y vinculada hasta hace poco con la actividad de la hojalatería. Sin embargo, ahora dicha población implementa actividades como ferias y campañas de publicidad, para convertirse en el “pueblo de la barbacoa” en México, lo que disputa con otras localidades.

La gentrificación alimentaria nos posiciona ante situaciones muy diferentes que vienen marcadas por identidades culinarias. En estos casos, como consecuencia del manejo neoliberal de tradiciones productivas y alimentarias (jamón curado), asistimos a la banalización, al cambio de significados, si no a la pérdida de estos, cuando dichos significados e identidades pasan a convertirse en mera mercancía para turistas. Unas y otras situaciones que nos desvelan realidades identitarias muy antagónicas, nos permiten analizar lo poliédrico de la alimentación y nos advierten sobre las cautelas a tener en cuenta cuando se toman decisiones que pueden vaciar de identidad a símbolos que han representado durante siglos a los habitantes de determinados territorios.

Bibliografía

Anónimo, [1831] (2010) *El Cocinero mexicano*, Dirección General de Culturas Populares-Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, México.

Appadurai, A. (1988) How to Make a National Cuisine: Cookbooks in Contemporary India. *Society for Comparative Study of Society and History*, 30 (1), 3-24.

Arco Fernández, V. (2020). Denominando el origen. Indicaciones Geográficas agroalimentarias y procesos de neoliberalización: el caso del jamón con DOP en Aragón y Castilla y León (Tesis Doctoral). Universidad Autónoma de Madrid.

Bueno-Castellanos, C. (2016). *Configuraciones productivas en la globalización: trayectorias a la mexicana*. Centro de investigaciones y estudios Superiores en antropología Social/Universidad iberoamericana, México.

Cervantes E. F., Villegas G. A., Cesín, V. A., y Espinoza Ortega, A. (2013). Los quesos mexicanos genuinos, un patrimonio cultural que se debe rescatar. Mundi Prensa, Colegio de Posgraduados. (Sep) Segunda edición. 186 PP. ISBN 978-970-607-715-167-8.

Cusack, I. (2000). African cuisines: récipes for nation-building?. *Journal of Cultural Studies*, 13(2), 207-225.

Delgado Campos, J. (1999). La nueva ruralidad en México. *Investigaciones geográficas*, (39), 82-93.

Fernández Armesto, F. (2004). Historia de la comida: alimentos, cocina y civilización. Barcelona: Tusquets.

Fernández Zarza; M, Amaya-Corchuelo S., Belletti, G; Aguilar Criado (2021). "Trust and Food Quality in the Valorisation of Geographical Indication Initiatives". *Sustainability*, Vol 13.

Instituto Nacional de Estadística y Geografía (2021) Panorama sociodemográfico de México: Censo de Población y Vivienda 2020. INEGI

Steel, C. (2013). *Hungry city: How food shapes our lives*. Random house.

White, B.; Franco, J.; Sánchez, J. y Tandon, N. (2012): Acaparamiento de tierras: el nuevo expolio. Madrid: Centro de investigación para la paz.

BA CAPITAL GASTRONÔMICA: turismo, comércio e consumo. Impactos da Pandemia em 2020³¹

| Sidney Gonçalves Vieira
Rodolfo Bertoncetto

I. Buenos Aires: Comercio, turismo y gastronomía



cidade de Buenos Aires é o núcleo de uma extensa área metropolitana, configurada por uma longa e complexa história na qual suas funções políticas, portuárias e industriais foram de importância diversa, enquanto as relacionadas com o comércio e a prestação de serviços constituíram um pano de fundo sempre presentes. Com o passar do tempo, o crescimento populacional e a expansão territorial foram definindo áreas e bairros diferenciados, o que contribuiu para sua diferenciação interna; funções, perfis sócioocupacionais e paisagens características constituem hoje uma metrópole policromática e em permanente transformação (BERTONCELLO, 2010).

Mudanças notáveis foram registradas na cidade desde as últimas décadas do século XX, quando a cidade está redefinindo seu perfil socioproductivo no marco de políticas locais e nacionais que buscam acompanhar a nova ordem global de caráter neoliberal. Diversas ações visam dar um novo impulso à cidade no novo contexto, entre as quais se destacam os investimentos em equipamentos e infraestrutura que visam torná-la atrativa para novos empreendimentos e, assim, superar a crise de suas funções tradicionais. Entre essas novas medidas e tendências estão as que visam tornar a cidade atrativa para a recepção de turistas e visitantes. As medidas que visam o embelezamento e adaptação paisagística, a preservação patrimonial e o incentivo a novas formas de consumo associadas à recreação e entretenimento, somam-se as relacionadas com a promoção e marketing e com a oferta crescente de atores privados (BERTONCELLO y TRONCOSO, 2014).

É neste contexto que o governo da cidade de Buenos Aires vem tentando posicionar a cidade como a capital gastronômica da América Latina. O programa de governo intitulado #BACapitalGastronómica estabeleceu quatro

31 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Professor Visitante Sênior 88887.468322/2019-00. Inscreve-se também no projeto de pesquisa UBACYT da Universidad de Buenos Aires, com sede no Instituto de Geografia.

eixos principais para o desenvolvimento dessa proposta: conhecer, comprar, cozinhar e comer. O objetivo principal do programa é impulsionar o desenvolvimento gastronômico através da geração de emprego e turismo. Desse modo, o governo quer posicionar a cidade como um lugar de encontro para famílias, amigos e namorados, onde as pessoas possam se reunir motivadas pelo desfrute dos sabores da cultura e culinária da cidade, difundindo, assim, a gastronomia, a cozinha e os produtos locais. (VICEJEFATURA DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES, 2019)

Dentro da programação desta proposta se iniciou uma série de incentivos ao desenvolvimento de atividades de gastronomia, tanto em locais já existentes como com a criação de novos postos em áreas específicas. As intervenções nos mercados e a criação dos pátios de alimentação seguem esses pressupostos. O programa estava em desenvolvimento desde antes da crise sanitária de 2020 e os impactos sobre essas atividades é um exemplo do que aconteceu nesses setores, de um modo geral. A seguir apresentam-se as suas principais características.

2. Mercado e pátios gastronômicos em Buenos Aires



partir da *Dirección General de Desarrollo Gastronómico*, um órgão da *Secretaría de Bienestar Ciudadano* pertencente ao *Ministerio de Desarrollo Económico y Producción*, do governo da *Ciudad Autónoma de Buenos Aires* (CABA), se desenvolveu o projeto *Mercados y Patios Gastronómicos*. O referido projeto trabalha para melhorar as propostas gastronômicas da cidade, agregando pátios de alimentação e renovando espaços com a finalidade de incrementar o prazer e a comodidade na área da alimentação. Tem como objetivo gerar, em pontos estratégicos da cidade, mercados onde seja possível encontrar produtos de qualidade para o consumo, bem como uma variada oferta gastronômica. Justamente nesses pontos de comércio é possível encontrar diferentes opções do menu divulgado pelo projeto *#BACapitalGastronómica*, com preço diferenciado (DIRECCIÓN GENERAL DE DESARROLLO GASTRONÓMICO, 2021b). É um projeto que segue uma tradição de consumo *porteño*, de buscar produtos frescos e de qualidade em feiras e mercados de abastecimento, juntamente com uma oferta gastronômica tradicional. Ao mesmo tempo, busca a proteção de valores patrimoniais e sociais presentes nesses mercados, que tendo sido muito frequentes na cidade, até meado do século XX, foram desaparecendo diante da competição com novos equipamentos comerciais e de interesses imobiliário. Segue, assim, a lógica demonstrada em outros países, sobretudo europeus, onde a prática de consumo em mercados e feiras diferenciadas pela qualidade dos produtos continua em alta como abastecimento para determinados grupos sociais.

Mercado Belgrano

O *Mercado Belgrano* é o maior dos três mercados participantes do projeto no momento. Está localizado no centro do bairro de Belgrano na rua Juramento esquina com Ciudad de la Paz. O terreno onde está situado o mercado foi doado à municipalidade em 1875 e ao longo do tempo o mercado foi se constituindo em um dos locais mais emblemáticos do bairro. A reforma mais recente feita no mercado foi no ano de 2017, quando se fizeram concertos gerais na estrutura e mudanças estéticas na apresentação dos estabelecimentos. O pátio de alimentação existente no edifício foi concluído em 2019, assim como o terraço à céu aberto (DIRECCIÓN GENERAL DE DESARROLLO GASTRONÓMICO, 2021a).

Mercado San Nicolás

O *Mercado San Nicolás* está localizado na avenida Córdoba, 1750, quase na esquina com a avenida Callao, em uma área de muito movimento da cidade, no coração do bairro San Nicolás. Funciona nessa área desde 1905, quando contava com cerca de 400 postos de vendas dispostos na rua. Foi a partir de 1966 que passou a ocupar o local coberto onde se encontra até hoje. A reforma da estrutura e o novo layout do mercado foi terminado em 2017, enquanto em 2019 foi finalizado o pátio de alimentação e o terraço à céu aberto que conferiram uma nova ambiência para o estabelecimento (DIRECCIÓN GENERAL DE DESARROLLO GASTRONÓMICO, 2021g).

Mercado Bonpland

A localização do *Mercado Bonpland* se dá na rua Bonpland, 1660, no bairro de Palermo. O mercado constitui uma apropriação iniciada pelos vizinhos da antiga planta do mercado que se encontrava abandonado. Em 2003 passa a ser compartilhado por assembleias populares de associações de bairro, cooperativas, Organizações Não Governamentais (ONGs) e grupos de pequenos produtores, no contexto da profunda crise socioeconômica que o país vivenciava naquele momento. Procurando dar oportunidades de trabalho para a população excluída, o que permite compreender a presença de associações de base entre os seus atores. Do ponto de vista social e econômico é o mais diferenciado dos três mercados, haja vista que seu funcionamento está todo baseado na economia solidária e na produção por autogestão. Três traços são importantes destacar com relação ao mercado, segundo Forni, Pighin e Lopresti (2010, p. 1): o fato de congregar múltiplas expressões da economia social; a continuidade da

experiência em que pese os conflitos com o governo local; e a sua localização, que se dá em uma das áreas de maior transformação e valorização residencial, comercial e gastronômica da cidade de Buenos Aires.

Patio de los Lecheros

O *Patio de los Lecheros* está localizado na avenida Teniente General Donato Álvarez, 175 na esquina com a rua Bacacay no bairro Caballito, no limite com o bairro Flores. Neste local, durante anos, se localizavam os leiteiros que vendiam o leite chegado dos “tambos” no interior da província, trazido por trem até a estação localizada nas proximidades. A partir do local os “leiteiros” faziam a entrega na cidade. O lugar acabou em desuso a partir de 1961, quando a legislação proibiu a comercialização de leite sem pasteurização. Somente em 2016 o local foi retomado e inaugurado como um pátio de alimentação como *Patio de los Lecheros*.

Patio Parque Patricios

Dentro do bairro *Parque Patricios*, em uma grande área verde da cidade de Buenos Aires com 1.943 metros quadrados, na rua Pepirí, 185, esquina com a rua Uspallata, foi estabelecido o terceiro pátio alimentar, em 2019, dentro do programa #BACapitalGastronômica, depois do *Patio de los Lecheros*, de 2016 e do *Patio Costanera Norte*, de 2018. No local era possível encontrar uma horta urbana, intervenções artísticas e apreciar uma oferta gastronômica variada disponível nos quatro containers que ofereciam parrilla, shawarma, crepes, rotisseria, comida vegetariana e bar. (VICEJEFATURA DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES, 2019)

O funcionamento do pátio ocorria de domingos a quartas-feiras das 11h às 20 h e de quintas-feiras à sábados das 11h s 24h. No momento o pátio se encontra fechado e completamente abandonado constituindo um cenário que destoa com o restante do parque onde está instalado. Quando em funcionamento permitia o conagraçamento da cultura existente no bairro, onde convivem os residentes com os usuários das universidades e grandes empresas instaladas nas proximidades (DIRECCIÓN GENERAL DE DESARROLLO GASTRONÓMICO, 2021e).

Patio Costanera Norte

Também no bairro Belgrano, em frente ao *Rio de la Plata* na avenida Costanera Rafael Obligado, 7010 está localizado o *Patio Costanera Norte*, o segundo, na cronologia dos pátios de alimentação do programa #BACapitalGastronômica,

inaugurado em 2018. Conta com uma oferta variada que inclui hamburgueres, pizzas, saladas, comida latina e árabe para comer ao ar livre. Também se pode consumir picolés, cafés e cerveja artesanal.

Patio Rodrigo Bueno (Costanera Sur)

Também em 2019 foi inaugurado o *Patio Rodrigo Bueno*, na avenida España, 2230, junto da *Reserva Ecológica Costanera Sur* e que surgiu com o objetivo de realizar a integração social e o crescimento do bairro de mesmo nome existente nas proximidades. O bairro Rodrigo Bueno foi um assentamento precário, uma favela, e sua recente urbanização e integração urbana foi resultado de uma longa e conflituosa disputa que enfrentou sua população com os poderosos interesses imobiliários interessados na propriedade daquela área de excelente localização. A atividade gastronômica criou novos espaços de encontro nas proximidades da fonte Las Nereidas (de Lola Mora). Grande parte dos postos são de propriedade de empreendedores do próprio bairro, que ofertam comida latino-americana (Peru, Brasil e Paraguai), parrilla, hambúrgueres, pizzas e sobremesas variadas. (DIRECCIÓN GENERAL DE DESARROLLO GASTRONÓMICO, 2021f)

3. Novas áreas transitórias para pedestres



partir de setembro de 2020 algumas ações começaram a ser efetivadas na cidade de Buenos Aires com o intuito de minimizar os efeitos do isolamento e do distanciamento social que obrigatoriamente a crise sanitária impunha às pessoas. Em que pesem diversas iniciativas de ordem privada já estivessem em prática, como o uso irregular das calçadas ocupadas por mesas ou por consumidores em pé nas proximidades dos bares e restaurantes, não havia uma regulamentação pública capaz de disciplinar os usos que se estavam efetivando. Nesse momento as ruas já haviam sido tomadas por legiões de entregadores em suas motocicletas e bicicletas que, com suas mochilas peculiares, cortavam as vizinhanças de um lado para o outro, permitindo que as compras chegassem aos lares daqueles que não deviam sair. Supermercados, mercados e depois bares, restaurantes e similares encontraram nessa alternativa a possibilidade de continuar com suas atividades. As pessoas já haviam ganhado a rua, mesmo que isso significasse algum desatendimento dos protocolos existentes.

Foi nessa época que o *Ministério do Espaço Público e Higiene Urbana*, um órgão do governo da Cidade Autônoma de Buenos Aires, colocou em prática um programa que regulamentou o uso do espaço público por bares, restaurantes e

outras atividades similares, de forma transitória e especificamente voltada para o enfrentamento da crise sanitária. Foram implantadas, sob a normativa desse Ministério, as Novas Áreas Transitórias para Pedestres, com a finalidade de demarcar ruas onde o tráfego de veículos foi vedado temporariamente, em dias e horários de acordo com a programação estabelecida. Essa ação serviu para permitir que as pessoas pudessem circular com maior liberdade e espaço, diminuindo o risco de que se formassem aglomerações. Além do mais, a medida previu também a demarcação do piso das ruas com a delimitação de locais próprios para a colocação de mesas do lado de fora dos restaurantes, aumentando a capacidade de atendimento e minimizando o perigo de contágio pela regulamentação do distanciamento.

Inicialmente o projeto demarcou ruas no bairro Villa Devoto, na rua Fernández de Enciso entre as ruas Mercedes e Asunción; e, em San Telmo, na rua Bolívar entre as ruas Estados Unidos e Carlos Calvo, que passaram a ser fechadas para o trânsito de veículos nas sextas, sábados e domingos. Mas o projeto total foi muito mais amplo, haja vista que buscou atender todas as 15 Comunas da cidade³², com pelo menos uma área em cada comuna. Na maior parte dos casos as restrições para o trânsito de veículos ocorreriam nas sextas, sábados e domingos.

A iniciativa foi estendida para os chamados “bares notáveis”, reconhecidos como tal por serem os mais representativos da cidade e estarem vinculados à história da cidade e das pessoas, além de terem contribuído na realização de ações culturais e históricas importantes ou por seu desenho arquitetônico conservado (MINISTERIO DE ESPACIO PÚBLICO E HIGIENE URBANA, 2021). São bares que constituem uma das mais importantes representações do patrimônio histórico e cultural portenho. Com isso, a iniciativa alcançou mais cinquenta e cinco espaços transitórios, cuja regulamentação permitiu a colocação de decks demarcados para o recebimento de clientes, ocupando o espaço da rua destinado ao estacionamento de veículos.

De acordo com dados divulgados pelo Ministerio de Espacio Público e Higiene Urbana (NÖLMANN, 2021) ao final do projeto deverão ser abrangidos um total de 731 comércio gastronômicos que poderão usar o espaço público das ruas respeitando aos protocolos sanitários necessários.

A primazia do espaço público adquire uma importância de destaque na concepção do projeto. Assim, busca-se um retorno gradual à normalidade de uso do espaço retomando o encontro entre familiares, amigos e consumidores em geral, tanto nos bares, restaurantes e similares diretamente beneficiados

32 Em Buenos Aires as Comunas são unidades descentralizadas de gestão política e administrativa que, eventualmente, podem abarcar mais de um bairro. A Lei municipal 1.777/2005 regulamenta o funcionamento das comunas e seus órgãos respectivos ((BUENOS AIRES CIUDAD, 2021)

quanto no comércio em geral, localizado nas mesmas áreas. Além do mais, a criação dessas áreas minimiza o problema provocado pelo uso indiscriminado do espaço que já vinha acontecendo em função do esgotamento dos cuidados preconizado, como afastamento e distanciamento social. “Queremos seguir recuperando liberdades, priorizando sempre o cuidado da saúde e de todos os avanços que conseguimos até o momento”, escreveu a respeito Felipe Miguel, chefe de gabinete da Ciudad de Buenos Aires” (NÖLMANN, 2021).

4. *Novas formas para velhos hábitos*



bem da verdade as novas formas propiciadas pelas iniciativas de retomada das atividades econômicas, principalmente as referidas ao turismo e lazer, ao comércio e ao consumo gastronômico, não constituem uma transformação total no setor, mas constituem uma mudança nas formas que implica também na necessária mudança de algumas ações. As principais alterações implicam em mudanças de ações, necessariamente, por intermédio dos protocolos estabelecidos pela exigência de higienização constante, distanciamento e afastamento social. Os consumidores precisaram incorporar às suas ações novas atitudes, comportamentos e hábitos que implicam, essas sim, em mudanças mais profundas. As formas, propriamente ditas, dos bares, restaurantes e similares, não sofreram alterações profundas, a não ser aquelas ligadas aos próprios protocolos já referidos. O mais notável com referência às formas diz respeito à diminuição do número de pessoas atendidas, o que implica em uma remodelação dos espaços internos dos estabelecimentos. Os espaços liberados para funcionamento passaram a apresentar um considerável vazio, com a retirada de mesas, cadeiras e outros mobiliários a fim de permitir a circulação mais fácil de pessoas, ao mesmo tempo em que se diminuía a oferta de locais para permanência. Nesse sentido, as alterações trazidas pelas novas iniciativas adotadas no planejamento da retomada das atividades permitiram aos estabelecimentos uma extrapolação da área de atendimento, que avança agora para o espaço público. Observa-se uma profunda alteração de uso, haja vista que as novas áreas ocupadas, via de regra, se destinavam ao uso de automóveis particulares, agora ocupadas por pessoas, com uma circulação que permite maior apropriação do espaço pelos cidadãos/consumidores.

Nos estabelecimentos comerciais, mercados, lancherias e nos pátios de alimentação as restrições de uso marcaram de maneira mais profunda as formas. Além da diminuição do número de pessoas em cada local, o que modificou profundamente a aparência dos lugares, foram criados anteparos para proteger os funcionários, foram estabelecidos protocolos de mobilidade exigindo o afastamento e criando, invariavelmente, filas de clientes que passam a ter

que aguardar sua vez nas partes externas dos estabelecimentos. O burburinho e a aglomeração de antes, sinais muitas vezes característicos do profícuo sucesso da atividade, foram substituídos pelo isolamento e pelo silêncio.

Muitos estabelecimentos passaram a interromper a entrada de seus clientes na porta, com a colocação de barreiras, às vezes com cordas ou mesas e cadeiras, evidenciando o caráter proibitivo de ingressar no local. As demarcações da posição que cada cliente deve guardar na fila ou mesmo dentro do estabelecimento também passou a ser uma característica da nova paisagem do mundo pandêmico. Cada um tem seu lugar e deve respeitá-lo com a devida separação.

Aqui será importante retomar uma discussão acerca do espaço, também trazida por (LEFEBVRE, 2013). A análise do espaço pautada na teoria do espaço feito social nos desafia a entender o espaço para além da limitação imposta pela organização dada pelas normas. Mais do que o espaço resultante das representações que o poder hegemônico traça, além ainda das práticas espaciais, é preciso dar lugar para a transgressão, ou antes disso, de uma relação dialética entre esses espaços e o espaço de representação da sociedade, aquele onde reside o sonho, a esperança e onde se anima a vida que nutre os que se apropriam do espaço.

Nesse sentido é possível entender a percepção do espaço, resultante das práticas espaciais, como sendo o espaço próprio da experiência material, “que vincula realidade cotidiana (uso do tempo) e realidade urbana (redes e fluxos de pessoas, mercadorias ou dinheiro que se assentam - e transitam – no espaço, englobando tanto a produção como a reprodução social” (LOREA, 2013, p. 15). O espaço concebido, aliado às representações do espaço, é aquele próprio dos planejadores, dos cientistas que normatizam sobre o espaço. É o espaço dos signos, dos códigos de ordenação que fragmentam e restringem o uso. Por sua vez, o espaço vivido, espaço de representação, é o espaço da imaginação e do simbólico, do sonho e da criatividade na vida cotidiana. É o espaço onde vivem os habitantes, usuários do espaço e onde se pode experimentar a busca por novas possibilidades na produção do espaço (LEFEBVRE, 2013).

Certamente que a realidade trazida à tona pela pandemia da Covid-19 colocou em evidência essa discussão dialética acerca do espaço. De um lado o Estado ditando a norma, estabelecendo regimentos de uso e estipulando as condições de fruição do espaço. O espaço abstrato da representação se faz aparecer e é aceito em nome de um uso facultado sob condições e pelo benefício comum da saúde pública. Por outro lado, as pessoas na rua querem fruir o espaço, mesmo que isso possa representar uma transgressão da norma, objetivo da criação de um espaço diferencial, da apropriação, da transformação. Uma transformação que exige novas formas, haja visto que as velhas formas já não atendem às demandas do presente. Nesse embate se constrói a nova realidade:

nem só norma, nem só apropriação. As mudanças nas formas representam tanto uma maneira nova de normatizar o espaço quanto uma transformação provocada pela apropriação. Ao mesmo tempo em que o Estado adota regras próprias para o uso do espaço, sob a lógica da crise sanitária, a sociedade transforma os usos em possibilidades, demonstradas nas novas maneiras de apropriação do espaço. Além disso, em determinados casos, a transgressão das normas de uso do espaço suscita questionamentos ao próprio Estado com relação às normas a serem ditadas, o que evidencia a existência de níveis mais profundos e estruturais de questionamentos, cujas soluções se encontram em aberto no presente.

A ação proposta pelo governo da Cidade de Buenos Aires que criou as Novas Áreas Transitórias para Pedestres alterou a paisagem da cidade. Antes mesmo dessa atividade ser posta em prática o governo já havia pintado no leito das ruas indicações de distanciamento para os pedestres, próximo às faixas de segurança, em paradas de ônibus, entradas de estações de metrô e outros locais de grande movimentação, mas, sobretudo, nas feiras da cidade que mantiveram seu funcionamento. Ali, nas feiras, começou a ficar evidente que o funcionamento do comércio dependeria de adaptações nas formas.

Nas feiras levantadas para esta pesquisa, observou-se que todo o movimento, aparentemente caótico de uma feira foi substituído por uma ordem rigorosa: a entrada e a saída do circuito passaram a ser demarcadas, fazendo com que o fluxo de pessoas se desse em um único sentido, sem possibilidade de retorno. A entrada passou a ser acompanhada de um protocolo de sanitização, com a higienização das mãos e a medição da temperatura corporal, logo em seguida o consumidor deve acompanhar o fluxo respeitando o distanciamento demarcado no solo por intermédio de pontos onde cada um deve se posicionar. A aproximação dos produtos e dos comerciantes passou a ser limitada fisicamente por cones, cordas ou fitas (dessas que se usam em casos de acidentes ou crimes). Os produtos passaram a ser protegidos por aparatos transparentes que proibiram o toque ou mesmo a contaminação por dispersão de gotículas de eventuais tosses ou conversações. Conversações, aliás, que quase desapareceram, tal foi o grau de pânico gerado pelo perigo: as compras se restringiram quase que a uma listagem de produtos separados pelo comerciante, ou uma seleção feita pela indicação dos consumidores. Na saída do circuito da feira, novamente o protocolo de sanitização e o controle do número de pessoas em circulação.

5. Reconhecendo os velhos espaços e os novos protocolos



s espaços de turismo, lazer, comércio e consumo, associados ao programa #BACapitalGastronômica evidenciam tanto a norma quanto a apropriação do espaço, em um conflito que transcende a crise sanitária e avança na discussão do espaço na sociedade. O turismo sofreu impacto fundamental pelas restrições impostas ao deslocamento de pessoas em todo o mundo. Aliado a isso, as restrições e normativas internas de controle de ingresso de turistas estrangeiros, na Argentina especificamente, afetou sobremaneira o turismo de comércio e consumo gastronômico em Buenos Aires. As formas e as ações passaram a refletir um novo padrão para essas atividades.

As feiras da rede *Feria Sabe la Tierra* sentiram, como as demais feiras, o impacto no comércio de seus produtos. Tanto que se mobilizaram inicialmente na confecção de cestas de produtos vendidos online e entregues em casa por serviços próprios. Mas, além disso, em algumas dessas feiras o consumo no local era bastante incentivado pela presença de postos de venda de produtos para consumo imediato, como se observava na feira da Plaza Roma, por exemplo, antes da pandemia. A feira que funcionava no local atraía uma quantidade muito grande de consumidores trabalhadores das lojas e dos escritórios centrais que aproveitavam seu horário de refeição para se deliciar com os produtos da feira no grande jardim da praça. Essa foi uma feira que interrompeu suas atividades durante a pandemia e segue fechada no presente. Seguiram outras, como em Barracas e Almagro, respeitando os protocolos sanitários e sem consumo nos próprios locais. É uma ruptura clara no movimento de continuidade da história da feira, que exigiu formas adaptadas (separação mercadoria-cliente, demarcações, nova apresentação dos produtos, etc.) e ações diferenciadas (higienização, circulação dirigida, distanciamento, etc.). Ainda não se pode afirmar que se trata de uma ruptura definitiva, nem que se trate de uma ruptura generalizada, mas, de qualquer forma, é evidente que se trata de uma significativa mudança que estabelece um padrão diferenciado entre o que se tinha até então e o novo padrão adotado.

Nas chamadas Novas Áreas Transitórias para Pedestres as mudanças foram explícitas, haja vista que as referidas áreas ocuparam o espaço público já existente impondo as suas novas formas. As mesas e cadeiras dos restaurantes ocuparam calçadas, leito de ruas, transformando as ruas dos automóveis em espaços compartilhados com os pedestres. Muitos lugares delimitaram os locais com algum tipo de paisagismo marcando de forma mais sensível a paisagem. Nessas áreas a mudança das formas foi evidente, já que consumidores ocuparam o espaço público, criando uma nova forma de consumo no e do espaço. Quando o corte do trânsito de efetuiu as ruas ganharam uma nova dinâmica, com pedestres circulando, garçons atendendo pedidos entre as mesas, evidenciando também novas ações no espaço.

Do mesmo modo o impacto nos mercados e pátios de alimentação se fez sentir, talvez até de maneira mais impactante. Obrigados a permanecer fechados enquanto as medidas sanitárias eram planejadas, muitos dos pontos de comércio nesses locais não resistiram e faliram definitivamente. Prova disso é o grande número de postos vazios que se encontram nos mercados estudados e nos pátios analisados. O Pátio Parque Patricios fechou, aparentemente de forma definitiva, resta abandonado. O Pátio Rodrigo Bueno possui grande parte de seus pontos inativos, assim como o Mercado Bonpland. Refletem o abalo provocado na economia e na sociedade o tempo de inatividade a que tiveram que se submeter. Muitos dos comerciantes acabaram buscando formas alternativas de sobrevivência, trabalhando em venda direta, na rua, em aplicativos de entrega e outras maneiras que lhes permitiu seguir atuando do ponto de vista econômico.

6. Considerações finais



História da humanidade nos mostra que as sociedades continuam seus cursos, mesmo depois de momentos de profunda retração. A resiliência é uma característica importante das sociedades humanas. Entretanto os momentos de ruptura são extremamente importantes para a análise das permanências. Certamente que as atividades de turismo e lazer, comércio e consumo continuarão depois da pandemia, cabe avaliar de que maneira serão transformadas e qual o impacto dessas transformações nas próprias atividades. Sempre marcadas pelo movimento de pessoas, pelas aglomerações, pelo contato direto, são atividades muito dependentes dessas características. Ao observar as mudanças trazidas pelos protocolos necessários, afastamento, distanciamento, higienização, se pode pensar que muitas dessas rupturas permanecerão. Fatalmente, vivemos um momento de transição: tivemos um antes e virá um depois. Situação nem sempre fácil de ser percebida quando se vive no próprio turbilhão de acontecimentos que marcam a passagem desses momentos. Por isso, tais análises são importantes.

Sobretudo os pobres continuaram acessando a cidade pandêmica. Paradoxalmente, as camadas mais frágeis economicamente passaram a ter direito à cidade, justamente quando a cidade não lhes podia oferecer seus melhores produtos. Mas os pobres tiveram que continuar e estavam lá nos serviços essenciais, transporte e segurança principalmente, além das atividades de saúde. Mas a rua também passou a ser o lugar de sobrevivência daqueles que tiveram as atividades prejudicadas pela segurança sanitária: desempregados, falidos, os que dependiam de atividades cotidianas, todos ganharam as ruas, em busca de trabalho, de sustento de dinheiro, mas sobretudo de comida para si e seus dependentes.

O aumento da pobreza e da miséria é um dado que não pode ser posto de lado, como reflexo da pandemia da Covid-19. Em que pese muitas adaptações, rupturas, tenham sido estabelecidas para garantir a permanência das atividades, nem todos foram alcançados por elas, de modo que o saldo, nas ruas, marca a paisagem contemporânea.

A crise sanitária da Covid-19 impactou as permanências, exigindo alterações que constituem rupturas, no sentido de que são mudanças que se incorporam ao novo momento. Esse impacto ficou evidente na continuidade das atividades de turismo, comércio e consumo sob a lógica de novas formas e novas ações. Da mesma maneira, podemos concluir que os hábitos e comportamentos introduzidos pela necessidade de segurança sanitária deverão se incorporar à maneira pelas quais a sociedade estabelece seus relacionamentos, entre si e com o espaço. Por fim, é inegável que a sociedade se tornou mais tolerantes com novas regras e normas de uso do espaço público, indicando até que, em nome da segurança necessária possa abrir mão de direitos e garantias individuais.

Referências

Agência Brasil. (2020). *Agência Brasil*. Retrieved julho 1, 2020, from Organização Mundial de Saúde declara pandemia de coronavírus: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-03/organizacao-mundial-da-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>

Buenos Aires Ciudad. (2021). *Comunas*. Retrieved janeiro 21, 2021, from Buenos Aires Ciudad: <https://www.buenosaires.gob.ar/comunas>

Casarin, H. d., & Casarin, S. J. (2012). *Pesquisa científica: da teoria à prática*. Curitiba: InterSaber.

Creswell, J. W. (2014). *Investigação qualitativa & projeto de pesquisa*. Porto Alegre, RS: Penso.

Dirección General de Desarrollo Gastronómico. (2021a). *Mercado Belgrano*. Retrieved janeiro 19, 2021, from Buenos Aires Ciudad: <https://www.buenosaires.gob.ar/desarrollogastronomico/mercado-de-belgrano>

Dirección General de Desarrollo Gastronómico. (2021b). *Mercados y patios gastronómicos*. Retrieved janeiro 19, 2021, from Buenos Aires Ciudad: <https://www.buenosaires.gob.ar/desarrolloeconomico/gastronomia/mercados-y-patios>

Dirección General de Desarrollo Gastronómico. (2021c). *Patio Costanera Norte*. Retrieved janeiro 21, 2021, from Buenos Aires Ciudad: <https://www.buenosaires.gov.ar/desarrollogastronomico/patio-costanera-norte>

Dirección General de Desarrollo Gastronómico. (2021d). *Patio de los Lecheros*. Retrieved janeiro 21, 2021, from Buenos Aires Ciudad: <https://www.buenosaires.gov.ar/desarrollogastronomico/patio-de-los-lecheros>

Dirección General de Desarrollo Gastronómico. (2021e). *Patio Parque Patricios*. Retrieved janeiro 21, 2021, from Buenos Aires Ciudad: <https://www.buenosaires.gov.ar/desarrollogastronomico/patio-parque-patricios>

Dirección General de Desarrollo Gastronómico. (2021f). *Patio Rodrigo Bueno*. Retrieved janeiro 21, 2021, from Buenos Aires Ciudad: <https://www.buenosaires.gov.ar/desarrollogastronomico/patio-rodrigo-bueno>

Dirección General de Desarrollo Gastronómico. (2021g). *Mercado San Nicolás*. Retrieved janeiro 19, 2021, from Buenos Aires Ciudad: <https://www.buenosaires.gov.ar/desarrolloeconomico/gastronomia/mercados-y-patios>

DUARTE, C. F. (2010, ago). Retrieved julho 20, 2020, from Mundo Urbano: <https://cristovao1.wordpress.com/tag/henri-lefebvre/>

Forni, P., Pighim, R., & Lopresti, L. (2010). *De asambleas, cooperativas y ONGs: encuentros y desencuentros de la economía social en el Mercado de Bonpland (barrio de Palermo, Buenos Aires)*. Retrieved janeiro 21, 2021, from SEDICI Repositorio Institucional de la UNLP: <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/107434>

Lefebvre, H. (1971). *De lo rural a lo urbano*. São Paulo: Hucitec.

Lefebvre, H. (2013). *La producción del espacio*. Madrid: Capitán Swing.

Lefebvre, H. (1981). Problemas de sociología rural. In J. d. Martins, *Introdução crítica à sociologia rural* (pp. 144-162). São Paulo: Hucitec.

Lorea, I. M. (2013). Prólogo: Henri Lefebvre y los espacios de lo posible. In H. Lefebvre, *La producción del espacio*. Madrid: Capitán Swing.

Martins, J. d. (1996). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec.

Ministerio de Espacio Público e Higiene Urbana. (2021). *Áreas peatonales transitorias y bares*.

Retrieved janeiro 19, 2021, from Buenos Aires Ciudad: <https://www.buenosaires.gov.ar/espaciopublicoehigieneurbana/espacio-publico/areas-peatonales/areas-peatonales-transitorias-y-bares>

Nölmann, M. (2021). *Mesitas al sol en la ciudad: como fue el debut de la peatonalización de calles en Villa Devoto y San Telmo*. Retrieved janeiro 19, 2021, from La Nacion: <https://www.lanacion.com.ar/sociedad/peatonalizacion-calles-ciudad-devoto-san-telmo-nid2441665>

Stake, R. (2011). *Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam*. Porto Alegre, RS: Penso.

Vicejefatura de la Ciudad de Buenos Aires. (2019). *Parque Patricios tiene su patio gastronómico*. Retrieved janeiro 21, 2021, from Buenos Aires Ciudad: <https://www.buenosaires.gob.ar/vicejefatura/noticias/parque-patricios-tiene-su-patio-gastronomico>

Vieira, S. G. (2020). *O centro da cidade*. Curitiba: Appris.

Yin, R. K. (2010). *Estudo de caso. Planejamento e métodos* (4 ed.). Porto Alegre, RS: Bookman.

A ora-pro-nóbis na culinária mineira e na gastronomia da cidade de Tiradentes-Minas Gerais/Brasil.

| Déborah Coimbra Nuñez Taschetto

I. Introdução

“(…) Refletir hoje sobre a *mesa* constitui um processo de indagação atento a três dos principais pilares da relação do homem com o alimento, ao longo de toda a sua história: alimentação, saúde e cultura”.

Carmem Soares³³



o idioma Guarani, a hortaliça recebe o nome de *Guaiapá* ou *Mori*, é conhecida também como Orabropó, Lobrobô, Lobrobó, Jumbeba, Trepadeira Limão, e cientificamente denominada de *Pereskia Aculeata*.

A planta é classificada como uma hortaliça não convencional (ou PANC – Plantas Alimentícias Não Convencionais), conhecida como a “carne dos pobres” ou “carne verde” conquistou sua notabilidade sob o nome de “Ora-pro-nóbis”.

A “Ora-pro-nóbis” (OPN) é uma planta da família cactácea estimada por conter um elevado valor nutricional de ferro, cálcio, fibras, minerais, entre outros dos quais se destaca o seu alto teor de conteúdo proteico.

Apesar do que o seu nome possa indicar, o consumo da “Ora-pro-nóbis” não está, nem de longe, limitado aos “dias santos”, o seu consumo é muito comum no estado de Minas Gerais já indicado em 1806, no livro de Joaquim José Lisboa, poeta e alferes do regimento regular de Vila Rica intitulado: “Descrição Curiosa das Principais Produções, Rios e Animais do Brasil, Principalmente da Capitania de Minas Gerais”, publicado em Lisboa em 1806³⁴ reeditado no Brasil em 2002.

A sabedoria popular sugere que a planta possui muitas propriedades medicinais como, por exemplo, ajudando a combater: a anemia, a prisão de ventre (constipação), como suplemento na alimentação das gestantes e lactantes

33 SOARES, Carmen; RIBEIRO, Cilene da Silva Gomes. *Mesas Luso-Brasileiras: Alimentação, Saúde e Cultura*. Serie DIAITA. ISBN: 978-85-68324-98-1, volume 2. Curitiba: PUCPRESS, 2018.

34 Reeditado pelo Centro de Estudos Históricos e Culturais da Fundação João Pinheiro em 2002.

bem como acredita-se que o consumo desta planta na dieta alimentar está relacionado à redução da obesidade, do diabetes, da osteoporose, e também, de problemas cardiovasculares e cancro.

Conforme veremos mais detalhadamente no decorrer deste trabalho, existem estudos que confirmam os benefícios dessa planta para a saúde, demonstrando ainda, seu grande potencial tanto para a indústria farmacêutica quanto para a indústria alimentar.

Atualmente percebe-se um aumento na demanda pelo consumo da OPN vindo do grupo de consumidores veganos e vegetarianos que apostam no benefício deste alimento enquanto substituto da proteína de origem animal.

Apesar de já ser reconhecida nacionalmente devido aos seus benefícios nutricionais que auxiliam tanto no tratamento quanto na prevenção de doenças favorecendo o bom funcionamento do corpo, de acordo com os resultados encontrados na pesquisa anterior³⁵, é na culinária reconhecida como tipicamente mineira que a OPN se distingue e assume a dicotomia de tornar-se ao mesmo tempo trivial e singular.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar e traçar um panorama do uso da OPN na alimentação, na culinária e na gastronomia mineira, buscando identificar o consumo deste alimento tanto na perspectiva de um alimento “trivial e típico”, quanto atualmente, sob o *status* de “*gourmet* saudável”.

2. Metodologia



pesquisa sobre a Ora-pro-nóbis na alimentação foi iniciada em maio de 2020 para a disciplina intitulada: “O sagrado na alimentação: Mitos, Rituais e Símbolos” que resultou no artigo intitulado: “Ensaio sobre a história do consumo da Ora-pro-nóbis nas cidades mineiras de São João del-Rei e Tiradentes /Brasil.

Na altura do primeiro ensaio não foi possível desenvolver um estudo detalhado na cidade de Tiradentes, pois a cidade estava com acesso restrito em regime de *lockdown*, logo, os estabelecimentos que trabalham com a restauração encontravam-se fechados.

Apesar de ter havido contato e conversas virtuais com alguns chefes de cozinha e proprietários de restaurantes de Tiradentes não foi possível realizar a entrevista de forma presencial.

³⁵ Em 2020 realizou-se uma pesquisa sobre a Ora-pro-nóbis, para a disciplina “O Sagrado na Alimentação: Mitos, Rituais e Símbolos”. Desenvolveu-se um ensaio sobre o consumo da hortaliça nas cidades de São Joao del- Rei e Tiradentes, verificou-se que a oferta da ora-pro-nóbis nos mercados e hortifruti destas cidades não existia ou não era significativa. Conclui-se que o discurso de que a planta é reconhecida e apreciada pelo seu sabor sobressai ao discurso do consumo por questões medicinais.

Ainda assim, com o trabalho de investigação, com o cruzamento de fontes dos materiais encontrados, da observação e das conversas com os moradores locais, consumidores e fornecedores da hortaliça, leitura e revisão da bibliografia foi possível verificar que, na cidade de Tiradentes, apesar do discurso de “alimento/medicamento”, é ainda na gastronomia que a OPN ganha visibilidade tendo o sabor e a versatilidade como características enfaticamente destacadas.

Tamanho é o valor atribuído a esta hortaliça no município que ela é utilizada como ingrediente principal de pratos premiados em festivais mineiros de gastronomia que tem a Ora-pro-nóbis o reconhecimento de uma comida emblemática na gastronomia mineira.

Para este trabalho, após realizada uma nova revisão bibliográfica, realizou-se um levantamento via internet dos principais restaurantes de “cozinha mineira” na cidade de Tiradentes, fez-se também um trabalho de campo na cidade, junto ao serviço de “informações turísticas” e de agências de turismo a fim de identificar quais os restaurantes eram sugeridos, também pelos “agentes” locais.

Posteriormente, realizou-se uma nova busca aos cardápios dos restaurantes indicados pelos sites de turismo como o *TripAdvisor* e também indicados pelos moradores e pessoas responsáveis pelas empresas de turismo.

A partir de então, elaborou-se um roteiro de entrevistas que foram realizadas pessoalmente com chefes de cozinha e cozinheiros de restaurantes em Tiradentes.

Tendo em vista o pouco tempo disponível para realização destas entrevistas e ainda as limitações da crise covid 19, onde o funcionamento do comércio oscila, funciona com horário reduzido e ainda sim alguns dos restaurantes selecionados ainda se encontram fechados foi necessário fazer um recorte para a realização destas entrevistas.

Entre os entrevistados destacamos para este trabalho a entrevista realizada com dois importantes chefes de cozinha de Tiradentes (que tem muito reconhecimento local) a chefe Beth Beltrão que é reconhecida como uma referência na culinária mineira e trabalha como cozinheira (a 30 anos) e proprietária do restaurante “Viradas do Largo” de Tiradentes, o chefe de cozinha João Lombardi que é cozinheiro (17 anos) e proprietário do restaurante chamado de “Ora-pro-nóbis”, o único na cidade e região que leva o nome da planta.

Para melhor identificar o contexto histórico e a formação identidade da população e da “culinária mineira” fez-se um novo levantamento bibliográfico para transparecer a quem chamamos de “mineiros”.

Posteriormente, realizou-se o cruzamento de dados e fontes afim de traçar um panorama sobre o consumo da ora-pro-nóbis na culinária mineira tendo como estudo de caso a gastronomia da cidade de Tiradentes, considerada, atualmente, um dos principais destinos de turismo gastronômico do estado de Minas Gerais.

3. A ora-pro-nóbis



Desde os tempos mais antigos, no Brasil, sabe-se que as plantas foram usadas com fins medicamentosos servindo como cicatrizantes, antibióticos, analgésicos, diuréticos, por diferentes comunidades indígenas fato observado e retransmitido através dos relatos de viajantes. Neste contexto, a *Guaiapá* ou *Mori*, como era chamada pelos indígenas, popularmente conhecida como Ora-pro-nóbis, não é uma exceção.

A Ora-pro-nóbis (*Pereskia Aculeata*), é uma planta que pertence à família das cactáceas, possui aréolas munidas de espinhos junto (na base) de cada folha), é uma planta trepadeira, ramificada, produz um fruto pequeno amarelo e flores brancas, em panículas terminais (BALBACH, 1960 Pg.147).

De acordo com Hudson Efrain Theodoro Guimarães em seu artigo intitulado: “Cultivo e Avaliação do Teor das Folhas de *Pereskia Aculeata*” aponta que:

“A família Cactaceae, a qual pertence a *Pereskia aculeata*, possui cerca de 108 gêneros e 1.306 espécies, e tem sido um recurso alimentício muito importante, especialmente por conter água nos seus tecidos, grande quantidade de carboidratos nos frutos e proteínas nas sementes (HOLLIS; SCHEINVAR, 1995). Desde a antiguidade as cactáceas têm sido utilizadas amplamente na medicina tradicional e por indígenas nas suas práticas religiosas e místicas. Os curandeiros têm utilizado estas plantas como antibióticos, analgésicos, diuréticos, melhora de afecções cardíacas e nervosas, combate à diarreia, fonte vitamínica e atualmente para o alívio de queimaduras, cicatrização de úlceras e controle do colesterol e diabetes. Devido a tais usos das cactáceas, tem-se chamado a atenção para investigações científicas (HOLLIS; SCHEINVAR, 1995).” (GUIMARÃES, 2009, p. 02)

No artigo, Guimarães acrescenta que a planta possui um “alto teor de aminoácidos essenciais, considerado acima do necessário para o consumo humano recomendado pela *Food and Agriculture Organization* (SIERAKOWSKI; GORIN; REICHER; CORRÊA, 1987) o que tem despertado o interesse da indústria alimentícia e farmacêutica (MERCE et al., 2001)”.

No artigo “Potencial tecnológico da folha de *Pereskia Aculeata* (ora-pro-nóbis) uma revisão” de Larisse Wainsten Silva, indica que a OPN além de possuir um elevado valor nutricional se destaca principalmente pelo alto teor de proteína de aproximadamente 25,5% mais elevado que outros vegetais salientando que:

“(...) as folhas são ricas em aminoácidos essenciais, minerais (cálcio, manganês, zinco e ferro) e vitaminas, A, C e ácido fólico são fonte nutricional alimentar na dieta de muitos brasileiros” (SILVA, 2019, p. 10).

Quanto a sua origem, a maioria dos artigos estudados concordam que embora a *Pereskia Aculeata* (OPN) é uma planta nativa do continente americano e também apontam sua existência em África e Ásia.

Marcos Mergarejo Netto em seu artigo “Ora-pro-nóbis em Pompéu: Gastronomia na Serra de Sabará/MG” complementa que a OPN é encontrada:

“(…) desde a Flórida, nos Estados Unidos, a região sudeste do Brasil (…) muito utilizada como cerca viva (devido a presença de espinhos), é conhecida também como “Ramo de Noiva” em Cuba, “Guamacho” na Venezuela” (MARGAREJO, p. 39-40).

De acordo com os estudos de César Florentino Puma Veja acerca dos “Aspectos Nutricionais em Ora-pro-nóbis”, confirma a presença significativa da proteína na hortaliça havendo, entretanto, diferenças na contagem destas proteínas, que conforme outras pesquisas pode ser estar relacionada ao tipo de solo:

“Relatos de proteína na folha de OPN por diferentes autores mostram que esta planta contém teores consideravelmente elevados e também variáveis. MERCÊ et al. (2001) indicam que as folhas desta planta possuem 25,5 g 100 g⁻¹ de proteínas em matéria seca (MS), valores consideravelmente maiores se comparados à couve (1,6%), alface (1,3%), milho comum (7,6 - 10,0%) e feijão (18 - 20%). Por outro lado, Almeida Filho e Cambraia (1974) observaram os teores de 17,4 g 100 g⁻¹ MS de proteína bruta para a amostra da cidade de Guiricema-MG e de 25,4 g 100 g⁻¹ MS para a amostra da cidade de Viçosa-MG. Dayrell (1977) observou os teores de 25,1 g 100 g⁻¹ MS para as amostras coletadas em Sete Lagoas-MG; e de 27,4 g 100 g⁻¹ MS para as amostras de Belo Horizonte, ressaltando que não observou a presença do inibidor de tripsina nas amostras estudadas” (PUMA, 2019, p. 21).

A OPN é considerada de fácil cultivo por diversos fatores dos quais se destacam a sua resistência ao déficit hídrico e sua fácil reprodução.

Na estudo realizado pelos pesquisadores: Luciele Milani Zem, Katia Christina Zuffellato-Ribas, Cristiane Vieira Helm e Henrique Soares Koehler a partir da análise da farinha feita com as folhas da OPN, constatou-se que:

“o consumo da farinha de folhas de *Pereskia aculeata*, por apresentar melhor qualidade nutricional, com elevados teores de proteínas e fibras, bem como de minerais, principalmente potássio, cálcio, ferro, manganês e zinco devido a apresentar uma maior concentração destes. Além disso, possui uma grande quantidade de aminoácidos essenciais, principalmente triptofano e lisina” (ZEM; RIBAS; HELM; KOEHLER, 2019, p. 49).

Nota-se que de fato a Ora-pro-nóbis, é uma planta que apresenta muitas características positivas para seu consumo, primeiro pela significativa quantidade de nutrientes e logo por seu fácil cultivo.

De acordo com a revisão bibliográfica realizada para este estudo, sabe-se que há um grande avanço nos estudos sobre a utilização e aproveitamento desta hortaliça na alimentação e interesse crescente na indústria alimentar que ganha cada vez mais um novo mercado, o de comidas vegetarianas e veganas que bem como despertou o interesse de indústrias farmacêuticas.

Atualmente já se encontra disponível no mercado, produtos contendo a hortaliça, utilizando de seu nome popular a Ora-pro-nóbis, fato interessante observar que alguns destes produtos “com a OPN”, utilizam do nome ou melhor, do *status* da planta, mas que, contudo, o ingrediente não é encontrado no produto.

Temos como exemplo, que já se encontra disponível no mercado “biscoitos” (snacks) “sabor” ora-pro-nóbis que apesar de utilizar o nome da planta não há utiliza enquanto ingrediente do produto.

3.1. A culinária mineira e o uso da ora-pro-nóbis na gastronomia de Tiradentes/MG.

“Parodiando o escritor mencionado (*Joseph De Maistre*), diríamos que conhecemos muitos indivíduos oriundos de Minas, mas não conhecemos “o mineiro”, ou “os mineiros”, como grupo humano dotado de determinados caracteres gerais reconhecíveis empiricamente. Pode-se afirmar, sem o risco de formular uma hipótese muito aventureira, que a população de Minas Gerais é tão geograficamente diversificada como a flora e a fauna do seu vasto território, situado tanto abaixo da zona equatorial e um pouco acima do trópico de Capricórnio”

Eduardo Frieiro³⁶

Exaltada por muitos poetas e admirada pelos que apreciam uma boa mesa, a “gastronomia mineira” se destaca nacional e internacionalmente sempre fazendo referência ao ambiente tranquilo, próximo a natureza, a mesa farta com produtos locais, ao modo de fazer no fogão a lenha, as histórias compartilhadas a mesa.

A ideia de uma cozinha tipicamente mineira engloba algo muito além dos alimentos disponíveis, envolve um conjunto de fatores, o clima, a terra, o jeito do “povo” (mineiridade), o cheiro da lenha, o frescor dos ingredientes.

36 Escritor e professor Universitário mineiro, autor do primeiro livro de gastronomia dedicado aos sabores de Minas, “Feijão, Angu e couve”.1966. Em 2012 o governo de Minas Gerais definiu o dia do nascimento do autor (5 de julho) como o dia como o dia da gastronomia mineira. <https://diariodocomercio.com.br/negocios/gastronomia-celebra-tradicao-e-historia/>

Mas, existe mesmo uma “gastronomia mineira”? De acordo com Eduardo Frieiro em seu livro “Feijão, Angu e Couve” de fato, há uma comida típica mineira “sim, porque é permitido reconhecer uma constante nas preferencias da população em Minas Gerais. E não, porque tais preferencias não são exclusivas desta população”.

A ocupação do território que conhecido atualmente como Minas Gerais teve início no século XVI com a entrada dos bandeirantes que buscavam pedras preciosas.

Com a descoberta do ouro e demais pedras preciosas houve uma “corrida populacional” para região das Minas que fez com que se tornasse rapidamente um importante centro econômico da colônia.

A princípio o abastecimento da região (centros mineradores) dependia dos produtos que vinham de outras capitânicas, mas posteriormente houve um desenvolvimento na produção dos bens de subsistência que passou a suprir a demanda do mercado interno.

Sabe-se que as transformações na alimentação que hoje é reconhecida como “culinária mineira” está diretamente relacionada ao desenvolvimento das atividades mineradoras ocorridas na região, quer pela necessidade de abastecimento da própria população, como na necessidade de “criar novas fontes de subsistência” nos períodos de escassez de alimentos.

Além do milho, da mandioca, da carne de galinha, a carne de porco é muito presente na culinária mineira apresentada nas mais diversas formas como: linguiça, costelinha, lombo, torresmo e essa importância dada a carne de porco é apontada por Caio Prado Júnior:

“[o] porco tem na economia colonial um grande papel, particularmente nas capitânicas do Centro-Sul, incluindo o Rio de Janeiro e São Paulo. A sua carne, neste setor da colônia, entra em grande proporção para a dieta dos habitantes”, e continua, em sua observação sobre a culinária mineira, “[m]as a principal utilidade do suíno é o toucinho com que se condimentam os alimentos, sobretudo o feijão; e do qual se extrai a banha, a universal matéria graxa da cozinha brasileira” (PRADO JUNIOR, 1961, p. 197-198).

Caio Prado, relata também que sobre a boa qualidade do leite em Minas Gerais que fabrica o “queijo de Minas”:

“(…) a indústria de laticínios que é praticamente desconhecida no Norte, tem em Minas Gerais um papel importante. As vacas melhor tratadas e alimentadas, produzem um leite que St. Hilaire compara em qualidade com o das montanhas da Auvérnia (36). Com ele, fabrica-se o já então famoso queijo de Minas, que se exporta em grande quantidade para o Rio de Janeiro e outros pontos da Colônia” (PRADO JR, 1961, p. 196).

Além dos queijos, da carne de porco, da carne de galinha, dos produtos produzidos a partir do milho e da mandioca, do café e de derivados da cana-de-açúcar como a rapadura e a cachaça.³⁷

As verduras e hortaliças são muito utilizadas na mesa dos mineiros e apreciadas na gastronomia do estado onde se destacam: a couve, a Taioba e a Ora-pro-nóbis.

De acordo com as informações do site oficial do governo de Minas Gerais, sobre a gastronomia mineira:

“Admirada e reconhecida nacional e internacionalmente, (...)ganhou uma data representativa em 2012, quando o Governo do Estado de Minas Gerais definiu que em todo dia 5 de julho, dia do nascimento de Eduardo Frieiro, autor do primeiro livro de gastronomia dedicado aos sabores de Minas, seria comemorado. A publicação “Feijão, angu e couve – Ensaio sobre a comida dos mineiros” foi lançada em 1966. (<https://www.mg.gov.br/conheca-minas/cozinha-mineira>).

Com efeito é na culinária que a cultura mineira se evidencia e reafirma sua identidade, frequentemente representada na música, na literatura, na pintura e claro, nos festivais de gastronomia.

De acordo com Daniela Almeida Raposo Torres; Bruna Lívia Martins; Amanda Almeida Raposo:

“Apesar de suas lindas paisagens bucólicas, Minas Gerais tem o seu melhor retrato na sua população e na sua culinária. A imagem de um grande fogão à lenha com grandes panelas e tachos fumegando e exalando uma mistura deliciosa de cheiros inconfundíveis, para qualquer pessoa que já tenha experimentado a culinária mineira, é sem dúvida alguma das mais belas “paisagens” mineiras. (TORRES; MARTINS; RAPOSO, 2016, p. 02).

Grosso modo, considera-se que o surgimento da “mineiridade” na alimentação se deu a partir das dificuldades provenientes da escassez de alimentos sofrida no período da Mineração.

Uma das teorias sobre o desenvolvimento de uma “culinária mineira” teve início em decorrência da escassez de alimento no território.

³⁷ Apesar de não ser um produto original das Minas Gerais, a cachaça produzida em Minas ganhou destaque em todo país e inclusive no exterior por ser reconhecida pela sua alta qualidade. No Brasil é comum associar a cachaça (e o torresmo) as terras de mineiras. Historicamente, podemos considerar que a cachaça durante o ciclo do ouro tinha grande importância conforme aponta Eduardo Frieiro, ela era tão importante para os escravos que sofriam com a pobreza da alimentação. (FRIEIRO, p. 53).

“O surgimento das mineiridades passou pelas mais diversas dificuldades. De ordem geográfica: a distância da capitania do litoral, de onde a princípio os alimentos eram provenientes, aliada a formação geológica do território mineiro e a sua extensão territorial, dificultava a circulação destes alimentos para o interior desta região. As dificuldades oferecidas pela geografia mineira propiciaram o desenvolvimento uniforme da culinária mineira, isso porque os escassos alimentos que aqui chegavam ou eram produzidos, eram consumidos por todos, ricos ou pobres, negros ou brancos, livres ou escravos (...) A carestia de alimentos forçou aos mineradores a destinarem parte de seu tempo destinado a atração aurífera para o plantio de roças (...) ainda causou o aproveitamento do tudo quanto pudesse matar a fome: cães, gatos, gaviões, ratos, mel de pau, raízes, frutas do mato, etc. (ZEMELLA, 1990). Soma-se isso ao pouco que se plantava e ao pouco alimento que chegava através dos tropeiros, a mesa mineira tornou-se variada e de certa forma nutritiva, composta por cortes de carne gordurosos e por muitos tipos de legumes e verduras e finalizada com deliciosas compotas de doces de frutas geralmente advindas dos quintais”. (TORRES; MARTINS; RAPOSO, 2016, p. 13).

Apesar da trágica história da fome e enfrentada pela população das Minas que “varreu a região” entre os anos de 1698-1701. Sabe-se que com a escassez de alimentos os mineradores foram obrigados a aproveitar todo recurso natural disponível que pudesse ser usado como alimento, “ratos, pássaros, cães, gatos, mel, frutas do mato”, raízes e plantas. Já no século XVIII:

“(...) o problema do abastecimento foi solucionado, os fornecimentos foram organizados sistematicamente e nada mais faltou nos povoados das Gerais. Neste momento, havia nas minas além do necessário, o supérfluo. (ZEMELLA, 1990). Segundo Rocha (1897), Minas Gerais possuía muitos viveiros e as terras produziam muitas hortaliças, como couves, repolhos, e cebolas, e muitas frutas, principalmente os pêssegos, marmelos, laranjas, maçãs e joazes. Além disso, recebiam mantimentos todos os dias em tropas carregadas de toucinho, milho, feijão e azeite, vendidos por preços bastante cômodos. A formação de hortas e pomares nos quintais das casas grandes e das humildes casas de pequenos vilarejos, decorrentes da prática da economia de subsistência, contribuíram para a criação de uma culinária composta por inusitados tipos de combinações de vegetais com os mais diversos tipos de carnes e mais variados tipos de cereais: como o frango com quiabo, frango com ora-pro-nóbis, o arroz, feijão angu e couve etc”.

Por fim, pode-se considerar que a culinária mineira nasce a partir da necessidade de suprir a fome, as criações, plantações, lavras e técnicas de sobrevivência “no mato” foram essenciais para a sobrevivência desta população, conseqüentemente surge o cultivo de hortas essenciais para completar a alimentação e que por fim torna-se um costume da população mineira que resiste até os dias atuais.

Com o passar do tempo o alimento vindo direto da horta passa a cair no gosto da população acompanhando os discursos de uma alimentação mais “natural e mais saudável”.

Acredita-se que a culinária mineira teve início no ciclo do ouro uma vez que o aproveitamento, o cultivo e a escolha dos alimentos foram assimilados de acordo com as necessidades vindas em decorrência da mineração (escassez de alimentos, plantio de hortas, utilização de comidas mais “quentes” como as de carne de porco).

Por volta de 1867, a então cidade de São José del-Rei que é hoje a cidade de Tiradentes, diziam “jacubeiros” aos que comiam mal e “mocotós” os que se alimentavam bem, com tutano:

“O termo jacubeiro, equivalente a rústico, labrego, ser-lhe-ia aplicado depreciativamente pela ‘gente de casaca’ da região vizinha São João. Jacuba é um refresco de mingau ralo feito de fubá, misturado com rapadura e água fria, ou preparado com farinha de mandioca ou de milho. (...) Era considerado alimento desprezível e tal é o que se entende dos versinhos com o satírico barbacenense Padre-mestre Corrêa de Almeida aludiu a certa gente de condição inferior: *Nem agradece a jacuba, que não comeria em Cuba.* (...) A si mesmos se denominavam *mocotós*, isto é, fortes, gente de tutano alimentada com mão de vaca. Foi grande em tempos o sentimento bairrista dos moradores das duas freguesias”. (FRIEIRO, 1966, p. 137).

Grosso modo, podemos considerar a faz parte culinária típica mineira parte da cominação de alimentos uso trivial entre os quais é possível destacar a partir da análise de uma constante, alimentos que podem ser considerados tradicionais de Minas devido a predileção dos mineiros por determinados alimentos.

Para Eduardo Frieira “a comida mineira (pelo culinário trivial) está baseada na tríade, feijão, angu e couve.

Contudo, é possível considerar a partir deste estudo que “a couve” citada por Frieiro pode representar as variadas hortaliças utilizadas na alimentação mineira desde os tempos de escassez alimentar, tendo em vista que tudo que se podia comer era aproveitado, e que continuam presentes na culinária e na gastronomia do estado.

Portanto é possível destacar a ora-pro-nóbis que em Minas Gerais é tão conhecida quanto a couve, mas que, contudo, tem o *status* de serem um emblema de determinadas “regiões mineradoras” entre as quais se destacam a cidade de “Sabará”, “Diamantina” e a cidade de “Tiradentes” por fazerem uso desta hortaliça não apenas na mesa cotidiana, mas também como ingrediente peculiar dentro da gastronomia mineira.

Na cidade de Tiradentes, que é um referencial de gastronomia mineira, há uma grande oferta de restaurantes que oferecem pratos típicos da culinária mineira entre os quais sobressaem os que fazem uso da Ora-pro-nóbis.

As entrevistas realizadas com os chefes de cozinha foram norteadas, entre outras, pelas seguintes questões:

1. O que é culinária mineira para você?
2. Por que escolheu trabalhar com a ora-pro-nóbis?
3. Qual o perfil do público que procura a ora-pro-nóbis?

Por questões de tempo e espaço destinado a esta pesquisa entre os chefes (cozinheiros) entrevistados, para este estudo destacamos dois, a chefe de cozinha Beth Beltrão, e o chefe de cozinha João Lombardi.

O contato inicial com a Chef Beth Beltrão, via internet ocorreu em julho de 2020, contudo, a entrevista só pode ser realizada pessoalmente no dia 20 de junho de 2021, com duração aproximada de 3h30min, no restaurante “Virada’s do Largo” o qual é proprietária a 30 anos

O restaurante da chef foi considerado o melhor restaurante de cozinha regional do Brasil pelo Guia Quatro Rodas por 25 anos, participou do programa televisivo Master Chef, como especialista convidada, representando a gastronomia mineira bem como teve a participação em diversos outros festivais, representando a culinária do estado.

Pra Beth, comida mineira é sinônimo de fartura e simplicidade, ela afirma prezar pela qualidade dos alimentos e cultiva os principais ingredientes de sua cozinha em sua horta inclusive a ora-pro-nóbis.

A escolha de Beth para trabalhar com a receita não partiu de um “amor à primeira vista”, partiu de uma conversa, ela já conhecia a planta, mas não a servia em seu restaurante, contudo, ouve uma sugestão de que a utilizasse esta planta por ser “tão comum” e “tão trivial” não poderia faltar em seu restaurante.

A chef conta que não gostou, nem um pouco, “detestou” ela disse, quando comeu o prato que lhe foi oferecido com ora-pro-nóbis, mas pesquisou a planta e viu tamanha relevância que ela tinha e tem na cultura mineira e por seus fatores nutricionais e por isso aceitou como um “desafio”, tornar a planta que ela não havia gostado em um prato delicioso para o seu cardápio e assim o fez.

Ao ser questionada quanto ao público que procura o prato com a ora-pro-nóbis ela respondeu que, a princípio as pessoas procuravam por curiosidade, simplesmente por ver o nome e não saber o que é, e muitas vezes ela narrava a

história da planta e suas propriedades medicinais e assim muitos clientes pediam para experimentar o prato, nem sempre dentro na forma considerada a mais tradicional “feita com frango ou porco”, mas acompanhando os outros pratos.

Contudo, segundo Beth Beltrão, hoje ela já percebe um público “diferente” que já vai sabendo o que quer e há muita procura pela ora-pro-nóbis principalmente pelo público “vegano”.

A receita apresentada pela chef Beth Beltrão para esta pesquisa trata-se de uma “criação da mesma” feita exclusivamente para nos apresentar neste trabalho (que ele diz “nasceu agora”), mas que reflete a maneira como a cozinheira trabalha com a gastronomia mineira, pensando nos pratos de acordo com o que o cliente quer comer.

Nosso primeiro contato com o Chef João Lombardi, especialista em culinária mineira e cozinha contemporânea ocorreu no dia 03 de julho de 2020, via internet, contudo, nossa entrevista só pode ser realizada 23 de junho de 2021, com duração aproximada de 2h45mins.

Nossa conversa foi realizada no restaurante chamado “Ora-pro-nóbis” o qual é proprietário a 18 anos. Segundo o Chef, o segredo da culinária mineira está na simplicidade, no fácil acesso aos ingredientes, na harmonia entre os sabores e na combinação de texturas, no contraste como a do angu de milho servido com um crocante torresmo.

Quanto ao uso da Ora-pro-nóbis e a escolha do nome do restaurante Joao Lombardi aponta que “a Ora-pro-nóbis é difícil desagradar, por que tem o sabor neutro e harmoniza com tudo’. A escolha do nome do restaurante foi pensada em algo que fosse “tradicional” da cultura mineira e principalmente com a cidade de Tiradentes.

Quanto a percepção de seu público, o cozinheiro afirma que há dois tipos de público que buscam seu restaurante os que já veem com a intensão de experimentar essa “iguaria” e os que buscam uma comida tradicional mineira, mas não nem sempre pedem algo com ora-pro-nóbis pois muitas vezes desconhecem a relação do “rogai-por-nós” a uma hortaliça.

O Chef faz referência ao aumento da procura por “veganos e vegetarianos” que buscam pratos com a OPN acompanhados “daquele temperinho mineiro”.

4. Conclusão



Para comer “comida mineira” é preciso vir a Minas Gerais! Após o cruzamento das informações obtidas a partir desta pesquisa, sabe-se que os argumentos que sustentam a valência da dietética se legitimam e ganham cada vez mais visibilidade principalmente entre os adeptos a dieta vegetariana e vegana.

Contudo, o consumo da Ora-pro-nóbis que possivelmente é anterior ao período ciclo do outro, continua sendo apreciado e utilizado como alimento trivial pela população da cidade de Tiradentes que exalta sua versatilidade e seu sabor.

A presença do nome indígena, pode indicar uma “evidência indireta” do uso da Ora-pro-nóbis na alimentação (e como medicamento) uma vez que se reconhece que a população autóctone detinha o conhecimento dos modos de consumir e transformar em comida os alimentos disponíveis na região.

Apesar de existir um grande reconhecimento da OPN como elemento típico da gastronomia mineira, destacado em festivais gastronômicos, e uma variedade de pratos que são constantemente criados e recriados na grande rede de restaurantes da cidade de Tiradentes, na maioria deste, especializados em “comida mineira” a receita que prevalece nos restaurantes são apenas 3, o “frango com Ora-pro-nóbis, a costelinha de porco com Ora-pro-nóbis e a ora-pro-nóbis refogada.

A permanência e as transformações da OPN na alimentação e ainda, o uso de “receituário fundador” que permanece indica que a ora-pro-nóbis assume dentro da gastronomia mineira o título de “comida típica e tradicional”.

Referências

ALMEIDA, Martha Elisa Ferreira; CORREA, Angelita Duarte. Utilização de cactáceas do gênero *Pereskia* na alimentação humana em um município de Minas Gerais. *Tecnologia de Alimentos. Ciencia Rural*, n. 42, abr. 2012. <https://doi.org/10.1590/S0103-84782012000400029>

COSTA, Iraci del Nero. Sobre a integração das Minas Gerais à vida econômica da colônia. *Estudios Históricos-CDHRPyB*, Año 8, jul. 2016. Uruguay.

DIAS, Paula Barata. Paulo e a controvérsia sobre os alimentos permitidos aos cristãos: a mesa entre dois mundos. *In: RAMOS, J. et al. Paulo de Tarso, grego, romano, judeu e cristão*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012. p. 115-130.

FRIEIRO, Eduardo. *Feijão, angu e couve*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1966.

GRAÇA FILHO, A. A. *A princesa do oeste e o mito de decadência de Minas Gerais*. São Paulo: Annablume, 2002.

MACEDO, Emiliano Unzer. Religiosidade popular brasileira colonial: um retrato sincrético. *Revista Ágora*, Vitória, n. 7, p. 1-20, 2008.

MACIEL, M. E. Uma cozinha à brasileira. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 33, p. 1-16, 2004.

MARINELLI, P. S. **Farinhas de moringa (*Moringa oleifera* Lam.) e ora-pro-nóbis (*Pereskia aculeata* Mill.): biomateriais funcionais**. 2016. Tese (Doutorado em Ciências e Tecnologia de Materiais) – Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2016.

MERGAREJO, Marcos. Ora-pro-nóbis em pompéu: gastronomia na serra de Sabará/MG. Ora-pro-nóbis at Pompéu: Gastronomy in Serra de Sabará/MG. *Geograficidade*, v.4, n. especial, out. 2014.

NIERO, Lidiane Almeida. Religiosidade mineira: devoção aos santos na Comarca do Rio das Mortes no século XVIII. *Sacrilegens*, Juiz de Fora, v. II, n. 1, p. 124-138, jan.-jun. 2012.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 6. ed. São Paulo, Brasiliense, 1961.

SOARES, Carmen; COELHO, Maria Helena da Cruz. Um doce e nutritivo fruto: a castanha na história da alimentação e da gastronomia portuguesas. *In: RIBEIRO, Cilene Gomes da Silva; SOARES, Carmen. Mesas luso-brasileiras: alimentação, saúde e cultura: vol. 2*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018. p. 103-143.

SILVA, Larissa Warissa Wainsten. **Potencial tecnológico da da folha da *Pereskia Aculeata* Miller (ora-pro-nobis): uma revisão**. Florianópolis, 2019.

VEGA, César Florentino Puma. **Aspectos nutricionais em ora-pro-nobis (*Pereskia aculeata* Mill.) relacionados a micro-organismos promotores de crescimento vegetal e características químicas e físicas do solo**. Lavras, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/jspui/handle/1/32738>. Acesso em: 20 mar. 2020.

ZEMELLA, Mafalda P. **O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

Patrimônio, turismo e saúde: Ambiente e estilo de vida – O papel da cultura e do lazer

| *Inguelore Scheunemann*

Coordenadora da Mesa Redonda



sessão “Patrimônio, Turismo e Saúde: Ambiente e Estilo de Vida – o papel da cultura e do lazer”, com foco nas pequenas cidades, teve como objetivo a discussão da temática, assim como, obter contribuições para desenvolver o enlace entre patrimônio (cultural e ambiental), o turismo e a saúde como bem coletivo, com foco na população local, ou seja, no não desvirtuamento do ambiente local e do estilo de vida, e na possibilidade de ganhos para além do viés econômico.

Para tal, foram convidados, como expositores, três especialistas, com vivências diversificadas, que traduzem abordagens interdisciplinares ou mesmo transdisciplinares, provenientes de diferentes realidades, para relatar seus projetos e suas experiências.

A respeito do turismo em pequenas cidades, as mudanças que ocorrem no território a partir do desenvolvimento desta atividade, a segregação da população bem como as possíveis formas de integrar o território e a população, foi o tema tratado por Maxwell Ponte, Mestre em Ensino, História e Ciências da Terra pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP e doutorando no mesmo programa, e poderá ser lido na íntegra neste livro.

Daniel Prado, Doutor em Educação Ambiental, Professor e Pesquisador, Pró-reitor de Extensão e Cultura na Universidade Federal de Rio Grande, com amplo e importante trabalho com comunidades no que tange ao resgate da história, das memórias coletivas como indispensável elemento na formação do sentido de pertencimento e identidade, nos apresentou os resultados do vasto e intenso trabalho de resgate que desenvolveu com a comunidade de São José do Norte. O artigo completo de Daniel Prado é parte deste livro e poderá aqui ser lido.

O italiano Giulio Mogol, do alto dos seus 85 anos dedicados à arte, à cultura e a projetos de fundo humanístico voltados a crianças que vivem em comunidades econômica e socialmente menos favorecidas, à saúde e à medicina, bem como ao meio ambiente, nos trouxe sua rica experiência que pode ser apreciada no resumo de sua palestra a seguir transcrito.

A partir de sua sensibilidade de artista, musicista, poeta e escritor, bem como de suas múltiplas experiências exitosas em projetos humanitários Mogol nos brindou com uma alocução sobre a temática “entender a qualidade de vida”.

Inicia por expor um conceito de qualidade de vida que é esférico, partindo da constatação da necessidade das pessoas em disporem de elementos que permitam entender a multidimensionalidade da expressão e da realidade de uma vida com qualidade para que, realmente possam adotar, de modo consciente, os preceitos que permitem tal escolha e vivência.

Por primeiro, falou-nos sobre um projeto que está sendo desenvolvido em conjunto com o Ministério da Saúde de seu país, Itália. Este projeto parte do princípio de que muito se fala sobre os males da poluição, do ar poluído, da água poluída, da pouca qualidade de vida mas, a compreensão de tal situação pelas pessoas é fragmentada e um tanto dissociada de nós mesmos. O motivo para tal, discorre Mogol, é ligado ao fato de que as medidas são feitas sobre o ar, a água, o solo, em suma, sobre o meio ambiente, o que é necessário, mas não são realizadas diretamente em cada um de nós, no nosso organismo de forma a evidenciar as mudanças que sofre e que levam a consequências danosas sobre nossa saúde. Certamente, existem estudos sobre as doenças que a poluição pode causar no organismo humano, mas nenhuma iniciativa que mostre os câmbios fisiológicos no dia a dia e a correlação com o lugar onde vive e com o próprio modo de vida.

Sem dúvida, a compreensão da dimensão e significado dos danos ao planeta é dependente, também, da constatação das alterações que nosso organismo mostra. Neste ponto, Mogol enfatiza que meio ambiente não é somente solo, água, ar, florestas, mas também as práticas sociais tais como solidariedade, o lazer ou mesmo as interferências externas sobre o território onde se vive, que modifica o modo de vida de uma população.

Na realidade, existem parâmetros, indicadores no nosso corpo que podem ser aferidos para que entendamos melhor como nosso organismo reflete, com perdas para a saúde, o ambiente onde se vive. Assim, tomando por base tal assertiva, o projeto referido acima, faz parte de uma ação de prevenção primária, para que não se perda a saúde; o projeto não se configura em uma prevenção secundária, ou seja, agir quando já se detectam indícios de doença ou doença já em curso.

Para tal, o projeto em desenvolvimento com o Ministério da Saúde da Itália, iniciou-se com a população de uma pequena cidade, e parte de um questionário com 100 perguntas que abarcam o estilo de vida destas pessoas sendo que as respostas são pessoais, portanto subjetivas. Ao mesmo tempo, o projeto usa um sistema objetivo de medir em cada pessoa, no sangue, a partir de uma gota de sangue, os radicais livres ali presentes. As respostas ao questionário, tratadas segundo método científico, são cruzadas pessoa a pessoa, com os resultados do exame laboratorial.

O tema “radicais livres”, e seus efeitos deletérios no organismo, é tratado em tantos fóruns, sejam científicos, profissionais, ou mesmo leigos e, de um

modo ou outro, todos já ouvimos falar destes, incluindo, por óbvio, as pessoas que participam do projeto.

De tal modo, estas pessoas que estão participando do projeto, face aos dados evidenciados – questionário mais os dados laboratoriais que medem os radicais livres – tem a oportunidade de entender se vivem em um ambiente com ar poluído, se a água que bebem não é saudável, se sua alimentação não é equilibrada e oriunda de ambientes contaminados. Mas, não só: os dados obtidos também expressam a qualidade do estilo de vida, tal como os hábitos de descanso (se não dormem cedo ou dormem poucas horas), se as refeições são feitas de modo apressado sem saborear os alimentos e fazer do momento da refeição um momento de descanso, se bebemos demais, se fumamos, por exemplo (sem deixar de comer um doce ou beber um copo de vinho vez ou outra).

Porém, os resultados obtidos expressam outros valores perdidos (ou não) próprios da vida em família, da convivência com os amigos ou a vida em comunidade, tais como, participar de ações coletivas em prol de instituições, caminhar em grupo, participar de representações teatrais, dançar, cantar juntos – atividades desta natureza fazem com que o organismo produza níveis mais elevados de serotonina que é um dos hormônios protetores do nosso organismo.

O ócio criativo, rir e fazer rir também aumentam o nível de produção das substâncias protetoras para nossas células; ter serenidade, ter uma vida serena ao adotar um estilo de vida em que o perdão é importante induz, igualmente, a maior produção de serotonina; participar de projetos desenvolvidos pela nossa comunidade, ter solidariedade em outras palavras, viver uma CULTURA HUMANÍSTICA.

Alguns comentários a respeito de Morro Redondo e ao projeto da Cátedra UNESCO/IPT em Humanidades e Gestão Cultural Integrada do Território - Polo Morro Redondo foram feitos. Primeiramente, foi referido que Morro Redondo, com seus 6500 habitantes (em torno de) é uma pequena cidade em termos brasileiros, entretanto na Itália, uma cidade com este número de pessoas já não é considerada tão pequena e, pelas informações que obteve, o território, Morro Redondo, tem uma história muito rica, calcada na memória coletiva na qual estão fortemente presentes as tradições locais, oriundas da época da colonização, marcadamente as tradições germânicas ou pomeranas, mas também italianas e, concomitantemente, cultiva as tradições do gaúcho e as memórias da população negra. Salienta que as festas populares que têm como fundo as tradições, e o escopo de manter vivas as memórias coletivas se constituem em elementos da cultura humanística.

Como muito importante ponto, Mogol fala sobre a juventude e da importância de a escola tratar destes temas já para as crianças, desde os muito pequenos, de modo a fazer entender desde cedo, de forma simples, sobre os malefícios dos exageros que cometemos com nossos corpos e com as nossas

mentes. Mas, também, de forma simples fazer entender que a solidariedade e a cultura – por exemplo, desenvolver qualidades musicais como tocar um instrumento, cantar – faz com que a qualidade de vida pessoal e da comunidade onde vivemos melhore sensivelmente.

Ao concluir, Mogol menciona sobre a importância de não demonizar a morte, típico da cultura ocidental, este medo da morte que está presente durante toda nossa vida nos traz prejuízos, desde que, viver com medo não faz bem ao nosso organismo e não é bom para a comunidade pois, entre outros efeitos, se traduz em atitudes de afastamento entre as pessoas.

O Projeto aludido por Giulio Mogol, que se desenvolve na Itália, tem o nome de Centro Renascimento ou Centro RINASCITA, com a liderança do próprio Giulio e do Ministério da Saúde, através do Ministro da Saúde daquele país.

O projeto é ora em desenvolvimento como um projeto piloto, mas na sequência deverá ser multiplicado em outras cidades italianas.

Giulio Mogol CV resumo

Giulio Rapetti Mogol, italiano, é mundialmente conhecido por sua carreira como autor, musicista e cantor. No entanto, ao longo de sua vida e carreira, tem se dedicado não só à arte mas à iniciativas em prol do planeta e da humanidade. Foi o fundador e primeiro presidente da Nazionale Italiana Cantanti que sustentou iniciativas humanitárias voltadas ao apoio a crianças desassistidas. É o fundador do Centro Europeo Toscolano, associação sem fins lucrativos e de interesse público, dedicada à cultura popular, medicina e meio-ambiente, que tem como escopo melhorar a qualidade de vida da sociedade moderna contemporânea. É doutor honoris-causa em teoria da Comunicação pela Università degli Studi di Palermo, bem como detentor de diversos títulos honoríficos por universidades italianas e estrangeiras. É detentor do grau honorífico de Comendador da República Italiana. Exerce a presidência da Sociedade Italiana de Autores e Editores. (Fonte: https://www.siae.it/sites/default/files/Biografia_Giulio_Rapetti_Mogol.pdf)

O lugar das particularidades e da cultura local no desenvolvimento turístico: Um olhar para os elementos das paisagens rurais e interioranas

| *Maxwell Ponte*

Introdução



As paisagens são constituídas de elementos naturais, construídos, imateriais e culturais que integram a biodiversidade e a geodiversidade, e tais elementos são fatores de grande influência na escolha de destinos turísticos (OLIVEIRA; CALVENTE, 2020). Por sua vez, a atividade turística é um fenômeno geográfico integrado e indissociável de transformação de paisagens e lugares, com implicações significativas para o desenvolvimento socioeconômica e no uso dos recursos naturais dos destinos turísticos (WILLIAMS; LEW, 2015).

Nesse sentido, lugares ou imagens de lugares são fundamentais para a promoção e o marketing turístico, uma vez que percepções e experiências individuais e coletivas no âmbito do turismo são associadas às particularidades dos turistas e dos lugares (WILLIAMS; LEW, op. cit.). Por definição, os lugares são espaços, territórios e/ou paisagens experienciados, vivenciados e dotados de valores e singularidades, com implicações na memória e na cultura daqueles que a eles estão associados (AGNEW, 2011; TUAN, 2012; 2013). Neste trabalho, o lugar é entendido como “elemento identitário na/da paisagem” (PONTE, 2018). Por sua vez, atrações turísticas consistem em todos os elementos de uma paisagem que atraem visitantes com o objetivo de observar, interagir e experienciar lugares diferentes (LEW, 1987; WILLIAMS; LEW, 2015).

Na definição de uma localidade turística são distinguidas particularidades das paisagens e dos lugares, que podem ser balizadas por atributos físicos e, mais significativamente, nos processos culturais (WILLIAMS; LEW, 2015). Entretanto, As correntes de migração e de urbanização, decorrentes do avanço industrial do século XX, foram responsáveis pela remodelação do território brasileiro, bem como dos padrões de distribuição da população (MATOS; BAENINGER, 2008). Nesse contexto, lugares turísticos têm sido artificialmente criados com finalidades estritamente mercadológicas e que não integram verdadeiramente a cultura, a história, a memória, a identidade e a essência dos lugares (RELPH, 2012).

Nesse sentido, para que as experiências turísticas sejam autênticas e significativas, aponta-se a importância de que a diversificação dos atrativos turísticos, a partir de potencialidades locais, estejam alinhadas à essência do lugar, os modos de vida da população local, seus costumes e anseios (OLIVEIRA; CALVENTE, 2020; WILLIAMS; LEW, 2015).

Nesse contexto, este trabalho buscou apresentar um referencial teórico relacionado ao estudo do lugar para a diversificação e fortalecimento do turismo, como foco nas potencialidades de elementos típicos das paisagens rurais e interioranas para a diversificação e o fortalecimento do turismo.

Dissenção entre lugares turísticos e a essência dos lugares



o início do século XX, com a industrialização, que propiciou um novo modo de vida para uma parcela da população, observou-se o desenvolvimento de um novo padrão de consumo. Assim, as casas de férias e as atividades de lazer tornaram-se populares entre a classe média alta. Em associado, o culto ao corpo e a saúde e, principalmente, o cassinismo favoreceram a expansão das estancias hidrominerais, climáticas e termais, que com a construção de grandes hotéis, garantiam diversão para a elite brasileira da época (HAMMERL; SILVEIRA; BENETTI, 2015; SOLHA et al., 2010; PAIXÃO, 2007). Paixão (2007) intitula esta época como “anos dourados do turismo brasileiro”, na qual os recursos naturais utilizados à fins terapêuticos foram associados à jogos, espetáculos e luxos para a elite nacional. O autor destaca ainda à marcada dissenção social, na qual os pobres eram marginalizados e não tinham o mesmo acesso a tais produtos.

Após a década de 70, a tendência de crescimento urbano e o desenvolvimento socioeconômico voltam-se para as regiões interioranas do país, principalmente, por políticas que incentivaram o desenvolvimento e a ocupação desses territórios (SILVA; ROMERO, 2015). Concomitantemente, o valor reduzido de terras, abundância de recursos e mão-de-obra barata, impulsionaram o desenvolvimento agropecuário destas regiões (SILVA; ROMERO, 2015), e, consequentemente, agravaram a problemática do crescimento. O desordenado processo de ocupação do território brasileiro, assim como a utilização de recursos naturais, teve como principal norteador, como já citado, os interesses econômicos e indústrias. Nesta perspectiva, as ações antrópicas transformam constantemente as paisagens, que pode ser entendida como “uma categoria de análise da geografia e é importante para a compreensão e a valorização das transformações socioespaciais produzidas por diferentes atores, relacionadas à economia, às relações culturais e aos aspectos físico-naturais de cada lugar” (PIRES et al., 2016).

Todo esse fluxo populacional e conflitos de interesses modelam padrões de uso e ocupação do território refletindo diretamente na estrutura da comunidade, implicam, ainda, em mudanças de percepções e valores culturais, influenciam na construção identitária de uma comunidade em relação ao patrimônio imaterial ou material, natural ou construído, do lugar onde habitam, além disso, influenciam diretamente na alteração e composição da paisagem (VERDUM, VIEIRA, PIMENTEL, 2016; PIRES et al., 2016).

O alijamento das populações locais dos processos decisórios e do desenvolvimento do turismo resultou na criação de atrativos turísticos que não representavam e nem constituíam lugares de vivência das populações locais. Em decorrência, devido à falta de reconhecimento, valorização e cuidado com os recursos naturais e construídos, atitudes individuais e coletivas e as tomadas de decisões na gestão comprometem o desenvolvimento socioeconômico aliado à conservação desses (WENCESLAU *et al.*, 2018).

Nesse contexto, a diversificação e refuncionalização do turismo são importantes para reverter o cenário de fragilidade, sobretudo observada nos pequenos municípios brasileiros (ALVES; ENDLICH, 2017); e a diversificação das atrações turísticas deve partir de potencialidades locais, alinhadas à essência do lugar, os modos de vida da população local, seus costumes e anseios (LEW, 2017; OLIVEIRA; CALVENTE, 2020; WILLIAMS; LEW, 2015)

Pequenos municípios: redutos da cultura rural e interiorana



possível vislumbrar cada vez mais pessoas buscando momentos de lazer e contato com ambientes rurais. O ritmo intenso vivido diariamente e a perda de conexão com as nossas origens têm sido algumas das causas para essa procura. No entanto, por se tratar de áreas que geralmente carecem de investimento, muitos turistas não têm conhecimento dos atrativos turísticos e acabam optando pelas vertentes mais conhecidas, como o turismo de praia e sol (PONTE, 2021).

Para elaborar esse artigo, partiu-se do estudo de caso realizado no município de Ibirá, Estância Turística do estado de São Paulo, para a qual avaliou-se os contributos da integração dos elementos do lugar para a diversificação dos atrativos turísticos (PONTE, 2021). Obteve-se que podem constituir atrativos os empreendimentos rurais voltados à produção agrícola e a comercialização de alimentos, corpos hídricos, como rios e represas artificiais, os fragmentos florestais, bosques e pomares, os edifícios históricos e outros recursos construídos como praças, balneários e fontanários. Ao serem correlacionados os atrativos estudados com os segmentos do Ministério do Turismo (BRASIL,

2010), obteve-se que os principais segmentos turísticos associados aos locais são o ecoturismo, o turismo cultural e o turismo rural.

Considerando que a paisagem é um dos principais motivadores das viagens e uma matéria-prima do turismo (OLIVEIRA; CALVENTE, 2020) e que, não raro, tais características são comuns a outros pequenos municípios interioranos, emergem do referido estudo potencialidades para a exploração de diferentes nichos turísticos vinculados às características e peculiaridades dos pequenos municípios, compreendendo sua comunidade rural e as cidades, com destaque para o ecoturismo, o turismo cultural e o turismo rural.

A identificação desses nichos turísticos mostra-se alinhada com uma tendência observada em pequenos municípios do interior de seus estados, onde as práticas de turismo cultural e ecológico são amplamente reconhecidas (SANTOS *et al.*, 2019), pois, neles, os elementos da paisagem, naturais e culturais, ao mesmo tempo em que apresentam destacado potencial turístico, refletem características desse lugar: possibilitam a contemplação e vivência com o ambiente rural propriamente ou com a paisagem natural e cultural interiorana, os ritmos e costumes típicos das comunidades que vivem no interior, sobretudo nos pequenos municípios.

Os pontos de contemplação e vivência do ambiente rural propriamente dito compreendem locais que proporcionam aos visitantes experienciar a dinâmica socioespacial que opera em ambientes rurais, tais como a arquitetura, os costumes, as tradições, os alimentos, os modos de vida e de produção, os processos agrícolas e os produtos provenientes da atividade rural. São exemplos, os empreendimentos agrícolas: restaurantes, pomares, pesqueiro, culinária da roça, produção e venda de produtos agrícolas. Tais locais registram os contributos das comunidades rurais no desenvolvimento da região, preservando fazendas históricas, escolas, moradias construídas no contexto de colônias de trabalhadores rurais, igrejas, vegetação e recursos hídricos preservados. O turismo associado aos pontos de contemplação e vivência do ambiente rural propriamente dito contribui para o desenvolvimento social e econômico das comunidades que ali vivem. Dentre as vantagens reconhecidas, estão: a criação de um mercado de consumo local e melhorias na infraestrutura e no lazer rural (SOLHA, 2019), o fortalecimento e a valorização da cultura rural e a propagação dos seus valores e tradições aos visitantes (BRASIL, 2010; SOUZA; SANTOS; ALMEIDA, 2004), a valorização material e imaterial do patrimônio caipira e a maior satisfação pessoal dos moradores rurais (SOLHA, 2019).

Por outro lado, outros atrativos possibilitam a contemplação e experiência com elementos naturais e culturais típicos de comunidades interioranas, sua geo e biodiversidade, os ritmos e os costumes sociais. Os pontos de contemplação e vivência da paisagem natural e cultural do interior, que também são bastante encontrados nas pequenas cidades, compreendem locais

que não estão em área rural, mas que possibilitam a contemplação e a vivência com elementos da geo e biodiversidade e com aspectos culturais do interior. Esses elementos vinculam-se a uma identidade da região onde estão situados, territórios caipiras, rico em costumes, meios de produção e gastronomia típica. A transformação desses elementos em atrativos turísticos pode fomentar o desenvolvimento social e econômico, pois possibilita a legitimação do lugar e da comunidade “caipira”/interiorana. Diversos potenciais produtos e serviços podem ser identificados nos territórios, sobretudo mediante um estudo mais detalhado e dirigido nesse sentido. São exemplos as festas temáticas relacionadas a colheita de produtos agrícolas; produtos agrícolas locais como alimentos orgânicos, cafés, cachaças e vinhos, inclusive com propriedade intelectual de indicação geográfica; *souvenires* produzidos por artesãos locais.

Esta integração do lugar e da comunidade emerge como possibilidade de superação de problemas históricos de alijamento da população dos atrativos turísticos durante a criação de lugares, que muitas vezes se reflete na desvalorização e depredação do patrimônio natural e construído local (WENCESLAU; PONTE; PIRANHA, 2018; PONTE, 2018). A participação da população no desenvolvimento turístico local, mediante o oferecimento de serviços e atrativos que autenticamente os representem, promove o diálogo entre o lugar e o vivido com o aspecto econômico, assim como a valorização do seu patrimônio material e imaterial (OLIVEIRA; CALVENTE, 2020; SANTOS et al., 2019; WILLIAMS; LEW, 2015). Desse modo, o turismo poderá fomentar e fortalecer a história e o sentimento de pertencimento dos munícipes pelo lugar em que vivem, em contraposição à destruição do significado de lugar imposta às pequenas cidades por empreendimentos econômicos (ASTOLPHI; SILVA, 2016).

Destaca-se que todas essas práticas constituem, na paisagem, lugares, ganhando novos sentidos e sendo incorporados na vida dos seus moradores e visitantes, de modo que as comunidades são ressignificadas. Assim, o turismo consolida-se como uma prática integradora dos elementos locais, ampliando o entendimento sobre a riqueza cultural e da vida, convidando a comunidade e os visitantes à reflexão dos impactos de suas práticas sociais do presente ou históricas sobre o lugar. Em especial, possibilita, o fortalecimento dos vínculos dos visitantes com as comunidades e delas próprias com seu patrimônio cultural e natural, e o sentimento de pertença, resultante da experiência, da reflexão e do aprendizado, constitui-se valioso para o desenvolvimento de valores de respeito e cuidado com o patrimônio. Sabe-se que a participação da comunidade local em processos relacionados aos elementos do lugar proporciona o desenvolvimento do sentimento de pertencimento nas comunidades (EGREJAS; PAZ; BARTHOLO, 2015; GARCIA; RIBEIRO; BOUROTTE, 2020; ROGOSKI; LICCARDO, 2020).

Finalmente, embora não seja o enfoque nesse artigo, sugere-se que o marketing turístico se volte à promoção dos lugares para se vivenciar uma paisagem rural e interiorana, visando atingir turistas que buscam escapar da rotina, hedonistas e de descanso, bem como motivados pelo interesse em patrimônio cultural e natural e em experiências gastronômicas. Desse modo, moradores de grandes centros urbanos que buscam pequenas cidades para vivenciar um ritmo desacelerado que não existe no contexto em que vivem tornam-se um público potencial (FONTOURA, 2016).

É amplamente reconhecido que uma das principais falhas da promoção do turismo de excelência no Brasil está na (des)organização de itinerários turísticos e na divulgação dos atrativos (WENCESLAU; PONTE, 2020). Portanto, é fundamental ter elementos de comunicação com os visitantes, de modo que alcance um nível de experiência significativa, ou tudo é muito superficial e “mais-do-mesmo. Assim, diante do apresentado, visando o fortalecimento estratégico do potencial turístico, deve-se considerar a importância de promover uma diversidade de atrativos e disponibilizar e compartilhar amplamente informações sobre os elementos naturais, construídos e culturais locais, usando diversos meios de comunicação. Ademais, é de suma importância a formação de uma comunidade para o turismo, uma “comunidade integrada”, hospitaleira e preparada para as relações interpessoais e a comunicação da cultura local: conhece os roteiros e os atrativos turísticos, a história e o significado do patrimônio natural e construído do lugar onde vivem (WENCESLAU; PONTE, 2020).

Considerações finais



esse contexto, destacam-se as potencialidades das paisagens rurais e interioranas para diversificação do turismo, fomentando atrativos relacionados à diversidade natural e cultural dos pequenos municípios, resultando em uma prática turística de reconhecido valor de mercado, sobretudo para turistas provenientes de grandes centros urbanos. Destaca-se a importância da formação de uma comunidade integrada e capacitada em todo o processo de ideação e desenvolvimento do turismo local, de modo a promover o sentimento de pertencimento nessa comunidade, fundamental para a legitimação do lugar turístico, valorização das particularidades e, conseqüentemente, para o desenvolvimento econômico aliado a conservação dos bens naturais e construídos.

Referências

- AGNEW, J. A. Space and Place. In: AGNEW, J. A.; LIVINGSTONE, D. N. (org.) **Handbook of geographical knowledge**. Londres: Sage, 2011.
- ALVES, L. M.; ENDLICH, A. M. Destinos indutores do turismo: uma estratégia de desenvolvimento para pequenos municípios? **Geoiנגá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia**, v. 9, n. 1, p. 3-24, 2017.
- ASTOLPHI, J. D. V. C.; SILVA, V. P. Deslocamento compulsório em pequena cidade: efeitos produzidos na cultura, no lugar e na identidade de moradores da cidade de Nova Ponte (MG). **Geoiנגá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia**, v. 8, n. 2, p. 4-18, 2016.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo rural: orientações básicas**. 2.ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.
- EGREJAS, M.; PAZ, A.; BARTHOLO, R, V. Roteiros dos Fortes: diálogo, pertencimento e webdocumentário no planejamento turístico. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 15 n.3., p.240-250, 2015.
- FONTOURA, L. F. M. **As pequenas cidades enquanto um singular espaço de vida**. In: Simpósio Nacional Sobre Pequenas Cidades, 4., Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba - MG. Anais... ITUIUTABA - MG: UFU, 2016. [n. p.].
- GARCIA, M. G. M.; RIBEIRO, L. M. A.; BOUROTTE, C. L. M. Conservação da geodiversidade e do patrimônio geológico – exemplo da Região Metropolitana de São Paulo. In: FERREIRA, M. L. (Org.) **Ferramentas ambientais aplicadas ao planejamento de cidades sustentáveis: da geoconservação às adaptações às mudanças climáticas**. Tupã, SP: ANAP, 2020. P.193-2020.
- HAMMERL, P. C.; SILVEIRA, R. L. L.; BENETTI, J. A industrialização e o desenvolvimento do turismo no Brasil: da expansão cafeeira à política varguista. **Revista Turydes: Turismo y Desarrollo**, v. 8, n. 18, p. 1-16, 2015.
- LEW, A. A. Tourism planning and place making: place-making or placemaking? **Tourism Geographies**, v. 19, n. 3, p. 448-466, 2017.
- MATOS, R; BAENINGER R. Migração e Urbanização no Brasil: processos de concentração e desconcentração espacial e o debate recente. **Cadernos do Leste**, vol. 1, n.1, 2008.
- OLIVEIRA, A. N.; CALVENTE, M. C. M. H. Análise da potencialidade das paisagens culturais para o turismo: um estudo no Norte do Paraná. **Marketing & Tourism Review**, v. 5, n. 1, p. 1-40, 2020.

PAIXÃO, D.L.D. Thermae et ludus: o início do turismo de saúde no Brasil e no mundo. **Turismo em análise**, v. 18, n. 2, p. 113-147, 2007.

PIRES, V. R. et al. As transformações da paisagem urbana do bairro Nossa Senhora das Dores no município de Santa Maria/RS. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 8, n.

PONTE, M. L. Integrando elementos do lugar para diversificação dos atrativos turísticos: um estudo na Estância Turística de Ibirá – SP. **Revista GEOMAE**, v. 12, n. especial Sinapeq, p. 483-502, 2021.

PONTE, M. L. **Educação patrimonial e em geociências para um ensino contextualizado: potencialidades e limitações na educação formal**. 2018. [s.n.]. Dissertação (Mestrado em Ensino e História de Ciências da Terra) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, São Paulo, 2018.

RELPH, E. Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência do lugar. In: MARANDOLA JR., E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. **Qual o espaço do lugar?** São Paulo: Perspectiva, 2012.

ROGOSKI, C. A.; LICCARDO, A. Geopatrimônio de Prudentópolis (PR) e seu potencial para o desenvolvimento do geoturismo. **Terr@ Plural**, v. 14, p. 1-20, e2014890, 2020.

SANTOS, J. C. V.; CARNEIRO, V. A.; SOUZA, E. A.; COSTA, A. A.; DRUCIAKI, V. P. Turismo, educação e valorização do contexto rural. **Revista Tocantinense de Geografia**, v. 8, n. 15, p. 146-161, 2019.

SILVA, G.; ROMERO, M. Sustentabilidade urbana aplicada: Análise dos processos de dispersão, densidade e uso e ocupação do solo para a cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, Brasil. **EURE (Santiago)**, v. 41, n. 122, p. 209-237, 2015.

SOLHA, K.T. O universo rural e a oferta da experiência de turismo rural no Brasil. **Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade**, v. 11, n. 3, p. 615- 633, 2019.

SOLHA, K.T.; ALDRIGUI, M.; ALMEIDA, M. V.; RAIMUNDO, S. Estâncias Turísticas do Estado de São Paulo: Apontamentos Históricos sobre suas Origens, Situação Atual e Perspectivas de Desenvolvimento. In: Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 7, Universidade Anhemi Morumbi, São Paulo, 2010. **Anais...** São Paulo: ANPPT, 2010.

SOUZA, M.; SANTOS, E. O.; ALMEIDA, J. A. Turismo Rural: para além da geração de emprego e renda. In: Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável, 4. **Anais...** Santa Catarina: Ielusc, 2004.

TUAN, Y. **Espaço e Lugar** – a perspectiva da experiência. Londrina: Eduel, 2013.

TUAN, Y. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Eduel, 2012.

VERDUM, R.; VIEIRA, L.; PIMENTEL, M. As Múltiplas Abordagens para o Estudo da Paisagem. **Espaço Aberto**, v. 6, n. 1, p. 131-150, 2016.

WENCESLAU, E. C.; PONTE, M. L. **Fortalecimento estratégico do potencial turístico**: recursos e capacitação profissional para Estâncias Turísticas e Municípios de Interesse Turístico. São José do Rio Preto: Editora Reconnecta, 2020. Disponível em: <https://www.reconnectasolucoes.com.br/editora>. Acesso em 04.10.2021.

WENCESLAU, E. C.; PONTE, M. L.; PIRANHA, J. M. Patrimônio, ambiente e memória: subsídios para educação e a gestão ambiental em Ibirá – SP. In: Congresso Nacional de Educação, V, Recife, PE. **Anais...** Recife, Pernambuco: Realize, 2018.

WILLIAMS, S.; LEW, A. A. **Tourism geography: critical understandings of place, space and experience**. 3 ed. New York, NY: Routledge, 2015.

Museus de Território como espaços de proximidade da memória

| Erika M. Robrahn-González

Museus de Território



modelo de Museu de Território pressupõe um processo de musealização *in situ*, ou seja, onde o acervo permanece em seu contexto espacial de referência. O próprio ambiente integra o acervo da exposição, juntamente com outros elementos materiais e imateriais que lhe são associados. Nesta categoria estão incluídos ecomuseus, sítios arqueológicos musealizados, museus a céu aberto e parques naturais (The International Council of Museums /ICOM).

Assim, por definição, os Museus de Território trazem a memória de espaços geográficos específicos e seus valores históricos e simbólicos, conferindo-lhes uma abrangência de proximidade regional/local. No Brasil, este conceito remonta à década de 1930 com o movimento modernista, especialmente através de Mário de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade, que preconizavam a criação de museus que representassem a memória de localidades, costumes e hábitos da cultura popular com base na participação social continuada (Souza, 2016).

Neste contexto, fazemos referência à conceituação de Nora (1993) como “lugares de memória” que englobam territórios, experiências e acervos imateriais representados por fragmentos, restos e interpretações (para uma análise da proposta de Pierre Nora em seu contexto nacional francês de origem, vide Vieira, 2017). Nesta perspectiva, o museu corresponde a um instrumento de compreensão e de transmissão de conhecimentos, associado à história de uma comunidade através de suas relações no espaço e no tempo (Desvallées & Mairesse, 2013).

O discurso da memória recebeu um forte impulso no período pós-Segunda Guerra Mundial, com base em movimentos anticolonialistas e pela emancipação das mulheres e das minorias. Nasceu da resistência do apagamento do passado imposto a grupos oprimidos e impedidos de se manifestar (Selligman-Silva, 2006). Portanto, trata-se de uma estratégia de mudança social, onde o patrimônio cultural (material e imaterial) constitui um recurso político capaz de combater as desigualdades, estando ligado a lutas pela cidadania, pelo direito de minorias e pelo reconhecimento de culturas marginais (Reis, 2019; Oliveira, 2013).

Portanto, o Museu de Território visa uma comunidade, que se reconhece e se valoriza naquele espaço geográfico específico. Sua preservação contribui na manutenção da identidade do grupo a partir de um esforço de preservação da memória, e continua fazendo parte de suas vidas enquanto território de ação (Reis, *op. cit.*). Como bem aponta Assis Pinto (2013), neste século XXI os museus não são apenas espaços para lembrar e contar histórias, mas de construir memórias. Consequentemente, são plurais, uma vez que constituem a somatória de histórias de vida, de lembranças e de percepções de lugares como resultado de uma memória coletiva capaz de legitimar narrativas e materializar o imaterial (Souza, 2016).

Esta mudança no papel social dos museus foi objeto de novas reflexões do ICOM durante sua Conferência Geral em Kyoto, em 2019. Como resultado, o Conselho viu a necessidade de reavaliar o conceito de Museu e seu papel no futuro. Sem chegar a um consenso, a decisão foi adiada e se encontra em discussão. É notável que, na atual etapa de definição das palavras-chave que acompanharão a nova definição do conceito de Museu, o Grupo de Trabalho do ICOM Brasil apresentou 3 termos que representam o pensamento brasileiro: território, bem viver e antirracismo³⁸.

A ótica diferenciada que o conceito de Museu adquire entre a visão europeia e a latino-americana foi salientada por Brown & Mairesse (2018), com base justamente nos eventos preparatórios realizados para a Conferência Geral do ICOM de 2019. Os autores salientaram que o conceito difere significativamente (e, às vezes, completamente) de um país para outro, de uma cultura para outra, de uma língua para outra. O ponto de destaque ocorre, justamente, na relação entre os museus e a sociedade. Neste cenário, os participantes Latino-Americanos (incluindo o comitê brasileiro) destacaram o quanto as necessidades das pessoas e as soluções locais necessitam ser consideradas como força motriz (ao invés de políticas públicas e estruturas estatais). Insere-se aqui o conceito de Museus Comunitários enquanto locais inclusivos para o bem coletivo, mantendo conexões vivas com os indivíduos. Dentre as múltiplas experiências bem-sucedidas existentes no Brasil, citamos dois trabalhos que enfrentaram o desafio de trabalhar em ambientes urbanos: o trabalho de Reis (2019) com o Museu da História e Cultura Afro-Brasileira e o Museu das Remoções, no Rio de Janeiro; e o trabalho de Oliveira (2016) no Centro de Memória da Cohab Raposo Tavares, São Paulo/SP.

Para uma revisão sobre o panorama contemporâneo dos Museus de Território no Brasil, vide Kaseler (2014).

38 Disponível em: <http://www.forumpermanente.org/impressa/a-definicao-de-museu-o-icom-as-propostas-e-os-debates/nova-definicao-de-museu-avanca-mais-uma-etapa-icofom-recebe-artigos-sobre-mesa-de-santiago>. Acesso em: 2 dez. 2021.

Museus Como Espaços Indígenas de Memória



temática da diversidade cultural e suas formas de representação nos museus é decorrente dos intensos debates no campo das Ciências Sociais e, mais especificamente, na crítica teórica pós-colonial da Antropologia (uma citação clássica é a contribuição de Claude Lévi-Strauss, apoiado em seus estudos com populações indígenas da Amazônia e do Mato Grosso - Lévi-Strauss, 1952). Por outro lado, a própria criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização das Nações Unidas pela Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), logo após o término da 2ª. Guerra Mundial, fortaleceu o reconhecimento da diversidade cultural enquanto instrumento político contra regimes autoritários. Como um de seus resultados, foram estabelecidas diretrizes para a proteção do Patrimônio Cultural e Natural mundial.

Neste cenário ocorreram diversos movimentos da Museologia, incluindo o desenvolvimento da Nova Museologia a partir da década de 1970, onde se destaca a função social das instituições. Na esteira destes movimentos está o tratamento da temática indígena, foco específico do presente artigo. No Brasil, as iniciativas de uma aproximação entre os Povos Originários e os museus ocorreu somente a partir da década de 1980, dentro do contexto de democratização do país (para uma síntese do assunto vide Lima, 2021; Cury, 2017a). Antes disto, e ainda na década de 1950, não podemos deixar de citar a criação do Museu do Índio, no Rio de Janeiro, pelo sociólogo, educador e antropólogo Darcy Ribeiro, seguindo um modelo precursor de combate ao preconceito e participação indígena nos processos museais.

Existe uma vasta bibliografia sobre as diversas iniciativas e experiências brasileiras ocorridas ao longo deste caminho, tanto dentro da perspectiva dos museus (em reformular suas políticas, práticas e conceitos a partir de uma postura de descolonização) como na perspectiva das próprias comunidades. Estas iniciativas reúnem ações bastante diversas como: curadorias compartilhadas, montagem de projetos expográficos colaborativos e auto narrativos, contratação de indígenas como funcionários de museus atuando com seus saberes e visões, requalificação de coleções já formadas, entre outras. Todas estas ações são acompanhadas pelas imprescindíveis questões éticas envolvidas, incluindo a decisão sobre uso de imagens e acervos, privacidade de informação e direitos autorais (Cury, 2020a; 2020b; 2017a; Lima, 2016).

Neste contexto destacamos o modelo de Museu Indígena, por incluir a musealização de territórios. Sua origem ocorre na década de 1980 por iniciativa do povo Ticuna com o Museu Magüta, no município de Benjamin Constant, Estado do Amazonas. Nasceu da luta de demarcação de território, preservação cultural e reconhecimento político do grupo. A partir daí surgem diversas outras iniciativas por todo o território brasileiro, e sua articulação é feita pelo Fórum

Nacional de Museus Indígenas do Brasil. A característica do Museu Indígena é, justamente, serem instituições criadas e geridas pela própria comunidade, com o objetivo de dialogar com o próprio grupo e com o mundo (Cury, 2017a).

Ao longo deste caminho, os Museus Indígenas adquiriram diversos formatos. A título de exemplo, destacamos o trabalho de Carvalho (2000) que retrata iniciativas em andamento do povo Kaingáng em criar Museus Indígenas em seus territórios tradicionais, como parte da luta pelo reconhecimento e demarcação de suas terras. Na Terra Indígena Nonoai, o debate da comunidade sobre a musealização de aspectos de sua cultura teve como origem a visita de representantes do grupo a museus regionais, onde participaram na curadoria de seus próprios acervos. Assim, o museu foi considerado por eles como representação de seu território e local de salvaguarda de suas memórias. Já a Terra Indígena Aldeia Condá se sobrepõe ao crescimento urbano da cidade de Chapecó, onde os indígenas permanecem em refúgios em meio às propriedades rurais, mantendo sua língua materna e seus costumes. O museu, ali, seria o próprio território onde os elementos físicos (matas, rios, animais) permitem acessar a cultura e os antigos costumes, sem que fiquem restritos e congelados em espaços museais edificadas. Finalmente, no caso das Terras Indígenas Mococa e Queimadas, o processo inclui a reivindicação de devolução de acervos arqueológicos coletados em seus territórios tradicionais por projetos de Arqueologia Preventiva para, com isto, recuperar parte de sua memória. A partir destes exemplos, Carvalho (2000) conclui que os museus indígenas sempre existiram, mas em um formato diferente dos institucionais. O Museu Indígena constitui o território, lugar onde os etno-saberes são praticados cotidianamente, por quem ali vive e por quem já não está mais nele. Portanto, o acervo é território, repetidamente revisitado para relembrar e praticar seus modos de vida.

A Musealização de Territórios da Memória



esta parte do texto avançaremos no conceito de Museus de Território, agora envolvendo espaços geográficos que não podem mais ser ocupados ou mesmo acessados pelos Povos Originários em decorrência de processos de migração forçada a que foram submetidos pelas frentes de ocupação nacional e/ou, mais atualmente, pela estratégia implementada entre as décadas de 1970 e 1980 pelo então regime militar brasileiro, obrigando-os a abandonar suas terras e a viver em áreas reservadas e criadas pelo Estado (vide Ricardo, 1982, 1987; Ricardo *et al.* 1983, 1984).

Neste caso, a musealização se aplica a Territórios da Memória. Embora tenham, como base, espaços geográficos delimitáveis, suas atuais fisionomias são bastante diversas das Paisagens Culturais impressas na memória das

comunidades (podendo estar debaixo de usinas hidrelétricas, incluir terrenos desertificados, cursos de água interrompidos, entre tantos outros fatores que resultam em profundas alterações ambientais). Mesmo assim, antigos territórios tradicionais ainda guardam elementos de um importante patrimônio representado por antigas aldeias, cemitérios, registros rupestres e tantos outros marcos. Estes ainda permanecem vivos na memória de várias comunidades, e são fundamentais para a manutenção de sua cultura, mesmo não havendo mais uma apropriação física destes espaços. Portanto, incluem um passado indígena formado por eventos dramáticos que ainda ocupam um lugar especial na memória das comunidades.

A reconstrução de Territórios da Memória envolve um amplo conjunto de procedimentos e stakeholders, com evidente destaque para as comunidades detentoras desta memória. Vai muito além da simples participação das comunidades como informantes, pois implica em estabelecer uma simetria no próprio controle do projeto e em suas tomadas de decisão. E envolve as mais variadas etapas, incluindo o reconhecimento da forma como as comunidades definem e reconhecem seu território (tangível e intangível) até decisões referentes às práticas de pesquisa, coleta e guarda de acervos, formas de registro, entre tantos outros.

O próprio conceito de stakeholder necessita ser, aqui, revisitado. Por definição, stakeholder corresponde aos indivíduos e organizações relacionados/interessados no projeto. Todavia, no caso de ações que incluam Povos Originários com seus conhecimentos ancestrais e sagrados, conta-se com a forte participação também de seres encantados, que são invocados por pajés através de seus dons espirituais durante os trabalhos para compartilharem seus conhecimentos, ou mesmo, para darem permissão em divulgar certos aspectos de sua cultura, e outros não. A presença e importância dos encantados já foi apontada por Cury (2017a, 2017b) para projetos de curadoria compartilhada de acervos, incluindo situações em que os encantados dirigiam os trabalhos enquanto curadores chefe (Cury, 2021).

Em termos conceituais, a musealização de Territórios da Memória tem base na *Metamuseologia* proposta por Stránský ainda na década de 1960. Nesta abordagem, a finalidade da *Museologia* não são os museus (que correspondem ao instrumento do processo), mas, sim, a *museologia* em si, incluindo suas interrelações com a Filosofia, a História, a Teoria da Ciência e da Cultura (Stránský, 1980, 2017; Brulon Soares & Baraçal, 2017). Neste cenário, a curadoria é a ação definidora de um Museu:

O objeto de estudo da *museologia* é interpretar cientificamente essa atitude do homem em relação à realidade (i. é a atitude específica que encontra sua expressão na tendência de adquirir e preservar autênticas representações de valores) e fazer-nos entender a *musealidade* em seu contexto histórico e cultural. (Ztránský 1980, como citado em Mensch, 1994:10-11)

Exemplos de uma museologia reflexiva praticada através de metodologias colaborativas com comunidades indígenas no Brasil são apresentados por Cury (2020a).

Em nossa experiência brasileira, citamos três projetos que desenvolvemos com base na reconstrução de Territórios da Memória, tendo como origem a demanda de Povos Originários. Estes projetos adotaram a perspectiva da Ciência Aplicada e a prática da transdisciplinaridade em processos de Co criação e Co produção. Portanto, o *design* do projeto teve como fatores críticos de sucesso:

- A concepção do projeto do ponto de vista das comunidades, integrados à equipe enquanto cientistas-cidadãos;
- A integração de comunidades indígenas nos projetos, em todas as etapas de desenvolvimento e em posição simétrica/não hierárquica nas tomadas de decisão, estabelecendo uma relação complementar entre ciência e tradição (Co design, Co produção e Co gestão);
- O formato do projeto enquanto uma Organização de Aprendizagem (*Learning Organization*) com base em uma gestão adaptativa contínua (o que foi aprendido? o que deu certo? o que deu errado? como melhorar, sempre?);
- A promoção do que chamamos de “Encontro das Ciências”, integrando os conhecimentos ancestrais à prática acadêmica no reconhecimento de uma Ecologia do Conhecimento;
- A perspectiva de Paisagens Culturais, que visa a compreender os processos de formação e transformação histórica de uma determinada área como lugar onde diferentes sociedades humanas interagiram através dos seus saberes ambientais;
- O uso intensivo de tecnologias em Humanidades Digitais, ampliando a construção, a divulgação e a gestão do conhecimento;
- A prática dos princípios éticos inerentes à esta abordagem, considerando os diferentes códigos e recomendações nacionais e internacionais;

A reconstrução de Territórios da Memória, para cada um destes três projetos selecionados, resultou na reapropriação simbólica de espaços tradicionais hoje localizados fora dos limites das Terras Indígenas demarcadas. Tiveram, como eventos transformadores: a proteção e tombamento pelo Governo Federal de áreas sagradas aos povos do alto-Xingu (Robrahn-González et. al., 2008); a preservação de cemitério indígena através da criação de Reserva Arqueológica (Robrahn-González et. al., 2014); e a prerrogativa das comunidades indígenas decidirem o destino e guarda de acervos materiais relacionados a seus lugares sagrados (Robrahn-González et. al., 2020).

Cada um destes projetos teve, em média, 8 anos de duração, envolvendo uma equipe formada por representantes indicados pelas próprias comunidades (anciãos, historiadores, lideranças, jovens aprendizes) e por profissionais

de diferentes campos de conhecimento (antropólogos, arqueólogos, geógrafos, ecólogos, educadores, historiadores, arquitetos, técnicos em TI, gestão, entre outros). Foram centenas de participantes em cada projeto.

O desenvolvimento dos projetos seguiu, sempre, a premissa de envolvimento e simetria através de atividades presenciais (Laboratórios de Diálogo Intercultural, Oficinas Culturais, Oficinas de Território, workshops, reuniões de planejamento, reuniões de avaliação, entre outros) ampliadas por atividades responsivas com uso de diferentes ferramentas de E-Science na perspectiva das Humanidades Digitais.

Por se tratar de projetos participativos, o *design* de interface com o usuário (neste nosso caso, as comunidades de Povos Originários) deve responder a perguntas básicas: Qual ferramenta e qual tecnologia são mais adequadas para a comunidade? Quem estará envolvido na utilização? Qual o resultado científico e social esperado? As respostas estão novamente alinhadas com o conceito de Humanidades Digitais, que estabelece a interseção entre os objetivos e práticas das disciplinas das Humanidades com as tecnologias digitais, pressupondo:

- O desenvolvimento de ferramentas específicas para cada comunidade;
- O uso de múltiplas línguas (o idioma indígena e o português) e múltiplas linguagens;
- Garantir o acesso a todos;
- Adotar compromisso ético: o que divulgar, quando e para quem;
- Desenvolver ferramentas não apenas como agregadoras e geradoras de conhecimento, mas, também, como fonte para tomada de decisão na gestão do acervo e do Território.

Neste contexto é realizada a curadoria de dados pelas próprias comunidades, soberanas na decisão de definir os conhecimentos e acervos que receberão divulgação aberta, e os que devem permanecer reservados para acesso exclusivo do próprio grupo. Certamente esta decisão pode ser alterada pela própria comunidade, a qualquer tempo, enquanto gestores de seu *Data Base*. E para que isto de fato ocorra, a própria estrutura do *Data Base* é estabelecida pela comunidade, através da construção de um sistemaêmico de organização de dados (incluindo a definição de palavras-chave e dos links inter-temáticos a partir de seu universo cultural de referência).

A implantação destas ferramentas se insere nas reflexões das Humanidades e das Ciências Sociais sobre procedimentos éticos. Constitui um dos temas de atenção da Agenda 2030 da ONU e da formação de KCS (*Knowledge Communication Systems*), que embasam as tomadas de decisão das comunidades na gestão de seu presente e futuro digital. As implicações, potencialidades e desafios de divulgação de conteúdo em formato de Acesso Aberto e Ciência Aberta foram sintetizados pelo robusto projeto FOSTER Plus, contemplado

pelo Programa *Horizon 2020* da União Europeia, e que resultou no Manual de Formação em Ciência Aberta³⁹. Em novembro/2021 a UNESCO lançou sua brochura *Recommendation on Open Science*⁴⁰, fortemente influenciada pela premência em ampliar o uso de ferramentas digitais e disponibilização de dados como resultado da pandemia do Covid-19.

A partir deste conjunto de princípios são definidas as ferramentas de representação dos Territórios da Memória. Conforme citamos anteriormente, o conceito de território se lastreia na análise geográfica do espaço, com referência à sua construção sociocultural a partir de um processo dinâmico atemporal, uma vez que considera a somatória de transformações e significações do espaço ao longo do tempo, a partir dos diferentes atores que o ocuparam (Dematteis, 2008).

Em nossas experiências, a representação dos Territórios de Memória através de simuladores cartográficos tem resultado em forte envolvimento das comunidades, na modelagem de suas terras ancestrais. Estes simuladores integram a ferramenta Infovias, agregadora dos acervos tangíveis e intangíveis gerados pelo Programa, sintetizando todos os elementos acionados em Inteligência Estratégica e Inteligência Geográfica. Trata-se de uma ferramenta interativa *on-line* que, a partir de dados georreferenciados, traz uma navegação pelo Território da Memória, com a possibilidade de o usuário interagir através de materiais multimídia (fotos, textos explicativos, vídeos, representações artísticas, entre outros).

Visando, justamente, a privilegiar o patrimônio intangível na formação e representação dos Territórios da Memória, foram desenvolvidas ferramentas de *storyteller*, lastreadas nas narrativas das comunidades e privilegiando, desta forma, a passagem de conhecimento através da tradição oral. Os *storytellers* têm, como fio condutor, temas estabelecidos pelas comunidades, trazendo, de forma sequenciada, narrativas, testemunhos e registro de práticas culturais. Em nossos projetos, estas narrativas são essencialmente na língua indígena materna, podendo incluir traduções para português em legendas ou em breves sínteses. O foco é a transmissão do conhecimento pela e para a comunidade, que dialoga entre si e com suas próximas gerações. Assim, conforme definido por um dos caciques participantes, é possível alcançar e estar presente no “futuro ancestral” de seu povo.

Em síntese, a Infovias constitui uma ferramenta de acessibilidade ao *Big Data* dos projetos e apresenta a evolução dos trabalhos ao longo do tempo, suas variáveis preditivas e de cartografia da memória, situando todos os dados e

39 Projeto FOSTER Plus - Manual de formação em Ciência Aberta. Disponível em: <https://foster.gitbook.io/manual-de-formacao-em-ciencia-aberta/>. Acesso em: 05 mar. 2021.

40 UNESCO Recommendation on Open Science. Disponível em: <https://en.unesco.org/science-sustainable-future/open-science/recommendation>. Acesso em: 30 nov. 2021.

acervos no espaço geográfico georreferenciado. Trata-se, portanto, de uma ferramenta fundamental na gestão futura do patrimônio (após a conclusão dos projetos de pesquisa) e sua integração em políticas de Gestão Integrada de Território com base no modelo de Governança Colaborativa.

Considerações Finais



reconstrução de Territórios da Memória está lastreada no tratamento do Patrimônio Cultural através do conceito de Meio Ambiente Cultural, ou seja, na criação de uma abordagem integrada das paisagens e dos diferentes modos de vida a que se relacionam (Robrahn-González et al., 2016). É aderente ao que chamamos de “Encontro das Ciências”, resgatando os conhecimentos ancestrais dos povos originários através de estruturas e ferramentas da ciência acadêmica, de forma a contribuir para a implantação de modelos históricos e culturalmente sustentáveis no presente e no futuro. Esta abordagem implica o desenvolvimento de pesquisas que não sejam apenas interdisciplinares, mas transdisciplinares, com foco nos pontos de interação das disciplinas e no reconhecimento de uma Ecologia do Conhecimento.

Sustentabilidade é um processo que incorpora os modos de vida locais no manejo de paisagens milenares, constituindo fontes importantes de conhecimento na busca de soluções duradouras, aliando o desenvolvimento econômico e social com a preservação do meio ambiente. Portanto, está diretamente relacionado ao conceito de Gestão Integrada de Território, que objetiva estruturar o ordenamento territorial através de uma visão holística para construção de cenários futuros (Oosterbeek, 2006, 2007, 2012; Scheunemann & Oosterbeek, 2012). Este ordenamento territorial tem como base a somatória de experiências, tecnologias, tensões, dilemas e soluções adotados em fluxo atemporal, incluindo a incorporação de Territórios da Memória, para além de outros cenários mais antigos (arqueológicos) que sejam identificados (vide Goudswaard et al, 2021, com interessante estudo na perspectiva da Arqueologia Reversa).

Neste cenário, destacamos a importância da elaboração de Planos de Gestão do Patrimônio Cultural como produtos e contribuições finais de projetos de pesquisa, visando a integração dos conhecimentos gerados com as perspectivas de futuro das comunidades envolvidas e suas possíveis interações com planos de governo e iniciativas privadas em andamento ou previstas, visando a apoiar desdobramentos e continuidades integradoras e sustentáveis.

Para tanto, é fundamental a definição de um modelo de governança que atenda aos requisitos de gestão integrada de patrimônio cultural. Entre os modelos que apresentam tal assertividade, destacamos a Governança Colaborativa pela sua estrutura matricial (e não verticalizada, como outros modelos).

Nos modelos matriciais as tomadas de decisão são analisadas horizontalmente, com mensuração de impactos e resiliência em cada nó da rede de relações da governança do patrimônio cultural, e na forma em que as famílias de resultados e linguagem adotada em nichos científicos e das comunidades potencializam a autonomia do modelo. Abrange princípios éticos e normas que modelam o processo de governança. Por outro lado, entendemos que o modelo de Governança Colaborativa permite especificar o objeto da governança de forma mais precisa e com aplicação igualmente na construção da *epistemes* e do *ethos* aderente à governança do patrimônio cultural e seus acervos.

O importante é incorporar uma abordagem de sistemas complexos, e o modelo de Governança Colaborativa aproxima-se do que é definido como *open source governance*, envolvendo stakeholders que atuam em conjunto durante um processo para alcançar potenciais que excedam os limites de suas atuações individuais (Ansell & Gassh 2008: 550). De acordo com os mesmos autores, enquanto o modelo de governança tradicional requer amplos processos políticos para a colaboração entre entes públicos, privados e comunidades, o sistema colaborativo requer apoio, liderança e fórum. O apoio identifica questões relacionadas à aplicação de políticas a serem incrementadas ou recompostas, e a liderança atrai os setores em um fórum comum de discussão. Então, os membros do fórum devem colaborar com o desenvolvimento de políticas, soluções e respostas.

Com essa análise, é possível resumir que o principal risco a que o patrimônio cultural relacionado a Territórios de Memória está exposto em países colonizados com alto nível de desenvolvimento, como o Brasil, é a falta de integração e envolvimento dos Povos Originários. Assim, para consolidar o modelo simétrico de pesquisa aderente à perspectiva da Ciência da Sustentabilidade, destacamos como conclusão do presente artigo:

- O desenvolvimento de projetos científicos como projetos de parceria com a comunidade (Ciência Aplicada);
- A incorporação em seus objetivos de promover e valorizar a diversidade, as práticas e as soluções locais para ações sustentáveis de gestão de território;
- A promoção e troca de experiências/ conhecimentos em todos os níveis de atuação, bem como a inclusão digital das comunidades de acordo com suas visões críticas e suas perspectivas de futuro;
- A incorporação dos conhecimentos e as soluções do passado nos processos atuais e cotidianos de decisão social;
- A ampliação da responsabilidade dos pesquisadores em participar dos movimentos de integração entres as Humanidades e as tecnologias, incorporando soluções criativas e encurtando o diálogo entre academia, sociedade, governo, empresas e instituições.

Agradecimentos



gradeço ao Instituto Terra e Memória (ITM) e ao Centro de Geociências da Universidade de Coimbra (CGEO) pelos continuados diálogos científicos e atividades acadêmicas desenvolvidos enquanto investigadora associada. Agradeço, igualmente, ao *Deutsches Archäologisches Institut* (DAI) pelas estadias oferecidas para troca de conhecimentos e aperfeiçoamento profissional continuado.

Referências

- Ansell, C. & Gash, A. (2008). Collaborative Governance in theory and practice. *Journal of Public Administrative Research and Theory*. Edição 18 (4). p. 543-571.
- Assis Pinto, S. L. de. (2013) Museu e Arquivo como lugares de memória. *Museologia & Interdisciplinaridade*. II (3), 89-102.
- Brown, K. & Mairesse, F. (2018). The definition of tue museum through its social role. *Curator: The Museum Journal*. 61 (4), 525-539.
- Brulon Soares, B. & Baraçal, A.B. (Eds.). (2017). *Stránský: uma ponte Brno-Brazil*. UNIRIO, ICOFOM.
- Carvalho, J. (2020). As memórias e os lugares: território, identidade étnico-cultural e museus indígenas. In: Cury, M.X. (Org.). *Museus Etnográficos e Indígenas. Aprofundando questões, reformulando ações*. Coleção Museu Aberto. 156-173.
- Cury, M. X. (2017a). Circuitos museais para a visitação crítica: descoloniza o e protagonismo indígena. *Revista ibero-americana de Turismo*, 7(3), 87-113.
- Cury, M.X. (2017b). Li es indígenas para a descoloniza o dos museus: processos comunicacionais em discussão. *Cadernos CIMEAC*, 7(1), 184-211.
- Cury, M.X. (2020a). Metamuseologia – reflexividade sobre a tríade *musealia*, musealidade e musealiza o, museus etnográficos e participa o indígena. *Museologia e Cury, M.X. (Org.). (2020b). Museus Etnográficos e Indígenas. Aprofundando questões, reformulando a es*. Cole o Museu Aberto.
- Cury, M.X. (2021) As cole es Kaingang, Guarani Nhandewa e Terena – percurso documental, requalifica o e colabora o. *Anais do Museu Paulista*, Nova Série, 29, 1-39.

- Dematteis, G. (2008). Sistema local territorial (SLoT): um instrumento para representar, ler e transformar o território. In: ALVES, A. et al. (Orgs.) *Desenvolvimento territorial e agroecologia*. Expressão Popular.
- Desvallées, A. & Mairesse, F. (Eds.). (2013). *Conceitos-chave de Museologia*. Tradução e comentários: Soares, B.B. & Cury, M.X. Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus.
- Goudswaar, B. (2021). Forward with Reverse Archaeology: on a new method for utilizing the past in spatial planning. *Heritage & Society*, 5(1), 101-115.
- Kaseler, D. P. (2014). *Museu, território, desenvolvimento: diretrizes do processo de musealização na gestão do patrimônio de Itapeva (SP)* [Dissertação de Mestrado, Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo]
- Lévi-Strauss, C. (1952). *Race et Histoire*. UNESCO.
- Lima, L.P. (2016). A Arqueologia e o patrimônio arqueológico indígena em exposições museais no centro-oeste de São Paulo e norte do Paraná: questões preliminares. In: Cury, M.X. (Org.) *Direitos Indígenas no Museu – novos procedimentos para uma nova política: a gestão de acervo em discussão*. SEC: ACAM Portinari: MAWE-USP, 115-127.
- Lima, L.P. (2021). A temática indígena em museus: questões sobre a diversidade cultural e os desafios para a colaboração indígena. *Museologia & Interdisciplinaridade*, 10(17), 259-278.
- Mensch, P. van. (1994). *O objeto de estudo da Museologia*. Tradução de Débora Bolsanello e Vânia D. E. de Oliveira. UNIRIO.
- Nora, P. (1993). Entre memória e história, a problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. *Projeto História. Revista do Programa de Estudos em História do Departamento de História da PUC-SP*, (10), 7-28.
- Oliveira, C. A. de. (2013). A musealização do território como estratégia de gestão do patrimônio e administração da memória. *Revista Memoriae*, 2(2), 34-51.
- Oliveira, C.A. de. (2016). *A musealização do território: uma aproximação entre Geografia, Educação e Museologia na COHAB Raposo Tavares* [Dissertação de Mestrado, Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo].
- Oosterbeek, L. (2006). Gestão Integrada de Território e do Patrimônio Cultural. In: Guimarães, C. et al. (Orgs.), *Revista Area Dominiu*, 3, CEIPHAR, p. 11-18.

Oosterbeek, L. (2007). *Arqueologia, Patrimônio e Gestão de Território (Polêmicas)*. Habislis.

Oosterbeek, L. (2012). Princípios da Gestão Integrada de Território. In: Scheunemann, I. & Oosterbeek, L. (Orgs.). *Gestão Integrada de Território: economia, sociedade, ambiente e cultura*. IBIO, p. 35-64.

Reis, G. A. (2019). O Território como estratégia de memória: Museus de Território. *XIII ENANPEGE*. <http://docplayer.com.br/183333819-O-territorio-como-estrategia-de-memoria-museus-de-territorio.html>.

Ricardo, C. A (Ed.) Povos Indígenas no Brasil / 1981. *Aconteceu Especial 10*, CEDI, 1982.

Ricardo, C. A (Ed.). Povos Indígenas no Brasil – 85/86. *Aconteceu Especial 17*, CEDI, 1987.

Ricardo, C.A. et al. (Eds.) Povos Indígenas no Brasil /1982. *Aconteceu Especial 12*, CEDI, 1983.

Ricardo, C.A. et al. Povos Indígenas no Brasil /83. *Aconteceu Especial 14*, CEDI, 1984.

Robrahn-González, E. M. et al. (2008). *Instrumentação ao processo de tombamento das Paisagens Sagradas do Saqihengu e Kamukuwaká, alto Xingu/MT*. Relatório Técnico do Processo IPHAN 01516.001792/2007-77.

Robrahn-González, E. M. et al. (2014). *Master Plan. Programa de Preservação do Patrimônio Cultural, Histórico, Arqueológico e Paleontológico da UHE Teles Pires. Projeto de Pesquisa Etnoarqueológica (Arqueologia Colaborativa) etnias Kayabi, Apiaká e Munduruku. MT/PA*. Relatório Técnico junto ao Processo IPHAN 1450.011965/2011-53, 2014.

Robrahn-González, E. M. et al. (2016). Inteligência coletiva em Meio Ambiente Cultural: modelos preditivos, preservação e valorização da identidade cultural. *Cadernos do Lepaarq*, XIII (26), p. 248-268.

Robrahn-González, E. M. et al. (2020). *Programa de Sustentabilidade em Meio Ambiente Cultural: Resgate e Monitoramento Arqueológico das obras de implantação da Linha de Transmissão de 69 kV (Mina Aripuanã – SE Dardanelos), Aripuanã/MT. Relatório Científico Final*. Volumes 1, 2 e 3. Relatório Técnico junto ao Processo IPHAN 01425.001076/2017-81.

Scheunemann, L. & Oosterbeek, L. (Eds.). (2012). *Gestão Integrada de Território: Economia, Sociedade, Ambiente e Cultura*. IBIO.

Selligman-Siva, M. (2006). A escritura da memória: mostrar palavras e narrar imagens. *Remate de Males*, 26(1), 31-45

Souza, G.M. (2016) Museus, espaços de memória e coleções: diálogos e interfaces. *Revista Confluências Culturais*, 5(2), 151-162.

Stránský, Z.Z. (1980). Sobre o tema “Museologia – ciência ou apenas trabalho prático?”. Tradução Teresa Schneider. *Museologia e Patrimônio*. n. 1, 101-105, jul/dez 2008.

Stránský, Z.Z. (2017). O objeto da Museologia. In: BRULON SOARES, B. & BARAÇAL, A.B. (Eds.). (2017). *Stránský: uma ponte Brno-Brazil*. UNIRIO, ICOFOM. 18-27.

Vieira, G.L. (2017). O museu como lugar de memória: o conceito em uma perspectiva histórica. *Mosaico*, 8(12), 140-162.

Para a história recente da museologia social

| Mário Moutinho



vivemos tempos de múltiplas inseguranças, que têm ficado submersas pela atual pandemia, que nos faz esquecer que essas mesmas inseguranças têm raízes profundas, são de longa duração e que refletem os problemas do empobrecimento, das desigualdades e da colonialidade.

São processos de um rio de largas margens, cujas águas correm em permanência e, para os quais a humanidade não tem encontrado soluções consistentes e duradouras.

A cultura e os museus, nas suas diferentes formas, vivem também tempos de inseguranças e, há muito que passaram os tempos tranquilos em que sabíamos, ou pensávamos que sabíamos, o que era e não era um museu.

Eram certamente, entendidos como museus, os espaços de arrumação de acervos recolhidos ao sabor da história de cada acaso. Guardados, eventualmente, para fins de sobrevivência, mas também, em muitos casos, para fins de uma “educação bancária” com tão bem nos disse Paulo Freire.⁴¹

Na margem destes museus, outras vontades se foram afirmando ao longo de anos, mais ousadas, mais criativas, mais conectadas com os desafios de cada época, propondo novos caminhos para uma museologia sem muros, aberta a uma cultura dialógica e a um novo sentido de Humanidade.

Quando no início do ICOM, no período do pós-segunda guerra mundial, a sua principal função era a de cuidar das coleções que tinham sobrevivido aos múltiplos holocaustos, essa era certamente a mais urgente e importante das tarefas: (a) por assegurar suas existências e os pondo em relação com projetos, iniciativas e recursos; (b) e outras vezes, por proporem pensamentos para o devir dos tempos

Mas, paralelamente, muitos e muitas museólogas, curadoras e educadoras também desde essa época, imaginaram uma museologia mais ambiciosa, que não cabia nas salas e nas reservas dos museus.

Parafraseando Alma S. Wittlin, educadora, que logo em 1949 num livro que é, ou deveria ser, um livro de referência, esta autora assinalava que os *museus eram instituições criadas pelo homem a serviço dos homens; Eles não eram fins em si mesmos. Os museus não eram ilhas no espaço; eles deviam ser considerados no contexto da vida fora de suas paredes. As exposições, não resultavam necessariamente em aprendizagem e nem estímulo. Era preciso que a ação tivesse um sentido e uma*

41 Freire, P. (1975) *Pedagogia do oprimido*. Porto: Afrontamento (1ª ed. 1970)

*eficácia e perguntava: o que os museus poderiam fazer em relação às necessidades não atendidas das pessoas?*⁴²

E são essas necessidades não atendidas que dão sentido ao fazer da Museologia com responsabilidade social, pois ela passa a ser feita para servir, deixa de ser um fim em si mesmo, olha o mundo que lhe dá vida e participa na superação dos desafios. E esta pergunta, resume de certa forma o caminho que desde então deu forma à museologia contemporânea.

Não é certamente por um acaso que na raiz do pensamento museológico contemporâneo, reencontramos conceitos tratados por outros educadores cuja reflexão importa ter sempre presente.

Penso em John Dewey que, no início do século XX, a propósito de um pequeno museu que tinha visitado, nos dizia:

“O melhor museu de história natural e material e social para fins educacionais que já vi, está numa área rural e foi construído com base numa exposição abrangente de fauna, flora, mineralogia, etc., e antiguidades e história locais, feita pelas excursões dos alunos, sob a direção de seus professores” (1928). 43

Para este autor, reveste-se da maior importância a questão da experimentação realizada pelo envolvimento dos alunos na recolha e organização do acervo, assim como a dimensão local do processo, pela qual se torna possível a proximidade, não só com o próprio território, mas também com a comunidade, incluindo as famílias dos alunos de forma permanente e não ocasional. Também é significativo que para John Dewey este trabalho escolar fosse reconhecido como Museu, assumindo assim um estatuto que na época, e ainda agora em muitas situações, estava reservado às instituições que hoje denominamos por “museus normativos”. Por outras palavras, assumia o direito à diferença no campo da museologia, situação que só viria, em certa medida, a generalizar-se depois da Mesa Redonda de Santiago do Chile reunida em 1972.

Pensamos também no educador Paulo Freire que nos mostrou a importância dos processos dialógicos para pensar a Educação como uma pedagogia crítica,

Paulo Freire - Sempre repeti que é impossível conceber a alfabetização como leitura da palavra sem admitir que ela é necessariamente precedida de uma leitura do mundo. A aprendizagem da leitura e da escrita equivale a uma “releitura” do mundo. É preciso não esquecer essa evidência: as

42 Wittlin, A. (1970) *Museums: In search of a usable future*. The MIT Press

43 Hein, G.E. (2004), John Dewey and Museum Education. Curator: The Museum Journal, 47: 413-427. <https://doi.org/10.1111/j.2151-6952.2004.tb00136.x>

crianças pequenas, bem antes de desenharem e traçarem letras, aprendem a falar, a manipular a linguagem oral. Por intermédio da família, leem a realidade do mundo antes de poderem escrever. Em seguida, apenas escrevem o que já aprenderam a dizer. Qualquer processo de alfabetização deve integrar essa realidade histórica e social, utilizá-la metodicamente para incitar os alunos a exercerem, tão sistematicamente quanto possível, sua oralidade, que está infelizmente ligada ao que chamo de “leitura do mundo”.⁴⁴

Esta dialogicidade, proposta por Freire, conduz-nos no campo da museologia a ler criticamente o Mundo nos seus processos de musealização e patrimonialização, tornando as ações educativas em contextos museológicos, mais comprometidas com o social. É verdade que o caminho percorrido não foi fácil. Foram anos marcados pelo debate entre Museologia Nova e Tradicional, entre Museologia Normativa e Museologia Social. Foram anos em que o próprio ICOM se recusou a criar um “Comité internacional para os ecomuseus”⁴⁵ já no tempo em que estes se afirmavam decididamente como um instrumento

“que um poder e uma população fabricam e exploram juntos. Este poder, com os especialistas, as instalações, os recursos que fornece. Esta população, de acordo com suas aspirações, seus saberes, suas competências. Um espelho onde esta população se olha, para se reconhecer, onde ela procura a explicação do território onde vive, onde viveram as populações precedentes, na descontinuidade ou na continuidade das gerações. Um espelho que esta população mostra aos visitantes, para ser melhor compreendida, no respeito do seu trabalho, dos seus comportamentos, da sua intimidade”⁴⁶

Sobre este processo de espelhamento das comunidades, nos dão conta os trabalhos de Peter Davis⁴⁷ onde o autor apresenta esta nova realidade e a forma que esta assumiu nos 5 continentes.

Podemos pensar que nos últimos 50 anos os caminhos da museologia se referem a 3 grandes etapas nas quais se sente a presença da UNESCO, que autonomamente ou em parceria com o ICOM, promoveram importantes

44 Freire, P., Campos D’olne, M. (1991) *Leitura da Palavra... Leitura do Mundo*. O Correio da UNESCO, 19: 4-9

45 XIII. Conferência Geral do ICOM, Londres, 1983

46 Rivière, G.H., (1985) *Définition évolutive de l’ecomusée*, *Museum International*. 37: 182-183. Tradução do autor

47 Davis, P., (2011) *Ecomuseums: a sense of place*, Peter Davis, Continuum, Londres.

iniciativas, entre as quais devemos citar a Mesa Redonda de Santiago do Chile em 1972, os Seminários regionais da UNESCO a partir de 1952 no campo da Museologia e do acolhimento a várias Cátedras, que de uma ou outra forma têm como centro de atenção o património e a sua relação com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Uma primeira etapa que associamos à Mesa Redonda de Santiago tinha por base os princípios do Museu Integral entendido como uma:

“instituição ao serviço da sociedade da qual é parte integrante e que detém os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que serve: que o museu pode contribuir para levar as comunidades a agir situando a sua atividade num quadro histórico que esclarece os problemas atuais – que a transformação das atividades do museu exige mudança progressiva da mentalidade dos conservadores e dos responsáveis de museus assim como das estruturas das quais dependem; (...) Que a transformação das atividades dos museus exige a mudança progressiva da mentalidade dos conservadores e dos responsáveis pelos museus assim como das estruturas das quais eles dependem...”⁴⁸

Uma segunda etapa, associada ao I Atelier Internacional de Montreal-Haute Beauce, tornou claro que a ideia de museu integral se expressava mundo fora como museus de vizinhança nos EUA, Museus Comunitários no México, Museologia Experimental na França, Museologia Local em Portugal, Museologia Social no Brasil

Da ideia de museu normativo (*edifício+ coleção + público*) passava-se com segurança para a ideia de museu comunitário (*território + património + população*)

Este novo movimento põe-se decididamente ao serviço da imaginação criativa, do realismo construtivo e dos princípios humanitários definidos pela comunidade internacional. Torna-se, de certa forma, um dos meios possíveis de aproximação entre os povos, do seu conhecimento próprio e mútuo, do seu desenvolvimento cíclico e do seu desejo de criação fraterna de um mundo respeitador da sua riqueza intrínseca.⁴⁹

Enfim uma terceira etapa que podemos globalmente designar por Museologia social centrada na realidade dos museus e dos processos comunitários de base dialógica: museologia social, ecomuseologia, museologia indígena,

48 <http://museologia-portugal.net/apresentacao/textos-referencia>

49 Declaração do Québec (1984) <http://museologia-portugal.net/apresentacao/textos-referencia>

museologia LGBTQI, museologia experimental, museologia de barricadas e tantas outras, que se constituíram como formas de expressão de diferentes realidades. Uma museologia que contraria a colonialidade do saber, do ser e do poder como nos propõe Quijano.⁵⁰

De todo este processo nos dá conta a “*Recomendação sobre a proteção e a promoção dos museus e coleções, de sua diversidade e de sua função na sociedade*” produzida pela UNESCO em 2015, suscitada pela intervenção do IBRAM nos anos em que o Brasil tinha uma política pública para os museus, consistente e inspiradora.

Os Estados Membros são encorajados a apoiar a função social dos museus que foi enfatizada na Declaração de Santiago do Chile de 1972. Em todos os países é crescente a percepção de que os museus desempenham uma função chave na sociedade, e constituem um fator de integração e coesão social. Nesse sentido, eles podem ajudar as comunidades a enfrentar as profundas mudanças na sociedade, inclusive as que levam a um aumento da desigualdade e à dissolução de laços sociais.

Os museus deveriam ser lugares abertos a todos e comprometidos com a acessibilidade física e cultural para todos, inclusive grupos desfavorecidos. Eles podem constituir-se como espaços para a reflexão e o debate sobre temas históricos, sociais, culturais e científicos. Os museus devem também promover o respeito aos direitos humanos e à igualdade de gênero. Os Estados Membros devem encorajar os museus a desempenhar todas essas funções.⁵¹

Desta realidade nos dá conta a Sociomuseologia, enquanto Escola de Pensamento, expressa na reflexão e na investigação publicada em sua imensa bibliografia, nas teses e dissertações em várias universidades, na formação específica ou integrada em programas de museologia constituindo um corpo teórico consolidado.

Trata-se de uma abordagem multidisciplinar que visa consolidar o reconhecimento da museologia como recurso para o desenvolvimento sustentável, assente na igualdade de oportunidades e na inclusão social e econômica. Uma Sociomuseologia que se reconhece como parte das Ciências Sociais.

Imaginar uma Sociomuseologia distinta das diferentes formas da Museologia com responsabilidade social, ou imaginar distinções decorrentes de

50 Quijano, A. (1992). Colonialidad y modernidad/razionalidad. Perú indígena, 13(29), 11-20.

51 Recomendação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, de 2015, relativa à Proteção e Promoção de Museus e Coleções, sua Diversidade e Papel na Sociedade. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pfo000246331> e <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/5953>

uma leitura geográfica apressada, parece ser um embuste que cria separação onde ela não existe. Em um mundo marcado por novas formas de colonialidade, escancaradas e subtis, a separação entre teoria e prática, na qual a Sociomuseologia teria o estatuto do pensamento e a Museologia Social o estatuto do “trabalho braçal”, também não tem sustentação, pois teoria e prática se retroalimentam e são os dois lados de uma mesma folha de papel. O que une organicamente ou dialeticamente o “fazer e o pensar” da Museologia Dialógica é a capacidade de pensar e atuar criticamente a Museologia e o lugar que cada um ocupa na releitura do mundo, na compreensão dos desafios locais e globais e da sua superação. Como assinalou H de Varine:

“A Sociomuseologia é uma disciplina acadêmica, de origem luso-brasileira, que busca definir cientificamente os fenômenos e conceitos da nova museologia e ecomuseologia. Ela analisa as experiências para observar características comuns”.⁵²

Esta definição proposta por H. de Varine como toda definição deverá, no entanto, ter em consideração que no espaço luso-brasileiro, a pujança da museologia social no Brasil é particularmente dominante, e que isso deve ser entendido, entre outros fatores, à luz da Política Pública para os Museus, instituída pelo Ministério Gilberto Gil. Com efeito o multifacetado reconhecimento que se manifestou nos programas de fomento e apoio aos Pontos de Cultura e aos Pontos de Memória, permitiu um desenvolvimento institucional de processos à data em curso, que assim ganharam uma dimensão que ainda hoje persiste, mesmo depois das políticas de retrocesso no campo da cultura atualmente em vigor. Se é verdade que esta dimensão luso-brasileira é significativa, também importa ter em consideração que para além do espaço ibero-americano, se constata desde há muitos anos a existência de processos museológicos com raiz comunitária em muitos outros países como se tornou evidente nos projetos de investigação EU-LAC e Ecoheritage⁵³, mas redes internacionais de museologia social e na imensa bibliografia publicada nas últimas décadas. Ainda sobre a definição apresentada por H. de Varine importa ter presente que para além do esforço de entender estes processos com bases rigorosas de análise é igualmente relevante a aproximação da Museologia às Ciências sociais, saindo do ghetto da Museologia entendida exclusivamente como um conjunto de práticas e técnicas de natureza curatorial, visão esta que se mantém ainda em muitos setores da museologia. Esta integração da Museologia como uma área das ciências sociais não

52 Santos Jr., R. F. dos, & Britto, C. C. (2019). Hugues de Varine e os museus comunitários no Brasil. *Museologia Interdisciplinaridade*, 8 (15), 323–327. <https://doi.org/10.26512/museologia.v8i15.24973>

53 <https://eulacmuseums.net/index.php> e <https://ecoheritage.eu/>

é, no entanto, uma novidade como testemunham os textos de Per Uno Agren⁵⁴ colocando exatamente a necessidade dessa aproximação, para que se pudesse dar conta da Museologia na sua plenitude enquanto fenômeno social.

Este processo não é na sua essência diferente do caminho percorrido pela Sociologia Pública, pela Antropologia Pública ou pela Arqueologia Pública entre outras, atualmente plenamente consolidadas, em busca de um lugar que pudesse inscrever estas áreas do conhecimento no processo e nas dinâmicas de mudança da sociedade contemporânea. E obviamente sem deixar de continuar a ser Sociologia, Antropologia ou Arqueologia. Lugar que se assume como aprofundamento da compreensão desses processos, tanto como o direito à participação na superação dos desafios que essas dinâmicas sociais significam na atualidade. Neste sentido a Sociomuseologia reivindica o direito à compreensão dos processos tanto como o desenvolvimento e encaminhamento de soluções.

Reconhecemos assim a Escola de Pensamento da Sociomuseologia como perfeitamente integrada nos desafios da sociedade contemporânea para os quais a recomendação da UNESCO de 2015 propõe uma nova atitude dos Museus, que para além das responsabilidades curatoriais tem um papel da maior relevância no que podemos sintetizar em favor da defesa dos Direitos Humanos. Sendo assim, para além de analisar as experiências para observar características comuns, a Sociomuseologia procura elaborar uma ética para Museologia social consentâneas com os direitos Humanos que possa definir os termos e os limites da sua intervenção no terreno das práticas museais. Ética essa que reflete o contexto geral de empobrecimento da Humanidade e, conseqüentemente de forma não-neutral, se procura inscrever na superação dos desafios sociais do presente.

Como de forma premonitória nos assinalou Pierre Mayrand há 15 anos atrás quando sublinhou a necessidade de pensar a Museologia como uma *Altermuseologia*:

Atualmente o rolo compressor da globalização obriga de novo os museólogos a juntar a sua energia às populações e organizações lutando por uma transformação dos museus em Fórum-Agora-Cidadania, e também conduz a uma atitude didática, dialética, capaz de através da energia que gera, favorecer o diálogo entre os povos num gesto de cooperação, de resistência, de libertação, e de solidariedade com o Fórum Social Mundial⁵⁵

54 Agren, P.U. (1992) 'Museology - a new branch of humanities in Sweden?', *Papers in museology 1/ Acta Universitatis Umensis* 108: 104-113.

55 Sanfaçon-Dubé, Catherine (2019) *L'altermuséologie : réminiscences de la nouvelle muséologie dans la muséologie actuelle*, Travail de Maîtrise en Muséologie, Université du Québec à Montréal. Mayrand, Pierre, (2007) *Manifesto da Altermuseologia*, XII Conferência Internacional do

Com efeito o que nos foi proposto foi o reconhecimento que os desafios sociais sentidos a nível local e que podem ter uma, ou mais expressões nos museus sociais, devem ser entendidos como como parte dos desafios globais que afetam a Humanidade.

Figura 1 - Mural no Museu do Casal de Monte Redondo (Leiria)



Fonte: Arquivo do Museu do Casal de Monte Redondo (Leiria)

Os locais de observação / intervenção, serão pois todas as práticas museológicas que em sua ação são: insurgentes rebeldes, decoloniais, transgressoras, transdisciplinares, socialmente comprometidas e que vivem articuladamente com os movimentos sociais, assumindo-se como museologia crítica.

Figura 2 - Mural de acolhimento no Museu da Maré no Rio de Janeiro



Fonte: Arquivo do autor

Assim entendida, podemos pensar que a Museologia social reconhece o museólogo como um trabalhador social e o Museu como um instrumento de intervenção social. Neste processo, a educação tem um papel relevante na ação dos museus, na condição de ser entendida como uma educação crítica, libertadora, dialógica e por isso mesmo não neutral.

Referências

Agren, P.U. (1992) *Museology - a new branch of humanities in Sweden?*. *Papers in museology 1/Acta Universitatis Umensis* 108: 104-113.

Davis, P., (2011) *Ecomuseums: a sense of place*, Peter Davis, Continuum, Londres.

Freire, P., Campos D’Olne, M. (1991) *Leitura da Palavra... Leitura do Mundo*. *O Correio da UNESCO*, 19: 4-9

Freire, P. (1975) *Pedagogia do Oprimido*. *Afrontamento* (1ª ed. 1970)

Hein, G.E. (2004), *John Dewey and Museum Education*. *Curator: The Museum Journal*, 47: 413-427. <https://doi.org/10.1111/j.2151-6952.2004.tb00136.x>

Quijano, A. (1992). *Colonialidad y modernidad-racionalidad*. *Perú indígena*, 13(29), 11-20.

Sanfaçon-Dubé, Catherine (2019) *L’altermuséologie : réminiscences de la nouvelle muséologie dans la muséologie actuelle*, *Travail de Maitrise en Muséologie*, Université du Québec à Montréal, p 73.

Rivière, G.H., (1985) *Définition évolutive de l’ecomusée*, *Museum International*. 37: 182-183

Santos Jr., R. F. dos, & Britto, C. (2019). *Hugues de Varine e os museus comunitários no Brasil*. *Museologia & Interdisciplinaridade*, 8 (15), 323–327. <https://doi.org/10.26512/museologia.v8i15.24973>

Wittlin, A. (1970) *Museums: In search of a usable future*. The MIT Press

Sobre os autores

(apresentados na ordem dos capítulos)

Luiz Miguel Oosterbeek

Professor Coordenador do Instituto Politécnico de Tomar. Coordenador da Cátedra UNESCO de Humanidades e Gestão Cultural Integrada do Território. Secretário-Geral do Conselho Internacional de Filosofia e Ciências Humanas. Vice-Presidente de HERITY International. Membro do Conselho Científico do Museu Nacional de História Natural de França. Diretor de projetos de arqueologia, gestão do patrimônio e gestão do território na Europa, África e América Latina. Diretor do Museu de Mação. Presidente do Instituto Terra e Memória. Vice-Diretor do Centro de Geociências da Universidade de Coimbra.

Ingelore Scheunemann

Bacharel em Odontologia pela Universidade Federal de Pelotas. Mestre em Unión Económica Europea pela Universidad de Granada. Doutora em Estomatologia pela Universidad de Granada. Presidente do HERITY International, membro do Comité Científico do Centro Universitário Europeu para os Bens Culturais. Foi Gestor da área de Ciência e Sociedade do Programa Iberoamericano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento – CYTED. Representante da Cátedra UNESCO-IPT de Humanidades e Gestão Cultural Integrada do Território no Polo Morro Redondo/RS.

Francisca Ferreira Michelin

Licenciada em Educação Artística e Especialista em Arte Educação pela Universidade Federal de Pelotas. Mestre em Artes Visuais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutora em História pela Pontifícia Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Docente da Universidade Federal de Pelotas no Departamento de Museologia, Conservação e Restauro e no Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Membro da REDAPPLab (Laboratório da Rede Americana de Paisagens Históricas da Produção) - Universidade de Sevilha. Coordenadora do Acordo de Cooperação do Polo Morro Redondo da Cátedra UNESCO-IPT – UFPel/UCPel/IPT/Prefeitura de MR.

João Fernando Igansi Nunes

Licenciado em Artes Visuais pela Universidade Federal de Pelotas. Mestre em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutor em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pesquisador no Laboratoire Paragraphe da Universidade Paris 8, França durante o ano de 2007. Atua como docente na Universidade Federal de Pelotas nos cursos de Bacharelado em Design e no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. É coordenador Adjunto do Projeto para implantação do Polo Morro Redondo da Cátedra UNESCO – UFPel/UCPel/IPT/Prefeitura de MR.

Maurizio Quagliuolo

Arqueólogo, museólogo e gestor cultural. É licenciado em literatura pela Universidade Sapienza, Roma. Mestre em Gestão do Patrimônio Cultural pela Universidad Complutense de Madrid e recentemente (abril de 2019) o Certificado CE em ‘Artificial Intelligence: Implications for Business Strategy’, no MIT - Massachusetts Institute of Technology. Participou da elaboração de documentos, diretrizes e declarações internacionais a convite de: UNESCO, WorldBank, UNEP, UN-WTO, ICCROM, UNDP, OECD. Secretário Geral do HERITY Internacional, Roma, Itália. Professor de Comunicação do Museu, Tecnologia e Gestão do Patrimônio Cultural na Universidade SAPIENZA Università di Roma e Secretário Geral da HERITY. Professor nas Universidades: Ca ‘Foscari de Veneza, Tor Vergata de Roma, Federico II de Nápoles, de Amsterdã, de Génova, de Vilnius, IULM, Complutense de Madrid, e colaborou como docente na Universidade Federal de Pelotas e Universidade Vale do Rio Doce. Diretor da Fundação ENOTRIA ONLUS.

Luís Mota Figueira

Graduado e mestre em História da Arte pela Universidade de Lisboa, Portugal. Doutor em História da Arte pela Universidade de Coimbra, Portugal. Pós-doutor pela Universidade de Aveiro. É docente e coordenador do Instituto Politécnico de Tomar- IPT, Unidade Departamental de Ciências Sociais. Diretor do L-Tour.ipt Laboratório de Turismo, do IPT (desde 2015). Membro do Conselho Geral do IPT. Membro do Conselho Técnico-Científico da Escola Superior de Gestão, do IPT. Membro Colaborador: do Centro de Geociências da Universidade de Coimbra. Membro Colaborador do Techn&Art - Centro de Tecnologia,

Restauro e Valorização das Artes, do IPT. Membro integrado do GOVCOPP- Universidade de Aveiro- Grupo de Turismo e Desenvolvimento. Diretor Técnico do Museu Agrícola de Riachos (desde 1994). Docente e Orientador de Teses, Dissertações, Projetos e Estágios nos cursos: Mestrado em Técnicas de Arqueologia - Master Erasmus Mundus of Cultural Landscape; Licenciatura Gestão Turística e Cultural; Mestrado em Desenvolvimento de Produtos de Turismo Cultural; Mestrado Europeu em Arqueologia Pré-Histórica e Arte Rupestre, Doutoramento em Turismo.

Anny Jackeline Torres Silveira

É bacharel e mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Doutora em História Universidade Federal Fluminense e Pós-doutora pela Universidade de Oxford (Inglaterra). Docente associada do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto e docente dos Programas de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto e da Universidade Federal de Minas Gerais.

Rita de Cássia Marques

Licenciada, bacharel e mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense. Professora Titular da Escola de Enfermagem e docente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. Coordenadora do Centro de Memória da Escola de Enfermagem e do SCIENTIA-Grupo de Teoria e História da Ciência (CNPQ).

Renato da Gama-Rosa Costa

Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal Fluminense. Mestre em Arquitetura e Doutor em Urbanismo-Proureb pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É Pós-doutorado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Atua como docente da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) nos cursos de Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde e Pós-Graduação Pós-Graduação em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública. É pesquisador e chefe do Departamento de Patrimônio Histórico da Casa de Oswaldo Cruz. Professor convidado do Curso de Especialização Arquitetura para a Saúde, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Luciana da Silva Peixoto

Arqueóloga, especialista em Memória, Identidade e Cultura Material. Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas. Arqueóloga do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia – LEPAARQ/UFPel. Atua nas áreas de história, arqueologia, memória e patrimônio, educação patrimonial, gestão de projetos, curadoria e gerenciamento de acervos arqueológicos.

Fábio Vergara Cerqueira

Historiador e arqueólogo, graduado em História, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo. Pós-doutor pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade de Heidelberg. Docente na Universidade Federal de Pelotas, no Departamento de História. Integra o quadro de professores dos Programas de Pós-Graduação em História e em Memória Social e Patrimônio Cultural. É bolsista produtividade CNPq PQ1d em Arqueologia. Pesquisador visitante na Universidade de Heidelberg. Pesquisador da Fundação Humboldt, Alemanha.

Jocelise Jacques de Jacques

Bacharel em Arquitetura e Urbanismo, mestre em Engenharia Civil e doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atua como docente na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na Faculdade de Arquitetura, Departamento de Design e Expressão Gráfica, tal qual, integra o quadro de professores do Programa de Pós-Graduação em Design.

Aguinaldo dos Santos

Bacharel em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Paraná. Mestre em Engenharia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutor em Gestão da Produção pela Salford University (1999). Pós-doutorado em Design Sustentável pelo Politecnico di Milano (2009). É bolsista produtividade nível 2 do CNPq onde coordenou o Comitê Assessor de Design até julho de 2007. Atua como professor do Departamento de Design da Universidade Federal do Paraná. É coordenador do Núcleo de Design & Sustentabilidade da UFPR desde 2002 e é o atual coordenador do Programa de Pós-graduação em Design da UFPR.

Antônio Roberto Oliveira

CBO no Managic Office e Academy, consultoria de branding e inovação fundada em 1988; professor e palestrante de Branding e Inovação no Brasil e exterior; mestre em Branding pela FAU/USP - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - 1998; facilitador de desenvolvimento de projetos educacionais no IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa; coordenador do New Branding Innovation MBA da Faculdade Rio Branco em São Paulo entre os anos de 2002/2020. Facilitador de Design Thinking e Service Design; professor de pós-graduação de em diversas universidades no Brasil e Exterior.

Santiago Amaya-Corchuelo

Doutor em Antropología Social e Mestre em Patrimônio Histórico e Arquitetônico pela Universidade de Sevilha, com pós-graduação na Universidade Iberoamericana de México. Docente na Universidad de Cádiz desde 2011. Membro do grupo de investigação TECUDE (Territorio, cultura e desenvolvimento) em vários projetos I+D do Ministério de Economía e Competitividad, assim como em outros países de América Latina como México e Brasil. Está vinculado ao European Research Group (ERG-SYAL (<http://gis-syal.agropolis.fr/>), Institut National en Recherche Agronomique (INRA. Montpellier), la ¿rural web¿ del grupo de Jan Douwe van der Ploeg (U. de Wageningen), la Universidad Politécnica de Lisboa, sobre Sicología de la Alimentación y el CEVIPOF (Centre d Etudes sur la Vie Social et Politique Française), entre outros.

Angélica María Espinoza Ortega

Mestre em Desenvolvimento Rural Regional por UA Chapingo. Doutora em Ciências da Produção e Saúde animal (UNAM). Investigadora do Instituto de Ciências Agropecuárias e Rurais (ICAR), UAEM. Responsável por projetos CONACYT, Ecos-Francia y FONCICYT (Unión Europea-CONACYT). Coordenou a Red Sistemas Agroalimentarios Localizados-México (REDSIAL-México), Red temática del CONACYT e atualmente Coordena a RedSIAL Americana. Tem publicações em revistas nacionais e internacionais; assim como capítulos em livros editados por la UAEM, UNAM, REDSIAL, AMER e INAH.

Ignacio López Moreno

Licenciado en Antropología Social y Cultural por la Universidad de Sevilla (España). Maestro en Antropología del Desarrollo y la Transformación Social por la Universidad de Sussex (Inglaterra). Doctor en Ciencias Sociales por la Universidad de Wageningen (Países Bajos). Profesor-Investigador Titular “C” del Departamento de Procesos Sociales de la Universidad Autónoma Metropolitana-Unidad Lerma. Miembro del Sistema Nacional de Investigadores (Nivel I), y Perfil Deseable PRODEP. Miembro del Área de Investigación Políticas Públicas, Economía, Sociedad y Territorio (PPEST) y coordinador de la línea de Socioeconomía y Territorio. Miembro del Grupo de Investigación Territorio, Cultura y Desarrollo (TECUDE), del Comité Ejecutivo Nacional de la Asociación Mexicana de Estudios Rurales (AMER) y fundador de la Asociación Mexicana de Turismo Rural (AMEXTUR).

Víctor del Arco Fernández

Previamente, cursó sus estudios de licenciatura en Sociología (Universidad de Salamanca, 2008) y Antropología Social (UAM, 2010). Máster en Antropología de Orientación Pública (UAM, 2012), y Máster en Experto en Docencia Universitaria (UAM, 2019). doctor en Antropología Social por la Universidad Autónoma de Madrid (“Cum Laude”, 2020). Beneficiario de dos becas pre-doctorales de concurrencia competitiva a nivel nacional (Programa FPU, 2013/2017) e internacional (Wenner-Gren Foundation, 2014).

Sidney Gonçalves Vieira

Bacharel em Direito, licenciado em Geografia e Estudos Sociais pela Universidade Federal de Pelotas. Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Júlio Mesquita Filho. Pós-Doutor pelo Departamento de Geografia da Universidade de Barcelona, Espanha. Bolsista de Produtividade em Pesquisa (PQ-2) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (2019-2022). Atua como docente na Universidade Federal de Pelotas, no Departamento de Geografia, tal qual, nos Programas de Pós-graduação em Geografia e Memória Social e Patrimônio Cultural. Professor Colaborador no Mestrado em Geografia da Fundação Universidade Federal do Rio Grande. Coordenador do Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais (Leur/ICH/UFPe).

Rodolfo Bertoncello

Licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e pela Universidade de Buenos Aires. Especialista em População e Desenvolvimento de CEDEM-Universidad de La Habana. Professor titular de “Geografia Social” de la Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires e pesquisador do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas-CO-NICET. Pesquisador adjunto de CENEP. Coordena projetos de pesquisa acreditados por UBA, ANPCYT y CONICET em temas de Geografia do Turismo. Orienta alunos em nível de graduação e pós-graduação nessas temáticas. Tem o encargo da redação do documento de base e síntese do Painel do “Sector Turismo” das Bases para el Plano Estratégico de Médio Prazo em Ciência, Tecnologia e Inovação, da Secretaría de Ciência e Tecnologia da Argentina (2005). Vem realizando numerosas publicações e participa em eventos acadêmicos como conferencista, expositor e organizador.

Déborah Coimbra Nuñez Taschetto

Licenciada e Bacharel pela Universidade Federal de São João del-Rei. Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural, pela Universidade Federal de Pelotas. Doutoranda em Patrimônios Alimentares: Culturas e Identidades, pela Universidade de Coimbra.

Maxwell Luiz da Ponte

Licenciado e Bacharel em Biologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. É mestre e doutorando em Ensino e História de Ciências da Terra pela Universidade de Campinas. É guia de turismo formado pelo Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. Desenvolve projetos de levantamento e estudo de potencialidades turísticas e de diversificação dos atrativos turísticos em pequenos municípios de interesse turístico (MITs) e Estâncias Turísticas, a partir e de modo integrado aos elementos naturais e culturais dos lugares.

Erika Marion Robrahn-Gonzalez

Graduada em História e Mestre em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo. É doutora, Pós-doutora e Livre Docente em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia, da Universidade de São Paulo. É vice-presidente da UISPP (Union Internationale des Sciences Préhistoriques et Protohistoriques)

e presidente da Comissão Científica UISPP Archaeological Heritage Policies and Management Structures. É investigadora colaboradora do Instituto Terra e Memória (ITM), Mação, Portugal, e investigadora colaboradora do Centro de Geociências da Universidade de Coimbra, Portugal. É cientista master do Grupo DOCUMENTO desde 1987. É membra da Cátedra IPT/UNESCO Humanidades, Território e Desenvolvimento. Pesquisadora convidada do Deutsches Archäologisches Institut (DAI), Berlim, Alemanha (2018).

Mario Caneva de Magalhães Moutinho

Arquiteto pela Ecole Nationale Supérieure Des Beaux Arts, ENSX*, França. Especialista em Técnicas Cartográficas pelo Institut National de L'information Géographique et Forestière, IGN-FI, França. Especialista em Ethnologie, pela Université Paris Diderot, PARIS 7, França. Doutor em Antropologia Cultural, Université Paris Diderot, PARIS 7, França. É Professor e Reitor da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e Investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento (CeIED). É Vice-Presidente do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (Organização Afiliada do Conselho Internacional de Museus -ICOM); Membro do conselho da Cátedra UNESCO «Educação, Cidadania e Diversidade Cultural». Fundador do Journal of Sociomuseology (Cadernos de Sociomuseologia) e membro do Conselho Editorial (6º vols).

